

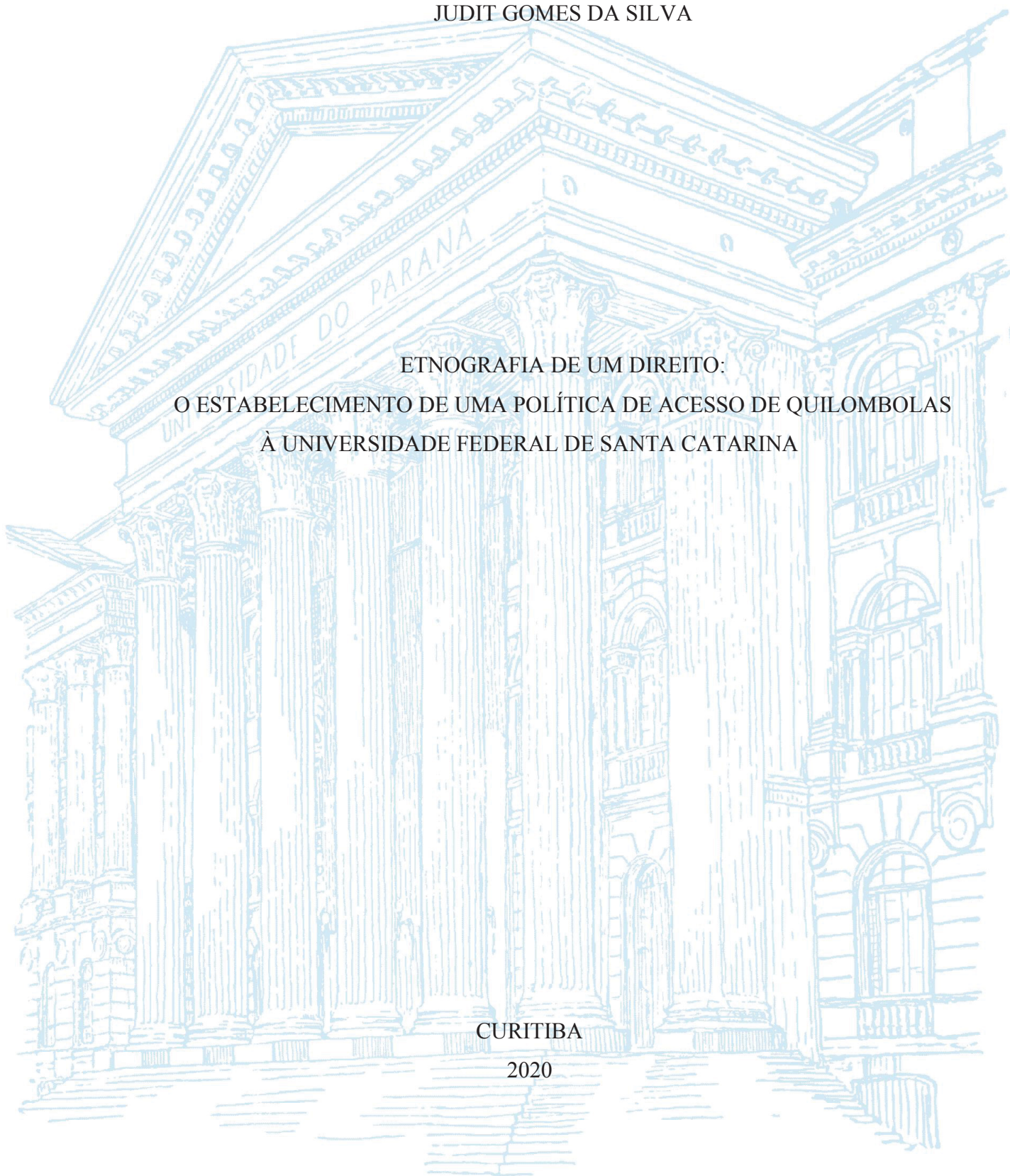
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JUDIT GOMES DA SILVA

ETNOGRAFIA DE UM DIREITO:
O ESTABELECIMENTO DE UMA POLÍTICA DE ACESSO DE QUILOMBOLAS
À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURITIBA

2020



JUDIT GOMES DA SILVA

ETNOGRAFIA DE UM DIREITO:
O ESTABELECIMENTO DE UMA POLÍTICA DE ACESSO DE QUILOMBOLAS
À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, Área de concentração Antropologia e Arqueologia, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Ciméa Barbato Bevilaqua

CURITIBA

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELA AUTORA

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Silva, Judit Gomes

Etnografia de um direito: o estabelecimento de uma política de acesso de quilombolas à Universidade Federal de Santa Catarina. / Judit Gomes Silva. – Curitiba, 2020. 263 f.

Tese (Doutorado em Antropologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ciméa Barbato Bevilaqua

1. Quilombolas. 2. Universidades e Faculdades - Ingresso. 3. Direito à educação. 4. Programas de ação afirmativa. I. Bevilaqua, Ciméa Barbato, 1965-. II. Título.

CDD – 378



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ANTROPOLOGIA E
ARQUEOLOGIA - 40001016027P9

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de JUDIT GOMES DA SILVA intitulada: **Etnografia de um direito: o estabelecimento de uma política de acesso de quilombolas à Universidade Federal de Santa Catarina**, sob orientação da Profa. Dra. CIMÉA BARBATO BEVILAQUA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 11 de Dezembro de 2020.

Assinatura Eletrônica
14/12/2020 20:13:01.0
CIMÉA BARBATO BEVILAQUA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
18/01/2021 12:38:04.0
NILMA LINO GOMES
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)

Assinatura Eletrônica
14/12/2020 21:33:15.0
ANDRESSA LEWANDOWSKI
Avaliador Externo (UNIV. DA INTEGRAÇÃO INTERNAC. DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA)

Assinatura Eletrônica
15/12/2020 09:31:46.0
MARCOS SILVA DA SILVEIRA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
15/12/2020 21:43:54.0
MIRIAM FURTADO HARTUNG
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Rua General Camello, 460 - 6º andar - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5272 - E-mail: ppgaa@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 65865
Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 65865

À minha Catarina (*in memoriam*)

À Catarina de Lu

Às comunidades quilombolas em Santa Catarina

À Isabela e Mateus

AGRADECIMENTOS

O apoio, a colaboração e a generosidade de pessoas de comunidades quilombolas, na UFSC, no meu local de trabalho, no PPGAA/UFPR e em minha casa estão entrançadas na feitura desta tese. Meu profundo agradecimento:

À comunidade quilombola Aldeia, especialmente, Lu Quilombola (Luciana Pereira) & Eduardo Duarte, Camila Pereira de Oliveira, André Nascimento e Ana Nascimento.

À comunidade quilombola Invernada dos Negros, especialmente, Adriana Ferreira da Silva, Abegail de Souza, Ezequiel de Souza e Ely de Souza.

À Comunidade quilombola Morro do Fortunato, especialmente, Alexandre Cristina, Emerson Machado Cristino, Ézio Duarte, Isabel Machado, Roberta do Rosário e Rodrigo Machado.

Ao Movimento Negro Unificado (MNU/SC), especialmente, Lurdinha Mina e Luciana Freitas.

À Delza da Hora, Janine Falco & Wellen Christina, Juliana Barbosa, Suelen Ferreira e Aline, pela experiência, amizade e pelo convívio inesquecível na moradia.

À UFSC, especialmente, ao pró-reitor de Pós-Graduação Sérgio Fernando Torres de Freitas. Pelas interlocuções, ao diretor da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD) professor Marcelo Tragtenberg; à Secretária da SAAD, professora Francis Tourinho; à professora Joana Célia dos Passos; e ao técnico Hélio Rodak Júnior. Às antropólogas Antonella Tassinari e Raquel Mombelli pela colaboração no compartilhamento de importantes informações e materiais para a pesquisa.

À UFPR, especialmente, à então Coordenação de Estudos e Pesquisas Inovadoras na Graduação (CEPIGRAD), atual Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD), professora Laura Ceretta Moreira e professor Paulo Vinícius Baptista da Silva, pela cessão da licença para estudo no período de março de 2016 a março de 2019. Às e aos colegas de trabalho pela leveza, comprometimento e apoio.

A Rafael Julião, pelo compartilhamento de saberes fundamentais para a pesquisa.

À professora Liliana Porto (UFPR) e demais professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia pela fundamental contribuição para minha formação. À coordenação do PPGA e ao técnico administrativo Paulo Marins, pelo apoio.

Às e aos colegas e amigos do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UFPR), do Núcleo de Antropologia da Política, do Estado e das Relações de Mercado (NAPER/PPGAA) e do Comitê de Antropólogas/os Negras/os (ABA). Especialmente, Paulo Vinícius, Bia

Oliveira, Silvia, Kelvy, Selma, Tiemi, Franciele, Lilianny, Sheila, Nathália Reis, Igor e Jhuliane (CAPA/UFPR), pela multiplicidade de trocas que me fortaleceram em tantos momentos durante a feitura da tese.

Às professoras Nilma Lino Gomes (UFMG), Miriam Hartung (UFSC), Andressa Lewandowski (UNILA) e ao professor Marcos Silveira (UFPR) pelas fundamentais contribuições teóricas na avaliação desta tese.

À minha orientadora Ciméa Barbato Bevilaqua, pela inspiração, pela incomensurável generosidade e dedicação em ensinar, pelas críticas tão pertinentes para as reflexões e desdobramentos da pesquisa etnográfica, pela leitura atenciosa, pelo tempo e pela aliança que estabelecemos neste percurso surpreendente em que aprendi a delicadeza e o peso do fazer e me fazer antropóloga.

Ao meu pai José Gomes (*in memoriam*), homem preto que, silenciado na vida, silenciou em nossa família as discussões raciais. À minha mãe Catarina (*in memoriam*), mulher branca que, à revelia da aceitação da parentela, juntou seu mundo com o de meu pai. Meus pais não chegaram a concluir a quarta série. Minha mãe me ensinou a observar e a gerar possibilidades em um mundo preñado de criatividade e também de discriminações. Especialmente, a educação lhe era um valor fundamental.

À minha filha Isabela e ao meu filho Mateus, que me fortalecem e me reconstituem cotidianamente.

Fogo!...Queimaram Palmares,
Nasceu Canudos.
Fogo!...Queimaram Canudos,
Nasceu Caldeirões.
Fogo!...Queimaram Caldeirões,
Nasceu Pau de Colher.
Fogo!...Queimaram Pau de Colher...
E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades
que os vão cansar se continuarem queimando
Porque mesmo que queimem a escrita,
Não queimarão a oralidade.
Mesmo que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo,
Não queimarão a ancestralidade.
Nego Bispo
Colonização, Quilombos: modos e significados (2015)

RESUMO

Esta tese é um estudo etnográfico dos processos de constituição, aprovação e implementação de vagas suplementares para estudantes quilombolas em cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A descrição busca evidenciar a constituição do direito de quilombolas ingressarem à universidade a partir da confluência entre, de um lado, os processos de reivindicação e estabelecimento de ações afirmativas no país e na UFSC e, de outro, o reconhecimento de direitos territoriais quilombolas pela Constituição Federal de 1988 e alguns de seus desdobramentos – em especial a *luta* por uma educação quilombola. Descrevo como, na UFSC, a conjunção conflituosa entre o Programa de Ações Afirmativas estabelecido em 2007 e a edição da Lei nº 12.711/12, a Lei de Cotas, associada à *luta* de comunidades quilombolas, em aliança com o Movimento Negro Unificado (MNU/SC) e pesquisadoras da instituição, gerou a possibilidade de criação de vagas suplementares para quilombolas, aprovada pelo Conselho Universitário em 16 de junho de 2015. Ao abordar a implementação desse direito, trato de evidenciar as condições de ingresso e as experiências de estudantes quilombolas na UFSC. Minhas interlocutoras e interlocutores são de três comunidades quilombolas: Aldeia, Invernada dos Negros e Morro do Fortunato. Destaco as relações de parentesco entre elas e eles e as redes de solidariedade que, em concomitância com o direito específico, medeiam o acesso à universidade. Também descrevo os obstáculos para “*ficar na UFSC*”, a aliança política com indígenas e as disputas junto à administração da universidade pela permanência, em uma conjuntura de retrocessos em relação às políticas da diferença.

Palavras-chave: Quilombolas; Políticas Afirmativas; Direitos à Educação; Corpos Negros; Universidade Federal de Santa Catarina.

ABSTRACT

This thesis is an ethnographic study of additional places constitution, approval and implementation for quilombola students in undergraduate courses at Federal University of Santa Catarina (UFSC). The description seeks to highlight the settlement of quilombola's right to enter the university based on the confluence between the processes of claiming and establishing affirmative actions in the country and at UFSC, on the one hand, and, on another, the recognition of quilombola territorial rights by 1988 Federal Brazilian Constitution and some of its consequences - especially the *struggle* for a quilombola education. I describe how, at UFSC, the conflicting arrangement between the Affirmative Action Program established in 2007 and the edition of Law number 12,711 /2012, the Quota Law, associated with the *struggle* of quilombola communities, allied to Unified Black Movement (MNU/SC) and researchers at the university, engendered the possibility of creating additional places for quilombolas, approved by the University Council on June 16, 2015. In addressing the implementation of this right, I try to highlight the conditions of entry and the experiences of quilombola students in UFSC. My interlocutors are from three quilombola communities: Aldeia, Invernada dos Negros and Morro do Fortunato. I highlight the kinship relations between them and the solidarity networks that, in conjunction with the specific law, mediate access to the university. I also describe the obstacles to "*staying at UFSC*", the political alliance with indigenous people and the disputes with the university administration for the permanence, in a conjuncture of backspace in relation to the politics of difference.

Keywords: Quilombolas; Affirmative Policies; Education Rights; Black bodies; Federal University of Santa Catarina.

RESUMEN

Esta tesis es un estudio etnográfico de los procesos de constitución, autorización e implementación de vacantes adicionales para estudiantes quilombolas en cursos de grado de la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC). La descripción busca evidenciar la constitución del derecho de quilombolas acceder a la universidad desde la confluencia entre, a un lado, los procesos de reivindicación y planteamiento de acciones afirmativas en el país y en la UFSC y, por otro lado, el reconocimiento de los derechos territoriales quilombolas asegurados en la Constitución Federal de 1988 y algunos de sus desarrollos – en especial la lucha por una educación quilombola. Describo como, en la UFSC, la combinación conflictiva entre el Programa de Acciones Afirmativas establecido en el 2007 y la edición de la Ley nº 12.711/12, la Ley de Cuotas, ligada a la lucha de las comunidades de quilombolas, en alianza con el Movimiento Negro Unificado (MNU/SC) e investigadoras de la institución, que dio origen a la posibilidad de la elaboración de vacantes adicionales para quilombolas, aprobada por la Junta Directiva de la universidad en 16 de junio de 2015. Al referirse a la implementación de ese derecho, me encargo de evidenciar las condiciones de entrada y las experiencias de estudiantes quilombolas en la UFSC. Mis interlocutoras e interlocutores son de tres comunidades quilombolas: Aldeia, Invernada dos Negros y Morro do Fortunato. Señalo las relaciones de parentesco entre ellas y ellos y las redes de solidaridad que, concomitantemente con el derecho específico, intervienen el acceso a la universidad. También retrato los obstáculos para “quedar en la UFSC”, la alianza política con indígenas y las disputas junto a la administración de la universidad por la estancia, en una coyuntura de retrocesos en relación a las políticas de la diferencia.

Palabras-clave: Quilombolas; Políticas Afirmativas; Derechos a la Educación; Cuerpos Negros; Universidad Federal de Santa Catarina.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: ENCONTROS ETNOGRÁFICOS	1
Esboço de uma dupla conjuntura: direitos quilombolas, do território à universidade	4
Trajetórias de pesquisa: do quilombo à universidade.....	14
Estruturação da tese	27
CAPÍTULO I - O ENCONTRO DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS COM A LEI DE COTAS: O CONSELHO E A INSTITUIÇÃO DE UM NOVO DIREITO	29
1.1 Os debates no Conselho Universitário	35
1.1.1 O encontro entre o Programa de Ações Afirmativas e a lei de cotas.....	44
1.1.2 A juridicização dos argumentos.....	51
1.1.3 As “conquistas históricas”.....	58
1.2 O encontro do Programa com a demanda quilombola à educação superior.....	62
O Programa como símbolo da diversidade da UFSC	71
CAPÍTULO II - MEMÓRIAS DE LUTAS PARA ESTAR NA UFSC: QUILOMBOLAS E(M) MOVIMENTO	77
2.1 Memórias de <i>lutas</i> de estudantes quilombolas antes de/para ingressar na UFSC	82
2.1.1 “ <i>Ainda bem que eu não deixei para trás: podia ter sido um sonho</i> ”	83
2.1.2 “ <i>Via que não dava: tudo dizia que era para eu parar de estudar</i> ”	94
2.2 O encontro entre o Movimento Negro Unificado (SC) e comunidades quilombolas	106
2.2.1 <i>Lutas</i> pela Educação Escolar Quilombola em Santa Catarina	110
2.2.2 A <i>proposição</i> de vagas suplementares para quilombolas	115
Redes de solidariedade para o ingresso à UFSC	122
CAPÍTULO III - O DIREITO, OS PARENTES E AS REDES DE SOLIDARIEDADE	126
3.1 A implementação do novo Programa para quilombolas.....	127
3.1.1 Experimentações: os processos seletivos para quilombolas entre 2016 e 2019	129
3.1.2 Tornar-se estudante universitária/o: a matrícula.....	135
3.2 Ingressar na UFSC: o desejo de profissionalização	139
3.2.1 Estudantes do Morro do Fortunato: uma <i>farinhada</i>	142
3.2.3 Estudantes da comunidade Aldeia: andando juntos.....	156
3.2.2 Estudantes da Invernada dos Negros: saudades de casa	161
Entre territórios.....	170
CAPÍTULO IV - POLÍTICAS PARA FICAR NA UFSC.....	175
4.1 A Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades: mediações e conflitos	176
4.1.1 Limites e impasses: a atuação da Secretaria	179
4.2 O Programa Bolsa Permanência	185
4.2.1 Aliança entre indígenas e quilombolas: os problemas com a <i>bolsa MEC</i>	187
4.2.2 Noções políticas de pessoa quilombola: de quem são os direitos?	195

4.3 A moradia e a experiência acadêmica: múltiplos deslocamentos	205
4.3.1 A moradia estudantil	206
4.3.2 A linguagem acadêmica e a questão geracional	212
Territórios de disputas pela permanência	220
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	222
REFERÊNCIAS	229
ANEXOS	244

INTRODUÇÃO: ENCONTROS ETNOGRÁFICOS

Em 16 de junho 2015, o Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (CUUn/UFSC) criou nove vagas suplementares para quilombolas em cursos de graduação. Esta tese é uma etnografia dos processos de constituição, aprovação e implementação dessas vagas suplementares em seus desdobramentos político-institucionais e nas experiências de estudantes que ingressaram na instituição. A partir de certa perspectiva, como busco demonstrar, o estabelecimento de condições específicas para o acesso de estudantes quilombolas à instituição pode ser considerado um dos resultados do encontro conflituoso entre, de um lado, o Programa de Ações Afirmativas (doravante PAA ou Programa) implementado pela instituição em 2007 e, de outro, a Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, a chamada lei de cotas. Vistas desde outra perspectiva, no entanto, as vagas suplementares também resultam de outros encontros que compõem a longa história de lutas políticas por direitos quilombolas, como também procurarei demonstrar ao longo do texto.

O PAA, instituído em 2007, previa uma reserva de 20% de vagas para pessoas oriundas de escolas públicas, de 10% de vagas para pessoas negras e de 10 vagas suplementares para pessoas indígenas. A reserva de 10% e as vagas suplementares não tinham condicionalidades.¹ Cinco anos depois, a lei de cotas determinou a reserva de 50% das vagas das instituições federais de ensino para esses mesmos grupos. No entanto, de forma menos inclusiva que o Programa, previu a condicionalidade do percurso escolar público para a candidatura às vagas reservadas, a subdivisão dessas vagas em categorias de renda e a implementação gradual da referida lei, com um mínimo de 12,5% de reserva de vagas a cada ano entre 2013 e 2016.

A partir do encontro entre o PAA e a lei de cotas, a reserva de 30% de vagas do Programa passou a ser disputada na UFSC. Já no primeiro ano, a reserva de 20% para pessoas oriundas de escolas públicas foi absorvida pelos critérios da lei federal. Nos anos seguintes, desencadeou-se um tensionado debate no Conselho Universitário em defesa, de um lado, da continuidade da reserva de 10% para pessoas negras e, de outro, da adesão exclusiva aos critérios da lei de cotas. Mobilizações e alianças políticas em torno da primeira posição possibilitaram que o Programa, que de outra forma seria conduzido à extinção com o avanço da

¹ As categorias “reserva de vagas” e “cotas” referem-se a um mesmo procedimento: a separação de um percentual das vagas da instituição destinadas a determinados grupos. A categoria “vagas suplementares” designa vagas abertas anualmente acima do total das vagas oferecidas pela universidade.

implementação da lei, pudesse ser reconfigurado com o estabelecimento de vagas suplementares para pessoas negras, indígenas e quilombolas.

O ingresso de estudantes quilombolas na UFSC já ocorria antes da criação das vagas suplementares, mas de forma incipiente. Conforme meu registro etnográfico, no período de 2009 a 2015, apenas oito quilombolas ingressaram na instituição por meio do Programa. A título de comparação, a partir da política de vagas suplementares, no período de 2016 a 2019, foram classificadas/os 36 quilombolas, sendo Direito e Medicina os cursos mais procurados. Entretanto, a despeito da notável ampliação das possibilidades de ingresso, alguns “*foram embora*” devido às dificuldades de *ficar*,² isto é, de permanecer na instituição.

Santa Catarina tem 16 comunidades quilombolas reconhecidas oficialmente. O material etnográfico reunido durante a pesquisa demonstra que a maioria de quilombolas ingressantes na UFSC, tanto antes quanto após a política de vagas suplementares, pertence a três comunidades: Aldeia, Morro do Fortunato e Invernada dos Negros. Os quilombos Morro do Fortunato e Aldeia estão localizados nos municípios de Garopaba e Garopaba/Imbituba, respectivamente, a cerca de 100 quilômetros de Florianópolis. Com o ingresso na Universidade, alguns estudantes que moram no Aldeia e no Morro do Fortunato e adjacências mudam-se para Florianópolis. Já outras/os vão à UFSC e voltam para casa diariamente em um ônibus financiado pela prefeitura de Garopaba. Entre ida e volta, a viagem demora em média quatro horas. A maioria das/os estudantes do Aldeia e do Morro do Fortunato com quem conversei tem mais de 30 anos, é casada e tem filhas/os. Em justaposição, o quilombo Invernada dos Negros fica a aproximados 350 quilômetros de Florianópolis, entre os municípios de Abdon Baptista e Campos Novos, no planalto sul catarinense. Estudantes da Invernada ingressaram na UFSC solteiros e a maioria na faixa etária dos 20 anos. Devido à distância, moram em Florianópolis durante a realização da graduação.

A etnografia indica que redes de solidariedade, principalmente envolvendo parentes e *militantes* do Movimento Negro Unificado, são fundamentais para o ingresso e a permanência desses sujeitos/estudantes. E quase sem exceção, há relações de parentesco entre as e os estudantes de cada *comunidade*.

² Categorias específicas de interlocutoras/es da pesquisa estarão demarcadas em *itálico* e serão destacadas na primeira escrita no texto. As palavras que denotam múltiplos sentidos, deslizamentos de sentidos ou uma dubiedade estarão em “aspas duplas”. Buscando constituir uma simetria entre as enunciações de interlocutoras/es do campo etnográfico e as de interlocutoras/es da bibliografia acadêmica, as citações dentro dos parágrafos estarão entre “aspas duplas e grafadas em *itálico*”.

Nos capítulos que seguem busco descrever, primeiramente, o processo político de estabelecimento de um novo direito – o ingresso de estudantes quilombolas na UFSC por meio de vagas suplementares – em dois sentidos, concomitantes e complementares entre si. Inicialmente, descrevo o modo como o Conselho Universitário, instância deliberativa máxima da instituição, aprovou e, assim, fez existir oficialmente o direito quilombola. Em seguida, descrevo como a aliança entre comunidades quilombolas, o Movimento Negro Unificado (MNU) e antropólogas na UFSC traçaram os caminhos desse direito antes de sua chegada ao Conselho. Em concomitância, descrevo as trajetórias de duas estudantes quilombolas que ingressaram na UFSC antes do novo direito.

Num segundo momento, busco descrever as trajetórias de estudantes quilombolas que ingressaram na UFSC depois da implementação das vagas suplementares, suas experiências escolares e na universidade e suas relações com parentes que são também estudantes. Trata-se de gerar um conhecimento ancorado nas experiências concretas, de um lado, de agentes estatais, e, de outro, de estudantes quilombolas vinculados às três comunidades citadas.

O trabalho de campo foi realizado entre 2016 e 2019, especialmente no campus Reitor João David Ferreira Lima da UFSC, em Florianópolis.³ Etnografei as sessões virtuais do Conselho Universitário, participei de reuniões, de encontros oficiais e informais, de uma audiência pública e de eventos com a presença ou não de quilombolas. Nessas circunstâncias, apreendi o fazer político de pessoas, ausentes e presentes, e o aparato das coisas que fazem a instituição e que fizeram o direito. Ao observar as discussões ocorridas no Conselho Universitário da UFSC, busco compreender as divergências ali suscitadas e explicitar a articulação de acordos pragmáticos (ALMEIDA, 2003), não obstante os desacordos ou a incomensurabilidade de perspectivas. Com esse intuito, aproximo-me da sugestão de Anne Salmond de atentar para “*o potencial de entrelaçamento de filosofias ou abordagens divergentes, ao invés de forçar uma convergência de horizontes*” (2014, p. 303).⁴ Também

³ Trata-se da principal sede da UFSC, localizada em Florianópolis (SC), região sul do Brasil. Sua fundação data de 18 de dezembro de 1960. A Universidade é composta por mais quatro campi localizados nos municípios de Araranguá (2009), Blumenau (2014), Curitibanos (2009) e Joinville (2009). A estimativa é que 50 mil pessoas participem da comunidade universitária como docentes, técnicas/os-administrativas/os e estudantes. Destas, cerca de 30 mil estudantes estão matriculados em 103 cursos de graduação presenciais e 14 cursos de educação à distância.

⁴ Tradução minha. No original: “The potential of interweaving divergent philosophies or approaches, rather than trying to force a convergence of horizons (SALMON, 2014, p. 303).”

atento para a potencialidade dos documentos no engendramento de novos documentos (HULL, 2012) e de seus múltiplos efeitos nas disputas por direitos.

Sobre os encontros com estudantes quilombolas discorro mais detalhadamente adiante. Por ora registro apenas que fui duas vezes ao quilombo Aldeia e uma vez ao Morro do Fortunato e, durante a pesquisa de campo, em 2018, pude me hospedar na Moradia Estudantil da UFSC. Ficar na *moradia* contribuiu imensuravelmente para a minha formação pessoal e, sobretudo, para o conhecimento das experiências de estudantes negras e quilombolas na instituição.

Esboço de uma dupla conjuntura: direitos quilombolas, do território à universidade

Em 16 de junho de 2015, durante a discussão no Conselho Universitário em que se buscava, pela primeira vez, instituir quilombolas como sujeitos de direito do PAA, um conselheiro branco enunciou que o Programa “*não passa[va] de concessão*”. Em contraposição, uma estudante negra, representante do coletivo de estudantes negras/os Curima, também enunciou, com firmeza: “*Não passa de um direito, sim [....]. Nós não estamos lutando por concessões, mas por direitos*”. A oposição direito *versus* concessão demarcava a controvérsia implicada no e pelo agenciamento de diferentes pessoas e coisas (HOLBRAAD, 2012; STRATHERN, 2014) – conselheiras/os, professoras/es, estudantes, militantes, lei de cotas e o Programa. Desta controvérsia formulei a questão que me orientou ao longo da pesquisa: que direito é gerado a partir das disputas políticas, e que política as disputas por direitos mobilizam?

Ao etnografar o modo como um direito específico foi constituído na UFSC, implicado em debates, diálogos, antagonismos, rivalidades, controvérsias e acordos, busco explicitar os diferentes fios entrançados que agenciaram modos diversos de fazer política, de constituir a diferença e de fazer direitos. O meu esforço é no sentido de contribuir com as discussões antropológicas que tomam o direito e o estado como objetos de reflexão. Afastando-me de concepções essencializantes e reificadoras⁵ – “o” Estado ou “a” Universidade –, busco explicitar os modos de operação das pessoas que ali trabalham, suas relações e os significados de suas ações (BEVILAQUA; LEIRNER, 2000) no infindável processo de fazer-se, “desfazer-se” e refazer-se enquanto estado.

⁵ A crítica às concepções essencializantes de Estado é amplamente compartilhada por pesquisadoras/es que se dedicam ao tema (BEVILAQUA, 2016; FASSIN, 2015; HERZFELD, 2008; SCHAVELZON, 2007, 2010).

Com essa perspectiva, passo a apresentar o enquadramento das discussões de fundo que, embora somente delineadas nesta tese, confluíram e estruturaram a possibilidade de instaurar o direito quilombola na UFSC. Primeiro, delinheio brevemente a conjuntura da constituição do direito quilombola ao território e algumas de suas implicações. Na sequência, esboço uma segunda conjuntura: o movimento que se constituiu em defesa de ações afirmativas para o ingresso de negras e negros na universidade. A confluência e os desdobramentos de ambas as conjunturas possibilitaram a criação de nove vagas suplementares para quilombolas em cursos de graduação da UFSC.

Direitos quilombolas: o território

Durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, entidades negras reivindicaram o direito de regulamentação para os territórios das comunidades negras rurais. Conforme a educadora Givânia Silva,⁶ integrante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), o MNU “*foi o mais proeminente*” na defesa do direito quilombola na Constituinte. Em outro plano, o deputado Carlos Alberto Caó (PDT/RJ) e a deputada Benedita da Silva (PT/RJ) protagonizaram tal defesa no plenário, conforme assinalou o jurista Dimas Salestiano Silva (SILVA, 1997). As disputas feitas por representações negras, em planos distintos, culminaram com a fundamentação dada pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADCT/CF-88). O artigo 68 estabelece: “*aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*” (BRASIL, 2017).⁷

⁶ Givânia Maria da Silva fez tal afirmação ao ministrar a oficina “A Constituição Federal de 1988 e a Luta dos Quilombos pelo Direito de Permanecer em seus Territórios”, realizada em 2018 no X Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as, em Uberlândia/MG. Givânia é negra e é do quilombo Conceição das Crioulas (PE), mestra em Políticas Públicas (2010-2012) e doutoranda em Sociologia (2017-) pela UnB. Ela é uma liderança com atuação nacional e uma das fundadoras da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). A CONAQ foi fundada em 1996 e se constitui como movimento social, como destacam o antropólogo Maurício Arruti (2006) e a antropóloga Bárbara Souza (2008).

⁷ É possível dizer que há um consenso crítico entre pesquisadoras e pesquisadores acerca da categoria estatal “remanescente”, como exemplificam os estudos de Antônio Bispo (2015) e de Maurício Arruti (1997). Arruti destaca que a projeção dessa categoria aos grupos indígenas e quilombolas traduz uma perspectiva evolucionista. Contudo, aponta para a conexão dos grupos a uma historicidade assentada no direito e cuja disputa são os territórios expropriados. Assim, Arruti propõe a categoria emergente para problematizar os processos de etnogênese mobilizados por indígenas e quilombolas.

O direito de grupos negros existirem juridicamente como comunidades quilombolas se sustentou na estreita conexão entre a formação histórica dessas comunidades e o sistema escravagista (ARRUTI, 2006; GOMES, 2015; OLIVEIRA, 2016). Escravizadas e escravizados resistiram de múltiplas formas a esse sistema (MOURA, 2014; NASCIMENTO, 1985), como evidenciam os inúmeros quilombos fundados durante mais de 300 anos de escravidão.⁸ Entre estes, o Quilombo dos Palmares (1590-1694) e o líder Zumbi foram transformados, por entidades negras, em ícones das lutas antirracistas e de um modo de organização anticapitalista (ARRUTI, 2006; GONZALEZ, 1984; GONZALEZ; HASENBALG, 1982; MOURA, 2014; NASCIMENTO, 1985; SOUZA, 2008). Deste modo, a categoria quilombo tornou-se um símbolo de resistência (NASCIMENTO, 1985, p. 46).⁹

Historicamente, essa categoria foi inscrita nos dispositivos legais com dois sentidos opostos. Primeiro, com conteúdo repressivo nas legislações do período colonial e imperial (ALMEIDA, 2002; NASCIMENTO, 1985), revelando, de um lado, a resistência ao regime e, de outro, a sua punição, no mais das vezes com a morte. Em contraste, no centenário da abolição da escravatura, o Artigo 68 instaurou o marco legal de reconhecimento dos direitos territoriais de comunidades negras (ARRUTI, 2006; LEITE, CARDOSO, 2005).

Apesar de instaurado, foi somente após 15 anos de sua vigência que o Artigo 68 passou a ser regulamentado.¹⁰ Representações de entidades negras, quilombolas e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) (MOMBELLI, 2009, 2016) colaboraram na formulação do Decreto nº 4.887, publicado significativamente em 20 de novembro de 2003,¹¹ dia da Consciência Negra. Ancorado no princípio da autoatribuição dos povos da Convenção 169 de 1989, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o decreto estabelece em seu artigo 2º:

⁸ Clóvis Moura (2014 [1959]) realizou um estudo historiográfico pioneiro sobre os quilombos, suas lutas e resistências. A coletânea organizada por Oswaldo Martins Oliveira (2016) traz uma reflexão sob a luz dos direitos constitucionais sobre as vivências das comunidades quilombolas de norte a sul do Brasil, em contextos urbanos e rurais. Outros exemplos de pesquisas de referência neste tema podem ser encontrados em: Almeida (1989, 2002, 2005), Arruti (2006, 2008), Hartung (2009, 2013), Leite (2008a, 2008b) e Leite e Cardoso (2005).

⁹ A historicização do conceito de quilombo em conexão com o continente africano pode ser lida em Beatriz Nascimento (1985) e em Kabengele Munanga (1996). Para uma leitura dos processos de ressemantização da categoria no Brasil, ver Arruti (2006).

¹⁰ Os artigos do Boletim Informativo NUER nº 1 (SILVA, 1997) destacaram a dimensão das discussões que se deram em torno da operacionalidade do artigo 68 do ADCT nas perspectivas da antropologia e do direito, bem como da necessidade de sua regulamentação.

¹¹ Antes, em 10 de setembro de 2001, o governo federal editou o Decreto nº 3.912, amplamente questionado, estabelecendo o marco legal para a regularização das terras “ocupadas por quilombos em 1888” e em “5 de outubro de 1988”.

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição (sic), com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

No Brasil, a Fundação Cultural Palmares (FCP)¹² é a instituição responsável pela certificação dos grupos como *Remanescentes das Comunidade dos Quilombos*.¹³ Até 2018 a FCP certificou 3.212 quilombos; neste mesmo período, tramitavam no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) 1.695 processos para a regularização territorial, dos quais apenas 179 foram titulados.¹⁴ Em Santa Catarina, até 2019, foram certificados 16 quilombos.

Em 2004, o Decreto nº 4.887 foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3239, proposta pelo então Partido da Frente Liberal, atual Democratas (DEM), julgada improcedente pelo Supremo Tribunal Federal somente em 8 de fevereiro de 2018. Conforme a antropóloga branca Raquel Mombelli (2016), os constantes questionamentos jurídicos de inconstitucionalidade do decreto buscaram deslegitimar as demandas quilombolas e sua própria condição como sujeitos de direitos.

Os milhares de grupos com trajetórias históricas singulares que se identificam como quilombolas “*têm inspirado novas pesquisas e reflexões sobre a diversidade de situações sociais denominadas quilombos e a pluralidade de direitos*” (OLIVEIRA, 2016, p. 12). Portanto, ainda que os direitos territoriais das comunidades quilombolas, sustentados pelo artigo 68 e pelo Decreto nº 4887/2004, sejam subgarantidos,¹⁵ ambos os dispositivos estabeleceram condições para a demanda de novos direitos e políticas públicas específicas. Inclusive, esses dispositivos estão intrinsecamente relacionados à feitura do direito à graduação

¹² A FCP foi criada em 22 de agosto de 1988 e esteve vinculada ao Ministério da Cultura até dezembro de 2018. Em janeiro de 2019, esse ministério foi extinto e a Fundação foi vinculada ao recém-criado Ministério da Cidadania.

¹³ Essa certificação é exigida para a regularização do território junto ao INCRA. O INCRA foi criado em 1970 e tem sido disputado nos diferentes governos, como indicam as vinculações que sofreu desde sua criação. Como exemplos, em 2016 foi integrado à Casa Civil e em janeiro de 2019, ao Ministério da Agricultura. Na UFSC, para o ingresso via vagas suplementares para quilombolas, também é preciso comprovar a certificação do grupo pela FCP.

¹⁴ Os dados referentes ao INCRA são do Observatório Terras Quilombolas, mantido pela Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP, 2019).

¹⁵ O antropólogo Alfredo Wagner Almeida (2005) ressaltou a morosidade do estado na titulação dos territórios quilombolas, fundamental para a continuidade física e cultural do grupo. Conforme Almeida, tal fato gerou um deslocamento da finalidade do artigo 68 para a prática de serviços e assistência social.

para quilombolas na UFSC, embora ocultados na Resolução nº 52/15/CUn/UFSC – que deu existência às nove vagas suplementares para quilombolas.

A seguir, busco esboçar a constituição de políticas afirmativas para negras e negros em cursos de graduação de universidades públicas e que fundamentou, também, a existência do direito quilombola na UFSC.

Ações afirmativas no ensino superior

No início do século XXI, o fenótipo de estudantes das instituições estatais de ensino superior (estaduais e federais) era fundamentalmente branco. É paradigmático o caso do estado da Bahia, onde a população negra soma 76,26% e a branca, 22,19% (IBGE, 2010). Em 2003, durante o processo de discussão sobre a implementação de ações afirmativas na Universidade Federal da Bahia (UFBA), houve mobilização estudantil e a distribuição de panfletos com a frase: “*Bahia Negra, UFBA Branca*” (SANTOS; QUEIROZ, 2012, p. 47).¹⁶ Igualmente, em 2008, primeiro ano de implementação do Programa de Ações Afirmativas da UFSC, localizada no estado com a maior população branca (83,97%) e a menor população negra (15,4%) do país (IBGE, 2010), encontrar estudantes negras e negros “*era muito raro. Quando se tinha negros era muito comum falar que era o pessoal de intercâmbio que vinha de países africanos*” (Hélio Rodak Quadros Júnior, em 11 de julho de 2017).¹⁷

Para indicar a multiplicidade de agenciamentos que confluíram para a constituição de políticas afirmativas no Brasil, faço um breve recuo temporal. O esforço é para mostrar como a quase ausência de estudantes negras e negros nas universidades mobilizou ações em diferentes planos e dimensões, que culminou na implementação de políticas afirmativas de ingresso em instituições estatais de ensino superior na primeira década do século XXI. Como disse acima, até então era rara a presença negra na universidade, como ainda é em diferentes posições estruturais de prestígio e poder. Este fenômeno tem correlação com os desdobramentos de três séculos de escravização sustentada legalmente pelo estado, com políticas eugenistas. Como destacou a educadora negra Joana Passos, a Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837, do presidente da província do Rio de Janeiro, exemplifica um dos impedimentos da educação formal para

¹⁶ A UFBA foi a primeira instituição de ensino superior a incluir a categoria cor em seus formulários em 1998 (SANTOS; QUEIROZ, 2012).

¹⁷ O engenheiro civil branco Hélio Rodak Quadros é servidor técnico-administrativo na UFSC desde 2012. Em 2008 fazia graduação (2004-2008) e participava do movimento estudantil. Em seguida fez mestrado (2009-2012) na mesma área de conhecimento. Foi membro do Conselho Universitário de 2013 a 2015, participando do processo que culminou na criação de vagas suplementares para quilombolas em cursos de graduação.

peças negras. A lei previa “a exclusão de negros e indígenas do projeto de nação construído pelas elites brasileiras” (PASSOS, 2014, p. 79). Conforme o Artigo 3 dessa lei: “São proibidos de frequentar as Escolas Públicas: 1º Todas as pessoas que padecerem moléstias contagiosas. 2º Os escravos, e os pretos Africanos, ainda que sejam livres ou libertos” (BRASIL, [1837] 2005).¹⁸

Conforme o sociólogo negro Sales dos Santos (2014), logo após a formalização da abolição da escravatura, entidades negras passaram a reivindicar o direito à educação institucionalizada. Tais ações organizadas continuaram durante o século XX e adentraram o XXI.¹⁹ Sobretudo a partir dos anos 1990, intensificaram-se as discussões sobre a estreita conexão entre as assimetrias educacionais e o fenótipo (NOGUEIRA, 2006), estruturadas em desigualdades (étnico) raciais e socioeconômicas (GONZALEZ; HASENBALG, 1982).

A realização da “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida” em 20 de novembro de 1995, em Brasília, foi incorporada ao rol das trajetórias de lutas por políticas afirmativas. Durante o evento, lideranças negras exigiram políticas públicas e entregaram ao presidente da república Fernando Henrique Cardoso (PSDB- 1995-2002) o “Programa para a superação do racismo e da desigualdade étnico-racial”. Como consequência, nesse ano foi instituído o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra, vinculado à Secretaria Nacional de Direitos Humanos (ESPÍRITO SANTO; CHERER WARREN, 2014; SANTOS, 2014).

No âmbito legislativo houve outras iniciativas. Em 1995, a senadora negra Benedita da Silva (PT) propôs o Projeto de Lei nº 14/1995, que previa uma cota mínima de 10% em instituições de ensino superior. Em 1997, o deputado negro Abdias do Nascimento (PDT) propôs o PL nº 75/1997, que previa cotas de 20% para pessoas negras em todos os órgãos e empresas da administração direta e indireta (MACHADO, 2013, p. 15).²⁰ A essas iniciativas se seguiu o PL nº 73/1999, da deputada federal branca Nice Lobão (PFL-MA), que previa cotas para o acesso ao ensino superior público especificamente para estudantes de escolas públicas.

¹⁸ Nota-se o paradoxo da proibição de frequentar uma instituição “pública”.

¹⁹ Sales dos Santos (2014) destacou como as principais agências: a) a imprensa negra, atuante desde o movimento abolicionista; b) a Frente Negra Brasileira (FNB - criada em 1931); c) o Teatro Experimental do Negro (TEN – criado em 1944); d) o Movimento Negro Organizado (MNU – criado em 1978); e) o ativismo do deputado Abdias do Nascimento (PDT/1983-1987) no Congresso Nacional; f) a realização da “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, em 20 de novembro de 1995, em Brasília. A antropóloga negra Nilma Gomes (2017), por sua vez, problematiza as ações educadoras do movimento negro.

²⁰ A antropóloga negra Elielma Machado (2013) ressaltou o trabalho de lideranças negras em cargos legislativos municipais, estaduais e federais na proposição de dispositivos legais para a implementação de políticas afirmativas.

Esse PL, ao qual foram apensadas outras proposições de ações afirmativas no ensino superior,²¹ foi aprovado como Lei nº 12.711/12, a lei de cotas. Sua implementação seria foco de discussões e disputas no Conselho Universitário da UFSC, como busco descrever.

Na perspectiva de diferentes analistas, a participação do Brasil na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em 2001 em Durban (África do Sul), teve centralidade para a matéria (ESPÍRITO SANTO; CHERER WARREN, 2014; GOMES, 2017; MACHADO, 2013; SANTOS, 2014; TRAGTENBERG, 2012). Na ocasião, o governo brasileiro assinou a “Declaração de Durban”, reconhecendo internacionalmente a existência do racismo (GOMES, 2017). Entretanto, a efetiva implementação de políticas raciais teve início apenas dois anos após, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT/2003-2010).²²

A relevância da participação do Brasil na conferência de Durban não eclipsa outras iniciativas já mencionadas nem mesmo algumas em erupção simultânea, alinhadas pela mesma questão. Assim, de modo paralelo e complementar, em 2001, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) editou a lei nº 3.708/2001 e instituiu a política afirmativa para pessoas negras na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Este foi o primeiro dispositivo no Brasil com tal perspectiva. Antes, em 1999, a antropóloga Rita Segato e o antropólogo José Jorge de Carvalho iniciaram o debate sobre ações afirmativas na Universidade de Brasília (UnB),²³ propondo o ingresso diferenciado para pessoas negras e indígenas (CARVALHO, 2005a). Em 2003, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE/UnB) aprovou a proposta, com alterações significativas. A UnB foi a primeira universidade federal a aprovar ações com o corte étnico-racial, ancorando-se no argumento da autonomia universitária. Esse argumento também seria recorrentemente acionado nas disputas geradas no Conselho Universitário da UFSC a partir da promulgação da lei de cotas.

²¹ Também em 1999 o senador branco José Sarney (MDB-AP) propôs o PL nº 650/1999, que previa ações afirmativas para a população negra no ensino superior e em cargos e empregos públicos. Em 2004 a Presidência da República propôs o PL nº 3.627/04, que previa a “*reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior*”. Um ano antes, em 2003, o senador negro Paulo Paim (PT-RS) propôs o PL nº 6.264/03, o Estatuto da Igualdade Racial, com ampla previsão de programas de ações afirmativas em diferentes áreas, que teve tramitação independente e deu origem à Lei nº 12.288, promulgada em 20 de julho de 2010.

²² Nilma Gomes destacou as políticas raciais implementadas no governo petista (2003-2016), como a Lei 12.288/10 – o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei 12.711/12, que instituiu cotas nas universidades e a Lei 12.990/14, que instituiu cotas no serviço público federal (2017, p. 70).

²³ O debate emergiu em decorrência do conflito instaurado pela reprovação, em uma disciplina, do primeiro estudante negro do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UnB (CARVALHO, 2005a).

Em uma década, 70 universidades implementaram ações afirmativas, sendo 44% (30) estaduais e 56% (40) federais – entre elas a UFSC.²⁴ Destas, 85% (60) tinham políticas para egressos de escolas públicas. Apesar dos esforços envidados por entidades negras, “*são os alunos egressos de escola pública os maiores beneficiários da onda de políticas de ação afirmativa*” (FERES JÚNIOR et al., 2018, p. 96-97).

Políticas específicas para negras e negros geraram, entre favoráveis e contrários, alianças, resistências, rivalidades, controvérsias e embates nos diferentes fóruns de discussões e de proposições (ANJOS, 2012; BEVILAQUA, 2005; CARVALHO, 2005a, 2005b; ESPÍRITO SANTO; CHERER WARREN, 2014; SANTOS; QUEIROZ, 2012; TRAGTENBERG, 2012).²⁵ Do mesmo modo, os mecanismos de reconhecimento para estudantes negras e negros geraram divergências, contradições e controvérsias.²⁶

Ao passo que um crescente número de universidades adotara políticas afirmativas, avolumaram-se também ações judiciais contra as mesmas. Tal como havia feito em relação ao Decreto nº 4.887/2003, que regulamentou a titulação de terras quilombolas, o Partido Democrata (DEM) impetrou, em 2009, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 186 contra a política de ações afirmativas da UnB, julgada improcedente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 26 abril de 2012. Quatro meses depois, em 29 de agosto de 2012, foi sancionada a Lei nº 12.711, gerando uma nova dinâmica nas instituições federais de ensino.

Feres Júnior et al. (2018) empreenderam um levantamento das diferentes modalidades de políticas de ingresso à universidade desde os anos de 1940. Neste estudo, concluíram que “*entre as 97 universidades brasileiras que hoje [2018] têm algum programa de ação afirmativa, 86 (89%) aplicam exclusivamente o sistema de cotas*” (FERES JÚNIOR et al., 2018, p. 102),

²⁴ Os agenciamentos feitos em diferentes espaços de interlocução nacional e internacional entre, com e por – principalmente – entidades negras pressionaram a criação de políticas afirmativas para o ingresso ao ensino superior em universidades estatais, como evidenciam inúmeras pesquisas na temática (cf. BEVILAQUA, 2005, 2015; CASSOLI, 2013; COSTA, 2012; ESPINDOLA, 2014; FERES JÚNIOR; DAFLON, 2012; GOSS, 2009; PINHEL, 2012; PORTO, 2011; SANTOS, 2012; SISS, 2012; SOUZA LIMA; CASTRO, 2008).

²⁵ A socióloga Karine Goss (2009, 2014) demonstra como a matéria mobilizou amplamente a mídia. Goss estudou as narrativas publicizadas de antropólogos, sociólogos, juristas, economistas e historiadores, apontando que, “*em sua maioria, os meios de comunicação assumiram uma posição visivelmente contrária ao estabelecimento de cotas para estudantes negros nas universidades*” (2014, p. 17–18).

²⁶ A discussão sobre os mecanismos de reconhecimento, embora de relevância para o tema, não é objeto da tese. Entretanto, a questão é uma das mais controversas. Em 2005 os editores da Revista Horizontes Antropológicos abriram espaço para a discussão sobre os procedimentos de reconhecimento para pessoas negras adotados pela Universidade de Brasília. Foram publicados artigos de 18 cientistas de diferentes áreas - principalmente Antropologia, História, Sociologia e Genética. Antropólogos/os participaram desse debate e de processos de implementação das políticas afirmativas (ANJOS, 2005; CARVALHO, 2005b; CORRÊA, 2005; FRY, 2005; RIBEIRO, 2005; SANSONE, 2005; SCHWARCZ, 2005; SILVEIRA, 2017).

sendo os principais beneficiários egressos de escolas públicas. Em segundo lugar estão as ações afirmativas para negras e negros e, em terceiro, as para indígenas. Entretanto, faltam dados, nesse levantamento, em relação às políticas destinadas à quilombolas que começaram a emergir a partir de 2004, como destaque, a seguir.²⁷

Políticas afirmativas para quilombolas

Conforme levantamento realizado por Rosana de Paula (2017)²⁸, entre 2004 e 2016, 11 universidades federais instituíram ações afirmativas para quilombolas em cursos de graduação – entre elas a UFSC. Apresento no Quadro 1 as universidades federais que instituíram políticas afirmativas para quilombolas até 2016, com o ano de aprovação, modelo do processo seletivo e o número de quilombos no estado. Cabe ressaltar que três universidades estaduais também criaram políticas para quilombolas: em 2006, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e em 2008 a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB (GEMAA, 2011; PAULA, 2017).

QUADRO 1 - UNIVERSIDADES FEDERAIS COM POLÍTICAS ESPECÍFICAS PARA QUILOMBOLAS – 2004-2016.

	IFES*	Ano	Seleção 2019	Vagas ofertadas	CQs no estado**
1	UFBA	2004	Nota ENEM Sem condicionalidades	4 vagas suplementares em cursos definidos pela instituição, para indígenas aldeados, moradores em comunidades quilombolas, pessoas trans e imigrantes ou refugiados.	811
2	UFG	2008	Nota ENEM Critério: escola pública	1 vaga adicional em cada curso para indígenas e uma vaga para negros quilombolas, quando houver demanda.	64
3	UFPA	2012	Redação e entrevista Sem condicionalidades	278 vagas para indígenas e 278 para quilombolas nos 189 cursos da UFPA.	261

²⁷ Trato das políticas específicas para quilombolas em cursos de graduação da UFSC. Alguns programas de pós-graduação no país estão criando de forma descentralizada políticas específicas para quilombolas, como o PPG em Antropologia e Arqueologia da UFPR e o Museu Nacional (UFRJ).

²⁸ Em 2017, a estudante negra e quilombola Rosana Rodrigues de Paula (atualmente mestranda em Antropologia na UFPR), da comunidade quilombola Ribeirão Grande/Terra Seca (SP), desenvolveu pesquisa de iniciação científica junto ao NEAB/UFPR, sob minha orientação, com a pesquisa intitulada “Estudo sobre as Políticas de Ações Afirmativas para o acesso de quilombolas ao Ensino Superior Público no Brasil”, vinculada ao meu projeto de doutorado. Na pesquisa, ela coletou e sistematizou os dados das normativas de aprovação das políticas para quilombolas em instituições estatais e dos modos de seleção.

4	UFRGS	2012	Redação e prova de português Sem condicionalidades	10 vagas para quilombolas em cursos definidos pela instituição.	137
5	UFOPA	2014	Provas objetiva e discursiva Sem condicionalidades	81 vagas para quilombolas em cursos definidos pela instituição.	261
6	UNIFESSPA	2014	Redação e entrevista Sem condicionalidades	2 vagas suplementares para quilombolas e 2 para indígenas em cada curso de graduação.	261
7	UFRB	2014	Nota ENEM Critério: escola pública	49 vagas suplementares, para indígenas aldeados(as) ou moradores(as) de quilombos.	811
8	UFPel	2015	Redação e defesa de memorial descritivo Critério: escola pública	10 vagas para moradores de comunidades quilombolas em cursos definidos pela instituição.	137
9	UFSC	2015	Redação e prova Sem condicionalidades	9 vagas suplementares para quilombolas, em qualquer curso de graduação.	16
10	UFMT	2016	Redação e prova Sem condicionalidades	100 vagas suplementares exclusivas para quilombolas do MT.	78
11	UFSB	2016	Nota ENEM Critério: escola pública	52 vagas suplementares para indígenas aldeados e quilombolas, exclusivas para área básica de licenciaturas interdisciplinares.	811

FONTE: Quadro organizado pela autora a partir de dados coligidos por Rosana de Paula (2017) e pela autora. Nesse caso, busquei os dados em editais de seleção das IFES e da Fundação Palmares de 2019.

*1. Universidade Federal da Bahia (UFBA); 2. Universidade Federal de Goiás (UFG); 3. Universidade Federal do Pará (UFPA); 4. Universidade Federal do Rio Grande (FURG/RS); 5. Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); 6. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA); 7. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); 8. Universidade Federal de Pelotas (UFPel); 9. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); 10. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); 11. Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

** Comunidades quilombolas oficialmente reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (2019).

Das 11 universidades mapeadas, 5 têm como critérios o percurso escolar público. Em sete delas, o processo seletivo é variado, associando prova específica, redação e entrevistas, e em quatro, o ingresso é via notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Em sete das instituições, o edital de seleção de 2019 englobou indígenas e quilombolas, como também foi o caso da UFSC. A política de vagas suplementares para quilombolas na UFSC não possui condicionalidade socioeconômica ou de percurso escolar.

Desde 2001, trabalhos que abordam os impasses da implementação de ações afirmativas têm se multiplicado. Busco, na tese, dar ênfase às etnografias dos processos de decisão assim

como Jocélio Santos (2012) e Ciméa Bevilaqua (2005),²⁹ que descrevem dinâmicas internas às instituições e disputas em torno de políticas afirmativas antes da lei de cotas. É escasso, porém, o material etnográfico sistematizado sobre a implementação de políticas afirmativas para quilombolas no ensino superior. Encontrei somente a etnografia “Ações Afirmativas para Estudantes Quilombolas: o processo de criação do Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas (PROINQ) na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)”, de Sonia Lourenço (2018). Na UFMT, antropólogas, como é o caso da própria Lourenço, pessoas em posições de gestão, estudantes indígenas e lideranças quilombolas se mobilizaram pela constituição da política, principalmente a partir de um Programa de Extensão fomentado pelo Ministério da Educação (MEC). De modo similar, na UFSC, por meio de recursos deste mesmo Programa de Extensão, foram realizadas oficinas de divulgação do Programa de Ações Afirmativas em quilombos, envolvendo docentes, estudantes bolsistas, lideranças quilombolas e o MNU. Em outro momento da tese, abordo mais detalhadamente essa iniciativa.

Trato, a seguir, de explicitar os antecedentes e as condições de realização desta pesquisa.

Trajetórias de pesquisa: do quilombo à universidade

Pesquisei no mestrado a implementação do Programa Bolsa Família (PBF)³⁰ em um município do Vale do Ribeira paranaense (SANTOS, 2007). Com a mediação da assistente social desse município, fiz parte do trabalho de campo em um quilombo do Vale que tinha recebedoras da renda redistribuída pelo PBF. A família da liderança me hospedou e pude conversar com moradoras e moradores da localidade. As diferentes narrativas eram enunciadas com um mesmo fio: a luta pelo território. O Sr. Zezinho, homem negro com seus 90 anos, chorou ao falar do cemitério, onde seus parentes estavam enterrados e que foi *invadido* pela plantação de Pinus, atividade econômica em expansão na região desde os anos de 1990:

No tempo antigo, os mais antigos não tinham estudo, eles sobressaíram sobre os mais antigos. Lá [onde atualmente é o centro do município] era dos

²⁹ Os artigos do dossiê “Cotas nas Universidades: análises dos processos de decisão”, organizado pelo antropólogo Jocélio Teles dos Santos (2012), tratam de processos de decisão referentes às ações afirmativas na Universidade Federal do Maranhão, na Universidade Federal da Bahia, na Universidade Estadual de Santa Cruz, na Universidade Federal de Santa Catarina, na Universidade Federal de Santa Maria, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Universidade Estadual de Londrina, na Universidade Federal de Juiz de Fora, na Universidade Federal de São Paulo, na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul e na Universidade Federal de Goiás. Bevilaqua (2005) aborda a decisão sobre políticas afirmativas na Universidade Federal do Paraná.

³⁰ O Programa Bolsa Família foi criado em 2003 pelo governo federal e tem como finalidade a redistribuição de renda para pessoas em situação de “vulnerabilidade socioeconômica”.

escravos. Lá era só dos quilombos e açoitaram até nos tirar de lá. Às vezes, eu lembro e choro. Um dia, meu avô que me pegava no colo, meu avô foi fazer compra lá e açoitaram ele. Ele chegou aqui e no outro dia morreu. Minha mãe, açoitaram e sufocaram ela, ela perdeu a memória e se enforcou, foi triste. Tinha maior amor nela. A justiça, o policiamento chegavam na casa da minha mãe, entravam de vereda nos quartos e atacavam. Nós não merecemos (Sr. Zezinho, 2006).

As narrativas extremamente doloridas destacaram situações em que as casas foram queimadas pelos *contrários*, opositores do grupo, lavouras foram roubadas ao tempo de colheita e a maioria das pessoas foi violentamente expulsa do território, herdado em meados do século XIX. Como relatou o Sr. Zezinho, tal violência teve o apoio da *justiça* e do *policimento*, explicitando o modo da presença estatal em aliança com os contrários.

Ao me relatarem as inúmeras expropriações desde o tempo dos ancestrais, evitaram falar sobre o Programa Bolsa Família, não demonstrando interesse no tema que eu me esforçava para tratar. Ao contrário, ressaltaram a urgência da regulamentação do território, foco de múltiplas disputas. Desse modo, deram outro sentido e resposta às questões formuladas por mim. Fui afetada (SIQUEIRA, 2005; GOLDMAN, 2005) por suas experiências e quis conhecê-las com profundidade.

Conforme Bruce Albert (2016), na medida em que as/os interlocutoras/es passam a confiar na/o antropóloga/o, “*começam a avaliar sua aptidão para servir de intermediário, a favor deles, na comunicação entre os dois mundos. Desse modo, estabelece-se um ‘pacto implícito’*. O *‘material etnográfico’* registrado a partir de então é ao mesmo tempo o alicerce e o produto desse pacto” (KOPENAWA; ALBERT, 2016, p. 521). Imagino que fui posicionada como potencial mediadora na relação entre o seu mundo e o meu, na academia, e que fui reconhecida negra antes mesmo de entender que esta era uma questão também. Quis mudar a pesquisa, quis efetivar talvez o ‘pacto implícito’ sugerido. Porém, naquele momento, não era mais possível tal inflexão. Deixei-a em suspenso, até 2013. Explicito a seguir como, após anos, retornei ao tema, ainda que sob outra perspectiva, nesta tese.

Minha trajetória na antropologia ocorre em concomitância com o exercício de servidora técnica-administrativa (TAE) na Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde ingressei em 1997 no cargo de técnica em eletrônica.³¹ Em 2013, fui designada ao trabalho técnico-administrativo no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB). Um dos coordenadores do

³¹ Em 2001 ingressei no curso de Ciências Sociais, em 2005 no mestrado e em 2015 no doutorado em antropologia (PPGA/UFPR).

NEAB,³² professor negro Paulo Vinícius Baptista da Silva (PPGE/UFPR), me convidou a orientar estudantes de graduação financiados com bolsas de iniciação científica da Fundação Araucária (FA). Refleti sobre as perspectivas de realizar uma nova pesquisa e lembrei-me da discussão suspensa no mestrado. Conversei com a professora branca Liliana de Mendonça Porto (PPGA/UFPR), também ligada ao NEAB na época, e iniciamos o “Grupo de pesquisa Direitos, Políticas Públicas e Quilombolas: uma relação complexa”, majoritariamente com estudantes quilombolas. Com o aprendizado que tive com o grupo, escrevi e submeti o projeto de doutorado ao PPGA/UFPR em 2015.

A proposta era etnografar as ações da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)³³ voltadas para os quilombos. Porém, em 2016, com os desdobramentos do golpe de estado,³⁴ tornou-se inviável manter a proposta inicial. Soube então que naquele ano a Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) e a UFSC começavam a implementar vagas suplementares para estudantes quilombolas em cursos de graduação. Dada a proximidade geográfica, nós redirecionamos a pesquisa para a UFSC, e procurei etnografar o estabelecimento da nova política. Portanto, se o curto período de trabalho de campo em um quilombo durante o mestrado me proporcionou uma primeira aproximação às experiências quilombolas, a perspectiva de compreender práticas estatais não perdeu espaço.

Chegando à UFSC: o percurso metodológico

Minha primeira aproximação da UFSC aconteceu no segundo semestre de 2016. Por sugestão de minha orientadora, cursei a disciplina “Organização Social e Parentesco”, no

³² À época, a coordenação do NEAB era compartilhada por dois professores: o titular, Marcos Silva da Silveira (PPGA/UFPR), e Paulo Vinícius Baptista da Silva (PPGE/UFPR).

³³ Criada em 2003, a SEPPIR tinha como atribuições implementar políticas públicas para a população negra e para as comunidades tradicionais, entre estas, os quilombolas.

³⁴ Há duas categorias em disputa relativas à perda do mandato da presidenta Dilma Rousseff (PT/2011-2016) em 2016: “golpe” e “impeachment”. Embora possa haver muitas versões, para simplificar: aqueles que aderiram à categoria golpe compreendem que houve um conjunto de fatores provocados, à revelia do aporte constitucional, que se desdobraram na queda do governo petista de Dilma Rousseff e culminaram na prisão de sua principal liderança, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Impeachment, por outro lado, expressa o entendimento de que o parlamento seguiu o rito legal para a destituição da presidenta eleita. Com isso, ascendeu à presidência da república o vice-presidente Michel Temer (MDB, 2016-2018). Em 2018, após um período eleitoral eivado de práticas amplamente contestadas por partidos à esquerda, o resultado oficial do pleito deu vitória ao atual presidente Jair Bolsonaro (2019-2022). Essa gestão tem acentuado drasticamente a destituição de um amplo espectro de direitos.

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, ministrada pela professora branca Miriam Hartung, com longa trajetória de pesquisa em comunidades quilombolas. Na turma conheci a antropóloga negra Nathália Reis, que fez parte da sua pesquisa de mestrado no quilombo Aldeia. Ela compartilhou comigo o número telefônico da estudante do curso de Serviço Social e militante no MNU Lu Quilombola, do Aldeia. Contatei-a pelo WhatsApp e Lu Quilombola retornou justificando sua indisponibilidade naquele momento por estar em licença maternidade.

Em outro sentido, tentei aproveitar as idas semanais à UFSC para coletar informações institucionais sobre a política para estudantes quilombolas. O primeiro passo foi agendar por e-mail uma reunião com a então titular da Coordenadoria das Relações Étnico-Raciais (CRER/SAAD) da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD). Em setembro de 2016, era perto das 16 horas quando nos reunimos. Expliquei à coordenadora a ideia da pesquisa e perguntei como fazer para acessar as informações do Programa de vagas suplementares para quilombolas. Ela disse que os editais estavam disponíveis no site da UFSC e me orientou a conversar com a Comissão Permanente de Vestibular (COPERVE). Também sugeriu que eu conversasse com a coordenadora do MNU em Santa Catarina.

Desse modo, planejei permanecer em Florianópolis parte do mês de outubro de 2016 para ir à COPERVE e outras instâncias que tratam transversalmente dessa política. Antes, contatei por e-mail o diretor administrativo da SAAD, professor branco Marcelo Tragtenberg (CFM/UFSC).³⁵ Ele prontamente respondeu e marcamos uma reunião. Na ocasião, Tragtenberg me disse que as sessões do Conselho Universitário e os respectivos documentos gerados a partir delas estavam disponíveis no site da UFSC. Também ele comentou que eu poderia conversar com a coordenadora do Movimento Negro Unificado (MNU/SC) e com a antropóloga branca Raquel Mombelli,³⁶ que coordenaram um projeto de extensão nos quilombos de Santa Catarina. Ao final, o diretor me orientou a submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa, o que entendi como uma exigência para prosseguir com a pesquisa.

Dessas primeiras incursões, elaborei um novo projeto e solicitei à Pró-reitoria de Pós-Graduação (PROPG) da UFSC autorização para a realização da pesquisa na instituição. Com

³⁵ Marcelo Tragtenberg é professor do departamento de física (CFM) e atuou no processo de implementação do Programa de Ações Afirmativas da UFSC, foi presidente da Comissão de Ações Afirmativas e, em 2016, assumiu a direção administrativa da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD).

³⁶ Raquel Mombelli também coordenou o trabalho para o relatório antropológico da Invernada dos Negros. Mombelli é pesquisadora no Núcleo de Estudos Sobre Identidade e Relações Interétnicas (NUER), vinculado ao Departamento de Antropologia da UFSC.

essa autorização e a dezena de documentos produzidos por mim, por minha orientadora e pelo PPGAA/UFPR, submeti o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFPR e foi aprovado sem demora. Àquela altura eu não imaginava que outras autorizações seriam mais decisivas.

Em julho de 2017, me reuni novamente com o diretor da SAAD, apresentei a pesquisa aprovada pelo CEP e também solicitei realizar parte dela nesta Secretaria. O diretor me pediu para oficializar a demanda por e-mail à SAAD e que eu teria uma resposta em momento oportuno. Enviei alguns e-mails para a SAAD, anexando o projeto de pesquisa e solicitações de pesquisa nesta instância e de dados oficiais de estudantes quilombolas. Não obtive resposta formalizada. No entanto, em uma de nossas interlocuções, inclusive com uma entrevista, o diretor justificou não disponibilizar informações das/dos estudantes quilombolas por razões éticas de sigilo institucional. Compreendi, assim, que teria de buscar outros caminhos para encontrar as/os estudantes quilombolas, o que não foi possível durante os períodos de trabalho de campo realizados entre 2016 e 2017.

Somente em meados de dezembro de 2017 apareceu uma nova possibilidade. Por intermédio da estudante branca de Pedagogia Juliana Barbosa, da UFSC, que participou de um evento organizado pelo NEAB/UFPR em Curitiba, obtive o contato da pesquisadora e então militante do MNU Adriana Ferreira da Silva, da Invernada dos Negros. Contatei Adriana, que consultou o MNU e justificou não poder contribuir devido aos conflitos entre estudantes negras/os e quilombolas e a SAAD. No esforço de reverter a decisão do MNU, perguntei-lhe se eu poderia apresentar a pesquisa ao *movimento*. Ela não retornou. Até então, eu não tinha conhecimento desses conflitos. Por conseguinte, o caminho metodológico que segui inicialmente me implicou e me posicionou, involuntariamente, ao lado da SAAD.

Retornei à UFSC no início do ano letivo de 2018, quando conheci a estudante negra de Ciências Sociais Delza da Hora, residente na moradia estudantil e que possui um forte envolvimento nas discussões políticas da/na instituição. Estabelecemos uma amizade e ela me convidou a ficar em sua casa por até 15 dias, como dispõe o regulamento da moradia. Neste período de trabalho de campo, conheci também a estudante negra de Ciências Sociais Luciana Freitas, professora de Educação Escolar Quilombola e militante no MNU. De início, achei que ela fosse Lu quilombola. Luciana me convidou para participar de um evento organizado pelo MNU sobre racismo e violência contra mulheres negras, realizado em 1º de março, à noite, na Escola de Ensino Básico Jurema Cavallazzi, em Florianópolis.

Cheguei ao evento antes do horário marcado e fiquei aguardando no saguão da escola, sentada em uma das cadeiras enfileiradas. As pessoas que chegavam iam direto ao refeitório, separado do saguão por uma grade de ferro. Umas poucas sentaram ao meu lado. Uma senhora negra, de estatura baixa, ao passar por mim e não me “reconhecer”, voltou-se e, sorrindo, perguntou quem eu era. À minha frente estava Maria de Lourdes Mina, Coordenadora do MNU, e, ao seu lado, Adriana Ferreira da Silva, da Invernada dos Negros, ambas professoras de Educação Escolar Quilombola. Apresentei-me, a coordenadora seguiu para o refeitório e Adriana continuou conversando comigo. Naquela mesma noite tive a anuência da coordenadora do MNU/SC para a realização da pesquisa e pude contar com a colaboração de Adriana, inclusive no estabelecimento de uma comunicação com mais estudantes quilombolas.

A tensão gerada no *movimento* por eu ter sido posicionada ao lado da instituição foi desfeita com o conhecimento e o reconhecimento tecidos com o fio que conecta as experiências compartilhadas e compartilháveis por corpos negros. Entretanto, se por um lado, no movimento se compreendem as experiências de uma pessoa negra, por outro, busca-se saber o lado em que ela está nas lutas antirracistas. Desse modo, importava sim que sou negra, mas mais importante ainda foi tentar conhecer quem sou, sendo negra, pois é preciso conhecer a pessoa com quem se compartilha o mundo. Assim, somente depois que o encontro com o MNU neutralizou o meu suposto vínculo com a SAAD é que as relações com estudantes quilombolas – ou com uma rede específica dessas e desses estudantes – puderam se estabelecer.

A imersão no trabalho de campo

Desde o primeiro contato com estudantes, justifiquei a pesquisa e as/os convidei a colaborar, por meio de entrevista. Desse modo, o trabalho de campo foi se delineando principalmente em torno do registro dos relatos, a maioria gravados. Me esforcei para explicitar, ao longo da tese, a situação em que a entrevista ocorreu e como o diálogo foi constituído.³⁷ Entendo que o modo como as relações foram estabelecidas tem nas entrevistas um elemento mediador significativo. Para conversar com as/os estudantes quilombolas, segui três passos que, como percebi mais adiante, foram muito relevantes. Primeiro, fazia o contato

³⁷ Marisa Peirano (1985) enfatiza a pertinência de, na escrita etnográfica, conhecer a situação do encontro no trabalho de campo, bem como as questões que foram discutidas e que possibilitaram determinadas respostas para fundamentar a etnografia.

pelo WhatsApp, explicava os objetivos da pesquisa e combinava um encontro, em local e horário definidos pela/o estudante. Segundo, nesse encontro, novamente relatava o intuito da pesquisa e explicava sobre a sua aprovação no Comitê de Ética e que, por isso, era necessário um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e informava que a entrevista seguia um roteiro com dez questões abertas. O terceiro passo acontecia em um segundo encontro: após uma conversa de aproximação, eu pedia para a pessoa assinar o TCLE e perguntava se poderia gravar a entrevista.

A maioria dos encontros foi um compromisso formal. Com o processo, apreendi que esses passos foram importantes para demonstrar às/aos estudantes a relevância do registro de suas perspectivas e experiências. O ritual criado para a conversa gerou um valor. Nesses encontros ocorriam indicações de colegas, parentes e amigos, também estudantes quilombolas, para conversarem comigo, com a antropóloga – não foi possível durante o trabalho de campo me encontrar com algumas das pessoas indicadas. Se, por um lado, os encontros foram formais e formalizados pelo TCLE e pela gravação, por outro, o aplicativo WhatsApp foi o meio pelo qual iniciei e mantive o contato com as/os interlocutoras/es. Como este é um dos modos como elas e eles também se relacionam entre si, estabelecemos muitas conversas pelo celular. Desse modo, os encontros foram efetivados na relação entre mim, as e os estudantes quilombolas, os TCLE e os celulares.

Pessoalmente, encontrei a maioria das/os estudantes duas vezes; outras tantas conversamos pelo celular. As conversas mais longas e que se desdobraram em outros encontros foram com Adriana Ferreira da Silva (Invernada dos Negros) e com Lu Quilombola (Aldeia). Como descreverei ao longo dos capítulos, as narrativas particulares, singularizadas, das/os estudantes quilombolas explicitaram trajetórias coletivas, vínculos entre si, com e entre suas comunidades.

O questionário não alterava o fato de me comunicarem o que achavam interessante que eu conhecesse. Revelar ou encobrir situações sobre as experiências na UFSC e, principalmente, sobre as relações de parentesco, decorreram do estabelecimento de uma relação baseada no que classifiquei como uma ‘confiança controlada’, porque sustentada pela delicada fragilidade dos vínculos recém-constituídos e pela legitimidade dada pelo MNU.³⁸ Para além do roteiro de entrevista, os relatos sobre parentesco, território, afetos, racismo e direitos emergiram do

³⁸ Para Marilyn Strathern, “as pessoas são mais que entrevistados que respondem as perguntas; são informantes no sentido mais completo do termo, pois têm controle sobre a informação que oferecem” (2014, p. 351).

diálogo efetivado entre nós. Embora não tenha elaborado questões que tratassem de discriminação, preconceito e racismo, estas emergiram capturadas em sua maioria pela perspectiva de gênero. Neste caso, as interlocutoras explicitaram, sobretudo, situações de discriminação racial que geraram sofrimentos na escola, no trabalho e em outros espaços de interação.

Adriana Ferreira da Silva (Invernada) descreveu esse modo de discriminação como *atos racistas*, o que me pareceu ser um potente artefato etnográfico para descrever as inúmeras situações experienciadas por minhas e meus interlocutores.³⁹ Nesta perspectiva, a noção atos racistas busca definir ações agenciadas em uma relação específica, cuja prática discriminatória é mobilizada com o sentido de excluir ou/e inferiorizar o corpo negro da/na relação. Como evidenciou Oracy Nogueira (2006) no estudo que se tornou um clássico da reflexão sobre relações raciais, no Brasil o preconceito é de marca, pois os traços fenotípicos – como também demonstram diferentes pesquisas na temática (GOMES, 2002, 2006; MUNANGA, 1999; SANTOS, 2014) – que informam uma ascendência africana carregam uma discriminação negativa.

Ao considerar o corpo e seus efeitos políticos, é importante destacar que, historicamente e de modo sistemático, tanto o ingresso de estudantes na UFSC como a composição do seu Conselho Universitário têm sido de uma maioria *branca*.⁴⁰ Tal fenômeno pode ser apreendido no questionamento feito às/aos membros do Conselho, em 2013, por um estudante negro de Engenharia Civil, membro da Comissão de Ações Afirmativas:

Eu fiz o mapeamento aqui, eu não sei qual o restante quando tem o Conselho completo, se há a presença de um negro aqui, para dizer quanto negro há realmente no Conselho da universidade. [Alguém responde:] “*Há um!*” Fico triste de ele não estar aqui, mas contente de saber que há um, mas é pouco no universo de 60 conselheiros. [...] Porque aqui mesmo, no próprio Conselho, como acabei de relatar, a gente tem poucas pessoas que sentem na pele o que é ser negro (UFSC, 2013a).

³⁹ A expressão “atos racistas” também é usada por Lélia Gonzalez (1982) na explicitação de inúmeras violências praticadas por policiais, como no caso de assassinato de jovens negros, entre outras práticas.

⁴⁰ A maioria das políticas de acesso da população negra ao ensino superior e ao serviço público se baseiam no fenótipo. Em 2014, a Presidência da República sancionou a Lei 12.990 (BRASIL, 2014) que “*Reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União*”.

A partir desta reflexão, sugiro uma articulação da noção atos racistas, fundamentada no fenótipo (NOGUEIRA, 2006), com a noção de pressuposto ontológico (ALMEIDA, 2013), aquilo que se supõe existir e como. O pressuposto ontológico que opera em atos racistas tem o potencial de gerar como que um filtro que sistematicamente dificulta e até mesmo inviabiliza a participação de pessoas com fenótipo negro em espaços de maior reconhecimento e valorização socioeconômica e política. Tal noção pode denotar a percepção da existência de atributos de “pessoa qualificada” estritamente vinculada ao corpo, reflexão a qual retorno no próximo item.

Cabe ainda dizer que em minha interlocução com estudantes quilombolas, assim como aconteceu no mestrado, apreendi um “pacto implícito” em nossa relação e fui posicionada como antropóloga e mediadora. Ao revelarem as experiências na universidade, algumas pediram-me para registrá-las; outras, pediram-me sigilo. Como observou Bruce Albert, “*o etnógrafo que acredita estar ‘colhendo dados’ está sendo reeducado, por aqueles que aceitaram sua presença, para servir de intérprete a serviço de sua causa*” (KOPENAWA; ALBERT, 2016, p. 522).

A pesquisa foi sendo feita passo a passo, vagarosamente, com muitos espaços de espera entre um encontro e outro, em um tempo em que estive atravessada por sentimentos de angústia e de “despreparo”. Nesse tempo, entrecortado por deslocamentos subjetivos, intersubjetivos e geográficos, o contato com estudantes quilombolas gerou uma inflexão no meu modo de observar, pois relataram muitos elementos que, de certo modo, parcialmente me constituíram, sobretudo os relatos acerca de sua experiência educacional.

Como enunciou Lévi-Strauss (1974) a/o antropóloga/o é, “*ela mesma*”, parte da pesquisa, “*parte de sua observação*” (LÉVIS-STRAUSS, 1974, p. 16). A experiência de pesquisa antropológica traz à tona o modo como as relações nos constituem, nos distinguem, nos separam ou incluem em outras modalidades relacionais. A identificação com muitas das situações experienciadas por estudantes quilombolas – e negras – me fez refletir sobre os modos de fazer-se estudante e fazer-se profissional, sobre o que é e para quem é o sistema educacional institucionalizado, desde os primeiros anos de formação. Fiz o trabalho de campo me identificando e, também, reconhecendo a diferença entre mim e minhas e meus interlocutores, com limitações, numa perspectiva parcial (STRATHERN, 2014), localizada (HARAWAY, 1995), parcializada e com os seus múltiplos deslocamentos.

A imersão na escrita

Se em campo me defrontei com inúmeros obstáculos, na escrita emergiram outros que, por vezes, pareceram insuperáveis. Tânia Stolze de Lima (2013) enunciou que *“a escrita seria em alguma medida o preço que teríamos de pagar pelo campo; e ela seria a batalha, decisiva porque teria de passar por essa auto-objetivação”* (2013, p. 18). Na descrição etnográfica, me apoio na noção de imersão de Marilyn Strathern (2014), um artefato analítico que engendra a conexão entre os campos da pesquisa etnográfica e o da escrita, que se espelham e se constituem mutuamente. Tânia Lima, em diálogo com Strathern, ressalta que

A imersão [...] é mais do que a marca da variável campo do agenciamento etnográfico. E isso pela seguinte razão: uma vez que as coisas, as histórias, as ideias, os eventos que faziam seu sentido no campo precisam ser rearranjados em um texto que deve conter seus próprios argumentos e *ser endereçado a outros interlocutores*, a escrita torna-se criadora de um segundo campo, cujo desafio é, justamente, a recriação, que só pode ser imaginativa, de uma parte dos efeitos do trabalho de campo (LIMA, 2013, p. 21, grifo nosso).

Esses dois campos engendram diferentes prioridades. No trabalho de campo a prioridade é das relações sobre o que é relatado. Na escrita, as informações relatadas ganham prioridade. Desse modo, no agenciamento descritivo é fundamental explicitar a situação em que se deu o encontro entre a antropóloga e as/os interlocutoras/es em campo, para tornar apreensível à/ao leitor/a a experiência de alteridade que envolve uma disposição específica de planos de identificação e de diferenciação. Alguns dos marcadores de identificação entre mim e minhas/meus interlocutoras/es compartilhados não de forma homogênea são o corpo negro, o “tardio” ingresso na universidade, as/os filhas/os, a conclusão do ensino médio por meio de curso supletivo – no meu caso, o fundamental – e a prematura entrada no mercado de trabalho, aos 14 anos. Desse modo, muitas/os das/os estudantes quilombolas, como ocorreu comigo, dividem o seu tempo entre a graduação, o trabalho e a família.

Tania Stolze de Lima (2013) e Marilyn Strathern (2014) entendem que a produção etnográfica é *“endereçada a outros interlocutores”*, especificamente, os nossos pares na antropologia. No caso desta etnografia, interlocutoras/es na antropologia se somam às/aos interlocutoras/es com as/os quais estabeleci uma relação em campo e que se interessam pelo “resultado” da pesquisa. Tal fato coloca o desafio de gerar um texto capaz de dialogar nos termos de ambos os grupos de interlocução.

O conhecimento que aprendemos no processo educativo em campo é parcial e também é parcial o que selecionamos para descrever. A escrita, em alguma medida, possibilita articular a perspectiva de interlocutoras/es e a minha própria perspectiva de comprometimento político e ético com elas/es e com o fazer etnográfico. Nesse sentido, o esforço, na tese, também é de traduzir a perspectiva de interlocutoras/es de um sinal diacrítico marcado pelo fenótipo: o corpo negro como alvo de atos racistas; o corpo que evoca a conexão com o continente africano, com a diáspora e com o regime escravagista. Assim, busco evidenciar como os diferentes enunciados de agentes institucionais, de interlocutoras/es quilombolas e também da minha relação com estudantes negras traduzem “certa” perspectiva dicotômica do mundo entre *brancos* e *negros*. Tal perspectiva pode ser delineada inclusive com o questionamento sobre quem era minha orientadora. De início, informava a área de atuação da professora Ciméa Bevilaqua: Antropologia do Estado e Antropologia do Direito. Levou um tempo para eu compreender que essa não era a questão implícita na pergunta. Buscava-se saber, em primeiro plano, sua cor: branca.

A dificuldade instaurada por esse modo concreto de estabelecer relações em campo tornou-se uma problemática para a escrita. Comecei a escrever indicando o modo como se reconhecem: estudante negra e quilombola, quilombola e negro, mulher negra, professora negra, professor negro. Entretanto, com exceções, as pessoas reconhecidas como brancas não explicitam a sua cor ao falar de si. Como trazer para o texto tal perspectiva sem essencialização? E como não refazer a distinção somente para as pessoas reconhecidas negras que enunciam a categoria no momento em que relatam sobre si? Essas questões geraram tanto incômodos quanto reflexões. Pareceu-me que manter tal distinção que opera concretamente inclusive na escrita seria uma aproximação perigosa dos pressupostos ontológicos referentes a corpos negros. Simultaneamente, pareceu-me, ainda, que ao anunciar a classificação *negra* e silenciar a classificação *branca* – não marcada – acionada por pessoas negras, reproduziria a racialização do corpo negro. Refleti sobre a questão com minha orientadora e, também, compartilhei a problemática com o Núcleo de Antropologia da Política, do Estado e das Relações de Mercado (NAPER/UFPR) e com colegas de outras áreas. Dessas reflexões estabeleci uma inflexão na descrição. Destacarei (como fiz ao longo desta Introdução) também a cor branca, em seguida da posição da pessoa com quem conversei, se esta for reconhecidamente de cor branca. Penso que, deste modo, a questão é deslocada do “ente” para a relação “entre”.

Ademais, a dificuldade com a descrição se justifica, por um lado, pelas múltiplas possibilidades de as identificações serem negociadas relacionalmente e, por outro lado, pela

impossibilidade de identificação “exterior” de algumas pessoas no interior dessa dicotomia. Um exemplo disso é trazido pelo antropólogo Marcos Silveira (2017, 2018), que refletiu sobre os procedimentos das bancas de verificação fenotípica para o ingresso de negras e negros na UFPR. Ele problematizou como a categoria parda engloba diferentes classificações e trânsitos, tornando sua categorização muitas vezes indefinível apenas pela heteroidentificação (visual), exigindo-se, como consequência, outros mecanismos. A minha proposta de descrição é bastante delicada e controversa. Por isso, evidenciarei as classificações de cor de pessoas que assim se reconhecem, ao passo que não destacarei tal classificação para pessoas que podem transitar pelos dois extremos dos polos e para pessoas que, marcadas, desconheço como se reconhecem.

Ressalto que as e os estudantes quilombolas com quem conversei se reconhecem negras e negros. No entanto, é fundamental explicitar que pessoas não negras também são reconhecidas quilombolas, pois, como sabemos, o pertencimento étnico e outros modos de identificação não se assentam no fenótipo. Há uma multiplicidade de modos de gerar pessoas. Apreendemos, simetizamos, hierarquizamos outrem a partir de inumeráveis elementos que modulam a forma como a relação será constituída. Nesta perspectiva, não busco tornar a relação entre corpo negro e pessoa quilombola como universal, como se a última estivesse condicionada à primeira; busco, sim, explicitar uma questão etnográfica que compõe as experiências de minhas interlocutoras e interlocutores quilombolas.

A escrita também busca preservar uma distinção etnográfica das noções de comunidade e quilombo. O encontro com estudantes quilombolas que moram no território ou fora dele possibilitou apreender a concepção difusa, potencialmente aberta a várias outras traduções, da referência ao quilombo em similaridade com o *território*, em sentido amplo – um “*lugar de cura*”, como afirmou uma interlocutora, e de múltiplos afetos. A categoria *comunidade* algumas vezes apareceu com este sentido. De outro modo, majoritariamente, a referência carregava com maior precisão os vínculos de parentesco com as pessoas assim como com o território, independentemente do lugar de residência, indicando que a comunidade está espalhada pelos diferentes lugares onde as/os quilombolas moram. Nesta perspectiva, a comunidade, estruturada pelo parentesco, engloba o quilombo e simultaneamente extrapola a sua fronteira territorial. No caso desta etnografia, na UFSC estudantes quilombolas se constituem em um grupo que tem vínculos com as comunidades Aldeia, Invernada dos Negros e Morro do Fortunato.

Em outro registro, a etnografia dos processos de constituição, de decisão e de implementação do Programa de Ações Afirmativas na UFSC demonstra a centralidade dos agenciamentos do *movimento negro*. Desse modo, o uso das expressões movimento negro e

entidade negra busca reter uma definição etnográfica e suas ressonâncias em reflexões acadêmicas. Como destacou a coordenadora do MNU em Santa Catarina,⁴¹ Maria de Lurdes Mina, reconhecida militante da causa quilombola, o MNU é uma *entidade*. Em suas palavras:

O movimento negro brasileiro se divide pelas diversas matrizes teóricas que defende. São várias entidades do movimento negro, [...] então tem uma diversidade e tem as contradições. Agora, nós somos uma organização política, o Movimento Negro Unificado é uma organização política que faz parte do movimento negro brasileiro (Lurdes Mina, em 2 de agosto de 2018).

Em consonância com a definição apresentada por Lurdes Mina, a socióloga Ilse Scherer-Warren e a assistente social Ana Carolina Espírito Santo definiram o movimento negro como “*o conjunto de entidades que têm como objetivo comum a luta contra o racismo, o preconceito e a discriminação racial*” (2014, p. 122).⁴² Igualmente, Nilma Lino Gomes (2017) o caracteriza como educador. Da convergência de atributos que, como entendo, estão implícitos na definição da coordenadora do MNU, destaco os aspectos que indicam o estatuto do movimento negro: é diverso, é contraditório, é político, é antirracista e é educador. Dessa forma, a categoria entidade traduz uma das múltiplas agências que compõem o movimento negro, como exemplo, o MNU. Com esta definição, uso a categoria entidade negra como descrição tanto do MNU como de outras agências que compõem o movimento negro. O direito específico para quilombolas na UFSC também tem a “*assinatura*” de entidades negras, como busco demonstrar.

Finalmente, faço um apontamento sobre os nomes de pessoas ao longo da tese. Ciméa Bevilaqua (2003) problematizou a identificação de interlocutoras/es em pesquisas realizadas em instituições estatais, nas quais, “*tratando-se de autoridades ou de servidores públicos, a simples menção de seus cargos e funções é suficiente para identificá-los*” (2003, p. 60). No mesmo sentido, os cursos e os grupos de pertença de estudantes quilombolas possibilitam identificações. Essa questão também foi problematizada por Ana Cláudia Marques e Jorge Villela (2005) em suas pesquisas realizadas no sertão pernambucano. Marques e Villela argumentaram que a nomeação fictícia é uma ação necessária e implica “*preserva[r] um*

⁴¹ O MNU é uma organização nacional com coordenações regionais. Lélia Gonzalez (1982) relatou o modo como ocorreu a fundação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-racial (MUCDR) em 18 de junho de 1978. Em dezembro de 1979, o nome foi alterado para Movimento Negro Unificado. Conforme Nilma Gomes, esta entidade elegeu “*a educação e o trabalho como duas importantes pautas na luta contra o racismo*” (2017, p. 32). Neste texto evidencio também as ações do MNU/SC junto às comunidades quilombolas referentes à regularização territorial. Entre diferentes interlocutoras/es na UFSC, o MNU foi a entidade negra mais destacada, pois está diretamente relacionada e implicada com as políticas para comunidades quilombolas em Santa Catarina.

⁴² Pesquisadoras do Núcleo de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa de Santa Catarina (UFSC).

anonimato para 'fora' e, portanto, para um público teoricamente ilimitado, e, se sua eficácia está longe de ser absoluta, de qualquer modo restringe o reconhecimento pessoal ao interior da comunidade e só o revela de modo não imediato” (2005, p. 15).

Tanto Bevilaqua quanto Marques e Villela pesquisaram em espaços distintos, porém acentuaram as questões morais e éticas que envolvem a perspectiva antropológica. Para as e o antropólogo é relevante inviabilizar a identificação imediata das/os interlocutoras/es, de modo a evitar exposições a situações de constrangimentos, a processos judiciais ou ainda gerar conflitos internos ao grupo com implicações inesperadas. Em minha dissertação de mestrado (SANTOS, 2007) mantive o anonimato das pessoas, dos bairros rurais e do município. Na tese, minhas e meus interlocutores consentiram a divulgação de seus nomes, pois desejam que suas perspectivas sejam conhecidas e reconhecidas na UFSC. A perspectiva de alterar os nomes, cursos e até comunidades, ao que me parece, infringiria o próprio pacto implícito estabelecido entre nós; ou seja, seria tornar anônimas as pessoas que tanto lutaram pelo direito de fazer a graduação em uma universidade pública.

Estruturação da tese

No Capítulo I, descrevo a dinâmica instaurada no Conselho Universitário da UFSC com a edição da lei de cotas em 2012. Evidencio os principais impasses, controvérsias, confrontos, alianças e acordos gerados pelo encontro conflituoso entre os critérios da lei de cotas e os do Programa de Ações Afirmativas criado em 2007. Como evidencio, as disputas em torno do seu eixo racial provocaram fissuras e deslocamentos de perspectivas. As alianças em torno das questões fundantes do Programa possibilitaram sua reformulação, em 2015, exclusivamente com vagas suplementares, com a inclusão de estudantes quilombolas como sujeitos de direito.

No Capítulo II, descrevo as trajetórias de duas estudantes quilombolas que ingressaram na UFSC antes do estabelecimento de vagas suplementares, Adriana Ferreira (Invernada dos Negros) e Lu Quilombola (Aldeia). Busco tornar visíveis as condições que, desde a infância, produziram efeitos cumulativos para dificultar seu acesso à universidade. Descrevo também como o Decreto nº 4.887/03, ao regulamentar o processo de titulação de terras quilombolas, gerou encontros entre o MNU/SC, o Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER/Departamento de Antropologia/UFSC) e comunidades quilombolas, a partir de 2004, tendo em vista a regulamentação territorial. No processo, o movimento passou a lutar também pela implementação da educação quilombola nos quilombos e, posteriormente, propôs o curso

de Licenciatura em Educação Quilombola. Indico que a divulgação do PAA em territórios quilombolas por meio de um Programa de Extensão (PROEXT/MEC) foi um dos movimentos propulsores para a criação das vagas suplementares.

No Capítulo III, descrevo como ocorreram os processos de implementação da política de vagas suplementares para quilombolas no período de 2016 a 2019. Também busco abordar as condições em que as e os primeiras/os ingressantes chegaram à universidade por meio do novo Programa e como estão relacionadas/os entre si. Tanto antes quanto após a política de vagas suplementares, vê-se que a maioria das/dos estudantes provém de três comunidades: Aldeia, Morro do Fortunato e Invernada dos Negros. Argumento que, com o novo direito, redes de apoio mútuo envolvendo parentes e militantes do MNU contribuíram decisivamente para o acesso à universidade.

No Capítulo IV, trato dos principais desafios de estudantes quilombolas para permanecer na universidade. As prioridades são a moradia, a bolsa permanência e o aprendizado da linguagem acadêmica e de procedimentos institucionais. Essas prioridades são complementares e fundamentais para garantir que *ficarão* na UFSC. Nas narrativas da maioria das/os interlocutoras/es do Aldeia e do Morro do Fortunato, um elemento emergiu como gerador de desigualdades: o longo tempo longe dos estudos e o ingresso “tardio” na Universidade, de uma a duas gerações acima da média da turma.

As considerações finais sintetizam o percurso e as contribuições que a tese busca trazer.

Nós participamos do movimento, intensamente, que instituiu as cotas na UFSC... [e] fomos obrigados, pela conjuntura nacional, a buscar um *consenso*. Porque não queríamos perder nenhum *direito*.
Lurdinha Mina (MNU), sessão do Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, 16 de junho de 2015.

CAPÍTULO I - O ENCONTRO DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS COM A LEI DE COTAS: O CONSELHO E A INSTITUIÇÃO DE UM NOVO DIREITO

Neste capítulo, descrevo as condições em que vieram a ser estabelecidas vagas suplementares para estudantes quilombolas em cursos de graduação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em 2007, o Conselho Universitário aprovou a implementação do Programa de Ações Afirmativas (PAA) constituído por três eixos: (a) com condicionante socioeconômico, com a reserva de 20% das vagas em todos os cursos e turnos para estudantes oriundas/os de escolas públicas; e sem condicionantes (b) racial, com a reserva de 10% das vagas para pessoas negras e (c) étnico, com 10 vagas suplementares para indígenas. Em 2012, a presidência da república promulgou a Lei nº 12.711/2012 – a Lei de Cotas – criando o sistema de cotas nas Instituições Federais de Ensino (IFEs)⁴³ para estudantes de escolas públicas, entre estes, negras/os e indígenas. Descrevo como o encontro⁴⁴ entre o PAA e a lei de cotas suscitou no Conselho controvérsias, discussões, tensões, confrontos, acordos e decisões.

A lei de cotas reservou 50% das vagas das IFEs e previu a implementação, no período de 2013 a 2016, de no mínimo 12,5% de reserva de vagas por ano. Na UFSC, o Conselho teve de compatibilizar o PAA com a lei de cotas, cujos princípios eram distintos – e, em boa medida, incomensuráveis. Isso fez ressurgir argumentos que haviam sido mobilizados anteriormente contra a própria proposta do PAA. Os confrontos estabelecidos no Conselho entre 2012 e 2015 expuseram as alianças constituídas em defesa e contra a continuidade do Programa.

Nos processos de decisão, a defesa da reserva de vagas para pessoas negras não condicionadas a critérios socioeconômicos ou de percurso escolar foi central na medida em que avançou a implantação da lei de cotas. Os argumentos foram expressos principalmente em linguagem jurídica. De um lado, a defesa da reserva dos 10% do eixo racial do PAA acionou a autonomia universitária,⁴⁵ as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e a própria lei de

⁴³ Universidades e institutos federais.

⁴⁴ Aproximo a noção de encontro com a noção de encontro pragmático proposta pelo antropólogo Mauro Almeida (2013). Ele sugere tal noção para problematizar o encontro entre diferentes entes e os pressupostos ontológicos que “*dão sentido a encontros pragmáticos, mas vão além de qualquer encontro particular*” (2013, p. 9).

⁴⁵ Conforme Art. 207 da CF, “*as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*”.

cotas. Por outro lado, os argumentos em defesa da escola pública e da adoção exclusiva da lei de cotas significaram a oposição às vagas destinadas a pessoas negras, ancorados na perspectiva da precedência da lei nº 12.711/12 em relação ao PAA.

A primeira alteração no Programa ocorreu ainda em 2012 com a destinação integral da reserva de 20% de vagas do eixo socioeconômico, para a lei de cotas. Em 2013 e 2014, as alianças e acordos em torno do eixo racial deram condições para sua vigência até 2015. Com a destinação de 50% das vagas da instituição para atender à lei de cotas, foi politicamente impraticável sustentar a reserva de 10% para 2016. Com isso, acordos entre forças políticas favoráveis ao Programa mobilizaram sua reconfiguração em forma de vagas suplementares para pessoas negras e quilombolas, de modo similar às de indígenas. No capítulo II, evidencio como as mobilizações feitas por quilombolas, pelo Movimento Negro Unificado (MNU) e professoras/es da UFSC propiciaram que a demanda quilombola de acesso à educação superior fosse legitimada no Conselho.

Com o sentido de evidenciar o meu argumento de que a aprovação em 2015 de nove vagas suplementares para quilombolas foi efeito dos múltiplos desdobramentos da relação entre o Programa e a lei de cotas, descrevo as discussões e decisões ocorridas nas sessões do Conselho no período de 2012 a 2015. Ao centrar a observação no encontro de ambos os dispositivos legais, com níveis hierárquicos distintos, descrevo também as dinâmicas próprias do Conselho e sigo o Programa demonstrando suas transformações ano a ano.

Descrevo como a sessão do Conselho é uma tecnologia de fazer decisão como prática imanente dessa instância estatal. Historicamente, as sessões ocorrem de modo reservado e apenas em situações específicas é autorizada a participação de não membros. Porém, em 26 de agosto de 2008, o Conselho aprovou por unanimidade⁴⁶ a transmissão “ao vivo” de suas sessões. A primeira ocorreu em 2 de setembro (RÓDIO, 2008). Este fato trouxe uma materialidade não imaginada para a pesquisa etnográfica. A transformação do caráter privativo das sessões para o de “público ilimitado” propiciou a descrição minuciosa e a identificação das pessoas que, em diferentes posições, delas participaram.

Os alcances potencializados pela tecnologia digital têm alargado e multiplicado as disposições, as experiências e os sentidos da categoria público. Com a mediação dessa tecnologia, em meados de 2017 observei as sessões que trataram do encontro entre o Programa e a lei de cotas no período de 2012 a 2015. O distanciamento temporal e físico/geográfico não me permite aprofundar a descrição das relações entre conselheiras e conselheiros. Com as

⁴⁶ A observação das sessões desse Conselho permite sugerir que é considerada “unânime” a decisão em que ninguém se expressou com voto contrário no momento da votação.

limitações dadas pela especificidade desse modo de observação, não tive acesso a possíveis negociações de “bastidores”, somente ao modo como as pessoas se expressaram publicamente nas sessões. As imagens também não permitem observar as reações das pessoas às intervenções de outras ou mesmo eventuais conversas paralelas e estratégias delineadas ao longo do próprio andamento da sessão. A observação foi restringida pela própria potencialidade do registro etnográfico. Assim, busco identificar as posições políticas que se defrontaram nesses debates, os principais argumentos pelos quais se expressaram e os seus efeitos, formalizados em resoluções.

Nas sessões as palavras circularam mobilizando outras palavras e evidenciaram cosmologias e filosofias (SALMOND, 2014). As palavras são materialidades que fazem fazer (LATOUR, 2015) múltiplas outras, como documentos, aliadas/os, adversárias/os, hierarquias, posições e direitos. A descrição, de forma extensiva, das palavras enunciadas no Conselho, busca explicitar as redes de relações políticas, as alianças e os pontos de vista sobre as matérias em debate. As palavras ditas por conselheiras/os e convidadas/os geraram expectativas, acordos, controvérsias e confrontos; algumas foram, inclusive, enquadradas como racismo.

Complementarmente, busquei trazer algumas das reações suscitadas pelo PAA que contribuem para indicar o quanto foram (e continuam) fortes as resistências dentro e fora da instituição. Em alguns momentos, trato de colocar em perspectiva os debates na UFSC com processos de discussão e aprovação das políticas afirmativas na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 2004, e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2007, apoiada nas etnografias da antropóloga branca Ciméa Bevilaqua (2005) e do antropólogo negro José Carlos dos Anjos (2012). Considerei fazer o contraponto com essas universidades por também serem localizadas na região sul do Brasil, com populações majoritariamente brancas – 84% em Santa Catarina; 83,2% no Rio Grande do Sul; e 70,3% no Paraná (IBGE, 2010). Ambos os fatores, associados às composições similares dos Conselhos nas três instituições, me permitiram estabelecer algumas conexões parciais (STRATHERN, 2014). Também, Anjos e Bevilaqua acionaram a relação com o “sagrado” em suas análises do processo de aprovação das cotas nessas instituições, com perspectivas distintas. Na conclusão do capítulo, faço considerações a esse respeito a partir do meu material etnográfico.

Sigo as definições etnográficas emergidas no trabalho de campo como perspectiva antropológica que prescinde de definições a priori. Martin Holbraad (2012) propõe destituir as coisas (objetos, artefatos, e outras materialidades) de *“qualquer determinação ontológica a priori em absoluto, para permitir-lhes ditar, por assim dizer, os seus próprios termos do compromisso analítico* (2012, p. 21). Em acordo, trato de descrever como as disputas em torno

do Programa foi consolidando uma imagem da UFSC que se tornou majoritária. Atento para o seu caráter múltiplo (MOL, 1999) e relacional, para as suas manifestações e para os pontos de vista distintos. Ainda, trato de articular analiticamente e de modo aproximativo as noções de encontro e de acordo conforme propostas por Mauro Almeida (2003; 2013). Desse modo, o esforço é destituir qualquer divisão entre entes localizados em diferentes posições, como coisas e pessoas, na produção das decisões e em seus efeitos.

Como mencionei, a descrição se assenta no material coletado no trabalho de campo realizado na UFSC e em seu acervo virtual. Sistematizei e analisei as sessões gravadas, as atas, as resoluções normativas, o regimento interno do Conselho Universitário e o estatuto da Universidade. A pesquisa se estendeu também aos currículos lattes de conselheiras e conselheiros. Nessa perspectiva, a análise está apoiada em trabalhos que abordam as reuniões como práticas sociais (BEVILAQUA, 2005; BROWN; REED; YARROW, 2017; CASTRO, 2013; DE L'ESTOILE, 2015; LUCIANI, 2009; SCHAVELZON, 2007).

Na primeira seção descrevo os debates ocorridos no Conselho no período de 2012 a 2014. A juridicização dos argumentos opostos à manutenção da reserva de vagas para pessoas negras, ao induzir que os argumentos favoráveis também fossem situados no mesmo terreno, teve como efeito (possivelmente inesperado para seus opositores) o fortalecimento da legitimidade do Programa e sua constituição como parte da história da UFSC, potencializando sua continuidade. Na segunda seção descrevo o encontro do Programa com as demandas quilombolas em 2015 e a reemergência da disputa sobre o estatuto do Programa como direito ou como concessão no debate sobre sua reconfiguração em vagas suplementares. Destaco o protagonismo das representações de entidades negras, de coletivos de estudantes negras e, em certa medida, de estudantes conselheiros. Finalmente, teço algumas considerações sobre as múltiplas dimensões explicitadas pela descrição das sessões do Conselho.

Na observação dessas sessões, assim como verifiquei nas interações no trabalho de campo *in loco*, o acionamento de relações racializadas explicitou tais relações como um fenômeno estruturante. Como exemplo, em julho de 2017 conversei com o engenheiro civil branco Hélio Rodak de Quadros Júnior que, na posição de conselheiro técnico no Conselho Universitário (2013 a 2015), participou do processo de decisão que culminou na criação de nove vagas suplementares para quilombolas em cursos de graduação. Entre as estantes com incontáveis livros da Biblioteca Universitária, naquele momento quase vazia, o engenheiro evocou seu tempo de estudante.

Em 2008 eu estava acompanhando alguns trabalhos com o pessoal da direção no Diretório Central dos Estudantes (DCE/UFSC) e a gurizada era assim como eu, *galego*, no máximo *moreninho*, não chegava nem perto de *mulato*, por exemplo. No sentido de apontar alguém como *negro*, era muito raro. Quando se tinha negros na universidade era muito comum falar que era o pessoal de intercâmbio que vinha de países africanos (Hélio Rodak Quadros Júnior, entrevista em 11 de julho de 2017, grifos nossos).

Tomando como referência o fenótipo, Rodak acionou diferentes categorias para evidenciar a rara presença negra na UFSC até meados da primeira década de 2000. Relatar a si e a outrem a partir dessas categorias, destacando a diferença inscrita no corpo, é um mecanismo de explicitação de pressupostos ontológicos dos modos de reconhecer-se e de como *se é* reconhecido – note-se a fluidez das categorias em associação à cor. Com exceções, como fez Rodak, relatar o corpo reconhecido como branco não é usual. Em contraste, como evidencio nas sessões do Conselho, pessoas negras, frequentemente, no ato de se apresentar destacaram a diferença marcada no corpo – uma dupla enunciação. Também ao destacarem a categoria negra não houve mediações de escalas de cor, como há na citação acima.

A rara presença de corpos negros na universidade foi o argumento mobilizador da implementação do PAA em 2007. Encontrei três versões sobre as discussões que antecederam a inclusão das ações afirmativas na agenda do Conselho Universitário. A primeira, registrada pela assistente social Corina Espíndola (2014), apresenta o evento “Cotas para Negros” realizado em 2001 pela Associação dos Professores da UFSC (APUFSC)⁴⁷ como o marco inicial de aproximação com este debate. A segunda, descrita pelo professor branco Marcelo Tragtenberg (2012), posiciona tal marco em 2002, quando “*o professor negro Oswaldo Maciel*” criou o Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e Classe (GTEGC/APUFSC)⁴⁸ que realizou ações políticas e de pesquisas na temática (TRAGTENBERG, 2012, p. 239). Já as pesquisadoras Ilse Scherer-Warren e Anna Espírito Santo (2014) destacam como marco a realização do “I Colóquio Pensamento Negro na Educação”, organizado pelo Núcleo de Estudos Negros (NEN)⁴⁹ em 2006 e assim noticiado no site da UFSC:

⁴⁷ A Associação dos Professores da UFSC foi fundada em 1974. Em 2007 dirigentes dessa associação se mobilizaram para transformá-la em sindicato, o que ocorreu em 2009. Desde então, a APUFSC passou a ser Sindicato das Universidades Federais de Santa Catarina (APUSFC, 2018).

⁴⁸ Oswaldo Maciel, um dos fundadores da APUFSC e diretor por dois mandatos (1979-1982), em 1982 foi um dos fundadores da Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior (ANDES), sendo seu primeiro presidente.

⁴⁹ O sociólogo negro João Carlos Nogueira, coordenador do Núcleo de Estudos Negros (NEN) e militante do movimento negro catarinense compôs a delegação brasileira que foi à conferência de Durban. O Núcleo de Estudos Negros (NEN) foi fundado em 1986, em Florianópolis (SC). “*É uma organização não governamental (ONG) a serviço do Movimento Negro de Santa Catarina [...] na luta contra o racismo e todas as formas de discriminação*

Cerca de 20 dos principais pensadores negros do Brasil participam, nos dias 15, 16 e 17 de fevereiro, do 1º Colóquio Pensamento Negro em Educação, no Morro das Pedras Praia Hotel, em Florianópolis [...]. Considerado o maior e mais representativo evento da área, o colóquio terá a sua abertura na noite de quarta-feira (dia 15), com o debate “Relações Raciais e Políticas em Educação no Brasil”, no auditório da reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Entre as presenças confirmadas no debate estão o economista Marcelo Paixão, coordenador do Observatório Afro-brasileiro, Elisa Larkin Nascimento, pesquisadora do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), no Rio de Janeiro, e José Jorge de Carvalho, autor do projeto que instituiu cotas para negros e indígenas no vestibular da Universidade de Brasília (UnB). O mediador será o sociólogo João Carlos Nogueira, consultor especial da Presidência da República para a Promoção da Igualdade Racial. Promovidos pelo Núcleo de Estudos Negros (NEN), debate e colóquio têm o apoio da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e UFSC (UFSC, 2006).

Na ocasião, o então pró-reitor de ensino de graduação (PROGRAD) comprometeu-se com a elaboração de políticas afirmativas na UFSC (ESPÍRITO SANTO; CHERER WARREN, 2014). Dois meses após, em 3 de abril de 2006, por meio da Portaria nº 195/GR/2006, o reitor Lúcio José Botelho (CCS⁵⁰ /2004-2008) constituiu a Comissão para Acesso com Diversidade Socioeconômica e Étnico-Racial (CADSE) para elaborar a proposta de um programa de ações afirmativas. Nesta circunstância, entidades negras⁵¹ criaram o “Fórum de Entidades do Movimento Negro em Defesa da Educação do Negro no Ensino Superior-SC”. Para representação nessa comissão, escolheram como titular Marta Santos da Silva Lobo (AMAB) e o suplente José Nilton de Almeida (NEN) que no decorrer do processo assumiu a condição de titular (2014, p. 131). Sob a presidência da professora Gislene da Silva (CCE) e, na vice-presidência, Marcelo Tragtenberg (CFM), a CADSE foi composta por representações da Associação de Professoras/es (APUFSC), da Comissão Permanente do Vestibular (COPERVE), dos 12 Centros Universitários, do Sindicato dos Técnicos (SINTUFSC), da

racial e social a que está submetida a população afro-brasileira, atua mediante a busca de políticas públicas que promovam a igualdade” (ESPÍRITO SANTO; CHERER WARREN, 2014, p. 126).

⁵⁰ Adotei a convenção de indicar os Centros aos quais professoras/es mencionados na tese estão vinculados. São 12 Centros: Centro de Ciências, Tecnologias e Saúde (CTS), Centro de Ciências Agrárias (CCA), Centro de Ciências Biológicas (CCB), Centro de Comunicação e Expressão (CCE), Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Centro de Desportos (CDS), Centro de Ciências da Educação (CED), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro Socioeconômico (CSE), Centro Tecnológico (CTC).

⁵¹ Participaram do Fórum as seguintes entidades negras: o NEN (Núcleo de Estudos Negros), a UNEGRO (União de Negros pela Igualdade), o MNU (Movimento Negro Unificado), a AMAB (Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros), entre outras (ESPÍRITO SANTO; CHERER WARREN, 2014, p. 131). O estudo de Ilse Scherer-Warren e Ana Carolina Espírito Santo apresenta um denso material sobre os agenciamentos feitos por entidades negras na formulação das ações afirmativas na UFSC, e me apoio nele. Para informações detalhadas, sugiro a leitura do artigo das autoras: “Movimento negro e implantação das ações afirmativas na UFSC” (2014).

Secretaria Estadual de Educação (SED-SC), do Conselho Estadual dos Povos Indígenas e do Fórum de Entidades Negras.⁵²

Ao longo de 2006, a CADSE fez reuniões em várias instâncias e promoveu estudos sobre a presença negra na UFSC. Em 2006, conforme Tragtenberg (2014), o “*percentual de negros (pretos e pardos) inscritos no vestibular da UFSC era de 8,8%, sendo somente 7,7% dos classificados*” (2012, p. 245). A proposta previu a reserva de 40% das vagas dos cursos de graduação da seguinte forma: 20% para pessoas oriundas de escolas públicas e 20% para pessoas negras; destas, 15% seriam sem condicionalidades e 5% condicionadas às pessoas oriundas de escolas públicas. Previu também a criação de dez vagas suplementares para indígenas, sem condicionalidades. A comissão entregou a proposta ao reitor em 21 de novembro de 2006 (LIEDTKE, 2006), que a encaminhou ao Conselho Universitário – “*órgão máximo deliberativo e normativo*” (UFSC, 2019c, p. 6) – em março de 2007, quando a proposta foi debatida, mas sem deliberação. Em 10 de julho de 2007, ela retornou ao Conselho e foi aprovada com alterações significativas, que explicitaram a resistência às cotas raciais. Foi aprovada a redução de 20% para 10% do percentual de reserva de vagas para pessoas negras. Mais adiante retomo esta discussão.

A seguir descrevo sinteticamente a organização das sessões do Conselho, as condições da aprovação do PAA em 2007 e alguns de seus desdobramentos até 2012, ano em que o STF julgou a constitucionalidade das cotas nas universidades e o Congresso aprovou a lei nº 12.711/12.

1.1 Os debates no Conselho Universitário

As sessões do Conselho Universitário são realizadas na sala dos conselhos⁵³ sob a presidência da/o reitora/or. A maioria dos membros são servidoras/es docentes: pró-reitoras/es de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão; diretoras/es dos doze Centros Universitários; representantes das Câmaras⁵⁴ de Graduação, de Pós-Graduação de Pesquisa e

⁵² O Diretório Central dos Estudantes da UFSC (DCE/UFSC) não foi designado para compor a comissão, entretanto, participou informalmente desta (ESPÍRITO SANTO; CHERER WARREN, 2014, p. 132).

⁵³ Nessa sala são realizadas também as sessões das Câmaras de Ensino de Graduação, de Pesquisa, de Pós-Graduação e de Extensão, bem como do Conselho de Curadores. O nome oficial é Sala Professor Ayrton Roberto de Oliveira em homenagem a um dos fundadores e ex-diretor da antiga Faculdade de Medicina de Santa Catarina e do Centro de Ciências da Saúde da UFSC (1970-1977).

⁵⁴ As câmaras funcionam como órgãos consultivos e deliberativos das pró-reitorias de graduação, de pós-graduação, de pesquisa e de extensão. As câmaras são presididas pela/o titular da pró-reitoria à qual se vinculam.

de Extensão, representantes das/dos professores de cada Centro Universitário e representante das/dos professores de educação básica da UFSC.⁵⁵ Outras categorias de membros são: servidoras/es técnico-administrativas/os, estudantes de graduação e pós-graduação e representantes da comunidade externa.⁵⁶ Portanto, tem-se conselheiras/os das três categorias (docentes, estudantes, técnicos) e em diferentes posições da estrutura organizativa da universidade (pró-reitorias, câmaras, centros, diretório estudantil e outras), além da comunidade externa. As múltiplas temporalidades dos mandatos, dadas pela posição ocupada, propiciam a troca de muitas/os conselheiras/os durante o mandato da presidência, que é de quatro anos. A princípio, as titularidades das pró-reitorias – cargos indicados – coincidem com o mandato na reitoria. Por essa razão, os debates no Conselho são simultaneamente cumulativos e não cumulativos. Se, por um lado, suas decisões geram efeitos que se sedimentam ao longo do tempo, por outro, o teor dos argumentos e debates ocorridos em momentos anteriores não necessariamente é conhecido por seus membros em certo momento.

As sessões podem ser ordinárias, previstas para acontecer uma vez ao mês, ou extraordinárias, convocadas “*através de ofício circular [...] com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas*” (Artigo 8º do Regimento do CUn). As sessões que trataram das ações afirmativas foram extraordinárias. Nas sessões, as/os membros tratam uns aos outros como conselheira e conselheiro. No caso das sessões observadas, a presidência ora era evocada como senhora presidente, ora como presidente ou ainda como magnífica reitora. Eventualmente, uma conselheira ou conselheiro chama a/o outra/o de professora/professor. Talvez aqui seja possível indicar uma relação com o tempo de adequação e da sedimentação de uma linguagem regimental (ABREU, 2005).

Como a dinâmica das deliberações está prevista no regimento, as reuniões assumem, em linhas gerais, o mesmo formato. Em situações que se afastam em demasia do previsível, o

⁵⁵ Colégio de Aplicação.

⁵⁶ Composição do Conselho: pela/o reitora/or e vice-reitor/a como presidente e vice-presidente, respectivamente; pelas/os pró-reitoras/es das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão; pelas/os diretoras/es dos Centros Universitários; por três representantes da Câmara de Graduação; por três representantes da Câmara de Pós-Graduação; por três representantes da Câmara de Pesquisa; por três representantes da Câmara de Extensão; por uma/um professora/professor representante de cada Centro Universitário; por uma/um professora/professor representante dos Professores de Educação Básica da UFSC; por representantes das/os Servidoras/es Técnico-Administrativas/os em quantidade igual a um sexto do número de conselheiros docentes no Conselho; por discentes da graduação e da pós-graduação em quantidade igual a um sexto do número de conselheiros docentes no Conselho; por representantes da comunidade externa em quantidade igual a um doze avos do número de conselheiros docentes, indicados pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC); pela Secretaria de Estado da Educação (SED); pelos sindicatos ou federações patronais de Santa Catarina e pelos sindicatos ou federações de trabalhadores de Santa Catarina. Cada representação possui uma suplência (UFSC, 2019c, p. 6).

regimento é evocado. Assim, a sessão é aberta com a saudação, ao microfone, da reitora. Com *a palavra*, ela justifica as e os ausentes, constata o quórum, dá posse a novos e novas conselheiras e coloca em *apreciação*⁵⁷ a ordem do dia: os pontos da pauta que serão objetos de discussão. As/os conselheiras/os podem solicitar a retirada e a inversão de um ponto, dentre outras ações, com a finalidade de organizar a dinâmica da sessão. O primeiro ponto, contudo, é fixo: trata da apreciação e aprovação da ata da sessão anterior.

As matérias que trataram da política afirmativa foram chamadas de minutas⁵⁸ de resolução. Formalizadas por meio de processo administrativo, as minutas exigem a relatoria de uma pessoa conselheira, indicada pela presidência do Conselho. Ao ser colocada a matéria em pauta, a pessoa relatora apresenta o parecer e anuncia seu voto. O parecer é apreciado e se, na votação, for rejeitado pela maioria, as propostas divergentes/concorrentes que emergiram da discussão podem ir à votação. Para votar levanta-se uma das mãos e, por maioria simples, a matéria é ou não aprovada. Durante a apreciação é facultada a solicitação de pedido de vista. Este recurso suspende a discussão do ponto por, no mínimo, 72 horas. A/o solicitante apresentará o parecer de vista. De outro modo, o regime de urgência impede o pedido de vista. Esta linguagem regimental opera de modo sistemático e gera a impressão de uma estabilidade nas sessões. Porém, cada decisão do Conselho, além de disputadas, potencializa alterações nas práticas da instituição em múltiplos planos.

Cada sessão gera muitos entes: a convocação, na qual consta a pauta com a ordem do dia; a ata, com o registro sintético das discussões e das decisões; a resolução normativa, que regerá a matéria em questão; e a gravação da sessão. Após a apreciação (processo em que se opera a circulação das palavras), os votos são anunciados e, se a minuta for aprovada, transforma-se em resolução. A constituição da resolução se assenta em dispositivos legais de diferentes ordens e, muitas vezes, estará associada a resoluções anteriores. Ela orientará a execução da matéria nas instâncias de competência. Essas materialidades compõem a tecnopolítica do Conselho e a propagam para as demais instâncias da instituição.

⁵⁷ *Apreciar* é uma categoria que consta do Estatuto da Universidade. Embora ausente do Regimento Interno do Conselho Universitário, é amplamente utilizada e expressa o conjunto das técnicas acionadas no processo decisório: analisar, avaliar, discutir, debater, deliberar. A reitora, ao “*passar a palavra*” à plenária, coloca em *apreciação* a matéria.

⁵⁸ A categoria minuta, no Conselho, tem um sentido quase restrito ao documento que, após discutido e redigido em uma determinada instância de competência, é formalizado em processo e está “quase pronto” a transformar-se em norma. Muitas vezes, a minuta é também denominada de proposta. Contudo, uma *proposta*, aqui, é entendida num sentido amplo, pode ser um documento que teve origem em um/a conselheiro, numa comissão, no movimento negro, ou outros. Também são consideradas propostas as sugestões verbais de alterações na minuta.

Como instância deliberativa máxima, a principal atribuição do Conselho é decidir. Não é possível encerrar o debate de qualquer tema sem uma decisão, mesmo que esta seja de suspensão temporária da decisão – como nos casos de pedido de vista. Nas sessões que observei, a frase “*o conselho tem que decidir*” foi evocada repetidas vezes por membros e não membros, durante ou ao final de intervenções, atualizando continuamente o seu estatuto.⁵⁹ As sessões podem ser concebidas como “*arenas específicas e produtivas nas quais realidades são dramaticamente negociadas. [...] são lugares chave por meio dos quais as circunstâncias sociais, políticas, temporais, espaciais e materiais são constituídas e transformadas*” (BROWN; REED; YARROW, 2017, p. 11).⁶⁰

Com certa compreensão de como as sessões são organizadas, retomo a discussão anterior, suspensa quando a CADSE entregou a proposta de um programa de ações afirmativas ao reitor em novembro de 2006. Quatro meses após, em março de 2007, foi realizada a primeira sessão do Conselho para tratar do tema. A relatora, conselheira diretora do Centro de Comunicação e Expressão (CCE/2004-2008), apresentou parecer com a diminuição de 20% para 10% do percentual da reserva de vagas para pessoas negras. Como as sessões ainda não eram gravadas em 2007, os relatos já publicados a respeito do processo (ESPÍRITO SANTO; CHERER WARREN, 2014; TRAGTENBERG, 2012) deixam em aberto se a redução foi uma iniciativa da relatora ou se resultou de um acordo prévio. Nessa sessão, “*várias questões sobre as cotas para negros foram levantadas, particularmente [o questionamento] da sua necessidade diante da existência de cotas para escolas públicas*” (TRAGTENBERG, 2012, p. 252).

Sem a deliberação em março, a CADSE retomou as discussões em reuniões com a administração central e com diretoras/es dos Centros. Nestas, buscou-se constituir um acordo (ALMEIDA, 2003)⁶¹ para a aprovação do programa. A proposta retornou ao Conselho em 10

⁵⁹ A etnografia de Andressa Lewandowski (2014) no Supremo Tribunal Federal demonstra como se faz decisão neste Supremo, cuja finalidade também é decidir.

⁶⁰ Tradução minha: No original: *They are in another sense specific and productive arenas in which realities are dramatically negotiated. [...] Key sites through which social, political, temporal, spatial, and material circumstances are constituted and transformed* (BROWN; REED; YARROW, 2017, p. 11).

⁶¹ Mauro Almeida (2003) propõe a noção de acordo pragmático para descrever a possibilidade de estabelecimento de pontos de comensurabilidade entre ontologias incomensuráveis, com base nos efeitos pragmáticos de determinados eventos ou ações. Uso a noção de modo aproximativo, em dois momentos: primeiro para realçar o abismo (e a assimetria) entre as posições favoráveis e contrárias a uma política de cotas para negras/os, que levou a que as próprias entidades do movimento negro concordassem com a redução do percentual de vagas reservadas para ampliar as chances de aprovação de alguma ação afirmativa para pessoas negras. E, num segundo momento, para realçar a incomensurabilidade entre os fundamentos do PAA e os da lei de cotas – e como do confronto assimétrico entre os dois modelos surgiu um “acordo pragmático” que permitiu a sobrevivência, ainda que residual,

de julho de 2007. Na ocasião, representações de entidades negras – do NEN, do MNU e da UNEGRO, entre outras – “*reuniram-se no hall da Reitoria [...]. Desses, alguns representantes [...] foram convidados a se fazer presentes na sala do CUn durante a votação*” (ESPÍRITO SANTO; CHERER WARREN, 2014, p. 135).

Dias antes, em 29 de junho de 2007, o Conselho da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CONSUNI/UFRGS) também se debruçara sobre a mesma matéria. Essa discussão havia sido adiada pelos proponentes, por 15 dias, pelo risco de uma derrota. Na perspectiva de uma vitória em 29 de junho, estudantes convidaram lideranças religiosas a fazerem um *Axé*⁶² e receberam as e os conselheiros e o reitor com pipocas na entrada do prédio da reitoria. Nesse ritual, membros do Conselho foram envolvidos em uma ação cujas implicações cosmológicas provavelmente desconheciam. “*Estaria aí, certamente, uma pretensão de estender o espaço da decisão para além da circunscrição ontológica subjacente à ideia de um Conselho Universitário*” (ANJOS, 2012, p. 188).

Três anos antes, em maio de 2004, o Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná (COUN/UFPR) havia decidido sobre a política afirmativa. Na noite anterior à decisão,

entidades do movimento negro organizaram uma vigília no pátio em frente ao prédio da Reitoria. Poucos militantes enfrentaram a fria madrugada do outono curitibano, mas sua presença foi suficiente para alimentar uma atmosfera de tensão que permaneceria na manhã seguinte. Um esquema de segurança especial foi providenciado para que apenas os membros do CoUn tivessem acesso ao prédio onde são realizadas as reuniões do Conselho (BEVILAQUA, 2005, p. 175).

Na UFRGS, algumas representações de entidades negras foram autorizadas a participar da sessão, a maioria ficou no saguão da reitoria. Na UFPR foi feito um esquema de segurança para impedir a entrada de militantes. A sala do conselho foi fechada à chave e os próprios membros da comissão que haviam elaborado a proposta só puderam estar presentes depois de muita negociação. Por conseguinte, foi autorizada a participação de um representante de cada entidade negra e da imprensa que estava no local. Ao que parece, o Conselho da UFSC foi um

do que fora o cerne do PAA: a reserva de vagas incondicionadas para negras/os (em lugar de subsumir os efeitos do racismo a critérios socioeconômicos).

⁶² Incluo aqui a definição do autor sobre o Axé: “*No batuque, equivalente do Rio Grande do Sul ao candomblé na maior parte do País, pipocas tanto estão associadas ao orixá protetor dos doentes, Xapanã, e sinaliza ‘limpeza espiritual’, uma desobstrução, a ‘limpeza do corpo’, não dissociada da ‘limpeza espiritual’, especialmente da dissolução dos efeitos ‘do olho-gordo’ e de todo tipo de mal estar físico e emocional que dificulta decisões adequadas*” (ANJOS, 2012, p. 188).

pouco mais maleável quanto à presença de entidades negras. Entretanto, a situação se repetiu: apenas algumas das representações negras foram convidadas a entrar na sala dos conselhos. Nas três instituições é significativa a feita, por não membros, da expansão dos espaços das reuniões do Conselho, como sugeriu José Carlos dos Anjos (2012). O desejo político de alteração das regras vigentes com a inclusão da distinção racial nos vestibulares mobilizou corpos negros, afetos, emoções, tensões e pressões cujas intensidades podem ter, de alguma forma, reverberado nas decisões.

Na UFSC, em um debate acalorado, foi aprovada a Resolução Normativa (RN) nº 008/CUN/2007 com alterações em relação à proposta original, assim como ocorreu na UFPR e na UFRGS. O Programa de Ações Afirmativas (PAA) reservou 20% das vagas da instituição em todos os cursos e turnos da graduação para candidatas/os que concluíram integralmente o ensino fundamental e médio em escolas públicas, 10% das vagas da instituição para pessoas negras, e criou dez vagas suplementares para pessoas indígenas, sem condicionalidades.

O Conselho aprovou por unanimidade a política para indígenas e para estudantes de escolas públicas. Já a reserva de vagas para pessoas negras obteve 25 votos favoráveis e nove votos contrários (TRAGTENBERG, 2012). Portanto, é compreensível que as entidades negras tenham entendido a conjuntura e se posicionado pela diminuição do percentual da reserva de vagas do eixo racial. Talvez o próprio convite para algumas das representações negras participarem da sessão tenha sido um recurso da reitoria da UFSC para pressionar e circunscrever as forças políticas contrárias às cotas, que ainda assim se mostraram vigorosas, como demonstrou a votação.

No Quadro 2 sistematizei as propostas feitas pela comissão institucional e as propostas aprovadas nos respectivos Conselhos da UFPR, UFRGS e UFSC. Bevilaqua ressaltou que a proposta da UFPR foi uma associação quase literal com a proposta apresentada em 2003 na Universidade de Brasília (UnB) – primeira universidade federal a implantar cotas em seus processos seletivos para cursos de graduação. No quadro abaixo é possível apreender uma similaridade entre as propostas em justaposição das três universidades. Isso pode indicar que relações foram estabelecidas entre essas instituições, bem como sugerir o resultado de uma discussão amadurecida feita nesses espaços (sendo o primeiro deles a UnB). Entre as três universidades da região sul, o resultado com menor alcance para pessoas negras ocorreu na UFRGS, que estabeleceu o critério da exclusividade da escola pública para o ingresso pela política de cotas.

QUADRO 2 - DECISÕES SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFPR, UFRGS E UFSC

Instituição	UFPR	UFRGS	UFSC
Proposição inicial	Movimento negro/Gestão da UFPR	Grupo de estudantes da UFRGS, liderado por quatro estudantes negras	Entidades do movimento negro/ APUFSC
Comissão	Composta pela procuradora-geral da UFPR, quatro docentes e dois discentes, com a presença majoritária de membros negros. Sem a participação de representação técnico-administrativa ou de movimentos sociais/ negros da comunidade externa.	Composta por docentes, discentes e servidores técnico-administrativos, com uma representação negra para cada categoria. Sem a participação de representação ou de movimentos sociais/ negros da comunidade externa.	Composta por docentes e servidores técnico-administrativos, com representações docentes de todos os Centros e da APUFSC. Representações externas indígenas e negras. Estudantes participaram sem serem nomeados, e a representação técnica não participou.
Proposta	Sistema de cotas de 40%, sendo 20% para estudantes de escolas públicas e 20% para negras/os sem condicionalidades. Cinco vagas suplementares iniciais para indígenas.	Sistema de cotas de 40%, sendo 20% para estudantes de escolas públicas e 20% para negras/os sem condicionalidades. Vagas suplementares para indígenas sem número definido.	Sistema de cotas de 40%, sendo 20% para estudantes de escolas públicas e 20% para negras/os. Dez vagas suplementares para indígenas sem condicionalidades. Previsto para 10 anos.
Aprovado	20% para estudantes de escolas públicas, 20% para negras/os e implantação gradual de 10 vagas suplementares para indígenas sem condicionalidades. Cotas implementadas na 2ª fase do vestibular. Vigente por dez anos.	30% para estudantes de escolas públicas, metade das quais (15%) destinadas a pessoas negras.	20% para estudantes de escolas públicas e 10% para negras/os. Dez vagas suplementares para indígenas sem condicionalidades. Vigente por cinco anos.
Tempo de decisão	Três sessões seguidas, realizadas entre 6 e 10 de maio de 2004.	A primeira sessão agendada foi estrategicamente adiada a pedido da Comissão. Após 15 dias, em 29 de junho de 2007, o Conselho decidiu em uma única sessão.	Na primeira sessão, em março de 2007, o Programa foi debatido, sem definição. Na segunda sessão, em 10 de julho de 2007, foi aprovado.

FONTE: Adaptada de BEVILAQUA (2005), ANJOS (2012) e TRAGTENBERG (2012).

Mesmo sem a possibilidade de reconstituir os debates de 2007 na UFSC, o resultado da votação torna visível a resistência às cotas raciais, também expressa de outras formas: em cartazes, em vazamento de dados e em ações judiciais. Em 2008, primeiro ano do Programa, 51% das universidades estaduais e 41,5% das federais já haviam instituído políticas afirmativas (SANTOS, 2012b, p. 11). No entanto, a legitimidade do Programa foi contestada publicamente

por membros da própria instituição, tornando visíveis as fissuras políticas internas. Membro do DCE à época, o técnico Hélio Rodak deu ênfase ao momento “*conflituoso*”.

Em 2006 a UFSC fez o primeiro movimento para implantar uma política de ações afirmativas e foi um rebuliço tremendo [...]. Em 2007 houve várias manifestações inclusive de professores da UFSC em jornais, que a universidade iria perder a qualidade, sobre o mérito. Um dos discursos ouvidos de um professor de Engenharia Mecânica era: cuidado com as pessoas que estão invadindo a universidade, entrando pelas portas dos fundos e canais irregulares (Hélio Rodak Quadros Júnior, entrevista em 11 de julho de 2017).

Ainda de acordo com Rodak, após a divulgação do resultado do vestibular 2008, foram afixados cartazes no Restaurante Universitário (RU) do campus Trindade (Florianópolis) com “*palavras bem fortes, tipo: você vai aceitar ser passado para trás por essas pessoas?*”. Concomitantemente, ocorreu o “*vazamento de dados*” desse vestibular. Tal fato foi divulgado pelo jornal Folha de São Paulo⁶³ em 30 de janeiro de 2008: “*uma lista extraoficial vazou na internet com o nome dos aprovados e a identificação dos cotistas por raça ou origem escolar*” (PICHONELLI, 2008). A UFSC declarou que o sistema de processamento de dados do vestibular foi “*invadido por hacker*”. Na lista oficial divulgada pela instituição não havia a distinção das categorias de ingresso: concorrência geral ou PAA. O então presidente da Comissão Permanente de Vestibular (COPERVE) justificou não fazer a distinção para “*evitar qualquer tipo de discriminação*” (PICHONELLI, 2008, p. C12). Igualmente, na UFPR, com a implementação da política afirmativa em 2004, as categorias de classificação não foram publicadas. Sem desconsiderar a preocupação legítima com a potencial discriminação, a exclusão dessas categorias também pode explicitar “*uma representação negativa das cotas como forma legítima de acesso à universidade*” (BEVILAQUA, 2005, p. 200).

Em janeiro de 2008, houve pelo menos 45 ações judiciais contestando o PAA, o que indica o ambiente profundamente desfavorável à política instituída. Mesmo o Ministério Público Federal ingressou com uma ação civil pública requerendo antecipação de tutela determinando que o reitor da UFSC garantisse as vagas e o direito à matrícula de “*todos os candidatos que tenham alcançado a pontuação mínima exigida para a classificação em cada curso, ignorando-se a preferência concedida pela Resolução Normativa nº 008/2007*”. Em 21 de janeiro, o reitor Lúcio José Botelho, em entrevista ao jornal Zero Hora, disse que soube dessa ação por meio “*da imprensa [...]. Esta é a 45ª ação que tenta barrar uma decisão tomada de*

⁶³ O jornal Folha de São Paulo foi uma das principais fontes de manifestações contrárias às políticas afirmativas (FERES JÚNIOR et al., 2018; GOSS, 2009). Encontrei também notícias sobre o vazamento no site do G1-Globo (BASSETTE, 2008) e no Notícias de Santa Catarina (NSC, 2008).

forma legítima pelo Conselho Universitário, respeitando os princípios de autonomia que regem a instituição” (MIRANDA, 2008, online). A decisão de primeira instância, favorável ao pedido do MPF, foi suspensa no julgamento de agravo de instrumento apresentado pela universidade. O relator do recurso no Tribunal Regional da 4ª Região (TRF4), desembargador federal Carlos Eduardo Thompson Flores, argumentou que esse tribunal já havia proclamado “*a constitucionalidade da Resolução COUN 37/04 e do Edital 01/04 NC*” (FLORES LENZ, 2008), em ação movida contra a política afirmativa da UFPR. Tal decisão foi sustentada pelo artigo 207 da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a autonomia das universidades. Como descrevo mais adiante, nas sessões do Conselho, o acionamento da *autonomia universitária* como argumento na defesa do Programa será recorrente entre 2013 e 2015.

Durante o ano de 2008, a UFSC enfrentou 94 ações judiciais. Em 2009, o número subiu para 124. Entretanto, esses números caíram abruptamente: 17 ações em 2010 e três ações em 2012. (TASSINARI et al., 2012a, p. 16). O acentuado decréscimo no ajuizamento de ações contrárias ao PAA pode indicar que os resultados negativos das ações de contestação das cotas se sedimentaram, desestimulando novos enfrentamentos judiciais. Isso não significa, contudo, que pessoas contrárias ao Programa mudaram de posição.

Em 2012, como já mencionei, a maioria das universidades já havia implementado políticas afirmativas; do mesmo modo, o entendimento de sua constitucionalidade vinha se estabelecendo nas instâncias jurídicas “inferiores”. É no interior desse enquadramento que, em 26 de abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 186,⁶⁴ impetrada em 2009 pelo Partido Democrata (DEM) questionando a constitucionalidade da política de ações afirmativas de corte étnico-racial da Universidade de Brasília (LEWANDOWSKI, 2012, p. 3). O relator, ministro Ricardo Lewandowski,⁶⁵ argumentou que a “*seleção diferenciada pode perfeitamente levar em consideração critérios étnico-raciais ou socioeconômicos [...]; parte da premissa de que o princípio da igualdade não pode ser aplicado abstratamente*” (2012, p. 18). Os ministros seguiram o voto do relator e julgaram a ADPF 186 improcedente por unanimidade.⁶⁶ Essa

⁶⁴ Andressa Lewandowski (2014) etnografou a circulação dos autos da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 186, com mais de duas mil páginas, em diferentes instâncias do STF. A ADPF se inscreve em uma categoria que requer a declaração de inconstitucionalidade em relação a termos constitucionais que são considerados *preceitos fundamentais* (2014, p. 99).

⁶⁵ O ministro Ricardo Lewandowski convocou audiências públicas sobre as políticas afirmativas, realizadas de 3 a 5 de março de 2012. Na ocasião, o presidente da Comissão de Ações Afirmativas da UFSC apresentou os dados da política dessa instituição.

⁶⁶ Dez ministros participaram do julgamento. O ministro Dias Toffoli se declarou impedido de julgar (STF, 2012).

decisão teve o efeito de fechar as possibilidades de novas contestações judiciais em nível nacional e fundamentou juridicamente a Lei nº 12.711/12, que instituiu a política de cotas em todas as instituições federais de ensino.

Na UFSC, o encontro da lei de cotas com o PAA acirrou os debates no Conselho e agenciou a juridicização dos argumentos que expressavam posições políticas favoráveis e contrárias às cotas raciais. As discussões nesse Conselho sobre a adequação das vagas da universidade frente à vigência simultânea do Programa e da lei federal potencializaram a (re)emergência de forças contrárias ao PAA, como descrevo na sequência.

1.1.1 O encontro entre o Programa de Ações Afirmativas e a lei de cotas

Até aqui a descrição do processo da implementação de políticas afirmativas na UFSC se baseou em referências bibliográficas, documentos, notícias e relatos. A partir deste tópico, a principal fonte será o material etnográfico das sessões do Conselho Universitário da UFSC, gravadas e disponibilizadas a um público indeterminado, mas cuja presença certamente tem incidência na dinâmica do Conselho. Observei as sessões que trataram das políticas afirmativas no período de 2012 a 2019. Como o objetivo do capítulo é evidenciar as discussões cujos desdobramentos possibilitaram a criação da política para quilombolas, descrevo como ocorreram as decisões sobre a reserva de vagas da e na instituição realizadas entre 2012 e 2015 e que, se de um lado, esvaziaram o Programa, de outro, o transformaram.

Mediada pela tecnologia digital, observei de modo duplamente distante – no tempo e no espaço – a sessão do Conselho realizada em 29 de junho de 2012 que tratou da avaliação do Programa de Ações Afirmativas, como previsto em 2007. A imagem transmitida focava ora nas conselheiras e conselheiros, ora na mesa da presidência. Observei a reitora acercada pela vice-reitora à sua esquerda e pela secretária do Conselho à sua direita. Da posição que ocupam naquele espaço, elas possuem uma visão privilegiada. Com a visualização limitada pelo enquadramento da câmera, o registro no e do passado, experienciado por mim no presente, gerou emoções e conhecimentos. Observei os ritmos dos corpos e a sonoridade das palavras daquelas/es que decidem as transformações que alteram significativamente a dinâmica institucional e as vidas de muitas pessoas. Pela tela do computador, vi uma senhora negra uniformizada, com camisa branca e calça preta, caminhando por entre os corredores do anfiteatro. Servia água e cafezinho às/aos conselheiras/os. Apenas um deles é negro.

A primeira mulher reitora da UFSC, Roselane Neckel, professora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH/2012-2016), presidiu a sessão de 29 de junho com a presença de 10

conselheiras e 32 conselheiros. Das sessões observadas, esse percentual de cerca de um terço de presença de mulheres no Conselho se repetiu como um padrão das assimetrias de gênero. Neste sentido, embora no período de 2012 a 2016 a reitora e a vice-reitora fossem mulheres, a maioria absoluta das intervenções foram feitas por conselheiros.

FIGURA 1- PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO PRESIDIDA PELA REITORA ROSELANE NECKEL E PELA VICE-REITORA LÚCIA HELENA MARTINS PACHECO, EM 22 DE MAIO DE 2012.



FONTE: Site da UFSC (SCHMITZ, 2012).

Em 29 de junho, após os ritos iniciais, a reitora solicitou ao Conselho autorização para a participação com direito à voz dos membros da Comissão de Ações Afirmativas (CAA).⁶⁷ Em seguida, passou a palavra ao presidente dessa comissão desde 2007, professor do Centro de Física e Matemática (CFM), Marcelo Tragtenberg. O presidente da CAA dirigiu-se à frente do anfiteatro, posicionou-se à esquerda da mesa da presidência, saudou as pessoas e evocou o processo de criação do Programa. Ali enfatizou a elevação dos índices de ingresso provocada

⁶⁷ Essa comissão participou de praticamente todas as sessões que trataram das ações afirmativas no período em análise. Participaram da 12ª sessão de 2012 os seguintes membros da comissão: Marcelo Tragtenberg (CFM), Antonella Tassinari (CFH), Corina Espindola (Assistente Social-UFSC), Milton Muniz (APUFSC), Vânia Beatriz Monteiro da Silva (CED), Edviges Marta Ioris (CFH), José Nilton de Almeida (NEPI-UFSC), Nicanor Rebolledo Recendiz (NEPI-UFSC) e Alexandra Crispim Boing (CCS).

pelo PAA: antes de 2008 o percentual de estudantes de escolas públicas era de 25% e saltou para 40%; já o percentual de estudantes negros era de 8,5% e, após o PAA, subiu para 13,5%.⁶⁸ Ao longo de cinco anos, o Programa alterou o perfil estudantil, notadamente o socioeconômico.

Se até 2007 a renda familiar média de ingressantes ficava entre 10 e 20 salários mínimos, após esse período passou a ser de até cinco salários mínimos. O presidente da CAA considerou a elevação significativa *“particularmente nos cursos mais seletivos, onde praticamente não entravam estudantes de escola pública e estudantes negros”* (UFSC, 2012a). Ainda, acentuou que a *“decisão do STF referendou todos os itens do Programa de Ações Afirmativas [...], o que a gente propõe é basicamente a reedição por mais cinco anos”* (UFSC, 2012a).

Após a exposição dos estudos realizados pela CAA,⁶⁹ a reitora passou a palavra ao conselheiro relator, diretor do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) e futuro reitor, professor Luís Carlos Cancellier de Olivo. Da primeira bancada, à direita da mesa da presidência, o relator leu o parecer no qual considerou que o Programa *“requer um tempo maior de execução, monitoramento e avaliação... [e] o apoio e assistência estudantil”* (UFSC, 2012a). Acentuou os esforços da CAA, do Núcleo de Estudos de Populações Indígenas (NEPI/PPGAS), da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), da Comissão Permanente de Vestibular (COPERVE) e do Conselho. Ao final, declarou o voto favorável à *“reedição do Programa de Ações Afirmativas no período 2013 a 2017”*.⁷⁰ A ênfase nessas agências evidenciou por onde circularam, internamente à UFSC, os diferentes entes cujas relações deram existência ao Programa.

Em apreciação, quatro conselheiros parabenizaram o trabalho da comissão e reiteraram a relevância de se ter uma política de permanência efetiva. A presidenta observou a ausência de polêmicas e a ênfase na permanência e disse que, juntamente com reitoras/es de outras universidades, solicitara ao governo federal a *“triplicação dos valores correspondentes ao Programa Nacional de Assistência Estudantil”*.

O parecer foi aprovado por unanimidade e com aplausos espontâneos. Tal disposição emocionou a reitora que, com a voz embargada, agradeceu às/aos colegas e acentuou que foi uma defensora da política *“desde o início”*. Assim, em aproximadamente uma hora, o Conselho

⁶⁸ Relatório de Avaliação do PAA no período de 2008 a 2012 (TASSINARI et al., 2012a).

⁶⁹ A coordenadora do Núcleo de Estudos de Populações Indígenas (NEPI/ CFH) e membro da CPA, professora Antonella Tassinari, apresentou os dados referentes aos estudantes indígenas. Ela destacou que *“dentre as 35 vagas ofertadas pela UFSC, de 2008 a 2012, somente 8 foram preenchidas”*. Em pesquisa junto aos estudantes indígenas matriculados, foram elencados vários obstáculos ao acesso e permanência na UFSC (TASSINARI et al., 2012b).

⁷⁰ A resolução aumentou de 10 para 22 vagas suplementares para indígenas.

decidiu pela reedição da RN nº 08/07, atualizada pela RN nº 22/CUn/12, com vigência para o período de 2013 a 2017 (UFSC, 2012b).

A RN nº 08 de 2007 previu a criação da “Comissão Institucional de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas”, designada localmente como Comissão de Ações Afirmativas (CAA).⁷¹ Essa comissão foi “*constituída por servidores docentes e técnico-administrativos efetivos da Universidade e representantes discentes indicados pelo DCE*” (UFSC, 2007, p. 6). Ou seja, entidades negras não compuseram essa comissão e não participaram presencialmente da sessão de 29 de junho – e de nenhuma outra realizada sobre a matéria em 2012. Por isso, como registram Espírito Santo e Cherer Warren (2014, p. 136–137), havia “*um descontentamento pela não convocação do Movimento Negro para participar da avaliação dos alcances do PAA, realizada pela Comissão Institucional [CAA]*”.

Desse modo, em 18 de junho, essas entidades realizaram uma assembleia, na qual elaboraram um documento reivindicando: a) a continuidade da reserva de vagas de 10%, b) a participação de estudantes negras/os na CAA e c) a participação das entidades nas discussões referentes ao PAA, entre outros pontos (2014, p. 137). O documento foi entregue à vice-reitora Lúcia Helena Pacheco (CTC) em audiência realizada em 26 de junho de 2012 – três dias antes da sessão do Conselho que decidiu a matéria. Um dos alcances dessa articulação foi a alteração da composição da Comissão de Ações Afirmativas que, com a RN nº 22/12, passou a conter também “*representantes do movimento social negro e dos povos indígenas e da Secretaria de Estado da Educação*” (parágrafo único do artigo 14).

A decisão de 29 de junho de 2012 prolongava a existência do Programa até 2017. No entanto, dois meses depois, em 29 de agosto do mesmo ano, a presidência da república promulgou a Lei nº 12.711/12 (BRASIL, 2012a) que reservava 50% das vagas das instituições federais de ensino a estudantes oriundas/os de escolas públicas. Dentre estas, a Lei determinava a reserva de um percentual para Pretas/os, Pardas/os e Indígenas (PPI),⁷² conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no estado de localização da instituição, a ser implementada de maneira imediata, porém, gradativa. Em Santa Catarina, a população de pretos, pardos e indígenas somava 15,61% (IBGE, 2010), número arredondado para 16% conforme determinava a lei. Em 2013, a reserva mínima de vagas somava 12,5% e deveria ser

⁷¹ Previu também comissões para a validação da autodeclaração de pessoas autodeclaradas negras e de autodeclaradas/os indígenas.

⁷² A Lei 13.409/16 atualizou a Lei 12.711/12 e instituiu a obrigatoriedade da reserva de vagas também para pessoas com deficiência nas instituições federais de ensino, com vigência até 2026.

ampliada na mesma proporção nos três anos seguintes. Com o encontro entre a RN nº 22/12 e a Lei de cotas, instaurou-se no Conselho uma disputa centrada na reserva de vagas do Programa.

Na UFSC a regulamentação do processo seletivo para a graduação é atribuição da Câmara de Graduação (CGRAD), órgão deliberativo e consultivo presidido pela/o titular da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD). Dela participam coordenadoras/es dos cursos de graduação e representantes discentes.⁷³ No processo de implementação da lei de cotas, a presidência do Conselho recorrentemente evocou a constituição dessa regulamentação em *diálogo* com a PROGRAD/CGRAD, com a CAA e com entidades negras. Essa informação traduzia os termos de um acordo entre agências na instituição e para além dela. Entretanto, implícito ao argumento do diálogo, havia um confronto pela autoridade na matéria.

A Lei nº 12.711/12 foi publicada sem regulamentação. Nessa circunstância, em 13 de setembro de 2012, sob a presidência da reitora, o Conselho deliberou em regime de urgência sobre o vestibular 2013.⁷⁴ Com parecer favorável do conselheiro diretor do CCJ, Luís Carlos Cancellier, decidiu-se pela publicação de um edital regendo 70% das vagas para concorrência geral e as vagas suplementares de indígenas. Naquela ocasião, esperou-se a regulamentação da lei para publicar o edital com a reserva de vagas do Programa e a reserva destinada à regência da lei de cotas. Desse modo, a reserva de vagas de 30% do Programa entrou em “questão”.

A aguardada regulamentação foi estabelecida pelo Decreto nº 7.824/2012 (BRASIL, 2012b) e pela Portaria Normativa nº 18/MEC (BRASIL, 2012c), publicadas no Diário Oficial da União (DOU) somente em 15 de outubro de 2012. No dia seguinte, sob a presidência da reitora, o Conselho se reuniu para apreciar a “*alteração da Resolução Normativa nº 22/CUn/2012*” (Ata nº 19 de 2012). A minuta previu a destinação integral da reserva de vagas de 20% do eixo socioeconômico do Programa para a lei de cotas, que exigia o mínimo de 12,5% das vagas ofertadas no vestibular 2013 e mantinha a reserva de 10% do eixo racial.

A reitora relatou uma reunião entre reitoras/es e o MEC ocorrida dias antes, em 11 de outubro. Disse que a aprovação da lei causou divergências e controvérsias em várias universidades e que, por isso, o MEC pediu “*um cuidado jurídico*” na sua implementação. Enfatizou que a minuta foi feita em “*diálogo*” entre a PROGRAD e a CAA e pediu ao Conselho para tomar uma “*decisão que preserve a nossa autonomia, a nossa preocupação em adequar a*

⁷³ Uma das competências da Câmara de Graduação é propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas ao Ensino de Graduação (Estatuto da UFSC, Art. 19, p.8).

⁷⁴ O Conselho autorizou a participação das representações da Comissão de Ação Afirmativa: Marcelo Tragtenberg (CFM), Antonella Tassinari (CFH) e Edviges Marta Ioris (CFH); e as representações do curso de Licenciatura Intercultural Indígena: Aristides Faustino, Julian Rafael Fonseca, Marcos Moreira e Davi Timóteo Martins. Os estudantes solicitaram um vestibular indígena específico.

*nossa resolução de acordo com a lei. Nós temos autonomia, mas não temos soberania. Isso ficou claro com a procuradoria jurídica e com [o ministro] Mercadante*⁷⁵ (UFSC, 2012b). Ainda, informou que, devido à recomendação do MEC, convidou o procurador da UFSC para acompanhar a implementação da lei. Nesses moldes, solicitou a autorização de sua presença, bem como a dos membros da Comissão de Ações Afirmativas e de outras/os interessadas/os.⁷⁶

Na sequência, a pró-reitora de Graduação (PROGRAD), professora Roselane Campos, do Centro de Educação (CED), teve a palavra para apresentar a minuta. Sentada à mesa da presidência, à direita da secretária, a pró-reitora relatou que a minuta foi constituída em “diálogo” com a Comissão de Ações Afirmativas e se buscou “obedecer” a exigência legal dada pela lei federal. Em sua fala, acentuou que a lei de cotas conflitou com o Programa, que não exigia condicionalidades de renda ou de percurso escolar às pessoas negras e indígenas. Em contraste, a lei de cotas estabeleceu a exclusividade do percurso escolar público.⁷⁷ Preenchido esse critério, há a distinção entre duas categorias: 1) As *cotas étnico-raciais* para pretas/os, pardas/os e indígenas (PPI), em proporção equivalente aos dados do censo demográfico e 2) *cotas sociais*. Em cada uma dessas categorias, na proporção de 50%, há a divisão relativa à renda: 1) pessoas com renda familiar per capita de até 1,5 salário-mínimo e 2) pessoas com renda per capita acima de 1,5 salário-mínimo. Com perfis semelhantes das pessoas de direito, a lei de cotas e o Programa têm fundamentos distintos que se confrontaram.

O conflito gerado pelo encontro dos dispositivos, em relação hierárquica, foi destacado pelo Procurador Federal na UFSC. Para consolidar uma perspectiva sobre a matéria, relatou que consultara os procuradores das universidades federais de Santa Maria (UFSM), Espírito Santo (UFES) e Mato Grosso do Sul (UFMS). O entendimento entre estes foi o de que se deveria aplicar a “*lei pura e simples, para evitar problemas jurídicos futuros*”.

A lei aplica um conceito para as cotas, ela diz: são pretos, pardos e índios; a UFSC acrescenta ao suplementar, [por]que não é outra modalidade, é a mesma. O preto e o negro, na minha opinião, são a mesma [modalidade]. [...]. Não sei, só se usasse os 10% para pretos e pardos [PPI da lei de cotas]. São vocês que têm de decidir a respeito. [...] Parece que o espírito da lei vai estar sendo ferido nesta questão (UFSC, 2012c).

⁷⁵ Aloizio Mercadante foi Ministro da Educação entre 2015 e 2016.

⁷⁶ Participaram da 19ª sessão as representações da Comissão de Ações Afirmativas: Marcelo Tragtenberg, Antonella Tassinari e Milton Muniz (APUFSC); da Comissão Permanente de Vestibular (COPERVE): professores Julio Szeremeta e Olinto Varela Furtado; o chefe do gabinete da reitoria Carlos Antônio Oliveira Vieira e a assessora de imprensa do gabinete, professora Tattiana Teixeira; o procurador-chefe César Azambuja; e repórteres do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e da Rede Bandeirantes (UFSC, 2012c).

⁷⁷ Para o ingresso em cursos de graduação, a lei de cotas exige a realização integral do ensino médio em escolas públicas; e para o ingresso em cursos do ensino médio, é exigido a realização do ensino fundamental público.

O procurador considerou que a lei federal e o PAA continham as mesmas modalidades de cotas e sugeriu que a lei federal viesse a englobar também a reserva de vagas do eixo racial do Programa. Em contraste, o relator professor Luís Carlos Cancellier (CCJ) apresentou parecer favorável ao disposto na minuta. Argumentou que, a partir da aprovação do PAA, tanto a UFSC mantinha os avanços contidos no Programa com os eixos étnico e racial sem condicionalidades quanto “*a resolução atendia integralmente a demanda da lei.*”. Desse modo, o diretor do centro de ciências jurídicas ofereceu ao Conselho uma interpretação divergente daquela do procurador.

Inicialmente, durante a apreciação, emergiram questionamentos acerca das categorias preto e negro, devido às distinções contidas na lei de cotas e no Programa. Ao mesmo tempo que revelavam o desconhecimento em torno da discussão, tais questionamentos podem ter sido um desvio deliberado para reposicionar os argumentos.

Sugiro que nesta sessão ocorreu uma preliminar dos principais argumentos acionados para posições de defesa tanto do Programa quanto da lei de cotas. Por um lado, centrou-se na “*autonomia*” da universidade para criar sua própria política afirmativa. Por outro, argumentou-se sobre a precedência e a “*soberania*” da lei federal que, ao atender estudantes de escolas públicas e negras/os (pretas/os e pardas/os), atendia a “*mesma*” reserva de vagas do Programa. A possibilidade de a lei de cotas englobar o Programa emergiu como argumento do conselheiro diretor do Centro Tecnológico (CTC), Sebastião Roberto Soares, que propôs vincular a reserva de vagas de 30% à lei de cotas. Portanto, a sugestão do procurador de destinar os 10% para PPI ascendeu como proposta no Conselho.

Em defesa do Programa, o presidente da CAA argumentou que “*o STF assegura segurança jurídica para se ter cotas para negros*” (UFSC, 2012c). Também o conselheiro professor do Centro de Ciências Econômicas (CSE), Flávio Cruz – único conselheiro negro –, disse que quando ingressou na UFSC havia apenas cinco negros e defendeu a continuidade da reserva de 10% do Programa com vistas a “*não abrir mão de nossa experiência*”. Na tentativa de mediar a dualidade gerada, o conselheiro representante da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), Luiz Gonzaga Coelho, sugeriu destinar os 30% do PAA para a lei federal e criar vagas suplementares para negras/os. Evidentemente, essa proposta também implicava a absorção do PAA pelos critérios da lei de cotas, uma vez que seria impossível criar vagas suplementares em número equivalente à sua reserva de 10%. Naquele momento a possibilidade aventada não mobilizou uma discussão. Entretanto, em 2015, a criação de vagas suplementares foi a alternativa para a preservação mínima de uma política de ingresso de pessoas negras não condicionado ao percurso escolar em escolas públicas e a outros

critérios socioeconômicos. Em outro sentido, foi a partir desses tensionamentos e das alianças geradas que se tornou possível incluir no Programa quilombolas como pessoas de direito.

Apesar da controvérsia, a maioria das manifestações indicava o voto no parecer do relator. Com isso, a reitora informou que encaminharia o parecer à votação e, caso aprovado, a proposta de vinculação dos 10% do PAA à lei de cotas não seria votada. O Conselho decidiu por unanimidade pelo parecer. A decisão previu 20% das vagas da instituição para o atendimento da lei de cotas; 10% para estudantes negras/os e 13 vagas suplementares para indígenas no Vestibular 2013 – Resolução Normativa nº 26/CUn/12 (UFSC, 2012d). Em 2012, o Programa perdeu o eixo socioeconômico.

Em 2013, nas discussões sobre a “*adequação*” das vagas da instituição a serem regidas pela lei de cotas, aprofundou-se a polarização em relação à juridicização dos argumentos. Do mesmo modo, acentuaram-se os confrontos entre defensores e opositores do Programa. O saldo positivo desse embate se deu pela participação de representações de entidades e de coletivos de estudantes negras nas sessões, como descrevo a seguir.

1.1.2 A juridicização dos argumentos

Até 2012, representações negras não participavam das sessões que tratavam das ações afirmativas. Com a reconfiguração da composição da CAA, dada pela RN nº 22/12, a partir de 2013, essas representações participaram assiduamente. Suas presenças, questionadas muitas vezes por conselheiros, explicitaram a composição “*branca*” do Conselho. Observei que às pessoas negras parecia insuficiente a materialidade dos próprios corpos. Ao terem a palavra, ao nomear-se, o significante negro era enunciado e, desse modo, duplamente materializado.

Em uma das reuniões de 2013, o estudante de Engenharia Civil e representante discente na Comissão de Ações Afirmativas, Alex Zok Faria, se apresentou negro e ponderou que fez o “*mapeamento*” das pessoas no Conselho e perguntou: “*quanto negro há realmente no conselho da universidade?* [Alguém responde: “*há um!*”] *Fico triste de ele não estar aqui, mas contente de saber que há um, mas é pouco no universo de 60 conselheiros*” (UFSC, 2013b). Com o mesmo sentido, em 2014, na apreciação do mesmo tema, a estudante de ciências sociais Luciana Freitas, militante do MNU e do Coletivo 4P, falou: “*Quero enegrecer a todos com minha fala, porque a gente não vê conselheiros negros aqui nesta sala. Então é importante a fala de um negro*” (UFSC, 2014). Como contraste, algumas vezes, conselheiros se referiram às representações negras como “*negros*” ou “*grupo de negros*”. Portanto, não somente as representações negras enunciavam seus corpos, também os conselheiros o fizeram. Contudo, o

sentido nem sempre foi de legitimação – como descrevo mais adiante. Raras vezes a enunciação trazia como primeira referência corpos brancos, demarcando o sinal diacrítico no corpo negro.⁷⁸ Em certa situação, em 2015, o conselheiro representante docente do colégio de aplicação, George Luiz França, manifestou o seu desconforto com as críticas feitas ao eixo racial do Programa e questionou: “*quem somos nós, homens brancos, cisgêneros, para falar de discriminação?*”. Assim, explicitou a constituição assimétrica do Conselho. Dado o acento no teor dos tensionamentos, passo a descrever as discussões ocorridas no Conselho em 2013.

Em 2013, o Conselho se reuniu três vezes em sete dias (10, 13 e 17 de setembro) para tratar da normativa das “*Ações Afirmativas para o Concurso Vestibular 2014*”. A categoria Programa desapareceu da ata e da resolução. No entanto, esta transformação, efeito do encontro com a lei de cotas, não se efetuiu no vocabulário local. Deste modo, assim como o presidente da CAA continuou a evocar o Programa, também eu me refiro à política da UFSC como Programa. Com o intuito de evidenciar meu argumento de que as disputas pela reserva de vagas de 10% propiciaram a inclusão de quilombolas como titulares de um novo direito, descrevo as sessões realizadas nos dias 10 e 13 de setembro.⁷⁹

A pró-reitora de Graduação (CED) presidiu⁸⁰ a sessão em 10 de setembro,⁸¹ na qual a matéria em tese era o quarto ponto da pauta. A presidenta em exercício reafirmou a feitura da minuta em diálogo com a CAA que previa: (a) o aumento de 20 para 25% na reserva de vagas da lei de cotas⁸² e (b) “*em caráter excepcional, e como medida de transição do PAA/UFSC para a implementação da Lei nº 12.711/2012, seria mantida somente para o ingresso em 2014 a reserva de 10% das vagas para autodeclarados negros*” (UFSC, 2013b). O relator pró-reitor de Pesquisa (2012-2016) e professor do Centro de Ciências Biológicas (CCB), Jamil Assreuy, apresentou o parecer com voto favorável à minuta. Entretanto, sugeriu a incorporação “*desde já*” dos 10% aos critérios da lei.

A observação das gravações das sessões não permite conhecer o processo de elaboração da minuta, tampouco como se deu a designação do relator. Contudo, cabe chamar a atenção

⁷⁸ Nilma Lino Gomes aborda os efeitos da discriminação em corpos negros ao analisar as inúmeras manipulações estéticas no cabelo (GOMES, 2002, 2006).

⁷⁹ Em 17 de setembro, a sessão tratou de artigos referentes à ação afirmativa para indígenas.

⁸⁰ O Art. 40 do Estatuto da UFSC prevê que “*Nas faltas e impedimentos simultâneos do Reitor e do Vice-Reitor, a Reitoria será exercida por um dos Pró-Reitores ou Secretários, para tal fim especialmente designado*”.

⁸¹ Participaram da 15ª sessão de 2013 dezesseis conselheiras e trinta e cinco conselheiros e as representações negras Luciana de Freitas (MNU), Alex Sander Zok (Comissão de AA), Maria Aparecida Anacleto e Felix Lins de Souza do Coletivo de Estudantes da UFSC.

⁸² Esse aumento correspondia ao determinado pela lei de cotas de implementação, ao longo de quatro anos de 50% de reserva de vagas. Como era o segundo ano de vigência da lei, a reserva mínima era de 25%.

para os deslocamentos em curso. Em primeiro lugar, a proposta de manter “*em caráter excepcional*” a reserva de 10% do Programa somente para 2014 pareceu indicar a percepção de dificuldades para sua aprovação. Ainda mais importante, a atribuição da relatoria a um conselheiro contrário à reserva do Programa (embora membro da administração superior) permite inferir um rearranjo das forças políticas na instituição: nas sessões de 2012, a posição de relator foi ocupada por um conselheiro (CCJ) favorável. Nessas circunstâncias, a ausência da reitora na presidência da sessão – mesmo que justificada – se torna significativa.

Em apreciação, o conselheiro estudante do curso de Ciências Econômicas (CSE/2010-2014) Tito Pereira revelou o descontentamento do movimento estudantil da UFSC em relação ao rápido processo de “*adequação*” do Programa à “*política de cotas*”. Argumentou que a UFSC tinha uma “*política racial*” e que esta seria transformada em “*cotas sociais*. *Se seguirmos a lei de cotas, quando chegar aos 50%, teremos 8% de negros em 2016. Vamos ter menos vagas que em 2007. O que isso coloca?*”.⁸³ Nesses termos, o conselheiro pediu vista do processo.

Como mencionei, a matéria foi o quarto item da pauta da sessão de 10 de setembro. No momento da apreciação, a reunião já se estendia por duas horas. O pedido gerou controvérsias e aumentou a tensão – elemento constitutivo das sessões que trataram desse tema. Um conselheiro se levantou da última bancada do plenário e manifestou-se, sem o microfone. Inaudível na gravação, porém, visivelmente contrário à solicitação. Em pouco tempo, ouvia-se um burburinho em oposição ao pedido. O protocolo da sessão, seguido com certo rigor, foi temporariamente suspenso. Estar com a palavra é parte do protocolo regimental. Para fazer uma intervenção, a pessoa se inscreve levantando uma das mãos, o que é anotado, geralmente, pela secretária. A palavra é passada pela presidenta e circula na ordem das inscrições. Com o pedido de vista, a ordem foi suspensa por poucos minutos e a palavra tomada. A presidenta em exercício ponderou que “*lamentavelmente*” era “*um pedido de vista*” e, como a sessão não estava sob regime de urgência, o pedido era regimental. Ela disse:

Os 10% exclusivamente para negros ficou mantido ainda que com risco jurídico. Ficou mantido ainda que não conseguimos prever quantas bolsas permanência esses 10% pode significar. [...]. A questão da transição do PAA/UFSC foi discutida amplamente com a Comissão de Ações Afirmativas, foi mantida a mesma proposta do ano passado [fala com mais intensidade e ênfase] e lamentavelmente tenho de informar a todos, temos riscos de todo o cronograma do vestibular ficar comprometido (UFSC, 2013b).

⁸³ O cálculo tem como referência o percentual da população PPI em Santa Catarina, aproximada para 16%. Para 50% da reserva de vagas a proporção será de 8% de vagas PPI.

Desse modo, o Programa vai se constituindo com diversas perspectivas, cada uma destacando potencialidades e sua multiplicidade. É difícil dimensionar o que é mais “lamentável” para a pró-reitora. Se, em seu ponto de vista, o risco jurídico da continuidade dos 10%, se o eventual atraso no cronograma do vestibular, se a minuta de resolução mantendo a reserva de 10% sem garantia de bolsas permanência, ou a contestação do estudante. De todo modo, parece, a mobilização da representação discente surgiu como uma surpresa para a presidência da sessão, possivelmente expondo outras alianças que não se esperava que viessem a público.

Durante a rápida discussão, o conselheiro estudante do CSE *“pediu a palavra”* e a presidenta em exercício lhe disse: *“façam vistas agora!”* – o que seria regimental se a sessão estivesse em regime de urgência.⁸⁴ Outro conselheiro estudante tomou a palavra: *“esse ponto só foi discutido agora e foi por uma opção deste Conselho. Não é justo responsabilizar nós estudantes que estamos no exercício”*. Interrompido por várias vozes, continuou: *“por favor, estou falando, se o dano de uma semana de a gente estar revendo a resolução é considerável, o risco de se ter uma resolução que não contemple as necessidades dos estudantes de entrarem na universidade me parece muito maior”*. As interdições e as oposições ao pedido de vista explicitaram a tensão nas relações entre conselheiras/os em posições institucionais distintas.

Ciméa Bevilaqua (2005) demonstrou como a dinâmica no Conselho Universitário da UFPR *“é marcada por princípios de diferenciação que se situam em dois planos dissociáveis apenas analiticamente”* (2005, p. 181). Primeiro, as posições institucionais dos membros: professora/or (e se ocupante ou não de cargo administrativo), técnica/o ou estudante. Segundo, a reputação da/do conselheira/o constituída tanto externamente como na avaliação do seu envolvimento nas discussões nesse Conselho. Desse modo, *“a conjugação das qualidades diferenciais pertinentes a essas duas ordens de consideração incide de modo decisivo sobre a legitimidade e o potencial de repercussão dos argumentos apresentados”* (2005, p. 182).

No Conselho da UFSC, com o confronto estabelecido, a dinâmica marcada pela diferenciação constituída pelas posições institucionais entre conselheiras/os, além de explicitada, foi tensionada. Se, como sugiro, o tensionamento teve como pressuposto o peso da diferenciação dada pela estrutura das posições institucionais, a momentânea “desordem” na circulação das palavras teve como efeito demarcar a legitimidade da posição de membro do Conselho. O estudante conselheiro que tomou a palavra reivindicou o direito ao pedido de vista e argumentou: *“se fosse outra pessoa pedindo vistas, me parece, talvez não fosse bem esse*

⁸⁴ Conforme o parágrafo 2º, do artigo 10, do regimento da casa, *“o regime de urgência impedirá a concessão de vista, a não ser para exame do processo no recinto do plenário e no decorrer da própria reunião”*.

posicionamento. O estudante está pedindo vistas e isso é possível, também é conselheiro e está na faculdade regimental dele”. Afrontados, desconsiderados (CARDOSO OLIVEIRA, 2011), os conselheiros discentes reivindicaram, juntamente com o pedido de vista, respeito ao regimento e o reconhecimento da relação “igualitária” entre membros do Conselho. Mais que condições formais, a demanda pelo reconhecimento de relações simétricas fez emergir a percepção da noção de igualdade como um valor e atributo da pessoa conselheira. Nesta perspectiva, talvez seja possível indicar que, com a desqualificação dada ao pedido de vista, também foram confrontadas as relações e as alianças estabelecidas entre conselheiros discentes e as representações negras presentes na sessão. A noção de igualdade, sugiro, foi ancorada na relação e, sendo sustentada na própria relação entre pessoas conselheiras, desestabilizou – ainda que momentaneamente – as hierarquias dadas pelas posições distintas.

Em tempo, a presidenta em exercício deferiu a solicitação e suspendeu a matéria por três dias.⁸⁵ O recurso ao pedido de vista – que também pode ser percebido como uma técnica de argumentação – impede a continuidade da apreciação da matéria e institui nova temporalidade. Com isso, propicia reavaliações, acordos e novas agências centralizando a discussão, pois a autoria do pedido chama para si a responsabilidade de fazer o parecer de vista.

A matéria foi apreciada, em 13 de setembro, sob a presidência em exercício da vice-reitora, professora Lucia Pacheco (CTC).⁸⁶ O relator estudante sentou-se à mesa da presidência e, ao seu lado, a pró-reitora de Graduação orientou a discussão. O relator de origem, pró-reitor de Pesquisa (CCB), ficou na bancada, junto às/ aos demais conselheiras/os. A principal discussão centrou-se no artigo da minuta que previa o caráter excepcional da reserva de 10% “*somente para o ingresso em 2014*”. A maioria das manifestações expressaram a perspectiva de que a decisão sobre a destituição dos 10% carecia de um amplo debate. A pró-reitora de Graduação avaliou tal delineamento e propôs tirar o “*somente*” do artigo, mantendo o seu caráter excepcional em 2014. O relator de origem concordou, talvez por ter percebido que sua posição inicial seria vencida.

⁸⁵ Conforme o regimento “*antes do início da votação de qualquer matéria, será concedida vista ao Conselheiro que a pedir, devendo o processo ser devolvido à Secretaria no prazo de 72 horas*” (Parágrafo único, do artigo 17).

⁸⁶ Participaram 16ª sessão de 2013 dez conselheiras e trinta conselheiros; como ouvintes com direito a voz, representantes da Comissão de Ações Afirmativas: professor Marcelo Tragtenberg, a professora Antonella Tassinari e o estudante Alex Sander Zok Faria; representações negras: Flávia Lima (coordenadora de Promoção de Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Florianópolis); as representantes de coletivos de estudantes: Ângela Maria Medeiros de Oliveira, Luciana de Freitas, Maria Aparecida Anacleto, Roberta Lira e Renata Lima; entre outras representações institucionais.

Explicitando as tensões e rivalidades subjacentes ao processo, o presidente da CAA argumentou que *“não pôde participar da reunião da Câmara de Graduação [...] e a gente tem toda uma visão do que ocorreu nos últimos 10 anos em relação às ações afirmativas na UFSC”*. Esta manifestação, assim como ocorreu em outros momentos, expressou a disputa pela autoridade na matéria. Talvez seja possível indicar a geração de um distanciamento entre a gestão e a CAA. O presidente da CAA argumentou que o Programa fomentava o ingresso de negras/os oriundos de diferentes percursos, sem condicioná-los ao critério socioeconômico e que *“esse é um problema da lei de cotas”*. Além disso, o STF havia garantido sua constitucionalidade. A pró-reitora de graduação, por sua vez, defendeu a lei de cotas.

É mais que um Programa, uma política que, por mais contraditório, eu saúdo por termos uma política nacional. Deixou de ser atitudes isoladas ou parciais de acordo com a universidade. A própria lei, ou a sua regulamentação via decreto, possibilita a presença de particularidades, desde que não seja ferido aquilo que impõe, desde que não seja prejudicado o que dispõe. [...]. Eu acho que há os tempos históricos para tudo. De 2008 para cá se avançou muito, não só na UFSC, mas nacionalmente. Eu acho que a discussão das políticas afirmativas, e tudo isso, ela não é obra de uma ou duas pessoas, é de muita gente. Principalmente dos sujeitos que participam dos vários movimentos sociais e acabam fazendo com que as políticas sociais avancem *não como doação, mas como direito*. [...] Cabe ao conselho tomar a decisão de qual política a universidade vai ter (UFSC, 2013b).

Ao enfatizar a fragmentação da autoridade na matéria e salientar a abrangência nacional da lei de cotas, a pró-reitora também ressaltou que a lei define um direito. Desse modo, buscou obliterar o seu caráter menos inclusivo, que condiciona o ingresso de negras e negros – e indígenas – ao percurso escolar público. Tal argumento denotou o posicionamento contrário da pró-reitora de Graduação à continuidade dos 10%, reforçado pela acusação velada ao Programa como *“doação”*. O Conselho decidiria sobre tal estatuto.

A disputa entre ambas as posições gerou um impasse. De forma imprevista, foi o representante discente na CAA e estudante do curso de Engenharia Civil Alex Zok Faria quem o desfez. Ele se apresentou marcando o signo em seu corpo ao falar *“enquanto estudante e negro”* e concordou com a proposta da pró-reitora de graduação de excluir a palavra *“somente”* do artigo. Justificou que, com isso, a reserva de 10% teria uma sobrevida e foi apoiado pelas representações negras. Ao perceber a estratégia, o estudante relator de vista também mudou de posição e retirou sua proposta de exclusão do artigo. Por outro lado, o conselheiro professor Nilton da Silva Branco (CFM), colega de centro do presidente da Comissão de AA, recolocou a proposta dessa exclusão argumentando que a lei de cotas impedia o ingresso de negras/os de

percurso escolar não público. A pró-reitora contra-argumentou que “*o Programa precisa ser incorporado à lei, conforme o Artigo 5º do decreto 7824/12*” (UFSC, 2013a). Nesse momento o presidente da Comissão pediu “*questão de ordem*” – uma prerrogativa de conselheiras/os – e disse: “*a gente está discutindo se vai manter em caráter de exceção e de transitoriedade, que não é a questão, e está falando em algo que não é verdade, pois o STF permite e a lei permite*”(UFSC, 2013a).

Neste confronto, o sistema jurídico foi acionado para assentar as argumentações políticas. A defesa do Programa ancorou-se na autonomia universitária prevista no artigo 207 da Constituição, nas decisões do STF e na própria regulamentação da lei de cotas, que permitia a adoção de outras ações afirmativas. Em direção oposta, a lei operava como argumento para o abandono dos fundamentos do PAA e seu englobamento pelos critérios definidos em âmbito federal – posição defendida a partir da própria mesa da presidência em exercício.

Contudo, o reposicionamento do membro estudantil (CTC) da própria Comissão de Ações Afirmativas gerou um novo acordo entre as representações negras e o relator de vista (CCE). Ao que parece, apostaram nas disputas que aconteceriam nos anos seguintes. As duas propostas foram à votação: 1) exclusão do artigo que mantinha o caráter transitório do eixo racial somente para 2014 e 2) sua manutenção sem o termo “*somente*”. Houve três contagens de votos a pedido da pró-reitora de Graduação: na primeira votação, o resultado não ficou audível, porém, pareceu ser favorável à exclusão do artigo; na segunda, deu empate; e na terceira, foram computados dezoito votos favoráveis à segunda proposta e dezesseis contrários. O Conselho, dividido, decidiu pela transição do eixo racial e reservou 25% das vagas da instituição para a lei de cotas (RN 33/13).⁸⁷

Nas sessões de 2013, os agenciamentos feitos por estudantes conselheiros, representações de coletivos de estudantes e de entidades negras, bem como da CAA, sustentaram a continuidade dos 10%. A seguir, descrevo como, em 2014, no debate no Conselho acerca das ações afirmativas, além dos argumentos jurídicos, foi acionada uma nova categoria argumentativa em defesa da reserva de 10%.

⁸⁷ Outra decisão bastante controversa e tensionada que aconteceu nesta sessão foi a aprovação da destituição da comissão de validação da autodeclaração para negras e negros. Adotaram-se assim os mesmos critérios para ingressantes PPI, via lei de cotas, e para negras/os, via PAA. Em 17 de setembro, a sessão tratou de artigos referentes à ação afirmativa para indígenas. Representantes da CAA, estudantes indígenas e representações de entidades negras – que não participaram da sessão anterior e eram contra o fim da comissão de verificação fenotípica – solicitaram a revisão da decisão e a continuidade da verificação da autodeclaração para indígenas e para negras/os. O Conselho decidiu pela continuidade da verificação de pertencimento para candidatas/os indígenas ingressantes via programa e pela exclusividade da autodeclaração para candidatas/os indígenas ingressantes pela lei de cotas.

1.1.3 As “conquistas históricas”

Em 22 de julho de 2014, sob a presidência da reitora Roselane Neckel (CFH), o Conselho se reuniu⁸⁸ em regime de urgência para tratar das normas das “*políticas de Ações Afirmativas para o Vestibular de 2015*” (Ata nº 10 de 2014). Observei a troca de titular da Pró-reitoria de Graduação, que trouxe nova modulação ao tratar da matéria. Diferentemente da então titular do cargo (CED), em 2013, que demonstrou uma explícita orientação pela adoção exclusiva da lei de cotas pela instituição, o novo pró-reitor, professor Julian Borba (CFH), se mostrou alinhado à perspectiva da reitora, da CAA e das entidades negras.

O pró-reitor de Graduação relatou o trabalho da comissão que elaborou a minuta de resolução que regeria o Vestibular 2015.⁸⁹ Esta previu a reserva de 37,5% das vagas para a lei de cotas, de 10% para negras/os e de 16 vagas suplementares para indígenas.⁹⁰ Ele argumentou que os 10% eram “*conquistas históricas da Universidade Federal de Santa Catarina*”. Entretanto, acentuou que a reserva de vagas para a lei de cotas em 2016 seria de 50% e, com isso, a “*autonomia*” na decisão sobre os 10% “*deixaria de existir*”. Propôs, ainda, que fosse discutida em diferentes âmbitos a articulação das “*exigências da legislação, no caso dos 50%, como também com outras conquistas históricas que queiramos manter na UFSC*”. Talvez seja possível sugerir que, ao estabelecer como premissa a impossibilidade de uma reserva de vagas pelo Programa, a partir da implementação integral da lei de cotas, essa manifestação tenha contribuído para inviabilizar politicamente a continuidade dos 10% para o vestibular 2016, cujo caráter provisório já fora estabelecido na RN nº 33/13, do ano anterior.

⁸⁸ Participaram da sessão treze conselheiras, trinta e três conselheiros e representações negras, com direito a uma manifestação: Maria de Lurdes Mina (MNU); Luciana Freitas e Débora Guimarães (MNU/Coletivo de Estudantes 4P); Sonia Carvalho (Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial); Flavia Lima (Coordenadoria de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Florianópolis -COPPIR/PMF); José Ribeiro e Dagmar Pereira (Conselho Estadual das Populações Afrodescendentes - CEPA/SC); discente Karina de Souza (Diretório Central dos Estudantes).

⁸⁹ A Portaria nº 501/2014/GR, de 19 de março de 2014, designou a comissão composta pelo presidente, pró-reitor de Graduação, professor Julian Borba (CFH); o professor Agenor Furigo Junior (CTC); o diretor da COPERVE, professor Olinto José Varela Furtado (CTC); o professor Rogério da Silva Nunes (CED); e o estudante de direito Victor Henrique Rorato, para elaborar as regras do Vestibular 2015. Nota-se as ausências de representação da CAA e de entidades negras. Em anos anteriores não houve menção a uma comissão com essa finalidade.

⁹⁰ O relator professor Edison Roberto de Souza (CDS) apresentou parecer favorável no qual considerou as manifestações de entidades negras por meio de carta assinada pelas entidades: Movimento Negro Unificado (MNU-SC); Associação de Mulheres Antonieta de Barros (AMAB); Conselho Municipal para a Igualdade Racial (COMPIR); Conselho Estadual das Populações Afrodescendentes de Santa Catarina (CEPA-SC); Coletivo de Combate ao Racismo Sinergia; e Coletivo de Estudantes 4P (UFSC, 2014). A carta foi enviada à Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), à Câmara de Graduação (CGRAD), ao Gabinete da Reitoria (GR), à Procuradoria da UFSC e à Comissão designada pela portaria 501/2014/GR. Nota-se aqui a ausência de encaminhamento para a CAA.

Contudo, as discussões nessa sessão deram indícios de que as articulações de forças políticas contrárias à continuidade da reserva de 10% estavam fortalecidas no interior da câmara de graduação. Conforme relatou a reitora, a minuta elaborada primeiramente pela CGRAD previa apenas a reserva de vagas de 37,5% para a lei de cotas, pois *“acreditou-se que os 10% já estavam aí incluídos”*. No entanto, a própria reitoria questionou esse entendimento. Como desdobramento do conflito gerado pela proposta da CGRAD, a reitora se reuniu com representações negras que solicitaram manter a reserva de 10% em 2015, uma vez que isso *“representaria o reconhecimento ainda esse ano de toda a luta que envolveu a construção desta proposta na UFSC”*. Diante da situação, em *“diálogo”* com entidades negras, com a CAA e com a CGRAD, a minuta feita por uma comissão *“foi reelaborada”*. A reitora acentuou que *“todo esse movimento, para alguns compreensível, para outros nem tanto [...] faz parte de um movimento histórico, de uma luta histórica de representantes do movimento negro há muitos anos”*.

A categoria conquistas históricas foi acionada em sessões de anos anteriores com referência às lutas das entidades do movimento negro. Em 2014, porém, ela emergiu com duplo sentido: ora englobando como conquistas históricas da UFSC a criação do Programa em 2007, ora fazendo alusão às conquistas históricas das entidades negras como efeito das lutas envidadas contra as consequências da escravização e do racismo.

A disputa pela história do Programa também foi feita pela CAA. Embora tenha sido citado como participante na constituição da minuta, o presidente da CAA, conselheiro representante docente – suplente – do CFM, apresentou uma proposta concorrente sob a justificativa que a *“minuta da PROGRAD”* previa a revogação das Resoluções Normativas 22 e 26, de 2012, cuja vigência era até 2017, e isso destituiria a CAA e o Programa sem a devida apreciação pelo Conselho. Ainda, alegou que a minuta previa o preenchimento das vagas primeiramente por candidatas/os das ações afirmativas, o que invertia a *“decisão histórica”* de iniciar o preenchimento pelas notas de classificação.⁹¹ O pró-reitor de Graduação, assim, acatou manter a *“decisão histórica”*, mas contra-argumentou que era desnecessária a vigência das

⁹¹ O preenchimento das vagas é feito primeiramente pelas notas de classificação independentemente de categoria de ingresso, depois pelas da política afirmativa. Isto possibilita um ingresso maior do público-alvo da política. Na UFPR, essa proposta foi feita pelo relator da política de cotas em 2004, mas não foi aprovada pelo COUN (BEVILAQUA, 2005). As notas de classificação possuem um limite, denominado *“nota de corte”*. Candidatas/os que nas provas vestibulares tiverem notas abaixo desse valor são reprovadas/os. Acima deste, são classificadas/os, embora estar classificada/o não signifique estar aprovada/o, haja vista que para estar entre as e os aprovados é preciso que a nota da/o candidata/o esteja adequada ao número de vagas do curso e ao desempenho dos demais candidatos.

resoluções anteriores, *“porque todas as questões lá contidas estão incorporadas na presente minuta de resolução. É não haver mais concorrência de legislação, simplificação”*.

Ao abordar os artefatos e práticas concretas do mundo burocrático, Matthew Hull (2012) ponderou que não é possível determinar a priori o que é burocracia e o que é documento. O modo *“como os artefatos perduram, circulam, mudam e deixam de existir leva-nos além das noções de ‘armazenamento’ de informações para entender como os artefatos materiais moldam os discursos que medeiam”* (HULL, 2012, p. 23).⁹² Na sessão do Conselho, esses entes foram referenciados ora para demonstrar a pertinência de alterações, ora para sua continuidade, ora para sua obsolescência. Eles aparecem, sobretudo, em relação e se conectam pela eficácia do que agenciam. São feitos com e a partir de outros documentos, aliados a uma multiplicidade de elementos trazidos direta e indiretamente às reuniões do Conselho: lutas políticas de movimentos sociais, dados estatísticos, embates políticos na instituição, hierarquias formais e informais. Esses elementos vão sendo sedimentados nos documentos. Além disso, como indica o encontro do Programa com a lei de cotas, documentos também conflitam e rivalizam uns com os outros.

Durante a apreciação, a polarização assimétrica entre os favoráveis a manter a reserva de 10% das vagas para pessoas negras (majoritária) e os favoráveis a que ela fosse englobada pela lei de cotas se destacou novamente. De um lado, os argumentos evocavam a “escola pública” em conexão com a lei de cotas e vice-versa. De outro, evocavam as *“conquistas históricas”* do Programa em conexão com a autonomia universitária e os precedentes dados pelo STF e pela própria lei (ao facultar às instituições a adoção de ações afirmativas suplementares).

Estabelecido novamente o confronto, o conselheiro diretor do CTC (2012-2016), Sebastião Roberto Soares, propôs a exclusão dos 10%. Apoiado por outros conselheiros, especialmente, mas não exclusivamente desse centro, sua fala representou a principal forma argumentativa contrária ao Programa.

Se fosse a minha opinião, se fosse pensar em cotas nesse país, deveria pensar somente em cotas econômicas. A esse respeito seria uma cota que efetivamente abrangeria a todos. Mas como eu disse, isso não está mais em discussão, existe uma lei e neste momento nos cabe cumpri-la. Me preocupa essa questão dos 10%. [...]. Mas ficou para mim a dúvida em relação ao

⁹² De modo análogo, Kregg Hetherington (2008) aborda o modo como os documentos se conectam pela eficácia do que relacionam e não pelo conteúdo. Adam Reed (2009), por sua vez, descreve a capacidade generativa dos documentos de extrair e de gerar coisas, enquanto que Euclides Gonçalves (2013) aborda os modos pelos quais os próprios processos que geram documentos informais, orais e provisórios são fundamentais para a reprodução da autoridade burocrática.

próximo ano. Se for preciso, estabelecer os 47,5% [37,5% + 10%], mas seguindo a lei. Se chegar a 60%, deixa de ser cotas, a cota passa a ser os 40%. Se é para seguir a lei, sigamos pura e simplesmente, mas esqueçamos esses 10% (UFSC, 2014).

O conselheiro estudante do curso de graduação em Antropologia, Vitor Gomes Rocho, criticou o entendimento de uma reversão do sentido das cotas: “*É quase falar que existe racismo reverso na nossa sociedade. E isso não existe. É como a gente discutir que as populações mais marginalizadas de nossa sociedade pudessem, de alguma forma, oprimir brancos*” (UFSC, 2014).⁹³ No mesmo sentido argumentou a representante do MNU/SC e do Coletivo 4P, a estudante de ciências sociais Luciana Freitas. A militante saudou as pessoas e enunciou: “*quero enegrecer a todos com minha fala*”. Demarcando seu corpo (também enunciativo), falou “*em nome de todos os colegas aqui do movimento*”. Em sua fala, declarou o apoio das entidades negras à minuta da CGRAD/PROGRAD e, com uma voz forte e suave, alinhavou as principais questões evocadas e debatidas na sessão:

Eu quero lembrar aos conselheiros que a luta das cotas não é um mérito das escolas públicas e sim da luta histórica do movimento negro neste país. E que só existem cotas porque o movimento negro fez história dentro desse país. E que dentro dessas cotas nos reservaram, para nós negros, um percentual. Eu quero dizer que as cotas para a escola pública têm assinatura do movimento negro. Ela é luta de sangue, de muito sangue, de muitos negros. [...] Por isso não adianta ficarmos batendo tecla na educação de base, se nós temos negros, sim, que querem entrar na universidade. Eu quis entrar na universidade e foi uma luta muito grande, eu tenho um filho que quer entrar na universidade. A Débora [estudante da UFSC e militante no MNU] tem irmãos. A Luciana, que veio do quilombo [Aldeia] e vai entrar, então tem outros quilombolas. [...] Quem são os universitários hoje que terminam a faculdade e voltam para suas comunidades? Quem são eles? O movimento negro faz essa discussão. Nós fazemos essa discussão. Nós entramos na universidade e voltamos para nossa comunidade para trazer os negros, que muitos aqui não querem, para dentro. Nós temos gente para colocar nos 10% de vagas.

Ao evidenciar sua percepção de que “*muitos não querem*” corpos negros circulando na instituição, a estudante acrescentou: “*a nossa luta não acaba em 2015*”. Assim, deslocou a temporalidade que, implicitamente, já estabelecia 2015 como o último ano de vigência dos 10%, e como parecia, o último ano do eixo racial do Programa. Como se observa, pela primeira vez nos debates do Conselho, a presença e a demanda pelo ingresso de estudantes quilombolas na UFSC foi mencionada.

⁹³ Para o jurista e filósofo Silvio Almeida (2018), a própria noção de racismo reverso é uma forma de racismo. Almeida argumenta que a categoria “reverso” produz o sentido de “algo fora do lugar”, como se fosse “normal” o racismo contra negros, latinos, judeus, árabes, persas, ciganos etc. e “atípico” o racismo fora destes grupos (2018, p. 41).

A matéria foi debatida por 13 conselheiros e 1 conselheira. Cinco das manifestações foram contrárias aos 10%, inclusive a do recém empossado representante da câmara de graduação (CCE), que justificou o voto conforme o entendimento da CGRAD – embora, como mencionei, a minuta apresentada por essa instância tivesse sido reelaborada. Antes de encaminhar para votação, a reitora reafirmou “*que as decisões deste Conselho têm relação direta com toda a luta que os movimentos empreenderam, realizaram durante muitos anos*” (UFSC, 2014) e informou que se o parecer do relator fosse aprovado, não encaminharia as propostas concorrentes da CAA e a de conselheiros do CTC. Ao final, o Conselho aprovou a proposta da CGRAD/PROGRAD por 28 votos favoráveis e 10 contrários (RN 41/14). O acordo, parcial e provisório, estabelecido entre entidades do movimento negro, a CAA e a PROGRAD, tornou possível a continuidade dos 10% por mais um ano.

Contudo, as alianças constituídas em defesa da reserva de vagas de 10% não conseguiram sustentá-la a partir de 2016. A sua inviabilidade política foi estabelecida em decorrência da reserva integral de 50% das vagas da instituição à lei de cotas. Como alternativa, entidades negras, a CAA e a gestão buscaram reconstituir o Programa sob a forma de vagas suplementares. Foi assim que, em meio as disputas acerca de sua legitimidade e estatuto – como concessão ou direito –, foram estabelecidas nove vagas suplementares para quilombolas, processo que passo a descrever na seção seguinte.

1.2 O encontro do Programa com a demanda quilombola à educação superior

Em 2 de junho de 2015, o Conselho se reuniu para tratar das políticas afirmativas para o período de 2016 a 2022. Na sessão, entretanto, não houve a presença de representações negras nem da CAA. A própria relatora da proposta, conselheira representante da CGRAD e professora do Centro de Ciências da Saúde (CCS), também não estava presente. A reitora justificou as ausências e leu o parecer de aprovação da minuta que previu a reserva de vagas de 50% para a lei de cotas e o novo desenho do Programa, com: a) duas vagas suplementares para negras/os em todos os cursos e turnos (196 vagas); b) vinte e duas vagas para estudantes indígenas, com no máximo três vagas por curso; e c) nove vagas para estudantes quilombolas,⁹⁴

⁹⁴ Em 2013 lideranças de algumas comunidades quilombolas, em aliança com indígenas, com o MNU, com antropólogas do Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER) e do Núcleo de Estudos de Populações Indígenas (NEPI) da UFSC, solicitaram à UFSC a criação de vagas suplementares para quilombolas. Por uma opção metodológica, descrevo aqui o modo como a proposta foi debatida e as informações que circularam no Conselho Universitário. Trato dessas alianças no próximo capítulo.

preferencialmente de comunidades de Santa Catarina, com uma vaga por curso. No total, o Programa criou 227 vagas suplementares anuais sem condicionalidades de renda ou de trajetória escolar. Considerando as 6.580 vagas para o vestibular naquele ano, com o novo Programa, o eixo racial perdeu cerca de dois terços das vagas.⁹⁵

Nas sessões do Conselho anteriores, um dos questionamentos recorrentes a respeito do eixo racial do Programa, que implicitamente almejava sua deslegitimação, era: “*quantos ingressaram pelos 10%?*”. Conforme estimativas apresentadas pelo presidente da CAA, em 2013, foram reservadas 608 vagas por meio da reserva de 10%, das quais 251 foram preenchidas. Em 2014, das 649 vagas, 272 foram ocupadas. A média de ingresso de estudantes negras/os por esse meio era de 5%. Dessas/es estudantes, 2% não haviam estudado em escolas públicas.

O acordo que possibilitou a reformulação do eixo racial do Programa, de reserva de vagas para vagas suplementares, e da inclusão de quilombolas como sujeitos de direito, foi feito em duas audiências públicas realizadas nos dias 15 e 30 de abril de 2015, com a participação da PROGRAD, de entidades negras, da CAA e da administração central. Não obstante, o acréscimo de 3,45% das vagas, em forma suplementar, causou resistências no Conselho. A criação de vagas para quilombolas foi justificada no Conselho pelo pró-reitor adjunto⁹⁶ da PROGRAD, professor Rogério Luiz de Souza (CFH). Em especial, o pró-reitor reiterou que as comunidades quilombolas são reconhecidas pela Fundação Palmares e que a política buscava garantir o ingresso “*a esta população discriminada, com outros grupos negros e indígenas*”.

Em apreciação, o conselheiro representante da CGRAD, Áureo Mafra de Moraes (CCE) e três conselheiros do CTC – o diretor Sebastião Roberto Soares e os professores Gregório Rados e Roberto Caldas de Andrade Pinto – criticaram o parecer e declararam votos contrários. Esses conselheiros enfatizaram que a política afirmativa deveria seguir exclusivamente a lei de cotas. O conselheiro professor Sérgio Fernando de Freitas (CCS), membro do mesmo centro da relatora, questionou: “*qual a motivação para as vagas indígenas, se eles têm o PPI? Por que da criação dessas vagas para quilombolas?*”. Desse modo, o questionamento deslocou-se do

⁹⁵ Em 29 de maio de 2015, o Conselho aprovou a adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SISU) disponibilizando 30% das vagas da instituição. O SISU foi criado pelo MEC em 2009 e prevê o preenchimento das vagas da universidade a partir das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a destinação de recursos específicos para o atendimento estudantil.

⁹⁶ As pró-reitorias tinham os cargos de pró-reitor e pró-reitor adjunto. Em 2016 foi feita uma reestruturação dos cargos para a criação da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD), entre outras. O cargo de adjunto foi extinto e sua função gratificada foi destinada às novas instâncias.

âmbito racial para englobar as vagas de indígenas e quilombolas. Como argumentou o conselheiro professor Daniel Martins (CTC):

A questão do quilombola não está regulamentada. Eu não vejo o motivo de ter esse bônus a mais [...]. Nós estamos de fato criando uma anti-cotas, uma cota reversa. E a gente tem que ter cuidado, se não vai parecer que nós só atendemos uma só comunidade. Se não, daqui a pouco meu curso de Engenharia vai ter uma cota de gênero. Chamamos de minoria aquele que tem 60, 70%. Não faz sentido essa situação. Eu voto pelo encaminhamento passado [...], seguir estritamente a lei. Minha proposta de encaminhamento (UFSC, 2015b).

Assim como em momentos anteriores, a resistência ao Programa buscava respaldo em argumentações de cunho jurídico. Argumentou-se que a lei de cotas seria suficiente, ou seja, estabeleceria um limite para as políticas afirmativas voltadas a pessoas negras e indígenas. Ademais, a explicitação (argumentativa) do não reconhecimento (conhecimento) da regulamentação da “*questão do quilombola*” buscou questionar a própria identificação dos potenciais destinatários das vagas suplementares. Diante desses argumentos, o conselheiro técnico Hélio Rodak ponderou que a dificuldade colocada para o debate estaria na insuficiência do próprio parecer e, justificou, não faria o pedido de vista. Mais que uma crítica ao delineamento do Programa, sua intervenção expressava a importância da relatoria na constituição de um parecer suficientemente substanciado para a orientação da discussão (BEVILAQUA, 2005; LEWANDOWSKI, 2014). Com a palavra, o conselheiro diretor do CFH, professor Paulo Pinheiro Machado, reiterando o apoio desse centro às ações afirmativas, disse que a matéria não precisava ser decidida naquele dia e fez o pedido de vista.

Talvez seja possível sugerir que a ausência de representações de entidades negras e da CAA na sessão significasse que já se tinha em perspectiva o pedido de vista. De todo modo, essa primeira reunião foi eficaz no sentido de demonstrar os ânimos e a resistência à continuidade do Programa.

O Conselho se reuniu novamente em 16 de junho.⁹⁷ O primeiro confronto ocorreu no momento da aprovação da participação das representações negras, indicando, já de início, o acirramento e o tensionamento em torno da pauta. Na ocasião, a reitora informou que as solicitações de participação com direito à voz haviam sido formalizadas junto à Secretaria do Conselho Universitário. Mesmo assim, algumas das manifestações sugeriram limitações de

⁹⁷ Sob a presidência da reitora e com as presenças de onze conselheiras, trinta e cinco conselheiros; da CAA, e de representações negras. Com direito à voz: Maria de Lourdes Mina (MNU), Patrícia de Oliveira (OAB) e as estudantes Roberta Lira, Ângela Medeiros, Yara Espíndola, Alex Zok e Rariú Wilker Oliveira. Como ouvinte, o professor e vereador Lino Peres.

presença e/ou de voz. Exemplo disso está na fala de um conselheiro estudante que chamou a atenção para o fato de que não havia nenhum conselheiro negro, argumentando pela legitimidade das presenças com direito à voz. Após sua fala, foi avisado que havia um. Em contraste, o conselheiro representante docente do CTC alertou que era preciso cuidar para “*não discriminar*”, pois “*o fato de não ter nenhum conselheiro negro aqui não quer dizer que não tenham pessoas que não estão interessadas [...], não ter nenhum negro aqui não quer dizer que os direitos deles não estão sendo defendidos*”.

A fala do conselheiro docente sugere que o próprio Conselho seria suficiente para defender direitos de interesse da instituição prescindindo da participação de representações com interesses específicos. A partir da ênfase na existência de um conselheiro negro, sugere-se ainda que sua presença seria representativa das diferentes entidades negras. Talvez seja possível aventar, a partir desta perspectiva, o efeito de encapsulamento e cristalização operado, a partir de pressupostos ontológicos, em um corpo negro. Tal efeito, ao que parece, gera uma identificação e um “parentesco” entre esses corpos, possibilitando que uma única representação seja apreendida como potencialmente englobadora de pontos de vista de todas as entidades negras. Com esse sentido, a própria noção de presença/representação negra é passível de ser descrita como “discriminação”, da mesma forma que foi possível argumentar que um acréscimo na reserva de vagas era “cota reversa”, invertendo a posição do grupo “discriminado”.

Ao longo dessa sessão foram evocados como argumentos favoráveis e contrários ao Programa os principais temas discutidos nos últimos anos: a desigualdade socioeconômica *versus* a discriminação racial; a autonomia universitária *versus* a soberania da lei; e direito *versus* concessão. Ficou evidente que a defesa da questão racial se tornou um “escudo” para a defesa das políticas indígena e quilombola e para a defesa do próprio Programa. As muitas manifestações seguiram a ordem da circulação das palavras e, mais que em outras sessões, circularam também corpos negros.

Antes de o relator de vista apresentar o novo parecer, o presidente da CAA teve a palavra. Marcelo Tragtenberg reapresentou a minuta de resolução e justificou a inclusão da política para comunidades quilombolas devido às dificuldades de estudantes quilombolas ingressarem na UFSC pelas vagas PPI.

O relator de vista Paulo Pinheiro Machado (CFH) agradeceu a presença das representações negras e relatou sobre uma reunião realizada após a primeira sessão, em 9 de junho, com a PROGRAD, a CAA e a administração central. Ele destacou os documentos que constam no Processo nº 23080.028000/2015-11, que trata das políticas afirmativas para o

período de 2016 a 2022. Entre estes, as memórias de duas reuniões⁹⁸ ocorridas com as presenças da reitora e vice-reitora, da PROGRAD, da CAA e de representantes do Coletivo Curima, Coletivo Guatupê, Coordenadoria da Igualdade Racial de Florianópolis, Secretaria da Educação do Estado e Movimento Negro Unificado. Desse modo, enfatizou a constituição coletiva da minuta de resolução.

O principal argumento acionado pelo relator foi o de que as populações negras, indígenas e quilombolas sofriam a dupla discriminação efetivada pela estruturação do racismo e da desigualdade econômica. Como se pode ler no parecer (UFSC, 2015a), justificou-se as ações afirmativas como um mecanismo para a resolução dessas *“duas formas de discriminação e exclusão sociais, igualmente fortes e historicamente enraizadas [...] O racismo ultrapassa as fronteiras de classe e, como preconceito e conjunto de práticas discriminatórias e excludentes, o racismo está presente da base ao topo da pirâmide social”*. O relator ainda ressaltou os impactos gerados na vida desses grupos com o sistema escravagista, que os expropriou de múltiplas formas, inclusive da escola. Ademais, ponderou que a educação republicana também excluiu *“crianças e jovens [negras/os] dos bancos escolares”* e evidenciou que as teorias eugenistas, com o apoio político e estatal, ancorou o *“projeto de uma nação branca no sul do Brasil. Particularmente, em Santa Catarina a política de branqueamento foi levada à prática de forma mais intensa”*. Com o objetivo de destacar as dimensões mais profundas das expropriações experienciadas pelos três grupos, o relator destacou as políticas de concentração de terras e de rendas. Portanto, a UFSC buscava consolidar um programa que viabilizasse o ingresso no ensino superior de *“populações e comunidades historicamente marginalizadas”* e seria *“dever”* da instituição torná-lo uma política de estado, não apenas uma prática ou política de uma gestão. Desse modo, o Programa consolidaria *“os laços de nossa universidade com o conjunto da sociedade catarinense e brasileira”*, constituídos desde 2007, pois as ações afirmativas *“têm o saudável objetivo de estimular a convivência de pessoas de diferentes meios sociais, grupos étnicos e culturais”*. Nesta perspectiva, a criação de vagas suplementares para comunidades quilombolas, que reivindicam *“a regularização da propriedade coletiva das terras”* como prevê o art. 68 do ADCT da CF de 1988 (BRASIL, 2017), torna-se imprescindível. O relator aventou que, com a formação profissional, quilombolas poderiam colaborar efetivamente com as demandas geradas no e pelo território. Cada palavra do extenso parecer foi lida com muita tranquilidade e seriedade e se fez fundamental na orientação da disputa recolocada.

⁹⁸ É provável que essas duas reuniões sejam as audiências públicas, mencionadas anteriormente.

Em apreciação, os conselheiros do centro tecnológico apresentaram, novamente, a proposta de a decisão incidir somente sobre a reserva de vagas para a lei federal, alegando que o critério socioeconômico da lei de cotas, de uma trajetória na educação básica pública, era mais inclusivo. Alguns conselheiros de outros centros apoiaram essa proposta. Com isso, emergiu novamente o padrão de acionar a escola pública como argumento ancorado na lei de cotas. Entretanto, dessa vez, a disputa se colocava contra o Programa, não apenas contra o eixo racial. Nesta perspectiva, emergiu também a noção de “cota reversa”, que condensa certa percepção de a quem pertencem as vagas da universidade pública. Destaco a recorrência de certos modos de argumentar desde o primeiro debate sobre o PAA: a escola pública, figurando a desigualdade de classe, sustenta de forma “legítima” a oposição à política racial.

Entretanto, esse debate foi incluído em novos termos, demonstrando a potência do tema e sua capacidade de deslocar o debate das questões raciais e da diferença étnico-cultural para as questões socioeconômicas/ de classe. Como exemplo, o conselheiro representante da Câmara de Extensão (CEEx), professor William Vianna (CED), argumentou que a universidade precisava se comprometer com a educação básica, pois *“os dados demonstram uma questão de fundo, tanto de alunos quanto de professores; e a universidade é uma ilha de excelência”*. Em seu ponto de vista, os desdobramentos da política afirmativa tenderiam a aprofundar o “fosso” em relação ao *“mínimo necessário para prosseguir no ensino superior”*. Em apoio, o conselheiro professor Edison Roberto de Souza (CDS), que em uma das sessões de 2013 dissera ser responsabilidade das e dos estudantes negros lutar pela escola pública, argumentou em favor de uma política para a educação básica para que *“qualquer um, qualquer cidadão brasileiro, tenha condições de competir em igual com o outro”*. Com isso, reposicionou no interior dessa discussão o princípio meritocrático, como havia feito anteriormente. Em contraste, uma conselheira⁹⁹ disse reconhecer a importância da preocupação com o ensino básico, mas lembrou que a UFSC *“está muito longe de ter a cara do Brasil ou ainda a cara de Santa Catarina. Então, nós não somos ainda uma universidade de excelência [...] Desse ponto de vista nós não somos; seremos quando tivermos a cara de Santa Catarina e do Brasil”*. A estudante trans-negra de ciências sociais, Rariú Oliveira, argumentou que o recurso de acionar a educação básica contra as cotas raciais evoca *“sempre os piores argumentos”*. Em sua fala, acentuou que *“o Conselho não teria autonomia para intervir na melhoria da educação básica, a não ser lutando pela participação das pessoas negras e pobres na universidade”*.

⁹⁹ Estavam presentes nessa sessão três conselheiras professoras com o mesmo nome da conselheira que fez a intervenção, Sonia. Pelo fato de ser chamada pelo primeiro nome, não pude identificá-la na estrutura institucional.

O único conselheiro negro, representante docente professor Flávio da Cruz (CSE), ressaltou a importância de um Programa sem condicionalidades. Para embasar seu argumento, evocou sua trajetória no “*segundo grau*”, período em que estudava à noite em uma escola “*comunitária privada*” e, de dia, trabalhava para essa escola. Sua manifestação teve o sentido de demonstrar que a política para escola pública não atende automaticamente estudantes negras e negros, ao mesmo tempo que estar em escola privada não é necessariamente sinônimo de privilégio de classe. Sentada ao lado desse conselheiro, a coordenadora do MNU/SC, Maria de Lurdes Mina, ao receber a palavra, disse sorrindo que é chamada de Lurdinha e fez uma saudação. Ela ressaltou que a proposta do movimento negro era aquela “*que começamos a construir em 2006, que fundamentou a resolução da UFSC até agora, de manter os 10%*”. Contudo, alegou que foi necessário “*consensuar*” com a feitura de uma nova proposta de resolução para “*a gente conseguir, minimamente, as vagas suplementares*”.

Em contraste, o conselheiro diretor do CTC argumentou que a minuta de resolução previa um aumento de 5% das vagas do vestibular e “*a cota reversa quem tem agora são os 45% restantes. Se 55% estão reservadas, só 45% estão abertas a concorrência geral*”. Articulados politicamente, denotando apoio mútuo, outro conselheiro professor do CTC¹⁰⁰ disse que não era a primeira vez que estava “*na frente de uma comunidade negra*”. Desse modo, buscou legitimar seu ponto de vista acionando relações inclusive com um país africano, pois fora professor em Moçambique e tinha amigos negros:

Se a gente for ver dívidas passadas, a questão da escravidão acontece hoje na África. Hoje, você consegue comprar um escravo em Maputo. A questão do escravo vem de onde? Através do espanhol escravo, em inglês é slave. O que é slave, é eslavo. Porque durante a formação do latim quem eles escravizavam eram os eslavos. E nós não estamos colocando nenhuma cota para os ucranianos de Curitiba aqui [foi interrompido e disse: por favor, eu gostaria de terminar aqui]. Então o que eu estou querendo colocar é que a lei já coloca uma representação, claro que é sempre bom trazer mais pessoas, mas existe o cômputo dos 100%. [...] O que eu estou vendo aqui é uma luta para colocar uma elite do grupo. Porque quando se fala em qualquer percurso, nós estamos falando aquele que teve escola particular, basicamente é isso. Então nós estamos querendo que certo grupo organizado, a elite desse grupo, tenha mais acesso à universidade. Eu não entendo por que que essa inserção não pode se dar dentro da lei, conforme a lei. Inclusive a proposta de 32% colocada aqui é muito superior à representação de pretos e pardos em Santa Catarina.¹⁰¹ A super representação é um problema também. Porque quando você tem uma

¹⁰⁰ Não consta do currículo do professor a atuação como conselheiro no ano de 2015. É possível indicar que ou era suplente da representação docente do CTC, ou representasse uma das quatro câmaras, ou uma pró-reitoria.

¹⁰¹ O percentual é referente à soma de 16% para as duas subcotas de renda para as categorias PPI. Porém, os 16% são calculados separadamente para as duas categorias de renda definidas pela lei de cotas (cada uma delas correspondente a 25% da reserva de 50% das vagas).

super representação em relação à sociedade você vai pegar, com certeza, indivíduos com menos capacidade. Se fizer a mesma coisa, por exemplo, judeus e homossexuais, colocar que ele vai ter acima de 50%, você pega pessoal que não está na mesma proporcionalidade (UFSC, 2015a).

Essa expressão pública sintetiza os diferentes argumentos anti-cotas raciais e dá indícios (ALMEIDA, 2013) de que se tratava de posição com ampla sustentação política na instituição – ainda que não majoritária no Conselho –, como indica a votação da matéria. Por outro lado, Alex Zok Faria, estudante negro de Engenharia Civil e representante da CAA, argumentou que muitas das manifestações explicitavam “*o racismo no Conselho*” e, para isso, evocou o resultado da votação, no início da sessão, para a participação de representações negras com direito a voz: “*de 17 a 15. A gente fica se perguntando qual é a posição do negro? Ou o quanto realmente a universidade, não diria a universidade enquanto administração, mas a universidade enquanto sociedade vê a posição do negro nos espaços de poder, de intelecto de igual para igual?*”.

O relator de vista (CFH) argumentou que as vagas suplementares emergiram como “*uma solução fora do universo de 100%, sim. É um acréscimo que leva à ampliação e leva à reafirmação de algo que já vem sendo feito*”. Na mesma direção, o conselheiro representante docente do Centro de Comunicação e Expressão (CCE), Carlos Locatelli, afirmou que a política de vagas suplementares é

Para além do que imaginávamos. Mas aí é que está a criatividade da solução. A criatividade de quem está na Comissão, na reitoria, na PROGRAD, quem está nos movimentos, quem fez a política. Isso cria problemas para nós chefes, coordenadores, diretores, para a própria reitora, pró-reitor de Graduação [...]. Existe uma lei geral e uma série de especificidades que a sociedade catarinense detectou. A lei geral não consegue dar conta de um grupo de negros, de quilombolas e de indígenas. Nós precisamos ser generosos para criar essas 227 vagas e administrar os possíveis problemas que virão com elas. [...]. Aprovar isso sela todo um processo. É o coroamento de uma relação da Universidade Federal de Santa Catarina com uma questão que é absurdamente cara à sociedade catarinense e brasileira.

Em 2004, quando o Conselho da UFPR debateu a aprovação de políticas afirmativas, a defesa das escolas públicas emergiu como forma de expressar uma posição contrária às cotas raciais (BEVILAQUA, 2005) e em favor das cotas sociais. Na UFSC, de forma análoga, a noção de uma educação básica com qualidade teve como pressuposto restituir as condições meritocráticas no processo seletivo. Tal pressuposto concebe “*um ideal democrático de oportunidades competitivas para todos; pois conformamos [nos imaginamos como] um país de desigualdades, mas não necessariamente de desigualdades raciais* (ANJOS, 2012, p. 195).

A defesa da política racial, nessa sessão, teve o sentido de sustentar a defesa do Programa como um todo, pois a lei de cotas, ao mesmo tempo que universaliza a política nas IFEs, a singulariza para pessoas oriundas de escolas públicas. De modo inverso, o Programa é universalizado para pessoas negras e indígenas, sem impor condicionantes. Os argumentos acionados por representações de coletivos de estudantes e de entidades negras, pela CAA, por conselheiras/os favoráveis ao Programa, todos articulados, centraram-se em legitimar as vagas suplementares para a população negra. Quilombolas e indígenas não tiveram destaque: foram evocados poucas vezes durante a discussão que durou cerca de quatro horas. Ao que parece, deixá-los “de fora” foi uma estratégia de não dividir as argumentações e manter o foco na questão que parecia englobar o Programa e, desse modo, sustentá-lo.

Ao longo da sessão, a concepção do Programa foi amplamente confrontada e discutida. Em 2013, como mencionei, a então pró-reitora de Graduação (CED) argumentou que a lei de cotas era um direito; em contraste, dado o tensionamento das disputas, o Programa era lido implicitamente como uma doação. O processo de reformulação do eixo racial do Programa, da reserva de 10% de vagas para vagas suplementares para pessoas negras, significou a perda de dois terços das vagas reservadas anualmente. Com esta perspectiva, a coordenadora do MNU/SC, Lurdinha Mina, ressaltou o fato de que a entidade havia participado da instituição do Programa e, por isso, *“nós hoje nos sentimos um pouco frustrados porque fomos obrigados, pela conjuntura nacional, a buscar um consenso. Porque não queríamos perder nenhum direito”*. Ao ter a palavra, o conselheiro representante docente do CTC voltou-se para a bancada à sua direita, onde estavam as representações negras, e disse:

Quanto aos grupos aqui presentes, eles não têm, como foi dito pela Maria de Lurdes, Lurdinha, um direito. Aqui nós não temos direitos. Aqui é uma questão de concessão, tá? Algo que foi concedido em determinado momento e como está se buscando, por determinada parte da população, se manter, digamos assim, esses benefícios, ou essas concessões. É isso que nós estamos discutindo aqui (UFSC, 2015a).

A emergência da discussão sobre o estatuto do Programa gerou muitas manifestações em apoio à perspectiva deste como um direito, vindas de coletivos de estudantes, de conselheiras e conselheiros estudantes e professoras/es de diferentes centros. A estudante de artes e representante do Coletivo Negro Curima, Roberta Lira, disse: *“é um direito sim, professor, com todo respeito da sua opinião pessoal. Mas aqui nós não podemos tratar de opiniões pessoais, [...] nós não estamos lidando com concessões, mas por direitos [...] Racismo é um impedimento na discussão”*. No mesmo sentido, a conselheira Sônia, cujo sobrenome não

pude identificar, argumentou que a história da universidade é a de “*reserva de vagas, de privilégios, não benefícios, privilégios de brancos e homens ricos [...]. A gente está desmontando os privilégios historicamente construídos. É o direito que a gente está discutindo aqui. Não é benefício, é um direito*”. Também, a estudante negra-trans de ciências sociais reiterou: “*esta coisa de benefício nada mais fala do que este sentimento de autoridade que está atrelado a um pertencimento branco*”. Ela ressaltou que a sala dos conselhos “*é mais um espaço onde podemos transitar com nossos corpos negros*”.

Deste longo e tenso debate explicitou-se a concepção do Programa enquanto um direito e, como tal, o posicionou em simetria com a lei de cotas. As manifestações evidenciaram uma vantagem em relação ao Programa. A reitora, então, informou que colocaria o parecer em votação e os que votassem contra estariam encaminhando a votação para a segunda proposta: a exclusividade da lei de cotas como política afirmativa na instituição. Por ampla maioria – não foram contabilizadas – e cinco votos contrários, o Conselho decidiu pela continuidade da dupla política, como está inscrito na Resolução Normativa nº 52/CUn/15. A reitora agradeceu a “*qualidade*” do debate e encerrou a sessão. Aplausos!

Na ata da sessão consta a participação de 46 conselheiras e conselheiros. A votação expressiva (supondo que 41 votos foram a favor) pela vigência do Programa explicitou as articulações, acordos e alianças constituídas no período de 2012 a 2015. Cabe destacar o protagonismo de estudantes nas posições de representações negras e de conselheiras/os. Seus argumentos foram os mais diretos e incisivos e demonstraram uma ampla articulação entre diferentes organizações estudantis na UFSC e entidades negras.

O Programa como símbolo da diversidade da UFSC

Neste capítulo descrevi os principais impasses, controvérsias, confrontos e acordos gerados pelo encontro da lei de cotas com o PAA. Desse modo, pude demonstrar o potencial da análise das sessões na explicitação de diferentes dimensões das práticas da instituição estatal. Evidenciei como, de 2013 a 2015, a disputa em torno do seu eixo racial provocou fissuras e deslocamentos de perspectivas. As alianças em torno das questões fundantes do Programa possibilitaram sua reformulação em 2015 exclusivamente com vagas suplementares, com a inclusão de estudantes quilombolas como sujeitos de direitos.

O duplo movimento gerado pelo encontro de entes normativos heterogêneos, de aproximação e semi-englobamento, de distanciamento e diferenciação, iniciado em 2012, com a perda de 20% da reserva de vagas do Programa, foi estabilizado em 2015 por um período de

sete anos.¹⁰² Foi feito como efeito das disputas e das alianças constituídas principalmente entre entidades negras, a gestão e a CAA. Naquele período, o Programa se constituiu de diferentes modos e perspectivas: como concessão, como direito, foi vinculado aos processos de expropriações, de racismo e de reparação em conexão com o período escravagista, como a história de lutas das entidades negras e como a trajetória da UFSC. Em 2015, o seu estatuto sobressaiu como direito. Embora a perspectiva minoritária do Programa como concessão possa gerar efeitos nas práticas de agentes estatais que atuam nas diferentes instâncias da instituição que tratam da vida acadêmica estudantil, entende-se que o Programa é múltiplo (MOL, 1999), porque constitui-se a partir dessas perspectivas, dentre tantos outros elementos.

Os confrontos no Conselho indicaram também a mudança de alianças. Não foi possível conhecer o motivo da troca de titularidade da Pró-reitoria de Graduação em 2014, de uma professora do CED para um professor do CFH. Também era desse centro o pró-reitor adjunto da PROGRAD e a pró-reitora de Pós-Graduação, mesmo centro da reitora. Portanto, as posições mais “elevadas” no tratamento das ações afirmativas estavam sob a gestão do CFH, sobretudo a do pró-reitor da PROGRAD que também preside a câmara de graduação – instâncias responsáveis pela formulação e execução de políticas para os cursos de graduação.

As votações no período evidenciaram que mais de dois terços dos membros do Conselho eram favoráveis ao Programa. Esse alinhamento sobressaiu na votação de 2015, com o índice de favoráveis de 89%. Por outro lado, o grupo na oposição foi formado principalmente por docentes do Centro Tecnológico (CTC), apoiado por conselheiros de outros centros como os de biologia e de saúde. Embora minoritária no Conselho, a potencialidade das forças contrárias ao Programa pode ser indicada pela exclusão da reserva de 10% das vagas para pessoas negras. Ao descrever as diferentes perspectivas explicitadas pelas discussões nas sessões, busquei atentar para o “*potencial de entrelaçamento de filosofias ou abordagens divergentes, antes que forçar uma convergência de horizontes*” (SALMOND, 2014, p. 303).

A disputa foi ancorada fundamentalmente em argumentos jurídicos. A referência ao arcabouço jurídico, como narrativa de ordenamento do mundo, operou diferentes dimensões tanto na defesa quanto no ataque ao Programa, distanciando-se de argumentos que pudessem ser concebidos como “políticos” ou como “técnicos” (SCHAVELZON, 2007). Tal agenciamento em defesa do Programa o investiu de legalidade, sugiro, nos mesmos termos que a lei federal, ainda que em planos hierárquicos distintos. É possível indicar que o acionamento

¹⁰² Em 2019, a vigência do Programa foi estendida até 2026, conjugando-se à vigência da lei de cotas. Retorno a essa decisão na conclusão da tese.

do argumento da autonomia da universidade na defesa do Programa também o acionava como fundamento ontológico da universidade.

O artigo 68 da ADCT-CF,¹⁰³ a lei nº 12.711/12 e suas regulamentações, ao serem evocadas, também garantiram “*segurança jurídica*” às vagas suplementares para quilombolas. Os esforços envidados na reconfiguração do programa retratam uma multiplicidade de processos de discussões e de decisões que explicitam modos de fazer política, de fazer direitos e de fazer estado.

Engendrado por coisas e pessoas de dentro e de fora da instituição, neste fazer político foram incorporadas controvérsias, rivalidades, tensionamentos, obrigações mútuas e acordos. Os agenciamentos explicitaram uma das especificidades da instância estatal, apreensível no ponto exato em que uma deliberação é tomada: o Conselho decidiu! De modo geral, na perspectiva da “comunidade universitária”, o Conselho possui o poder de decisão sobre as políticas da universidade. No entanto, a decisão é circunscrita pelo acúmulo de poderes que se sustentam em diferentes relações. A decisão é intensivamente disputada em forma de argumentos durante as apreciações. Pode-se sugerir que a sessão do conselho é uma tecnologia de fazer decisão e, como argumenta Andressa Lewandowski (2014, 2018), “*uma decisão é também efeito de toda uma série de pequenas decisões anteriores*” (2018, p. 158). Ela é constituída a cada gesto corporal no ato de inscrever-se para intervir e no de votar, com a circulação de palavras, com a autorização de participação de não membros, muitas vezes, corpos percebidos como “estranhos” ao ambiente. O pedido de vista, o regime de urgência, as reuniões e acordos que antecedem a sessão, a formulação dos processos administrativos, dos pareceres, a circulação de pessoas na presidência do Conselho, as trocas de titularidades, tudo efetuou a decisão. Cada uma das pequenas decisões gerou transformações e simultaneamente foram sedimentando concepções e temporalidades na constituição do direito. As decisões do Conselho foram materializadas especialmente em resoluções e operaram na redistribuição das vagas dos cursos de graduação e também na criação de novas vagas.

As palavras harmonizavam ou rivalizavam, geravam e/ou expressavam alianças entre defensores e entre contrários. No sentido político, as palavras ditas por conselheiras/os, por convidadas/os e pela reitora estabeleceram relações e construíram o direito específico para quilombolas. Elas também explicitaram a conexão entre historicidades distintas, não lineares, que se entrançaram. Ao final, sobressaiu especialmente a trajetória do Programa como parte da

¹⁰³ Observa-se que o artigo 68 do ADCT – que inclui o direito quilombola ao território – e o Decreto nº 4.887/03 – que regulamenta os processos de regularização do território – não foram citados na Resolução nº 52/15.

história da UFSC, assentado nas relações com as lutas históricas de entidades do movimento negro, indígena e quilombola.

Os múltiplos processos envolvidos na confecção do direito das pessoas quilombola, negra e indígena explicitaram diferentes dimensões de valores fundamentais. Bevilaqua (2005) destacou essa potencialidade ao etnografar o processo de decisão que instituiu a política de cotas na UFPR.

A implantação de cotas para o ingresso de estudantes negros, indígenas ou oriundos de outros segmentos sociais específicos nas instituições públicas de ensino superior constitui um caso exemplar, uma vez que traz à tona diferentes dimensões do equacionamento entre igualdade e diferença, direitos individuais e coletivos, ciência e política (BEVILAQUA, 2005, p. 168–69).

Tal potencialidade pode ser lida também a partir da etnografia de Anjos (2012). O antropólogo descreveu a cerimônia de “*descarrego*” feita por lideranças religiosas no dia da deliberação das cotas na UFRGS, em 2007. Os membros do Conselho, inclusive o reitor, “*brancos*”, foram recepcionados com pipocas na entrada do prédio da reitoria por “*negros*”. Essa ação efetuou o alargamento da sessão, exclusiva para membros, ao incluir as pessoas e divindades que estavam nos corredores próximos da sala do conselho e que tensionaram os procedimentos deliberativos tidos como democráticos. A cerimônia foi apreendida pelo Conselho como uma “*profanação do espaço [sagrado] da assembleia, rigidamente codificada*” (2012, p. 192). De modo aproximativo, nas sessões de aprovação das cotas na UFPR (2004), entidades negras fizeram uma vigília no pátio da reitoria e, na UFSC (2007), entidades negras e apoiadoras/es também participaram das sessões nos corredores e espaços próximos da sala do conselho. Nas três instituições, algumas representações negras foram autorizadas a entrar no recinto.

Na UFRGS, na UFPR e na UFSC, não membros participam das sessões do Conselho se forem autorizados. Na UFSC, desde 2008, as sessões são transmitidas “ao vivo”, gravadas e disponibilizadas a um público ilimitado, por meio da internet. Porém, sugiro, essa publicização das sessões não amplificou os mecanismos de interação, sequer a abertura para uma metodologia “mais” democrática. A transmissão publiciza os atos como um documento. Embora o acesso às memórias das sessões documentadas seja um avanço excepcional, é possível sugerir que o Conselho se mantém inalterado no plano estrutural. O seu regimento interno, com as normas que organizam a sessão, foi criado em 1983 e alterado em 1991. Já o Estatuto da UFSC, de 1978, prevê, entre outras atribuições, a composição dos membros do Conselho Universitário. O artigo 16 desse estatuto foi alterado em 2012, 2017 e 2019 e,

principalmente, ampliou o número de representações discentes e técnica-administrativas. Essas microtransformações operam no aumento de participantes. Contudo, o Conselho mantém historicamente uma hiper representatividade de cor e de gênero. No período descrito, cerca de um terço do Conselho presente nas sessões era de mulheres e apenas um conselheiro era negro.

Em outro plano, foi possível de apreender que as relações hierárquicas estabelecidas pelas posições estruturais entre as categorias de conselheiras/os (docentes, técnicas/os e discentes) são constantemente tensionadas e confrontadas, desestabilizando-as. Neste sentido, a noção de igualdade foi explicitada como um valor por conselheiros discentes, quando questionados em seu pedido de vista em uma sessão de 2013. Talvez seja possível dizer que, por um lado, como destacou Anjos (2012), o princípio formal da igualdade está ancorado numa concepção de indivíduo e vinculado ao mérito. Nesta forma, são geradas diferentes versões de “igualdade” – de mitos (ibidem), como o da democracia racial – que potencializam o não reconhecimento das diferenças. Por outro lado, a disputa encampada pelo conselheiro estudante para ser reconhecido como pessoa conselheira, com a mesma legitimidade e em relação de simetria com demais conselheiras/os, gerou uma inflexão no sentido da noção de igualdade. Ao que parece, a noção de igualdade foi assentada na relação com o Conselho.

No período de 2013 a 2015, representações de entidades negras e de coletivos de estudantes negras/os da UFSC participaram assiduamente das sessões que decidiram sobre as ações afirmativas na posição de convidadas/os autorizadas/os. A observação dos questionamentos feitos por conselheiros no momento de aprovação dessas participações sugere uma outra aproximação com o Conselho da UFRGS: a sua dimensão sagrada. Ou seja, assim como naquela instituição, como destacou José dos Anjos, na UFSC também havia uma percepção (difusa) de profanação do espaço sagrado do Conselho.

Ciméa Bevilaqua (2005) também atentou para o aspecto sagrado no processo de decisão das políticas afirmativas na UFPR (2004). Entretanto, tal concepção foi assentada na matéria em deliberação: “*uma espécie de rito sacrificial cujo objeto era a própria representação da sociedade brasileira*” (2005, p. 207). No rito, essa imagem foi destruída e projetada uma “*potencialmente mais justa*” (2005, p. 207). Parafraseando a autora, a aprovação do Programa, em 2007, transformou a concepção do mito democrático-igualitário-meritocrático do vestibular. Pois, ao “sacrificá-lo”, criou-se a imagem de uma “*sociedade potencialmente mais justa*”. Essa imagem, descrita como diversa, emergiu no Conselho como um valor cujo símbolo é o próprio Programa.

A rivalidade entre o Programa e a lei de cotas amplificou as suas diferenças. No Conselho, o Programa se destacou como a imagem da diversidade e a UFSC, como uma instituição que se esforçava em ter a “*cara da sociedade catarinense e do Brasil*”. Essas perspectivas se entrançaram e, como efeito, fizeram do Programa um feixe da “*história da universidade*”. Nas sessões, os argumentos favoráveis indicavam a diversidade propiciada pelo ingresso de estudantes negras/os e indígenas, assim como evidenciou o parecer de Paulo Pinheiro Machado em 2015. Portanto, é possível sugerir que a diferença se tornou um valor como que “sagrado” na perspectiva das pessoas que conceberam a UFSC como diversa e o Programa como um direito.

No Conselho, a proposta de vagas suplementares para quilombolas foi recebida por alguns membros como abrupta, injustificada e sem sustentação jurídica. No entanto, ela resultou de uma longa história de mobilizações e alianças, como descrevo no Capítulo II.

Este é um lugar nosso de direito também. Porque se a gente não faz esse primeiro passo, eles vão dizer que a gente não existe. É por isso que a gente tem de *lutar*, estar lá dentro da universidade para garantir o que é nosso. Porque se o negro já não é visto no Brasil, quem dirá na universidade? Quem dirá quilombola? Foi essa *luta* que a gente fez.

Adriana Ferreira da Silva, da Comunidade Quilombola Invernada dos Negros (7 de maio de 2018).

CAPÍTULO II - MEMÓRIAS DE *LUTAS* PARA ESTAR NA UFSC: QUILOMBOLAS E(M) MOVIMENTO

Em 2015, a proposta de vagas suplementares para quilombolas pareceu ter emergido no Conselho de forma abrupta e improvisada e sequer foi compreendida por muitos conselheiros. Entretanto, ela é efeito de uma longa história de *lutas*, de articulações, de alianças e de acordos possibilitados especialmente pelo encontro do Decreto nº 4.887/03 com as disposições do Movimento Negro Unificado em Santa Catarina (MNU/SC).

O Decreto nº 4.887/03 estabeleceu os procedimentos para a regulamentação territorial de quilombos, prevista na Constituição de 1988. Em Santa Catarina, o decreto possibilitou a aproximação entre o MNU/SC, antropólogas da UFSC e comunidades negras. Com esse encontro, em um primeiro momento, buscou-se a identificação dos grupos com vistas à regularização de seus territórios. Na sequência, buscou-se reivindicar outros direitos específicos, sobretudo a educação quilombola, com foco, inicialmente, no ensino básico e, posteriormente, no acesso ao ensino superior. Na segunda seção deste capítulo descrevo os principais desdobramentos e as alianças que possibilitaram a geração da proposta de vagas suplementares para quilombolas.

Antes disso, cabe notar que a reserva de vagas de 10% do PAA, aprovada em 2007 e reeditada em 2012, viabilizou o ingresso irregular e residual de estudantes quilombolas. Conforme informações que tive no trabalho de campo, entre 2009 (segundo ano de vigência do Programa) e 2015 (ano de aprovação das vagas suplementares), apenas oito quilombolas ingressaram na universidade. Em 2009, Ely de Souza (Invernada dos Negros) e Manuel dos Passos (Aldeia) entraram na primeira turma do recém-criado curso de licenciatura em Educação do Campo por meio da reserva de 10% das vagas para pessoas negras. O processo seletivo desse curso é distinto do vestibular geral da instituição e direcionado às populações do campo e às comunidades tradicionais. Em 2010, outra estudante da Invernada dos Negros, Adriana Ferreira da Silva, ingressou no mesmo curso. Também em 2010, Valdomiro Machado, do Morro do Fortunato, ingressou no curso de Medicina. Em 2012, Camila Pereira, do Aldeia, ingressou no curso de Direito. Em 2015, ano de aprovação das nove vagas suplementares, mais três

estudantes quilombolas entraram na instituição pela reserva de 10%: do Aldeia, ingressaram André Nascimento em arquivologia e Lu Quilombola em serviço social, e da Invernada dos Negros, Abegail de Souza ingressou em zootecnia. Por não terem sido aprovados em sua primeira opção, ele e elas ingressaram em *vagas remanescentes* de outros cursos, como descrevo na primeira seção. O reduzido número de ingressantes quilombolas ao longo desses anos e a dificuldade de aprovação nos cursos desejados indicam que o modelo de cotas estabelecido pelo Programa não era suficiente para promover o acesso de quilombolas à UFSC.

O Quadro 3, feito a partir de meu registro etnográfico, apresenta as e os estudantes que ingressaram por meio do Programa entre 2009 e 2015. Quatro estudantes são da comunidade Aldeia, três da Invernada dos Negros e um do Morro do Fortunato.¹⁰⁴ Em 2011, 2013 e 2014, não tive registro do ingresso de quilombolas. Contudo, não há como afirmar que esse não ocorreu. Assim, se isso é possível, também é plausível sugerir que essas pessoas não circularam na mesma rede com a qual estabeleci relações.

QUADRO 3 - QUILOMBOLAS INGRESSANTES NA UFSC NO PERÍODO DE 2009 A 2015

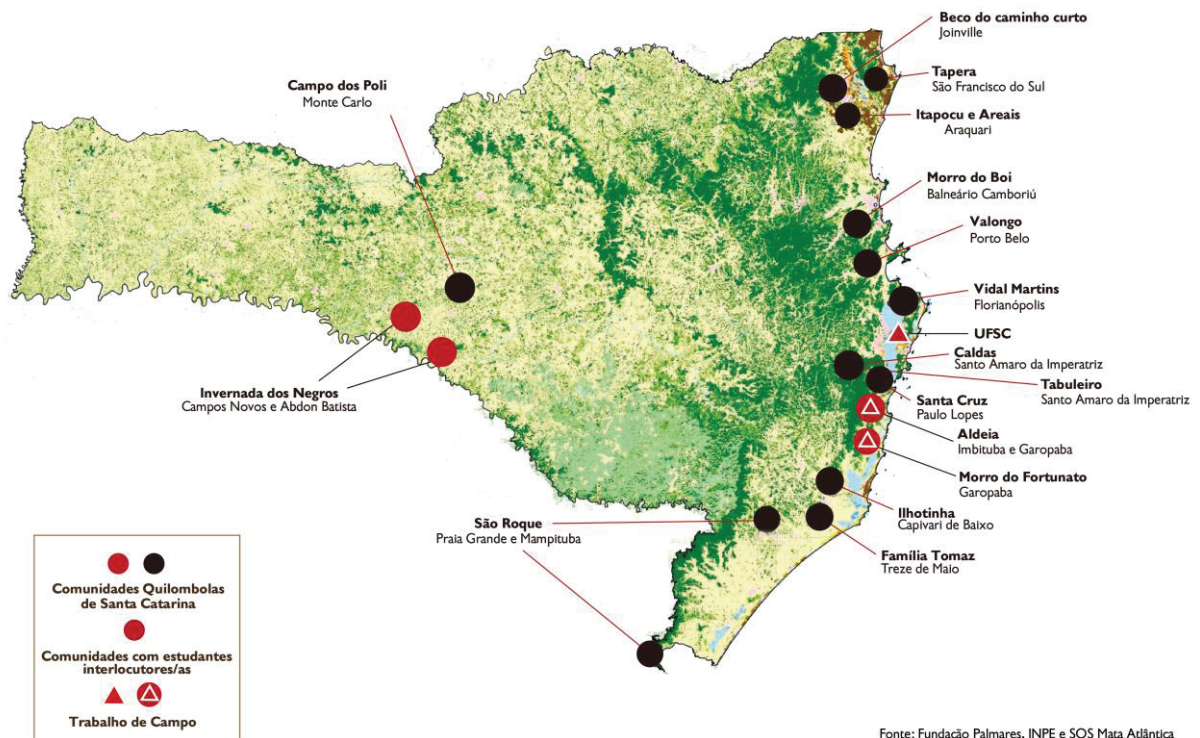
Ano	Comunidade	Curso	Aluna(o)
2009	Invernada dos Negros	Licenciatura Educação do Campo	Ely de Souza
	Aldeia	Licenciatura Educação do Campo	Manuel dos Passos
2010	Invernada dos Negros	Licenciatura Educação do Campo	Adriana Ferreira
	Morro do Fortunato	Medicina	Valdomiro Machado
2012	Aldeia	Direito	Camila Pereira
2015	Aldeia	Serviço Social	Lu Quilombola
	Aldeia	Arquivologia	André Nascimento
	Invernada dos Negros	Zootecnia	Abegail de Souza

FONTE: Registro etnográfico da autora (2020).

Com a implementação das nove vagas suplementares nos processos seletivos de 2016 a 2019, foram convocadas/os, nos editais de primeira chamada, 34 quilombolas em 24 cursos, como trato no Capítulo III. No entanto, cabe dizer aqui que algumas das pessoas classificadas não se matricularam ou não permaneceram na UFSC.

¹⁰⁴ Em 2015, ano de aprovação das vagas suplementares, havia em Santa Catarina treze comunidades certificadas pela Fundação Palmares como *remanescentes de quilombos*: Aldeia; Caldas do Cubatão; Campo dos Poli; Comunidade Ilhotinha; Família Thomaz; Invernada dos Negros; Morro do Boi; Morro do Fortunato; Mutirão e Costeira; Santa Cruz (SC); São Roque (SC); Tabuleiro; Valongo; Vidal Martins. Em 2019, foram certificadas as comunidades Beco do Caminho Curto, Tapera e Itapocu (FCP, 2019). A comunidade Areias Pequenas aguarda a certificação; já as comunidades Morro da Queimada e Rosalina estão em processo de identificação. Contudo, apenas os quilombos Família Thomaz (Treze de Maio/SC) e Invernada dos Negros (Campos Novos e Abdon Batista/SC) foram titulados; este último, parcialmente. De acordo com interlocutoras, há muitas comunidades negras catarinenses (como em todo o Brasil) que não buscaram ainda o reconhecimento estatal.

MAPA 1 - MAPA COM A LOCALIZAÇÃO APROXIMADA DOS QUILOMBOS EM SANTA CATARINA



Fonte: Fundação Palmares, INPE e SOS Mata Atlântica

FONTE: Pesquisa etnográfica da autora, Fundação Palmares (2019) e Infográfico de Daniela MÜLLER (2019)

Um dos objetivos deste capítulo é descrever as trajetórias de duas estudantes que ingressaram na UFSC antes de 2016. Busco explicitar as condições que contribuíram para que as e os primeiros ingressantes quilombolas fossem oriundos das mesmas comunidades. Os quilombos Aldeia e Morro do Fortunato são geográfica e sociologicamente próximos entre si e não muito distantes da capital. Localizam-se nos municípios de Imbituba e Garopaba, na região litorânea a aproximadamente 100 quilômetros de Florianópolis. Entre as duas comunidades há um amplo fluxo de trocas transpassado por relações de parentesco e políticas, como indicam a pesquisa da historiadora Mauricélia Albuquerque (2014) e também a minha. Durante o trabalho de campo conheci esses dois quilombos – marcados com um triângulo interno às esferas vermelhas, ao leste do Mapa 1. Já o quilombo Invernada dos Negros está localizado a cerca de 350 quilômetros de Florianópolis, entre os municípios Abdon Batista e Campos Novos, na região oeste de Santa Catarina – esferas vermelhas no Mapa 1. Tal distância nos fez refletir sobre quais seriam os elementos que viabilizaram estudantes oriundas da Invernada dos Negros a estarem entre as primeiras a ingressar na UFSC.

Como mencionei na Introdução, não tive acesso aos dados oficiais a respeito das comunidades de origem, gênero e idade de estudantes quilombolas na UFSC. Ao longo do trabalho de campo, contatei 18 estudantes quilombolas e entrevistei 14: cinco da comunidade Aldeia, três da Invernada dos Negros e seis do Morro do Fortunato. Esses contatos foram tecidos por meio de indicações de colegas, muitas vezes parentes, evidenciando uma rede de relações envolvendo estudantes dessas comunidades. Se é certo, portanto, que a pesquisa tendeu a se circunscrever a uma rede específica, é importante notar que ela me permitiu contatar um pouco mais da metade de quilombolas que ingressaram na UFSC até 2019. Informações sobre estudantes oriundos de outros quilombos não eram do conhecimento de minhas e meus interlocutores, ou esses preferiram não compartilhar comigo essas informações.

Neste capítulo argumento que, por um lado, o acesso à universidade pode estar associado ao fortalecimento das relações entre as comunidades Aldeia, Invernada dos Negros e Morro do Fortunato com o MNU.¹⁰⁵ Porém, conforme documento do próprio MNU,¹⁰⁶ no vestibular 2014 se inscreveram seis pessoas do Aldeia, duas do Morro do Fortunato, três da Invernada dos Negros, três de Vidal Martins e três de Caldas de Cubatão. Desse modo, vislumbra-se impedimentos ao ingresso de estudantes de outros quilombos que extrapolam a potencialidade dada pelo vínculo com o MNU. Por outro lado, a disseminação de informações sobre o PAA nos quilombos, especialmente pelo MNU, fez gerar o desejo em potenciais candidatas/os de estar na universidade. Se antes a universidade estava fora do horizonte, com o Programa essa passou a ser uma possibilidade.

Na primeira seção, descrevo as trajetórias educacionais e de trabalho de Adriana Ferreira da Silva (Invernada) e de Lu Quilombola (Aldeia). Busco, por um lado, tornar visíveis as condições que, desde a infância, produziram efeitos cumulativos para dificultar o acesso à universidade, tendo em vista que ambas as estudantes relataram situações de violência e dor relacionadas a atos racistas que sofreram desde a infância, bem como o encontro com o MNU e a constituição de um vínculo ancestral em conexão com a “*África*”. Por outro lado, busco explicitar as relações que possibilitaram tais acessos e realçar a importância da experiência e do engajamento delas para tratar de questões quilombolas dentro e além da instituição. Com isso, é possível vislumbrar a constituição gradual de uma rede de solidariedade que se fortaleceu com a aprovação das vagas suplementares.

¹⁰⁵ As antropólogas Raquel Mombelli (2005, 2006, 2009) e Nathalia Reis (2018), em suas pesquisas na Invernada dos Negros e no Aldeia, respectivamente, destacam a participação do MNU nas mobilizações dessas comunidades.

¹⁰⁶ Raquel Mombelli me enviou uma cópia deste documento.

Na segunda seção, descrevo como o Decreto nº 4.887/03 gerou encontros entre o MNU/SC, o Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER/Departamento de Antropologia/UFSC) e as comunidades negras a partir de 2004, tendo em vista a regularização territorial. No processo, o *movimento*¹⁰⁷ passou a *lutar* também pela implementação da educação quilombola. Com os desdobramentos engendrados por esta inflexão e com a edição da Resolução nº 8 do MEC, em 2012, foi possível criar, em 2013, a proposta do curso de Licenciatura em Educação Quilombola. Paralelamente, entre 2012 e 2015, o PAA foi divulgado em comunidades quilombolas por meio do Programa de Extensão (PROEXT/MEC). A coordenadora do MNU/SC, Maria de Lurdes Mina, e antropólogas vinculadas ao NUER participaram de todas essas ações. Diante desses desdobramentos, argumento que a aliança política especialmente entre comunidades quilombolas e o movimento deu condições para a proposição das nove vagas suplementares para quilombolas. Durante o trabalho de campo pude compreender, parcialmente, a constituição dessas relações. Portanto, neste capítulo há um duplo esforço. De um lado, descrevo as trajetórias das estudantes cujo ingresso na universidade está conectado a redes de relações nas comunidades e com o MNU e, de outro, evidencio as alianças políticas que potencializaram a existência do direito quilombola em uma universidade da região sul do Brasil.

No capítulo anterior, a descrição foi centrada no acervo de artefatos digitais da UFSC e, principalmente, na observação das sessões do Conselho. No acervo, trabalhei com as memórias dessas sessões. As atas, as resoluções e, particularmente, as gravações se constituíram nos materiais etnográficos mais relevantes. Em contraste, neste capítulo, a descrição está centrada nas memórias, especialmente, de Adriana Ferreira da Silva (Invernada dos Negros), Lu Quilombola (Aldeia) e da coordenadora MNU, Maria de Lurdes Mina. Seus relatos foram fundamentais para a compreensão do campo etnográfico e se complementaram mutuamente.

No esforço de explicitar as conexões entre historicidades distintas e desconstituir a percepção de linearidade dos processos, a seguir, descrevo as narrativas das estudantes do Aldeia e da Invernada dos Negros, ingressantes na UFSC antes da política de vagas suplementares.¹⁰⁸

¹⁰⁷ Adriana Ferreira e Lu Quilombola se referiram ao MNU como “o movimento”.

¹⁰⁸ Cabe salientar que, do Morro do Fortunato, o médico Valdomiro Machado (ingressou em 2010) foi citado por seus primos, pelo MNU e pelo diretor da SAAD como uma referência. Entretanto, não foi possível contatá-lo.

2.1 Memórias de *lutas* de estudantes quilombolas antes de/para ingressar na UFSC

Conversei com cinco estudantes que ingressaram na UFSC antes do estabelecimento do novo Programa: Adriana Ferreira da Silva (2010) e Abegail de Souza (2015) da Invernada dos Negros; Camila Pereira (2012), André Nascimento (2015) e Lu Quilombola (2015) do Aldeia. Adriana Ferreira e Lu Quilombola, também *militantes* do MNU, se tornaram minhas principais interlocutoras na pesquisa. Elas são consideradas referências entre estudantes quilombolas, reconhecidas na UFSC como lideranças, detêm autoridade e legitimidade para tratar do tema e são convidadas para participar de muitos eventos que abordam a “causa” quilombola. Descrevo suas trajetórias nesta seção e concentro-me principalmente nas narrativas sobre suas experiências na escola, no trabalho e sobre o ingresso na UFSC.

A representatividade de Adriana Ferreira e de Lu Quilombola¹⁰⁹ pode ser evidenciada por suas presenças na mesa-redonda “Contra-narrativas Quilombolas: territórios, conflitos, identidades e protagonismos”, realizada no 18º Congresso Mundial de Antropologia, sediado na UFSC no período de 16 a 20 de julho de 2018. Também compuseram essa mesa a liderança quilombola Maria Nice Machado Nunes (Quilombo Saubeiro-MA), a professora negra Vanda Pinedo (MNU/SC- SED/SC), a antropóloga Johana Herrera Arango (Pontificia Universidad Javeriana/ Colombia) e, na mediação, a antropóloga branca Raquel Mombelli (NUER/UFSC). A presença da representante do MNU mostra, de um lado, os vínculos de colaboração do movimento com comunidades quilombolas e, de outro, com antropólogas na UFSC, como trato na segunda seção.

O evento foi realizado em 18 de julho no auditório do Espaço Físico Integrado (EFI) e contou com a participação de cerca de trinta pessoas. Em suas falas, Adriana Silva e Lu Quilombola defenderam o direito à educação universitária com políticas tanto para o ingresso quanto para a permanência na instituição. Argumentaram, ainda, que o direito também é de se ter o ensino na perspectiva das relações étnico-raciais, da valorização da cultura afro-brasileira, da ancestralidade, da história africana e da diáspora, dos modos de conhecimentos e das tecnologias quilombolas.

¹⁰⁹ Lu Quilombola também participa do Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida.

FIGURA 2 – MESA REDONDA CONTRA-NARRATIVAS QUILOMBOLAS



FONTE: Acervo da autora. Da esquerda para a direita: Adriana, Lu Quilombola, Nice, Vanda, Raquel e Johana.

Complementarmente, descrevo também algumas das experiências de Abegail, André e Camila. As memórias relatadas narraram um percurso de dor e do esforço excessivo exigido para suplantar as múltiplas dificuldades, evidenciando como o desejo de ter uma formação superior é também o desejo de não se submeter à “opção” de ser “mão de obra barata” na roda que gira e sustenta as relações de mercado capitalistas. As narrativas também explicitaram as condições que possibilitaram o acesso das/os primeiras/os estudantes quilombolas por meio do PAA. Algumas das experiências na universidade serão abordadas no Capítulo IV.

Com o intuito de gerar uma maior conexão e fluidez entre as seções, inicio a descrição com o relato da estudante de serviço social e liderança da comunidade Aldeia, Lu Quilombola. Complementarmente, justaponho os relatos de sua prima Camila Pereira e do primo André Nascimento com o sentido de explicitar confluências e singularidades.

2.1.1 “*Ainda bem que eu não deixei para trás: podia ter sido um sonho*”

No segundo semestre de 2016, cursei uma disciplina no PPGAS/UFSC ministrada pela professora branca Miriam Hartung. Na turma, conheci a antropóloga negra Nathália Reis que havia realizado trabalho de campo no Aldeia e que compartilhou comigo o contato de Lu Quilombola. Contatada pelo WhatsApp, Lu gentilmente respondeu que não poderia colaborar naquele momento com a pesquisa, pois estava em licença maternidade. Em 2017, voltei a entrar em contato e, dessa vez, não tive retorno. Finalmente, em julho de 2018, a conheci no evento

“Contra-narrativas quilombolas”. A estudante de 37 anos ingressou no curso de Serviço Social em 2015. É casada e mãe de dois filhos. Somente no evento soube que seu nome de nascimento é Luciana Pereira, pois era sempre referida enquanto Lu Quilombola. Aos meus olhos,¹¹⁰ a estudante tem o corpo pequeno e preto, os cabelos são curtos e crespos.

No evento, Lu falou com uma intensidade desafiadora. Ela iniciou sua exposição saudando as e os ancestrais e evocou a luta para estar “*aqui hoje*”. Dirigiu o seu olhar para as mulheres negras na mesa e ressaltou o “*lugar fundamental*” que ocupam no Brasil “*desde o tempo da escravidão*”. Ressaltou também a importância da luta por uma educação quilombola, pois, como disse, essa visa garantir o direito à perspectiva que se constitui pelo “*ouvir os mais velhos, que são a história*”. Luciana disse que somente em 2009 tomou conhecimento de que seu sobrenome, Pereira, tinha origem no colonizador português, escravizador de seus ancestrais; por isso, desde então, se autodenomina Lu Quilombola.

Finalizado o evento, conversamos e ela concordou em nos encontrarmos oportunamente, o que ocorreu aproximadamente quarenta dias depois, em agosto. Na ocasião, almoçamos juntas e lhe apresentei a pesquisa. A estudante disse que só conseguiria colaborar se eu fosse ao quilombo em um final de semana, uma vez que tinha aulas pela manhã e fazia estágio à tarde.

O quilombo Aldeia está situado entre os municípios de Imbituba e Garopaba, a cerca de 100 quilômetros de Florianópolis. Conforme a historiadora Mauricélia Albuquerque (2014), os registros de pessoas escravizadas nesta região datam do final do século XVII, quando colonizadores portugueses ali se instalaram e iniciaram a confecção de armações baleeiras¹¹¹ por meio do trabalho escravizado. Albuquerque ressaltou o fato de Garopaba ser “*reconhecida por moradores e autoridades como reduto tipicamente açoriano*” (2014, p. 15). A autora enfatizou também que, mesmo com a formalização da abolição, o escravizador Luís Pereira manteve pessoas “cativas” por mais de vinte anos. Com o tempo, algumas delas conseguiram se libertar e foram habitar “*as terras devolutas existentes no Sul de Garopaba [...], originando*

¹¹⁰ Descrever minhas interlocutoras e interlocutores foi motivo de reflexão. Em minha percepção, a descrição de corpos negros poderia gerar reificações. Contudo, me inspirei em Nilma Lino Gomes (2006) que fez a descrição utilizando modulações como “*aos meus olhos*” (2006, p. 83).

¹¹¹ Essas armações foram instaladas no litoral brasileiro no período colonial com a finalidade da pesca da baleia e do “*beneficiamento das partes econômicas deste cetáceo. O nome ‘armação’ [...] advém da instalação destas unidades produtivas ou simplesmente da realização da pesca da baleia, em que era necessário ‘armar-se’ para o confronto com o ‘grande peixe do mar’*” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 45).

o grupo que hoje é reconhecido como remanescente de quilombo, a saber, o Quilombo Aldeia” (2014, p. 88-89).

Atualmente, cerca de 36 famílias moram no quilombo Aldeia. Em 2006, a comunidade criou sua associação e, em 2010, recebeu a certificação de remanescente de quilombo da Fundação Palmares. Nas palavras de Lu Quilombola, o território “*não é nem urbano nem rural*”, definindo a liminaridade da localização:

A gente mora no limite, e as prefeituras ficam isentas quando se trata de políticas [públicas]. A gente é de lugar nenhum. Só quando se trata de eleições que a gente é dos dois lugares. Então, o certificado da Fundação Palmares é emitido por Garopaba, mas isso é uma coisa que a gente vai mudar porque ele pode estar nos dois municípios. Então a gente vai mandar um ofício para oficializar isso porque ninguém quer ser responsabilizado pela gente (Lu Quilombola, entrevista em 2 de setembro de 2018).

Em 2 de setembro fez-se um domingo chuvoso em toda a região de Florianópolis. Peguei o ônibus Florianópolis-Garopaba na rodoviária Rita Maria (Florianópolis), ao meio dia, e desci em torno das 14 horas no ponto próximo à divisa entre os municípios Garopaba e Imbituba. Chovia. Segui pela rodovia SC-434 em direção contrária à Garopaba e entrei na primeira rua à esquerda. Na segunda casa à direita uma senhora negra, aparentando uns 60 anos, me observava batendo um tapete na porta. Parei no portão da sua casa e perguntei por Lu Quilombola. Ela me orientou: “*segue por esse muro assim* [apontou para um muro enviesado e fez um gesto com as mãos demonstrando a inclinação], *no final tem uma casa no reboco, é a casa da mãe dela, ela mora atrás, numa casa de madeira em cima de uma construção de tijolo*”. Segui pelo caminho apontado e, ao chegar, bati palmas. Da janela da parte superior do sobrado, Eduardo Duarte, marido de Lu Quilombola, me cumprimentou e disse para eu entrar pelo lado oposto. Eduardo é estudante de física e irmão de Ézio Duarte (Morro do Fortunato), estudante de Engenharia Civil, como descrevo no Capítulo III.

Vigiada por um gato, subi a escada de madeira e entrei na cozinha, mobiliada com móveis de madeira confeccionados pelo casal. Lu Quilombola, Eduardo, Lukeni, seu filho de dois anos,¹¹² um irmão e a mãe dela me receberam. Aparentando uns 70 anos, sentada em uma poltrona de madeira próxima da janela em que avistei Eduardo, a mãe de Lu levantou-se para me cumprimentar e disse se chamar Catarina. Ao observá-la, meus olhos se turbaram por alguns segundos em memória de minha mãe, Catarina, falecida em 2014. Comentei que a mãe de Lu é Catarina preta e a minha mãe era Catarina branca. Lu compreendeu a minha referência e falou

¹¹² Em 2019 o casal teve o segundo filho.

que as e os ancestrais continuam presentes em nossas vidas cotidianamente. Desse modo, explicitou que sua experiência cotidiana é constituída de diferentes entes, entre estas/es, ancestrais e, como indicou mais adiante, de divindades.

Cerca de meia hora depois que cheguei, Lu serviu o almoço na mesa-bancada artesanal, em forma de L. Sentamo-nos nas banquetas em seu entorno e nos servimos. Pode ser que o horário do almoço de domingo seja mais tarde ou, talvez, me esperaram para compartilhá-lo. A presença de familiares dá indícios de uma dimensão fundamental da vida cotidiana. Essa dimensão também foi expressa nas constantes evocações das relações de parentesco por estudantes com quem estive em contato durante a pesquisa. Por outro lado, essa presença, naquele momento, pareceu ser um modo de observação coletiva da antropóloga. Conhecer-me com a família, avaliar-me, poderia ser, também, uma das motivações.

Após o almoço, a mãe e o irmão saíram. Lu sentou-se na poltrona onde antes estava sua mãe. Agradei por me receber em sua casa e Lu também me agradeceu. Sorrindo, disse que era *“muito importante a divulgação para que as coisas aconteçam. [...] É bom trocar ideias, porque daqui a pouco eu também vou estar desse lado [como pesquisadora] e a gente vê várias pessoas não querendo falar sobre isso, adiando, de demora. E isso é bom pra gente”*. Ao destacar a importância da divulgação do registro etnográfico das experiências de estudantes quilombolas, Lu enunciou como que um pacto implícito (KOPENAWA; ALBERT, 2016) entre nós. Uso essa noção de modo aproximado, no sentido de explicitar minha relação com as pessoas que conheci no trabalho de campo. É possível sugerir que elas aceitaram confiar suas experiências a mim ao avaliar certa conexão em relação às perspectivas das lutas antirracista, pelo território e pela educação e ao considerar o potencial de agenciamentos de tal publicização. No entanto, como contraponto, uso a noção de confiança controlada, nos termos estabelecidos por elas e eles, com o sentido de destacar o efeito da presença da pesquisadora em campo. Ao mesmo tempo que aceitaram falar sobre a política e a universidade, havia o receio de falar sobre as relações com a parentela, embora essa fosse constantemente evocada.

Retomo a conversa com Lu Quilombola. Para fins de registro na gravação, comecei a entrevista perguntando à estudante seu nome. Ela respondeu: *“Eu sou Luciana Pereira, Lu Quilombola”*, e riu. Perguntei: *“com qual nome você quer ser citada na tese?”*.

Eu gosto muito do Lu Quilombola. Porque assim ó, Luciana Pereira, quando eu conheci o MNU, na verdade, eu descobri que a gente não foi só escravizado. Porque, até então, achei que a nossa história era só sobre a escravização. Eu

lembro que a Vanda [Pinedo] e a Lurdinha [Mina]¹¹³ disseram para mim que nós somos descendentes de reis e rainhas. E nooossa! Aquilo para mim foi um divisor de águas. E aí eu comecei a ver que o Pereira que eu carregó é o nome do colonizador. Foi muito ruim para mim. Eu queria muito, eu comecei a pesquisar, eu lembro que encontrei um amigo meu do Rio de Janeiro, um grande amigo mesmo. Ele é do Candomblé. E eu falei: será que eu não posso me batizar com um nome da religião? Fazer alguma coisa? Porque esse nome Pereira está difícil para eu carregar. Aí ele disse: “*não é assim. Não posso te dar um nome, mas sei lá, você tem uma trajetória de vida, daqui a pouco as coisas vão surgindo*”. Aí eu olhei aquele Luciana Pereira. Acho que no Facebook estava Luciana Pereira, e eu falei: não, cara! Não é isso, né? Eu sou Lu Quilombola! Eu sou Lu Quilombola! E aí, quilombola é o que me representa, é o que eu sou, é o meu partido político, é minha história de vida, me representa muito mais, então eu prefiro que seja Lu Quilombola do que Luciana Pereira (Lu Quilombola, 2 de setembro de 2018).

Lu chamou a atenção para seu encontro com o MNU e o aprendizado da história africana antes do aprisionamento e da diáspora iniciados no século XVI, que transformaram milhões de pessoas negras em escravizadas, majoritariamente em países americanos.¹¹⁴ O reconhecimento de que o sobrenome Pereira não a representava potencializou um novo modo de se relacionar consigo mesma, com a comunidade, com o movimento e com outrem. O conhecimento de quem eram e de onde exatamente vieram suas e seus ancestrais é uma incógnita para Lu Quilombola – e para a maioria da população negra.¹¹⁵ Desse modo, o reconhecimento da conexão com a “*África*” está assentado em uma relação de afetividade e de religiosidade e no conhecimento do violento processo diaspórico. O reconhecimento de sua identificação política com a categoria quilombola informam quem Lu é: neta da “*matriarca vó Ciloca*”, que “*morreu com 98 anos e é a história da comunidade. É a partir dela. E a escola que a gente quer colocar aqui tem o nome dela, vó Ciloca*”.¹¹⁶

¹¹³ Ambas são professoras e vinculadas ao Movimento Negro Unificado.

¹¹⁴ De acordo com o historiador Luiz Felipe de Alencastro, o Brasil foi o país que mais traficou africanos. O comércio perdurou de 1550 a 1856 (ALENCASTRO, 2018, p. 57). A estimativa é que 4,8 milhões de pessoas africanas tenham sido escravizadas nos mais de 300 anos do sistema escravagista brasileiro, sem considerar as e os nascidos escravizados, cujo regime foi formalmente abolido em 1888. Ainda segundo Alencastro, 75% das pessoas escravizadas foram traficadas de Angola: cerca de 3,656 milhões de pessoas, a maioria homens (2018, p. 60).

¹¹⁵ Conforme Raquel Mombelli e Bento Silva (2006), o sobrenome Souza, na Invernada dos Negros, veio do escravizador. Conceição Evaristo (2017), em seu livro Ponciá Vicêncio, retrata situações experienciadas por pessoas que tiveram suas histórias e relações dissociadas do continente africano, pois haviam sido escravizadas no Brasil.

¹¹⁶ A antropóloga Nathália Reis descreveu que, em conversas com as pessoas no quilombo, “*a narrativa de vó Ciloca como a matriarca fundadora da comunidade repete-se frequentemente*” (2018, p. 90). Reis narra ainda que o nome da comunidade possivelmente faz referência ao fenômeno de, antigamente, as pessoas andarem “*sempre juntas, seja para ir à missa, à escola, ao futebol, para qualquer lugar. Diante dessas cenas, um morador branco do bairro de Campo D’Una começou a dizer: ‘lá vão os negros da Aldeia; tudo junto, que nem índio’*” (REIS, 2018, p. 95). O que fora dito com uma intencionalidade (duplamente) discriminatória foi apreendido

A forma como Lu constituiu a narrativa explicitou o entrançamento dos vínculos com a ancestralidade africana e com ancestrais da comunidade, ou seja, com a comunidade, com o território e também com o MNU. Sua narrativa evidenciou que o direito quilombola às nove vagas suplementares foi forjado com esses vínculos. Descrevo a seguir suas memórias da escola e do trabalho.

Experiências de discriminação na escola e no trabalho

Luciana tinha “*uns oito ou dez anos*” quando seus pais se mudaram do quilombo para o bairro Paes Leme, em Imbituba.

Sair daqui [do Aldeia] foi muito traumático para mim. Quando eu cheguei na escola eu era a única menina negra. Aqui eu tinha as minhas primas, a gente nunca saía sozinha. Ia em turma, nunca estava sozinha. Quando eu fui para lá que eu vi que eu era a única menina negra e foi um choque. Um choque! Realmente, sair da comunidade para mim foi bem traumático. Cheguei lá na quarta série, estudei lá [no bairro Paes Leme]. E sempre estas questões sobre escravidão, não sabia falar sobre isso, sentia vergonha porque, nossa!! Meus antepassados, só escravizados! Nossa!! Que coisa! Eu até lembro que o Pereira era o português. Então eu falava: ah! Não! Sou africana com português, porque tem o Pereira, né? [E diziam:] “*Nossa! Vocês são africanos! Nossa! Que ruim, vocês são descendentes de escravizados, de escravo*”. Na época, era escravo. Ser escravizado a gente dá um outro contexto. E que ruim ser a única descendente de escravo naquela sala. Porque todo mundo era descendente de europeu, né? De italiano, de alemão, e você descendente de escravos. Era horrível para mim, horrível, horrível. Eu sempre gostei de estudar, minha mãe é professora aposentada [do município]. E eu sempre gostei muito de ler, mas quando começou a vir essas questões da escravidão, eu me dei super mal.

As experiências na infância (não só) de um ensino que trata da presença negra com ênfase no eixo escravista e de ser apreendida pelas e pelos colegas na escola como “*descendente de escravo*” possibilitam múltiplas traduções. Entre elas, pareceram revelar a continuidade da associação das categorias negro-escravo como coextensivas¹¹⁷ no cotidiano escolar. O sobrenome não fez distinção alguma, pois seu corpo demarcara a posição. Há uma dificuldade em elaborar tal discussão, considerando que foram crianças que acionaram tal vínculo. Com o intuito de explicitar a dimensão política resguardada por tal associação, sugiro uma

positivamente. O grupo adotou Aldeia como topônimo. Lu Quilombola me contou que, quando criança, também andava em turma. É possível sugerir que o fato de as pessoas andarem sempre juntas, além do pertencimento, é um mecanismo de segurança do próprio grupo.

¹¹⁷ Conforme argumenta Miriam Hartung, no período escravagista as categorias escravo e negro eram consideradas coextensivas e “*igualmente coextensivos a estas duas categorias - negro e escravo - é o conjunto de adjetivos que qualificam depreciativamente esse segmento*” (1992, p. 43).

aproximação com a noção de pressuposto ontológico (ALMEIDA, 2013). A existência da descendência é pressuposta no corpo. O corpo negro é mediado pelas relações políticas reconstituídas também em ambiente escolar. Como que estabilizada, antes mesmo de conhecê-la, certa percepção da existência de Luciana foi evocada.

A escola pode ser uma fonte de geração de dor. Pode ser, também, fonte geradora de conhecimentos. Neste caso, impedimentos para prosseguir nos estudos geram uma dor diferente, como se pode apreender da situação experienciada por Lu Quilombola quando tentou fazer uma graduação em faculdade particular. Ela começou a trabalhar de *babá* aos 14 anos: “*Minha vida inteira foi assim, trabalhar para ajudar em casa. Só estudar no Ensino Médio nunca foi possível, tanto que eu quis estudar depois e não consegui, né*”. Lu enfatizou que ao concluir o ensino médio, tentou fazer Psicologia na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e não conseguiu se manter.

E tranquei [ela se emociona, sua voz fica embargada e quase chora, respira fundo e continua]. E foi bem doído para mim, trancar foi bem doído. *Eu não consegui pagar e tranquei; não tranquei, eu desisti*”. Eu adorava a escola [a faculdade de Psicologia] e não ter a possibilidade de estudar foi bem difícil. Mas é isso. Muita gente passa por isso, dos nossos, né? Não tem estrutura nenhuma, a gente está vivendo, assim, o resquício do racismo, da escravidão, muito forte, sabe? Porque nos incapacita, nos quebra, nos limita muito, muito.

A explicitação da dor indica a articulação de múltiplos elementos estruturados que inviabilizam a formação universitária da população quilombola – e negra, porque, em íntima conexão, os fortes “*resquícios do racismo*” reverberam na condição socioeconômica familiar.

Eu lembro que meu pai dizia assim: “*ó, vai estudar, vai estudar, vai estudar*”. Mas, na época, ele foi o primeiro a dizer para mim que eu não podia estudar. Ele disse: “*não, não dá para estudar, como você vai pagar isso? Não, não dá! Você não pode ir estudar*”. Minha mãe fazia uma força ainda. Minha mãe fez bastante força para eu continuar a estudar. Mas não deu, mas não deu [faz um sopro e sua voz quase desaparece pela lembrança dolorida]. Ainda bem que eu não deixei para trás, podia ter deixado. Podia ter sido um sonho.

A negativa do pai foi narrada como mais um obstáculo a ser transposto. A estudante não tinha condições de pagar a faculdade sozinha. Pode ser que, caso o custo fosse dispendido do orçamento doméstico, comprometesse os arranjos econômicos da família. Tais limitações, naquele momento, inviabilizaram a concretização do curso desejado. Logo depois, Lu perdeu uma irmã. A confluência de ambas as perdas provocou seu adoecimento: “*eu fiquei com depressão, a minha vó [Ciloca] era viva e meu pai falou: ‘ó, você vai lá pra sua vó, porque é*

que não aceitavam muito. Mas eu achei que estava em um lugar de reconhecimento. Eu estava confortável, ganhava mil e poucos reais”.

Entre 2013 e 2014, ela decidiu prestar o vestibular na UFSC para retomar o curso de Psicologia e informou sua decisão ao empregador, que é psicólogo.

E eu confiava muito nele [...]. E ele falou: “*o que que você vai fazer depois que se formar? Fazer Psicologia? Vai fazer o quê?*”. Ele, assim, para mim: “*Ah! Eu não sei, se fosse tu eu não ia fazer vestibular*”. Aí eu falei: eu não vou fazer o vestibular, claro que eu vou ficar aqui, né gente? O povo aqui me adora! Me ama! Aí comecei a trocar ideia com minhas amigas que estavam na UFSC. E aí a minha amiga, a Débora [do MNU], veio passar uns dias na pousada e ela [disse]: “*a pousada é linda, maravilhosa, mas o que é que você está fazendo ali? Eu não consigo entender. Você tem que estudar!*”.

O modo como o empregador sugeriu que não fizesse a graduação expressou a intenção de ter a funcionária sob o mesmo regime de trabalho, ao mesmo tempo que deixou implícito seu ponto de vista de que ela não poderia exercer a profissão de psicóloga. Em outras palavras, a relação de respeito não foi configurada nos mesmos termos entre ambos. Lu compreendeu o sofisticado mecanismo de operacionalizar atos racistas e passou a investir no ingresso na UFSC. Ela se inscreveu para Psicologia nos vestibulares de 2014 e de 2015, na reserva de vagas para negras/os do Programa. Seu nome consta da lista do MNU para o vestibular de 2014 que mencionei no início do capítulo. Conforme Lu, mesmo já conhecendo o movimento, não sabia que podia ter isenção de inscrição. A “*comissão*¹²⁰ *fazia todas as inscrições dos quilombolas, então você não ia pagar 100 reais para fazer. Cem reais era bastante coisa pra quem quer fazer a inscrição. E muita gente não fazia porque não sabia da isenção*”. Em 2015, Lu fez

O cursinho do Integrar, um pré-vestibular pra população [negra e periférica], um cursinho muito bacana, que vai além de ensinar você a passar na faculdade, ele fala das questões sociais. Um cursinho a quem eu devo e quero também dar o meu retorno para lá. Foi uma menina negra, a Luciana Freitas,¹²¹ que me apresentou. Então eu deixei tudo e falei, agora eu vou. Fiz cursinho por quatro meses. Aí eu fiz [vestibular] para Psicologia e não consegui passar. Fui para as vagas remanescentes e escolhi Serviço Social. Na época eu pensei em entrar em Serviço Social, ir fazendo as disciplinas da Psicologia e depois conseguir transferência, mas eu gostei do curso. Acho que tem tudo a ver também com o que a gente vive, né? Dá para contribuir bastante.

¹²⁰ Trata-se do Programa de Extensão (PROEXT), que descrevo na próxima seção.

¹²¹ A então estudante de ciências sociais Luciana Freitas (MNU) participou das sessões do Conselho Universitário em 2014 e 2015. Ela me convidou ao evento do MNU no qual conheci Lurdinha Mina e Adriana Ferreira, como trato na segunda seção. Nos encontramos em alguns eventos e fui à sua defesa de monografia. Entretanto, ela cuidou de não revelar informações sobre sua participação no Conselho, no MNU ou informações de estudantes quilombolas.

A UFSC possui uma política de ingresso denominada Vagas Remanescentes. São as vagas não preenchidas nos cursos de graduação pelo fato de candidatas/os não obterem a nota mínima de corte; ou o curso pode não ter tido candidatas/os suficientes para o preenchimento delas. Se as vagas não forem preenchidas após os editais de convocações complementares, conforme lista de classificação, a Comissão Permanente de Vestibular (COPERVE) abre novo edital para essas, agora como remanescentes. Nesse edital, as/os candidatas/os podem concorrer pelas notas obtidas no vestibular da instituição e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Lu Quilombola se inscreveu no edital das vagas remanescentes para o curso de Serviço Social, para o qual sua nota do vestibular era suficiente.

Esta situação demonstra que ingressar por meio da reserva de 10% do Programa em um curso de alta demanda era muito difícil mesmo fazendo o “*pré-vestibular*”. Outra situação que evidenciou a necessidade de fazer o pré-vestibular foi relatada por Camila Pereira, “*prima-irmã*” de Luciana (o pai de Lu é irmão da mãe da Camila).

Luciana mediou o meu encontro com estudantes do Aldeia. Em uma ocasião, almoçamos no Restaurante Universitário (RU) e ela me apresentou Ana Nascimento, também estudante de serviço social que ingressou pelas vagas suplementares em 2018. Naquele momento, Ana assentiu em colaborar com a pesquisa e indicou André Nascimento, desistente do curso de Arquivologia e primo das estudantes. Lu também compartilhou o contato de Camila Pereira de Oliveira, egressa do direito. Destaco as situações do ingresso na UFSC de Camila e de André com o sentido de demonstrar as dificuldades de se entrar em cursos desejados, mesmo por meio da reserva de 10% das vagas do Programa.

Em 14 de novembro de 2018, retornei ao quilombo Aldeia onde passei o dia, que, como da primeira vez, estava chuvoso. Desci na divisa dos municípios de Garopaba e Imbituba, perto das 10 horas, e andei alguns metros na rodovia SC-434 até a casa de Camila Pereira de Oliveira, que fica de frente à rodovia. A casa de Lu Quilombola é localizada a aproximadamente duas quadras antes e ao fundo. Camila me esperava em frente à sua casa. Entramos em sua ampla residência de alvenaria, ela me apresentou aos seus pais e fomos à varanda, ao fundo. Ali tem uma segunda cozinha, com pia, uma mesa com seis cadeiras e alguns banquinhos. A parede, erguida até a altura de um assento, transforma-se em um banco que se estende ao redor da mesa. Da varanda se avista o quintal sem cercas, algumas árvores e as casas da parentela, também sem cercas. Conversamos neste ambiente tranquilo. Entretanto, Camila me pareceu muito nervosa durante a conversa, gravada no celular, e respondeu meus questionamentos de forma enfática e curta. Finalizamos a entrevista em dezessete minutos.

Desliguei o gravador e continuamos conversando. Camila ficou mais à vontade, e seu pai se juntou a nós. Ele relatou que já fora presidente da Associação do Aldeia e agora estava aposentado. Em torno do meio-dia, a mãe de Camila preparou a mesa na varanda e serviu o almoço. Estávamos em quatro na casa, mas a mesa foi posta para mais pessoas. Após almoçarmos, dois adolescentes, filhos da irmã de Camila, vieram almoçar em horários diferentes. A circulação de pessoas, de palavras, de coisas e de alimentos me fez experienciar, mais uma vez, a convivência próxima de familiares e o cuidado de si e de outrem (REIS, 2018). A família cuida, há anos, de um cão que é de uma vizinha e só vem ali no horário do almoço. Camila e a mãe o chamaram para dar-lhe as sobras dos pratos.

A imagem que tenho de Camila é a de uma jovem muito atenciosa, de corpo pequeno, preto e cabelos crespos. Ela tem 23 anos e é egressa do Curso de Direito (2012-2016), onde entrou por meio da reserva de vagas de 10%. Camila explicou como fez para passar em um dos cursos mais concorridos da instituição. Depois de concluir o Ensino Médio, ela ficou

Uns oito meses trabalhando em uma loja, em Garopaba. [...] Depois que finalizei esses oito meses, fiquei em seguro-desemprego e foi com esse seguro-desemprego que eu dei entrada no meu cursinho pré-vestibular em Floripa. Fiz um semiextensivo, acho que foram quatro ou cinco meses, aí eu consegui, tipo, passar. Porque querendo ou não a escola pública não te dá a cobertura que tu precisas para passar num vestibular. Foi preciso (Camila Pereira de Oliveira, em 14 de novembro de 2018).

Outra situação que corrobora para a compreensão da dificuldade de ingresso mesmo pela reserva de 10% foi vivida por seu primo André Nascimento.¹²² Após o almoço, Camila ligou para André. Ele não pode ir até sua casa e se disponibilizou a conversar comigo por videochamada. Com a família reunida em torno da mesa, Camila e André conversaram rindo por algum tempo e trocaram várias gentilezas em tom de brincadeira.

André Nascimento tem 25 anos e é casado (homoafetivo). Bem humorado e gentil, disse que tinha o maior orgulho de “*pertencer*” à comunidade, “*de carregar nossa raiz*”. Lembrou da infância quando “*raspava mandioca [no engenho] e levava a farinha para casa*”. No vestibular 2015 se inscreveu em administração, na reserva de vagas de 10%, e não foi classificado. Ingressou pelas vagas remanescentes em arquivologia. No primeiro ano do curso, mudou-se para uma quitinete em Florianópolis e, mesmo recebendo bolsa, precisou trabalhar em telemarketing para se manter. Segundo ele, “*a bolsa MEC é 900 reais e o aluguel era de 800 reais*”. André encontrou muitas dificuldades para conciliar o trabalho e o estudo, reprovou

¹²² André Nascimento é neto da falecida tia Adelaide, irmã da vó Ciloca, ancestral da comunidade Aldeia.

em muitas disciplinas e desistiu do curso no final de 2016. Em nossa conversa, disse que gostava de se comunicar e que iria tentar Jornalismo. Em 2019, ingressou nesse curso por meio das vagas suplementares.

A reserva de vagas de 10% era muito disputada e, muitas vezes, fazer o pré-vestibular não garantia a aprovação no curso desejado. Com isso, a política de vagas remanescentes, que também utiliza os percentuais de reserva de vagas destinados às políticas afirmativas, torna-se uma política importante para o ingresso na universidade. Contudo, está limitada à uma segunda opção, ou melhor, limitada às opções de cursos com vagas disponíveis.

Conforme registro etnográfico, o primeiro estudante do Aldeia na UFSC foi Manuel dos Passos, que ingressou em educação do campo no ano de 2009, cerca de três anos depois da aproximação com o MNU. Camila ingressou em 2012, Luciana e André em 2015. Os indícios do fortalecimento das relações com o MNU e da circulação de informações qualificadas, na localidade, principalmente com as lideranças, sugerem que o ingresso na UFSC das primas e primos do Aldeia foi instigado, em boa medida, pelo movimento. Entretanto, Lu Quilombola tentou ingressar na universidade três vezes. Tal recorrência explicita que fazer a graduação também era seu desejo, antes mesmo de seu encontro com o MNU.

A seguir, descrevo a narrativa de Adriana Ferreira que, em 2010, ingressou em licenciatura em educação do campo por meio da reserva de 10% do Programa.

2.1.2 “Via que não dava: tudo dizia que era para eu parar de estudar”

Como relatei na Introdução, conheci Adriana Ferreira e a coordenadora do MNU em um evento organizado pelo movimento em março de 2018 – retomo esse encontro na segunda seção. Conversamos no evento e, desde então, tornaram-se possíveis os encontros que tive com estudantes quilombolas das três comunidades.

Adriana Ferreira da Silva é da comunidade Invernada dos Negros e tem 30 anos. Graduada em Licenciatura em Educação do Campo (2010-2014), à época do trabalho de campo (2018) fazia mestrado em Ensino de Ciência e Tecnologia pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica (PPGETC/UFSC), concluído em março de 2020. Aos meus olhos, Adriana é pequena, cabelos encaracolados e longos. Fala suavemente e tem o sorriso espontâneo, até seus olhos parecem sorrir. A cor de sua pele é próxima do que vejo como marrom. Na maioria das vezes que nos encontramos, usava calça jeans e blusinha de alça.

Em maio de 2018, fiz trabalho de campo e já tinha uma data definida para a entrevista com Adriana: 7 de maio. Esta seria a primeira com uma estudante quilombola da UFSC. Eu estava apreensiva porque, em minha primeira tentativa de contato, ela havia se recusado a participar. Dessa vez, conversamos pelo whatsapp durante o percurso de três quilômetros que fiz, logo após o almoço, do hostel onde me hospedei até sua casa no bairro Campeche. Adriana foi ao meu encontro, ainda na rua, sorrindo. A conversa, mediada pelo aplicativo do celular, e sua recepção afetuosa geraram em mim certa percepção de proximidade.

Entramos na sala-cozinha mobiliada com uma mesa quadrada e quatro cadeiras, encostada na parede à esquerda da porta de entrada. No lado oposto, na parede da janela, ficava o sofá de três lugares. Na parede transversal, à direita, a pia, o fogão e a geladeira. Adriana me ofereceu suco e água, aceitei a água. Sentamo-nos à mesa, uma em frente à outra. Coloquei a mochila na cadeira ao meu lado e, enquanto trocávamos amabilidades, fui tirando o material: a pasta de plástico incolor contendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o gravador cedido pela minha universidade, o diário de campo e o penal.¹²³ Adriana me observou e sugeriu que conversássemos mais, antes da entrevista.

A percepção de proximidade foi diluída por sua interpelação que explicitou, talvez, o seu desconforto com a situação. Ela fez várias colocações sobre as pautas negra e quilombola que exigiam o meu posicionamento. Desse modo, fui entrevistada primeiro. Com esta inversão, Adriana modulou a relação que estava sendo estabelecida. Talvez, devido em parte ao nervosismo, eu possa ter agido de modo a instituir uma disposição assimétrica na relação. Adriana elegantemente deslocou essa possível barreira e reconstituiu uma relação potencialmente simétrica entre pesquisadoras. A pesquisadora quilombola buscou conhecer minhas perspectivas sobre a produção do conhecimento que trata das relações étnico-raciais, sobre a importância das lutas antirracista e pelo território. Nessa interlocução, ela evidenciou o seu reconhecimento de minha posição: pesquisadora negra. Depois de me entrevistar, ela passou a compartilhar suas experiências delineando uma narrativa de muita persistência, na qual destacou memórias desde a primeira infância.

Enquanto conversávamos, Adriana preparou café e o serviu com pães e biscoitos. Após eu desligar o gravador, continuamos conversando até o início da noite. Na despedida, me presenteou com um pãozinho caseiro. O modo como ela agiu, durante todo o período, fez com

¹²³ Penal é o termo curitibano para designar o estojo onde se guarda lápis, canetas, borrachas e outros materiais.

que o tensionamento inicial fosse esvaziado. Caso permanecesse, poderia acarretar resultados inimagináveis para o andamento da pesquisa. Como Adriana criou um grupo de WhatsApp com estudantes quilombolas da UFSC, é possível imaginar que nosso encontro tenha sido comentado nesta rede e em outras.

Ao relatar sua trajetória, a pesquisadora quilombola trouxe junto a história da Invernada dos Negros, que “*é um dos maiores quilombos de Santa Catarina*” (Adriana Ferreira da Silva, em 7 de maio de 2018). O quilombo está localizado entre os municípios Abdon Batista e Campos Novos, a cerca de 350 quilômetros de Florianópolis, e tem como marco de origem o ano de 1877. Nesse ano, Matheus José de Souza e Oliveira, fazendeiro escravista, doou cerca de 10 mil hectares de terras à Damásia, Domingos, Francisco, Geremias, Inocência, Joaquim, Jozepha, Manoel, Margarida, Pedro e Salvador, que “*trabalhavam na fazenda na produção do leite com gado leiteiro*” (ibidem). Ele estabeleceu o “*usufruto permanente e perpétuo da terra, indivisível e inalienável, tendo direito sobre as mesmas somente os seus descendentes*” (MOMBELLI e SILVA, 2006, p. 7). Permaneceram no território as e os descendentes de Damásia, de Francisco, de Manoel e de Margarida, sendo reconhecidos os vínculos com a comunidade a partir desses quatro *troncos ancestrais* – categoria explicitada por Adriana.

A pesquisadora quilombola ressaltou que, a partir da década de 1990, a maior parte do território foi expropriada pela “*madeira que se instalou lá e praticamente roubou as terras das famílias que moram lá*”.¹²⁴ Muitas das famílias que perderam suas terras foram morar no *núcleo*, localizado no município de Monte Carlo, a 45 quilômetros de distância do território.

Meu pai tinha perdido as terras. [...] Não tinha mais como pagar o aluguel e a gente ocupou, praticamente, uma área lá no município de Monte Carlo, em 1993. [Eu] com três anos, e minha mãe e meu pai fizeram um barraco lá. Barraco de lona, de lona amarela, ainda. Eu me lembro, até hoje, do dia que eu cheguei lá, chovendo ainda. Meu irmão pegou uma foice e começou a roçar tudo. E eu não entendia nada, minha mãe tinha perdido várias coisas na mudança, e a gente fez lá um barraquinho de lona [...]. Depois mudamos de um lugar, mudamos para outro e fomos para um lugar que era um bairro, hoje o Nossa Senhora Aparecida. E a gente ficou ali. A minha mãe fez um barraco, primeiro era lona, depois foi madeira, que aqui eles chamam de costaneira, são aquelas tábuas que tem a parte do pinus. Eles lascam a tábua só no meio, é a parte que tem a casca. Éramos em dez irmãos e agora somos em nove. E a gente começou a morar ali. Depois disso foram vindos vários quilombolas que eram lá de Campos Novos [Invernada dos Negros], porque eles também viviam na função de pagar aluguel [...] e a maioria do bairro era constituída por quilombolas que são da Invernada dos Negros (Adriana Silva, 7 de maio de 2018).

¹²⁴ Trata-se da Empresa Iguaçu de Papel e Celulose.

Das conversas com Adriana e com os primos Abegail de Souza e Ezequiel de Souza apreendi duas distinções territoriais da comunidade Invernada dos Negros: o *núcleo*, formado a partir da década de 90, e o *sítio*, a herança, propriamente.

Em 2003, lideranças da Invernada solicitaram, por meio de carta, ao Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER/UFSC) auxílio para a regularização territorial do território herdado (MOMBELLI e SILVA, 2006). Em abril de 2004, a Associação Quilombola Invernada dos Negros foi criada e reuniu “*mais de mil associados com o apoio do Movimento Negro Unificado (MNU)*” (2006, p. 22). Em 20 de junho daquele ano, recebeu da Fundação Palmares a certidão de Comunidade Remanescente de Quilombo. Em 2008, o INCRA titulou, parcialmente, 1.300 hectares do *sítio*. Atualmente, cerca de 84 famílias moram no quilombo Invernada dos Negros (CPISP, 2019), praticamente o dobro de famílias que moram nos quilombos Aldeia e Morro do Fortunato. Com a regularização, ainda que parcial, algumas das famílias que migraram puderam retornar ao sítio. Em 2017, os pais de Adriana também retornaram.

FOTO 3 - A CASA DA FAMÍLIA DE ADRIANA FERREIRA NO QUILOMBO INVERNADA DOS NEGROS



FONTE: Registro fotográfico cedido por Adriana Ferreira da Silva.

A escola é um lugar *horrível*

Adriana fez o ensino básico em escolas públicas e qualificou sua experiência como “*horrível*”, evocando situações geradoras de dor na relação com suas professoras.

Eu tentando estudar, mas eu nunca fui a melhor aluna da sala. Eu sempre fui comportada, mas nunca fui a que tirava dez em tudo. Eu era muito ruim com matemática, inclusive. E a professora me deixava de castigo, pegava aquelas régua e batia nos meus dedinhos, porque eu tinha que ler o alfabeto e eu não sabia. Eu parava lá na metade do alfabeto. Ela dizia: “ah! Você é burra mesmo!”. Ou me pegava pela orelha e me jogava no cantinho da sala, e dizia: “ah! vai ficar no cantinho do pensamento!”. No cantinho do pensamento, eu vou pensar até quando? Isso aí é quando eu tinha sete anos! E eu chorava muito, não falava com ninguém, tinha dificuldade de me comunicar com as coleguinhas porque eu tinha muito medo. A escola para mim era um lugar horrível (Adriana Silva, 7 de maio de 2018).

Conforme a pesquisadora quilombola, as professoras eram descendentes de europeus e “*viam o negro como qualquer coisa, um objeto. [...] No dia da consciência negra, eu até tinha vergonha de ir à escola, porque parece que todo mundo olhava só para mim. Que ela dizia assim: ‘é feio chamar de macaco’. E pronto!*”. Ao contrastar a memória da infância com o conhecimento atual, Adriana problematizou a atuação das professoras que contribuía com o refazimento do espaço escolar como “*horrível*”. A associação de corpos negros com não-humanos, ainda que com o intuito de desfazer essa identificação, a confundia. Simultaneamente, expunha a criança negra, em um dia específico, pois o sentido da dissociação tinha efeito contrário.

Adriana também associou à experiência escolar uma discriminação socioeconômica. Como “*não tinha nem calçado para ir à escola. Eu ia de chinelo de dedo. E como a minha mãe me criou dentro da igreja [evangélica], eu ia de saia. Lembro até hoje que eu tinha uma sainha verde. Só ia com aquela sainha na escola*”. A pesquisadora quilombola interpretou as experiências de desqualificação intelectual, moral, de discriminação socioeconômica e racial como atos racistas. Em sua narrativa, a discriminação do corpo negro emergiu em primeiro plano, sustentando a intersecção de diferentes modos de discriminação negativa ocorridos na instituição escolar.¹²⁵

¹²⁵ Silvio Almeida (2019) aborda o racismo em instituições como racismo institucional.

Camila Pereira, do quilombo Aldeia, também relatou uma experiência que a marcou na escola. Quando perguntei sobre a trajetória escolar, ela imediatamente disse que “*a escola era legal*”. Porém, após alguns segundos de reflexão, continuou:

Sempre tem aquelas questões de racismo na escola, na infância, mas depois a gente vai crescendo e vai aprendendo a lidar com isso, tipo a encarar. Eu acho que senti mais na minha infância, do pré até a quarta-série, depois a gente começa a ter uma posição. E não dá tanta abertura para o racismo, talvez. E acho que eu sempre me posicionei também (Camila Oliveira, 14 de novembro de 2018).

O modo genérico como Camila relatou ter sofrido atos racistas na escola, me pareceu, no momento, ser uma tradução de que fora discriminada racialmente desde pequena. Contudo, com a transcrição da gravação, eu quis conhecer quais foram as situações e a contatei pelo WhatsApp. Ela disse que não se lembrava muito bem: “*sei que foi na quarta série, um menino fez uma piada. Não lembro, alguma coisa com cabelo*”.¹²⁶ Reticente, Camila não expôs outras situações que a fizeram “*senti[r] mais na minha infância*”.

Cabe ressaltar que, ao falar das trajetórias escolares, Lu Quilombola, Camila e Adriana destacaram memórias da infância. Esse período mobilizou as narrativas que explicitaram experiências doloridas. Adriana evocou situações provocadas por professoras, ao passo que Camila e Lu evocaram as experiências com colegas da turma. De modo aproximado, a antropóloga Miriam Hartung (1992) descreveu as experiências de pessoas do Morro do Fortunato que também retrataram o espaço escolar como “*horrível*”:

Na escola era horrível, porque no tempo de colégio a gente quase não estudava e as pessoas lá de baixo, eles são muito racista. A primeira coisa que chamavam era de 'nego' e 'macaco'. Então a gente já partia prá briga. Brigava mais que estudava. Não era bom (Moradora do Morro, apud HARTUNG, 1992, p. 185).

Na minha época não tinha aquela de dizê não vai na aula porque é negro. Aqui não tinha, mas tinha aquele que é discriminado por causa da cor. Era uma classe rebaixada, o negro sempre foi rebaixado. Acho que sempre foi e sempre vai ser. (...) Ela (a professora) não dava aquele atendimento o quanto dava prós branco. Não dava chance primeiro prós negro. Então porque ela só escolhia os branco prá marcá o nome? (se referindo ao aluno escolhido pela professora para anotar aqueles que conversavam durante a aula). Por que ela sempre escolhia a parte deles? (Moradora do Morro, apud HARTUNG, 1992, p. 186).

¹²⁶ Nilma Lino Gomes (2006) fez pesquisa em salões de beleza que tratam de cabelos crespos. Ela pontua que o cabelo é um dos mais importantes, senão o principal marcador de um corpo negro. Gomes explicitou a situação de uma jovem que, depois de alguns anos de namoro, casou-se. Posteriormente, o marido descobriu que seu cabelo era crespo e esse fato colocou em crise a relação.

Em nossa conversa, Adriana criticou o modo de ensino de professoras e professores. Com um sentido similar, na mesa “Contra-narrativas Quilombolas”, que descrevi no início da seção, ela falou que “*a minha luta dentro desta universidade nunca foi fácil. A gente precisa estabelecer uma relação pela base, e essa base não tivemos. Em relação à cultura e à ancestralidade*”. Assim, questionou as epistemologias, os modos de gerar conhecimentos nas universidades que, conforme ela, não contemplam as perspectivas dos grupos quilombolas.

Outra situação que Adriana destacou tendo como referência o processo educativo foi o fato de que, na Invernada dos Negros, as categorias preta e negra tinham um sentido pejorativo e seu uso era rejeitado,¹²⁷ pois eram concebidas como ofensivas. Desse modo, “*a gente não fala você é preto, você é negro*”. Caso alguém assim for chamado, se repreende:

Ah! Você não pode chamar preto! Nossa! Ela não é preta. Ela é morena, essa coisa do ser moreno. Então, dentro dos quilombos, eles chamam: “oh moreno! oh morena!”. Não é nem moreninha, é moreno ou morena. É considerado tudo igual, ninguém chama de negro, porque isso era pejorativo. Isso era uma palavra feia.

No ponto de vista de Adriana, evitar o uso de tais categorias e traduzir os termos para *morenos* advêm do fato de que não se tinha conhecimento “*de que nós tínhamos vindo tudo de África para sermos escravizados aqui no Brasil*”. Tal conhecimento, para ela, veio na graduação e “*não da graduação em si, mas através dos movimentos sociais e das nossas lutas externas à graduação*”. É possível sugerir que a esquiva do uso de tais categorias na Invernada dos Negros buscou tanto engendrar o sentido de que eram livres quanto afastar a associação negro-escravizado. Desse modo, a relação explicitada no nome da comunidade e que os vincula ao passado de escravização – os Negros da Invernada – foi substituída na oralidade por *morenos*. Esse recurso potencializou a experiência de “tudo igual”, de pessoas livres, em similaridade com os “de fora”.

Adriana disse ainda que o encontro com o movimento lhe possibilitou compreender que sua “*ancestralidade não é só brasileira, tem uma ancestralidade que é maior que isso. Que é o meu pé na África*”. A partir desse conhecimento, ela relacionou a dureza e a dor experienciadas desde a infância com as situações que enfrentou para ingressar na Universidade.

O ingresso na universidade: um vestibular feito de muitos vestibulares

¹²⁷ Maurício Arruti (1997) e Liliana Porto et al (2012) também relatam uma associação de rejeição e reapropriação similar das categorias preta e negra.

Adriana iniciou o trabalho na roça, “*pros outros*”,¹²⁸ com dez anos de idade.

Fiz todo o ensino fundamental e médio trabalhando na roça colhendo alho, cebola, feijão, milho em conjunto com minha mãe. Assim, a gente às vezes saía no inverno. Assim, pensa. Acordar 5 horas da manhã no inverno gelado, gelado! Eu com meu pezinho, assim, no chão, a casa de madeira. A mãe fazia um fogo no fogão, às vezes ela fazia a comida, a marmita que a gente dizia. E a gente ia, subia naquele caminhão e ia. Aí me jogavam em cima daquele caminhão para ir, porque eu queria acompanhar minha mãe, não queria desgrudar, né. Eu ia sempre e meu irmão também ia junto. E foi nesses trabalhos da roça que eu comecei a perceber que eu não tinha que ficar o resto da minha vida naquele trabalho, porque não era uma coisa que eu merecia. Porque eu estava estudando ainda. No [ensino] fundamental eu passei todo lá. Porque são épocas de colheita ou de plantio. Com muito custo eu fui parar no Ensino Médio, mas na 8ª série minha mãe não queria que eu fosse mais estudar. Queria que eu fosse só trabalhar. E, no Ensino Médio, eu comecei a trabalhar de dia e estudava à noite. E era bem pesado para mim, porque eu via que não dava. Tudo dizia que era para eu parar de estudar.

Conforme a pesquisadora, sua mãe “sempre” foi companheira em “tudo”, porém não a apoiou quando foi estudar à noite. Com as condições econômicas da família, essa era sua única alternativa de realizar o ensino médio, concluído “*lá em 2008, se não me engano*”. Depois, ela procurou um trabalho que considerou mais adequado. A experiência modulada pela racialização, doloridamente vivenciada no espaço escolar, emergiu novamente.

Eu já tinha o ensino médio e não sabia o que ia fazer. Fui procurar emprego, acho que era de colocar as compras do supermercado na caixa, empacotadora. E eu vi que tinha um anúncio lá no mercado e eu fui e a mulher disse assim: “*nãõ! Essa função não é para você! Nós não temos vagas para você!*”. E aquilo me tocou, sabe. Porque eu entendi que era pela minha cor ali o que ela estava falando.¹²⁹ E, depois disso, fiquei sete meses em depressão [...]. E eu não queria sair de casa e não queria falar com ninguém. Porque tinha acabado a minha fase de estudos e eu não sabia o que eu ia fazer. Porque as pessoas não me davam oportunidades. Entregava currículos, ninguém me chamava, enfim. Aquelas coisas todas da adolescência, né? Enfim! E tudo por conta de um ato racista que eu também não tinha forças para poder discutir aquela questão numa cidadezinha totalmente racista e branca.

¹²⁸ O trabalho “*pros outros*” se distingue do trabalho que ocorre na roça de familiares. Nesta, o trabalho de crianças faz parte do processo de formação da pessoa e não de uma exploração econômica.

¹²⁹ Lélia Gonzalez (1984) problematizou o lugar “destinado” à mulher negra em espaços urbanos: “*Os exemplos não faltam nesse sentido; se a gente articular divisão racial e sexual de trabalho fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em ‘lidar com o público’? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em ‘boa aparência’? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é ‘natural’ que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais etc. e tal?*” (1984, p. 233).

Adriana não conhecia as possibilidades de fazer graduação. Ressaltou que *“no interior, principalmente na região de Campos Novos, nas escolas não se fala em vestibular. É muito raro falar em vestibular”*. No entanto, quando adoeceu, sua mãe procurou ajuda de um *colega*¹³⁰ no sítio e soube que Ely de Souza¹³¹ estava fazendo faculdade em Florianópolis. *“Ele não sabia direito que curso era, mas disse que podia falar com ela para ver se eu poderia voltar a estudar”*. Ely ingressou em 2009 em licenciatura em Educação do Campo. O curso prepara professoras e professores para lecionar em escolas do campo e rurais. A proposta curricular e metodológica é realizada em dois períodos, chamados tempo universidade (TU) e tempo comunidade (TC). No tempo universidade, há uma condensação das atividades acadêmicas em período integral. No tempo comunidade, as e os estudantes *“desenvolvem atividades nas suas comunidades, seja de diagnóstico, de aproximação com a escola, estágios em sala de aula ou projetos comunitários de integração escola/comunidade, conforme a etapa do curso”* (UFSC, 2015).

Adriana relatou que quando Ely retornou para o *“tempo comunidade”* foi à sua casa e disse: *“olha, se você quiser, vai abrir agora o edital pra vagas, tem cotas para negros, é um vestibular diferenciado, para povos do campo, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas”*. Adriana refletiu:

Nossa! Mas eu já sofri na escola com a professora e agora fazer um curso para ser professora? Eu pensei assim: nossa! Será que eu vou ou será que eu não vou? Aí, minha mãe disse: *“bom, Adriana, se você quiser, você pode tentar, melhor do que ficar aqui trabalhando pros outros, não ganhando nada, né”*? E eu vendo as minhas irmãs casando, tendo filhos, sendo praticamente só donas de casa [...]. Eu falei: ah! não quero essa vida não!

Em 2010, a UFSC publicou edital específico para o curso de licenciatura em Educação do Campo com a oferta de 50 vagas e com as reservas de vagas estabelecidas pelo Programa. Para fazer a inscrição era preciso:

a) entrar no site www.vestibular2010.ufsc.br/educacaodocampo, no período de 16 de julho de 2010 até as 23h59min do dia 02 de agosto de 2010, preencher integralmente o Requerimento de Inscrição e enviá-lo (via internet) para a COPERVE/UFSC. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição são de total responsabilidade do candidato;

¹³⁰ A referência a um quilombola da mesma comunidade como *colega*, e não parente, denota as distinções feitas pela comunidade em relação aos *troncos ancestrais*, aos vínculos de afinidade e outros modos relacionais. Como descrevo no Capítulo III, em 2019, dois filhos desse colega ingressam em Medicina na UFSC.

¹³¹ Ely de Souza entrou na UFSC solteira e na faixa etária dos 40 anos. É tia dos primos Abegail e Ezequiel de Souza, estudantes de biologia e direito, respectivamente.

b) imprimir o Comprovante de Requerimento de Inscrição (Edital 05/COPERVE/2010).

O fato de a inscrição ser via internet potencializou a complexidade do processo. Adriana disse para Ely: *“olha, nós nem temos internet, não sei nem o que é o vestibular e como se inscreve”*. Orientada pela colega, Adriana foi ao departamento que trata da assistência social na prefeitura de Monte Carlo.

Aí eu fui. Fui uma, fui duas, fui três, fui quatro vezes na assistência social da prefeitura. Eu falei para a mulher: olha, eu quero me inscrever para esse curso aqui, que eu tinha um papelzinho escrito, um folderzinho [...]. Aí ela disse: *“dá os teus documentos”*. Aí eu fui e levei. No primeiro dia que fui lá, a mulher não sabia como que fazia a inscrição. No segundo dia, eu fui e ela entrou no site, só que faltava documento. No terceiro dia, fui e levei o resto dos documentos. Eu já estava desanimando, sabe. [...] Eu já estava uma semana antes tentando me inscrever e não estava dando. A última vez que eu fui, ela pegou e olhou bem pra minha cara e disse: *“mas você tem certeza de que quer fazer esse curso lá mesmo? Porque, olha! É uma universidade federal! Não é bem assim para alguma pessoa entrar lá!”* Aí eu disse: mas eu quero fazer o curso lá. Ela disse: *“mas você já estudou? Você sabe me dizer os verbos diretos e indiretos? Então me fala aqui, se você falar eu faço a sua inscrição. Eu termino a sua inscrição”*. [...] Falar pra assistente social, como se eu tivesse que provar pra ela que sabia, para poder concluir uma inscrição. Isso me chocou muito, sabe, porque na hora, assim, menina, eu não tinha informação nenhuma! Eu não sabia dizer pra ela. Porque, mesmo que eu estivesse estudando, eu fiquei, assim, paralisada! Aí eu disse, bem tímida: eu sei tudo isso. Eu só queria que você terminasse a minha inscrição. Ela disse: *“mas você tem certeza que vai fazer isso mesmo? Eu vou fazer, mas se não der nada, a culpa não é minha! Porque pelo menos eu fiz!”* Assim ela disse, sabe.

A situação é exemplar para demonstrar outro modo de ação concebido por Adriana como ato racista. Na prefeitura, a agente estatal responsável pelo procedimento deu indícios à Adriana de ter a intencionalidade de evitar a finalização da inscrição. Também deixou implícito em sua ação protelatória o entendimento de que a universidade não era o lugar de uma mulher negra e quilombola. Desse modo, explicitou o pressuposto ontológico de que Adriana não se enquadrava no perfil de uma universitária. O atendimento feito pela agente estatal – pelo estado – sobrecarregou Adriana de desespero e de insegurança em relação a finalização correta da inscrição. Ao chegar em casa, relatou o ocorrido à sua mãe, que a orientou: *“coloque nas mãos de Deus!”*.

A proposta inovadora do curso previu um processo seletivo diferenciado, considerando o perfil das e dos candidatas. Porém, a instituição manteve o mesmo procedimento previsto

para o vestibular geral, uniformizando o procedimento técnico (BEVILAQUA, 2016) para a inscrição.

A pesquisadora quilombola estudou “*sozinha*” para a prova com o material que tinha do ensino médio. A prova, a ser resolvida em quatro horas, teve os seguintes conteúdos: 1. Conhecimentos Gerais, com vinte questões objetivas; 2. Língua Portuguesa, com dez questões objetivas; e 3. Redação (Edital 05/COPERVE/2010).¹³² Ela poderia ser feita nas cidades de Florianópolis, Araranguá, Canoinhas, Chapecó, Curitiba e Joinville. Adriana optou por fazê-la em Curitiba, a 60 quilômetros de Monte Carlo. A prova aconteceu em um domingo e não havia ônibus para tal deslocamento. “*Sem dinheiro pra nada*”, Adriana e sua mãe contaram com a solidariedade do colega quilombola que as tinha informado sobre Ely de Souza estar fazendo faculdade. Ele tinha “*um carrinho velho*”, porém estava sem combustível. Nesta circunstância, “*a gente bateu meia-noite do sábado pra ir na casa da vereadora pra emprestar o dinheiro, [...] 30 reais*”. Foi a última solução encontrada, horas antes da viagem. Com o empréstimo e a solidariedade do colega, que também “*tirou um pouco do bolso dele, e foi e ficou comigo lá em Curitiba o dia inteiro*”, realizou a prova. Adriana disse que “*não sabia nem preencher um gabarito, mas, enfim, não sei como eu fiz, mas saiu na hora. E, depois, quando eu passei, eu nem tinha acreditado naquilo!*”. Adriana Ferreira ingressou na segunda turma do curso de Licenciatura em Educação do Campo, no segundo semestre de 2010, terceiro ano de vigência do Programa.

Desde o processo de inscrição, tudo parecia estar disposto a levá-la a desistir. De certa maneira, Adriana passou por vários vestibulares. Em busca de um caminho distinto daquele visível no horizonte próximo, os rumores da política afirmativa chegaram a ela e a mãe por meio de um colega e, em seguida, pela primeira estudante da Invernada a ingressar na UFSC. A solidariedade de colegas evidenciou as relações da família de Adriana com a comunidade, assim como a circulação de trocas e de dívidas recíprocas. Por outro lado, a ajuda circunstancial de uma vereadora parece indicar a presença desta como mediadora das relações da comunidade com o poder público e o apoio em casos excepcionais como o de Adriana. A realização do vestibular foi possível com esta rede de apoio.

¹³² A partir de 2018, este modelo foi adotado para o processo seletivo do novo Programa para indígenas e quilombolas, como descrevo no Capítulo III. Ainda que sem poder estabelecer conexões diretas, o Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica – Guarani, Kaingang e Xokleng/Laklãnõ – criado em 2010 teve dois vestibulares, o primeiro em 2011 e o segundo em 2016, com um modelo de prova similar: Conhecimentos Gerais (20 questões objetivas); Língua Portuguesa (10 questões objetivas); Redação em Língua Indígena.

Em 2012, a pesquisadora quilombola compôs a equipe do Programa de Extensão (PROEXT) que executava oficinas sobre as ações afirmativas em quilombos e fazia inscrições para o vestibular, como descrevo na próxima seção. Em 2014, quando Abegail de Souza, sua amiga de infância, concorreu ao vestibular, já havia uma rede de apoio mais ampla e o fluxo de informações não era tão restrito como em 2010.

Em minha primeira estadia na moradia estudantil da UFSC, em meados de agosto de 2018, conheci a estudante de biologia Abegail de Souza, de 22 anos. Ela fez o ensino básico nas mesmas instituições que Adriana Ferreira, anos depois. Abegail relatou uma situação parecida com aquelas experienciadas pela amiga. Durante o ensino médio *“nunca falaram sobre vestibular, nunca incentivaram. [...] Eu não sabia de vestibular, fiquei sabendo com informações da Adriana. Não sai preparada para isso [universidade], é só ensino médio que foi a minha base. Aqui [Florianópolis] falam no terceiro, já fazem provas e sabem de tudo, e nós não”* (Abegail de Souza, em 31 de agosto de 2018).

Abegail mencionou a ida de Adriana com militantes do MNU ao quilombo Invernada para informar sobre as políticas afirmativas e fazer as inscrições para o vestibular. Conforme ela, à época, *“não pensava em vestibular. Quando a Adriana começou a falar eu pensei: quero biologia, porque gosto do meio ambiente*. Ela se inscreveu/foi inscrita no vestibular 2015 na reserva de vagas de 10%. Optou por fazer a prova, realizada em três dias (edital 5/COPERVE/2014), no município de Caçador,¹³³ a cerca de 80 quilômetros de Monte Carlo.

Não foi fácil participar do vestibular em Caçador, não tinha carro. Aí Adriana e minha mãe foram atrás do carro. Tentaram pedir na prefeitura e conseguiu para um dia, e não tinha como voltar de lá, me levaram no sábado e como que eu ia ficar lá? E como que foi feito? Minha mãe falou com uma pastora lá da nossa igreja, igreja Evangélica da Redenção, e fiquei na casa deles. E sábado, minha mãe foi junto nesse carro, e minha mãe voltou, e ficamos mantendo contato. Minha mãe foi lá na prefeitura e insistiu, insistiu e conseguiu um carro para buscar na segunda-feira. Tem que brigar mesmo, ela foi lá, insistiu, uma coisa de insistência mesmo, e aí eles foram me buscar e minha mãe foi junto.

Abegail não passou em Biologia e se inscreveu no edital de vagas remanescentes para Zootecnia, curso para o qual ingressou em 2015. Em 2017, porém, se inscreveu em Biologia, por meio das vagas suplementares. Retorno à sua trajetória no Capítulo III.

¹³³ As provas foram realizadas nas seguintes cidades catarinenses: Florianópolis, Araranguá, Blumenau, Brusque, Caçador, Balneário Camboriú, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitibanos, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Rio do Sul, São Miguel do Oeste e Tubarão.

A equipe do PROEXT, ao realizar as oficinas em quilombos, pôde discutir as dificuldades de quilombolas ingressarem na universidade, como as descritas nesta seção. Em 2013, formalizou junto à administração central da UFSC a solicitação de vagas suplementares. Para tornar inteligível o modo como se tornou possível tanto a realização das oficinas em quilombos como o estabelecimento de vagas suplementares, a seguir, descrevo, na perspectiva da coordenadora do MNU, algumas das relações que sustentaram essas iniciativas.

2.2 O encontro entre o Movimento Negro Unificado (SC) e comunidades quilombolas

Em boa medida, só foi possível compreender como quilombolas foram reconhecidos como pessoas de direito ao ingresso diferenciado na UFSC a partir dos agenciamentos feitos pelo MNU, bem como da aliança estabelecida entre as comunidades, o MNU e antropólogas vinculadas ao NUER, do departamento de antropologia da UFSC, por mais de uma década. É possível dizer que essa aliança foi evocada e acionada quando iniciei a pesquisa na UFSC em 2016. À época, conversei com o diretor da SAAD, professor branco Marcelo Tragtenberg. Ele sugeriu que eu conversasse com a antropóloga branca Raquel Mombelli (NUER/UFSC) e com “*Lurdinha do MNU*” (coordenadora do MNU). Entretanto, o contato com a coordenadora do MNU/SC foi inacessível por muito tempo. E, ao contatar Adriana Ferreira, também ficou claro (como já foi descrito na Introdução) que era necessária a anuência do MNU para a realização da pesquisa.

Quase dois anos depois, em fevereiro de 2018, conheci a estudante de Ciências Sociais e militante do MNU Luciana Freitas, que participou das sessões do Conselho em 2014 e 2015. Ela me convidou para o evento organizado pelo MNU que tinha como tema mulheres negras e o 8 de março – Dia Internacional da Mulher. O evento foi realizado na Escola de Ensino Básico Jurema Cavallazzi, que fica no Morro da Queimada, região próxima ao centro de Florianópolis. Conforme meu registro etnográfico, nesse Morro encontra-se a comunidade Mocotó, formada por pessoas que vieram de quilombos da região. Nessa escola, a Secretaria de Estado da Educação implementou o currículo da Educação Escolar Quilombola para Jovens e Adultos (EJA). As aulas são ministradas à noite por professoras majoritariamente negras, sob a coordenação da professora Maria de Lurdes Mina. No evento conheci a professora Lurdinha Mina e a pesquisadora Adriana Ferreira da Silva (Invernada dos Negros). Somente depois foi possível me aproximar de estudantes quilombolas, assim como melhor compreender alguns dos processos que confluíram (SANTOS, 2015) para a efetivação do direito quilombola na UFSC.

Em maio de 2018, Luciana Freitas me convidou para participar de uma “*pesquisa exploratória*”¹³⁴ no Morro da Queimada, coordenada por Lurdes Mina. Na ocasião, subimos e descemos as incontáveis escadarias do Morro da Queimada e visitamos algumas casas, momento em que a relação de convivência de muitos anos da coordenadora do MNU com as e os moradores foi ressaltada. Ao fim, convidei-a a colaborar com a minha pesquisa. A coordenadora aceitou, marcamos e adiamos a entrevista. Dois meses após, em julho de 2018 participamos de uma atividade no quilombo Morro do Fortunato. No retorno para Florianópolis, sentei-me ao seu lado no ônibus e perguntei se poderíamos fazer a entrevista naquele momento. Conversamos por todo o trajeto.

Logo de início, a coordenadora do MNU/SC acentuou o fato de ser conhecida por Lurdinha, como fez quando falou ao Conselho Universitário em 2015. A pedagoga aposentada e especialista em Metodologia da Educação trabalha com educação escolar quilombola e é militante do MNU/SC desde 1993. Ela é reconhecida como mediadora tanto nas comunidades com as quais o MNU tem relação¹³⁵ como nas relações institucionais entre estudantes quilombolas e a UFSC. A imagem que fiz de Lurdinha é a de uma mulher forte, de baixa estatura, corpo preto e cabelos crespos curtos. Nas vezes em que nos encontramos trajava roupas de estilo formal. A impaciência que li em seus olhos evocava as suas falas sobre as diversas situações de discriminação que sofreu e as denúncias que faz, recorrentemente, de atos racistas.

Ao selecionar suas memórias, Lurdinha Mina acionou as relações de parentesco e relatou a troca do sobrenome que englobou toda a família.

[Meu pai] tinha essa postura de dizer que éramos negros, que tínhamos de ter orgulho da cor que nós tínhamos, de que nós éramos Mina. Porque a minha família, eu acho que foi uma das famílias que recuperou o sobrenome africano. O nosso sobrenome era Brás Franco. Brás Franco era o dono, os escravizadores da minha família, que eram os portugueses. Aí meus avós, minha vó, meu vô eu não conheci, minha vó e meus tios e tias sempre contaram que, em determinado momento da vida deles, chegou um negro que era, assim, muito, muito peralta, muito alegre e, ele dizia: “ó, o nome de vocês não é, vocês não são esses aí que estão dizendo, vocês são meus parentes, vocês são Mina”. Eles não sabem contar como é que meu avô incorporou isso,

¹³⁴ A atividade foi planejada pela equipe de educação quilombola da escola Jurema Cavallazzi. Participaram as professoras Lurdes Mina, Adriana Ferreira (Invernada dos Negros, MNU), Luciana Freitas (MNU), outras quatro professoras, um professor e um morador da localidade. O objetivo da pesquisa exploratória foi elencar os problemas de infraestrutura para demandar serviços da prefeitura de Florianópolis.

¹³⁵ Nem todas as comunidades quilombolas de Santa Catarina são “*organizadas*” com o MNU. No entanto, entre o grupo de estudantes quilombolas, Lurdinha é uma referência. Uma interlocutora me disse que as comunidades que não foram organizadas pelo MNU estão “*mais atrasadas*” nos processos de institucionalização. A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) foi mencionada poucas vezes, com referência a sua “*fraca*” atuação em Santa Catarina.

mas aí meu avô foi e disse: “Não! Então todo mundo agora vai ter o sobrenome Mina”! Ele foi lá e registrou, registrou todos os filhos como Mina. [...] esse povo Mina que vieram da África, da nação Mina. E que vieram para cá e aqui se estabeleceram (Lurdinha Mina, 19 de julho de 2018).

O conhecimento-reconhecimento¹³⁶ tem um sentido bastante particular na troca de sobrenome, visto que diz respeito ao reconhecimento da ascendência e possibilita expandir as relações estabelecidas com uma pessoa que, antes desconhecida, tornou-se parente. Tanto Lu Quilombola como Lurdinha expressaram suas experiências de troca de sobrenomes em relação à “*ancestralidade africana*”, explicitando a reconstituição de um vínculo ancestral anterior ao violento processo que expropriou inumeráveis vidas, socialidades e cosmologias. O reconhecimento feito pelo parente desconhecido, feito pelo avô de Lurdinha e pela própria Lu Quilombola foi mediado pelo vínculo marcado no corpo. Nesta perspectiva, a coordenadora do MNU revelou:

Eu tenho um projeto de vida. E meu projeto de vida é a luta com a população negra aonde ela estiver. Hoje nós estamos na luta pelos direitos das comunidades quilombolas, mas também estamos na luta contra o genocídio da juventude negra, também estamos na luta contra a violência contra a mulher. Essa é a nossa luta. Aonde precisar estar dizendo, lutando, denunciando, nós estaremos.

Embora as *lutas* do MNU englobem uma ampla gama de ações antirracistas, ela se emocionou ao falar da relação com as comunidades quilombolas.

Eu não sei explicar o que é. As minhas companheiras todas lutam junto comigo nos quilombos, mas eu, é uma coisa a mais. Se tiver uma demanda de uma comunidade, se tiver que tirar o dinheiro para pagar minha luz, pra pagar minha água, sei lá. E se a comunidade disser para mim: olha, você tem que vir, por isso, por isso, por isso, eu vou. Eu tiro dinheiro da onde não tem. Eu deixo de comer, eu deixo de comprar, mas eu vou, entendeu? Está acima de mim. Estou lá com eles. Estou lá com eles em todos os momentos que eles precisam.

O MNU em Santa Catarina se envolveu na causa quilombola a partir da publicação do Decreto nº 4.887/03.¹³⁷ Esse dispositivo regulamentou o artigo 68 do Ato das Disposições

¹³⁶ Ancorada em uma perspectiva etnográfica, é possível definir a noção de reconhecimento como intimamente associada à noção de conhecimento, com sentido de reconstituição e constituição de conexões, de identificações, de relações e mesmo de redefinições e reinterpretções de situações que modularam a trajetória das pessoas. No relato de Lu Quilombola também é possível reconhecer essa associação vinculada aos desdobramentos que culminaram na troca do Pereira por Quilombola.

¹³⁷ Os agenciamentos feitos pelo MNU em relação à causa quilombola, desde a Constituinte, são reconhecidos por representações negras e quilombolas como evidenciei na Introdução. Em conexão com as experiências já descritas na seção anterior, é emblemático o encontro relatado pela liderança quilombola e pesquisadora Givânia Silva em

Transitórias da Constituição de 1988 e estabeleceu a certificação das comunidades “*com presunção de ancestralidade negra*” como “*remanescentes*” de quilombos pela Fundação Palmares. Para a certificação, é exigida a criação de uma associação comunitária. Conforme a coordenadora do MNU, nesta circunstância, em 2004, o INCRA/SC e o NUER (Departamento de Antropologia/UFSC) fizeram um convênio para a realização de ações destinadas às comunidades negras catarinenses. Com isso, as antropólogas brancas Ilka Boaventura Leite e Raquel Mombelli (NUER/UFSC) “*nos chamam, chamam o Movimento Negro Unificado e este propôs que elas chamassem todas as entidades do Movimento Negro (MN). E assim foi feito*”. O INCRA/SC e o NUER realizaram a “*formação*” por seis meses.

Todas as entidades do movimento negro estavam participando, o NEN, a UNEGRO. O objetivo era fazer com que, diante do estado que tinha uma estimativa de 200 comunidades quilombolas, a gente tinha que poder dividir essa assessoria, essa militância junto às comunidades com as entidades do movimento negro. Isso não aconteceu. E nós ficamos, nos comprometemos lá no final que nós, enquanto MNU, ficaríamos sim. Entraríamos com essa tarefa que é da militância. Até porque o MNU nacional já tinha tido uma atuação bem grande com as comunidades quilombolas de Goiás. A gente se prontificou em ficar e acabamos ficando sozinhos, porque as entidades vieram para as comunidades e perceberam que isso não é uma brincadeira, eles avaliaram que é uma *luta* muito dura e com muitos riscos, né? Então, acabou que em Santa Catarina fomos nós do MNU.

Ainda em 2004, a coordenadora do MNU foi à Invernada dos Negros e “*foi duro, porque nós moramos a quase 500 quilômetros de distância. E a gente ia duas vezes ao mês para lá [...]. Em seguida nós fomos para a comunidade São Roque e fizemos o mesmo processo lá, que fica lá no sul do estado, Invernada dos Negros fica no oeste do estado*” – como ilustra o mapa 1. Nessas idas “*a gente constituía a associação e construía a luta pelos territórios*”. Suas palavras e feições demonstraram contentamento pelo fato de as comunidades Invernada dos Negros e São Roque terem recebido no mesmo dia as certidões de quilombos, emitida pela Palmares. Lurdinha Mina não nomeou quais outras pessoas da militância participaram das atividades nos quilombos, entretanto acionou recorrentemente a categoria “*a gente*”.

A luta tratava da regularização territorial. No entanto, a professora Lurdinha, sensível às questões de formação, disse que o MNU identificou muitas pessoas não alfabetizadas. Assim, transversalmente à demanda pela regularização fundiária, a educação emergiu também como prioridade, gerando uma inflexão na orientação do trabalho do MNU/SC nos quilombos.

seu livro “Educação e luta política no quilombo Conceição das Crioulas”, em que expressou o impacto de uma “*militante negra*” do MNU na sua “*construção identitária*” nos anos de 1990 (2016, p. 30–31).

Descrevo, a seguir, do ponto de vista da coordenadora do MNU, a constituição da pauta da educação escolar quilombola em Santa Catarina, que, em seus desdobramentos, possibilitou a proposição à UFSC de um curso de licenciatura em Educação Quilombola. A relevância da descrição se assenta na perspectiva da coordenadora de que foi a luta pela educação quilombola que gerou a política de vagas suplementares.

2.2.1 *Lutas pela Educação Escolar Quilombola em Santa Catarina*

Ao argumentar sobre a questão educacional, a coordenadora do MNU/SC olhou para mim e perguntou: “*E qual era o nosso objetivo?*”, ao que respondeu em seguida: “*Era o empoderamento para a autonomia*”.

Porque [para] discutir com as instâncias de poder, nós tínhamos que ter essas comunidades empoderadas no conhecimento e com ampliação da escolaridade. Então, começamos a lutar pelo processo de alfabetização, que era onde tinha uma demanda maior. Achávamos que quem tinha de ter a responsabilidade era o Estado, mas o Estado se negou. O que ofereceu foi simplesmente o projeto Santa Catarina Alfabetizado, que dava um salário, uma bolsa de 250 reais por professor, e nada mais.

Tal fomento não supria os gastos dos deslocamentos de professoras/es para o quilombo e “*a comunidade não tinha professor [...]. Então, o estado não se moveu*”. Como alternativa, em 2008, o MNU submeteu à Fundação Banco do Brasil (FBB) um projeto para a formação de professoras e professores em Educação Escolar Quilombola e foi contemplado.¹³⁸ O financiamento viabilizou a construção de “*salas de aulas com carteiras, cadeiras, quadro e todo material didático e folhas de papel, de cartolina. Garantiram também a aquisição de uma merenda qualificada, transporte e bolsas [pagamento] para os professores*”.¹³⁹ Foram feitas três salas de aulas no quilombo Invernada dos Negros – “*que era na casa das pessoas, ou na casa antiga das pessoas*” –, uma no São Roque, uma no Morro do Fortunato, duas no Aldeia, duas no Toca-Paulo Lopes e mais duas no Morro da Queimada. “*Foram essas comunidades que participaram do processo de alfabetização e muitas se fortaleceram a partir deste projeto, porque ali começava já o início dessa proposta de educação quilombola*”. Tal proposta tem

¹³⁸ O MNU não preenchia os critérios para submissão, uma vez que não tem CNPJ. Com isso, o Projeto Rondon foi o proponente junto à Fundação Banco do Brasil. A coordenadora do MNU disse que a parceria estabelecida entre MNU e a FBB foi criticada por entidades do movimento negro, por esse vínculo parecer estar assentado em uma lógica capitalista.

¹³⁹ É interessante observar a caracterização de uma sala de aula a partir das coisas, dos objetos. Bruno Latour (2012) ponderou que “*para serem levados em conta, os objetos precisam ingressar nos relatos*” (2012, p. 118).

como perspectiva o ensino da valorização da cultura afro-brasileira, da ancestralidade negra e africana, dos modos de conhecimento e das tecnologias nos quilombos, deslocando os referenciais teóricos eurocentrados. Lurdinha Mina ressaltou que a metodologia é a da *“pedagogia da alternância, que vem para atender esse público, [...] dos jovens e adultos estudarem nesta perspectiva do tempo comunidade - tempo escola. Está muito próxima tanto da Educação do Campo como da Educação Indígena”* (Lurdinha Mina, 19 de julho de 2018). Durante a vigência do projeto (2008 a 2011), 322 pessoas foram alfabetizadas e foi *“uma alfabetização mesmo, de escrever, de ler, de entender esse processo de mundo”*. A coordenadora do MNU relatou que as pessoas que concluíram o ensino básico disseram que não queriam parar e, assim, questionavam: *“Agora estamos alfabetizados, e agora?”*.

Desta síntese das ações mediadas pelo MNU, é possível sugerir que as ações do movimento na proposição e principalmente na execução de políticas educacionais se estruturaram simetricamente com as ações que são atribuídas ao estado, que *“se negou”* a realizá-las. Desse modo, a presença do estado na questão educacional nos quilombos referidos, naquele respectivo período, foi perspectivada na presença do MNU. Com esse sentido, o movimento se constituiu em uma instância de demandas por recursos financeiros, bem como de diferentes recursos relacionais e materiais engajando-se em múltiplas lutas.

A coordenadora do MNU relatou também sobre a participação do MNU nas discussões de criação e de implementação do PAA da UFSC.¹⁴⁰ Contudo, ponderou que a *bandeira* defendida pelo MNU na conferência de Durban, em 2001, *“não era ação afirmativa, que ação afirmativa é pontual, que nós entendíamos que era uma política com reparação em todos os setores. O MNU levantou a bandeira de reparações. [...] Porém, a questão das ações afirmativas era muito mais fácil de ser implementada”*. Ao compreender a narrativa que obteve maior projeção nacional, o MNU modulou suas convicções.

Nós fomos chamados para fazer este debate e a gente ia para a mesa, como sempre fomos, com as nossas bandeiras, bandeiras de reparações, e o NEN [Núcleo de Estudos Negros] saiu com a bandeira das ações afirmativas. E aí a gente viu que as ações afirmativas tomaram o país. Elas vieram para o cenário nacional com muita força. E aí a gente entendeu que nós íamos fazer um debate pontual, mas que nós íamos ajudar a construir [...]. Fizemos essa discussão e fomos para a reitoria discutir a questão das ações afirmativas, das cotas, e aí chegamos no Conselho Universitário.

¹⁴⁰ Como descrevi no Capítulo I, Lurdinha Mina e Luciana Freitas defenderam a reserva de vagas para a população negra no Conselho Universitário. Também, em 2013, a coordenadora nacional do MNU e militante do MNU/SC, Vanda Gomes Pinedo, participou de uma das sessões mais conturbadas do Conselho. Ela questionou a decisão que destituiu a comissão de validação fenotípica, discussão que foge ao escopo da tese.

Com agenciamentos em diferentes direções, é possível indicar que o MNU disseminou as informações sobre o Programa em comunidades quilombolas, principalmente entre as lideranças. Com isso, pode-se sugerir que provocou o desejo e potencializou o ingresso das primeiras e primeiros quilombolas na UFSC.

A seguir descrevo a circunstância da proposição de um curso de licenciatura em Educação Quilombola na UFSC.

A proposta de Licenciatura em Educação Quilombola

Em 2012 o MEC definiu, por meio da Resolução nº 8, de 20 de novembro,¹⁴¹ as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica”, balizado pelo Parecer CNE/CEB nº 16/2012 feito pela professora Nilma Lino Gomes.¹⁴² As diretrizes foram destinadas às escolas de educação básica¹⁴³ localizadas em quilombos “*rurais e urbanos, bem como [...] estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas*” (art. 1º, IV) reconhecidos pela Fundação Palmares. A resolução prevê o ensino:

- a) da memória coletiva; b) das línguas reminiscentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade (Resolução MEC nº 8/2012, art. 1º, I).

¹⁴¹ A publicação do decreto nº 4887/03 e da resolução nº 8 do MEC no dia 20 de novembro tem como referência o dia da consciência negra, em memória do líder quilombola Zumbi dos Palmares, reconhecido pelo movimento negro como ícone das lutas antirracistas e contra colonizadoras (SANTOS, 2015). Conforme Lélia Gonzalez (1982), o MNU consolidou a proposta do Grupo Palmares (RS), feita em 1974, de estabelecer o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra (1982, p. 57), dia da morte de Zumbi, em 1695. Ainda, na perspectiva de Gonzales, Zumbi permanece no imaginário popular nordestino, com as mães chamando a atenção das crianças: “*se você não ficar quieto, Zumbi vem te pega*” (1984, p. 237), como metáfora da ameaça de contar suas traquinagens ao pai. Desse modo, diz Lélia Gonzalez, o deslocamento das celebrações do dia 13 de maio para o 20 de novembro, seria “*um modo de assunção da paternidade de Zumbi, e a denúncia da falsa maternidade da Princesa Isabel. Afinal a gente sabe que a mãe-preta é que é a mãe*” (GONZALEZ, 1984, p. 237). A antropóloga Bárbara Souza (2008) pesquisou o movimento quilombola e tratou, a partir de fontes históricas, das narrativas referentes aos feitos de Zumbi. José Jorge de Carvalho (1995) questionou o porquê de Zumbi não ter sido transformado em uma “entidade” dos cultos de matriz africana, como ocorreu com líderes de rebeliões do período escravagista em outros contextos da América latina e caribenha.

¹⁴² Nilma Lino Gomes é antropóloga, professora de educação da UFMG. Em 2013, tornou-se a primeira mulher negra a ocupar o cargo de reitora de uma universidade federal, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Foi também ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) de 2015 a 2016.

¹⁴³ A educação básica compreende a “Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação a Distância” (item II, do artigo 1º, da Resolução nº 8).

Desse modo, a resolução produziu inflexões na política educacional para os quilombos e fundamentou a proposição de um Curso de Licenciatura em Educação Quilombola na UFSC. Como descrevi anteriormente, a partir de 2004, o MNU/SC buscou *organizar* as comunidades negras com vistas à regularização fundiária em parceria com o NUER/UFSC. A *formação* educacional quilombola emergiu como uma prioridade, não nos mesmos termos que a territorial, mas englobada pelo território e de igual relevância. Tal demanda, que considera as singularidades das comunidades, ganhou legitimidade e expressão não somente em Santa Catarina, como indica a Resolução nº 8/2012.

Ancorados especialmente nessa resolução, o MNU, o Coletivo de Professores e Professoras das Comunidades Quilombolas de Santa Catarina¹⁴⁴ e o NUER submeteram à UFSC a proposta do curso de graduação em Licenciatura em Educação Quilombola. A coordenadora do NUER Ilka Boaventura Leite escreveu a introdução dessa proposta, datada de 6 de maio de 2013, evocando os primeiros passos da aliança com o MNU e com o INCRA:

Em 2003, o NUER realizou o primeiro curso de formação voltado para militantes e pesquisadores negros e negras na UFSC, com apoio do INCRA-SC. De 2004 a 2006, em uma parceria entre o INCRA/SC e RS, o MNU-SC e o NUER, com o apoio da UFSC e via a FAPEU, foram produzidos os primeiros relatórios socioantropológicos sobre a Comunidade de Casca, a Comunidade de Invernada dos Negros e a Comunidade de São Roque. Este trabalho, publicado no volume 3 do Boletim Informativo do NUER, apresenta um quadro da situação de marginalização social, econômica e cultural das populações e grupos negros na Região Sul. Desde então ficou constatada a importância da Educação para o desenvolvimento dessas localidades e populações em Santa Catarina (NUER et al., 2013).

Em 17 de junho de 2013, o site oficial da universidade noticiou: “UFSC promove seminário sobre Licenciatura Quilombola” (UFSC, 2013c) e destacou a parceria entre o NUER e o MNU, promotores do seminário – Figura 3. Em 10 de julho, o Jornal Cotidiano UFSC noticiou:¹⁴⁵ “Educação quilombola – UFSC lança proposta de licenciatura” (ROSA, 2013a) e, em 12 de agosto, o jornal virtual Opera Mundi¹⁴⁶ publicou matéria intitulada “UFSC propõe criação de Licenciatura em Educação Quilombola”:

¹⁴⁴ O coletivo é formado por 16 educadores, 8 representantes de comunidades quilombolas de Santa Catarina e por “*professores e pedagogos dos quadros do Movimento Negro Unificado – MNU/SC*” (MNU, 2013, p. 12).

¹⁴⁵ Criado em 2006, esse jornal virtual é um projeto de extensão do curso de Jornalismo da UFSC.

¹⁴⁶ O jornal Opera Mundi foi criado em 2009 pelo jornalista Breno Altman e se caracteriza como independente na divulgação de notícias nacionais e internacionais.

É em sintonia com este longo processo, de compensação pela repressão sofrida historicamente pelos negros, que o Movimento Negro Unificado de Santa Catarina (MNU/SC) e o Coletivo de Professores e Professoras das Comunidades Quilombolas de Santa Catarina propuseram a criação de uma Licenciatura em Educação Quilombola na UFSC. [...] Inédita no Brasil, a proposta foi elaborada em conjunto com o Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER/UFSC) e aceita pela Pró-reitoria de Graduação neste semestre. Nos próximos meses será montado um grupo de trabalho para elaborar o plano curricular, que deve ser aprovado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Universitário da UFSC (ROSA, 2013b).

Em entrevista para essa reportagem, Raquel Mombelli (NUER) afirmou que a pauta da “*educação se soma às políticas fundiárias com o objetivo de garantir a inclusão social destes grupos*” (ROSA, 2013b). A coordenadora do MNU acrescentou que “*há uma estimativa de que as comunidades remanescentes de quilombos no estado cheguem a 200, segundo levantamento feito pelo MNU/SC [...]. Desde 2004, o MNU/SC atua junto ao NUER na identificação e regularização fundiária das comunidades de Santa Catarina*” (ibidem). Desse modo, território e educação escolar quilombola são articulados em ambas narrativas, acionando direitos distintos, porém compreendidos como inseparáveis. Até a conclusão da tese a proposta do curso ainda estava sob apreciação do MEC.

FIGURA 3 - DIVULGAÇÃO NO SITE DA UFSC DO SEMINÁRIO LICENCIATURA QUILOMBOLA



FONTE: UFSC (2013).

Em 2012 um grupo de docentes da UFSC implementou um projeto de extensão para divulgar o Programa em escolas públicas, em territórios indígenas e em territórios quilombolas. Descrevo a seguir os relatos sobre a realização de oficinas em quilombos, momento em que também foram feitas as inscrições de candidatas/os ao vestibular. Destaco como um dos desdobramentos, sobretudo, a *proposição* de vagas suplementares para quilombolas.

2.2.2 A *proposição* de vagas suplementares para quilombolas

A proposta do curso de licenciatura em Educação Quilombola contribuiu para levar adiante as demandas quilombolas na área de educação, tecendo e reforçando alianças. Confluiu com essa proposta outra iniciativa, que se fez decisiva no estabelecimento das nove vagas suplementares: o Programa de Extensão Promoção da Igualdade Étnico Racial no Ensino Superior (PROEXT).

O Programa de Extensão

Em 2012, teve início na UFSC o Programa de Extensão: Promoção da Igualdade Étnico Racial no Ensino Superior (doravante PROEXT), fomentado pela Secretaria de Ensino Superior (SESu/MEC). O PROEXT operou em três eixos: 1) escolas públicas, coordenado pelo presidente da CAA e pesquisador no Núcleo de Estudos de Populações Indígenas (NEPI/Departamento de Antropologia/UFSC), Marcelo Tragtenberg; 2) comunidades indígenas, coordenado pelas antropólogas Antonella Tassinari e Edviges Marta Ioris, ambas pesquisadoras no NEPI e membros da CAA;¹⁴⁷ e 3) comunidades quilombolas, coordenado pela antropóloga Raquel Mombelli (NUER) e pela coordenadora do MNU, Lurdinha Mina.

As atividades do PROEXT foram realizadas no período de 2012 a 2015. O PROEXT financiou as bolsas para a equipe, os deslocamentos e outros materiais. Nos quilombos, as oficinas foram realizadas por estudantes bolsistas e por professoras e professores vinculados ao MNU. Raquel Mombelli me relatou que as oficinas foram realizadas também na sede do INCRA-SC, localizada no município de São José, limítrofe à Florianópolis.

¹⁴⁷ Destaco os vínculos entre integrantes do PROEXT e da CAA. As coordenadoras Antonella Tassinari e Edviges Marta Ioris, ambas antropólogas vinculadas ao NEPI, compuseram a CAA e Marcelo Tragtenberg (CFM) foi presidente dessa comissão de 2007 a 2016. Esta relação indica a aliança em torno de ações que buscavam o fortalecimento institucional do PAA.

Conforme o relatório do PROEXT 2011/MEC referente às ações executadas no período de março a dezembro de 2012,¹⁴⁸ as oficinas aconteceram em escolas públicas, em escolas indígenas e “*duas atividades em comunidades quilombolas (Comunidades Aldeia e Morro do Fortunato, em Garopaba), que atingiram um conjunto de 60 pessoas*”. Em 2013, foram realizadas oficinas nos quilombos Morro do Fortunato e Aldeia, em Garopaba; Caldas do Cubatão, em Caldas da Imperatriz; Santa Cruz e Toca, em Paulo Lopes; Vidal Martins, em Florianópolis; Invernada dos Negros, em Campos Novos; Núcleo Monte Carlo-Invernada dos Negros, em Monte Carlo; Campo dos Poli, em Friburgo; e São Roque, em Praia Grande. Desta vez foram alcançadas aproximadamente 200 pessoas (Anexo 1).

Os relatórios do PROEXT 2014 e 2015 não foram disponibilizados para a pesquisa. De todo modo, os primos Abegail de Souza (Biologia) e Ezequiel de Souza (Direito), da Invernada dos Negros, relataram a ida de uma equipe do PROEXT à Invernada, em 2014 e 2015, como descrevo no Capítulo III. Também a estudante Lu Quilombola (Serviço Social) disse que a “*comissão*” que foi ao Aldeia fez a sua inscrição para os vestibulares 2014 e 2015.

Adriana Ferreira da Silva ingressou em 2010 em Educação do Campo e compôs a equipe do PROEXT nos anos de 2012 e 2013. Como relatou, tendo enfrentado inúmeras dificuldades para a inscrição no vestibular, ela sabia por experiência própria que sem orientações “*todo aquele processo que eu passei, todo mundo ia passar. Enfim, a gente pensou em uma forma de amenizar esses problemas que existiam no acesso à universidade*”. Adriana fez oficinas nos quilombos Aldeia e Morro do Fortunato e na Invernada dos Negros, sua comunidade, momento em que também falou de sua trajetória. “*A gente foi chamando os jovens. E a ideia é, primeiro, conscientizar que eles têm direito à universidade*”. Em 2013, pela primeira vez, ela fez uma fala em público junto a parentes, amigas e amigos. Ao evocar aquele dia sua voz vibrou, emocionada:

Eu não entendia muita coisa, mas o que eu entendia eu falava para eles e aí eu falei que a gente tinha que participar da universidade. Mesmo que as pessoas diziam que aquele não era um lugar para nós a gente devia ocupar esse lugar. Porque esse é um lugar nosso de direito também. Porque se a gente não faz esse primeiro passo, eles vão dizer que a gente não existe. É por isso que a gente tem de lutar, estar lá dentro da universidade, para garantir o que é nosso. Porque se o negro já não é visto no Brasil, quem dirá na universidade, quem dirá quilombola. Foi essa luta que a gente fez (Adriana Silva, 7 de maio de 2018).

¹⁴⁸ A antropóloga Antonella Tassinari (NEPI/Antropologia/UFSC) compartilhou comigo o Relatório do Programa de Extensão de 2012 e outros materiais.

Luta foi uma categoria acionada muitas vezes por Adriana, por Lu Quilombola e pela coordenadora do MNU. A polissemia de sentidos que essa palavra expressa e evoca extrapola as possibilidades de defini-la, encaixá-la e fixá-la. No sentido mais usual, luta evoca as articulações e alianças políticas em busca de objetivos comuns; expressa, assim, o movimento que se faz junto, os obstáculos que se busca “superar” coletivamente. Na citação acima, luta engendra o sentido da aliança política pelo direito à universidade. Adriana reconheceu que a luta estava imbricada em contradições, dadas pelas condições político-institucionais de atender com eficiência à demanda quilombola. Contudo, conforme argumentou, é preciso “*estar na universidade para garantir o que é nosso*”.

Ao dar ênfase ao PROEXT, Adriana disse que no “*interior*”, distante dos grandes centros urbanos, as escolas silenciam sobre o vestibular, sobre a graduação.

Eu não sabia como entrar, porque eu vi o professor falar uma vez, mas eu achava que isso era só para rico. Eu não sabia a diferença de bolsa. Não sabia se tinha de pagar, se não tinha de pagar, porque eu misturava o particular com o público. Eu não entendia nada, nada, nada, nada! Eu entendi que era isso que todos os jovens de lá pensavam. Quando eu conversei com algumas pessoas informalmente pelo Facebook, eles diziam para mim: “*tá, mas o que que é esse vestibular?*” E eram pessoas que já tinham feito o ensino médio. “*Mas, esse vestibular não é só para quem pode pagar? E essa bolsa como é? Que bolsa é essa? Como que faz para chegar até lá? Onde se inscreve?*”

Desse modo, ao mesmo tempo que informava sobre a política de acesso à universidade, os mobilizava:

A gente mora num quilombo, a gente tem *direito* a isso! Vamos lá! Vamos lutar! Aí eles diziam: “*mas eu não sei se a gente vai passar*”. É sempre esse problema, né? Porque a gente se acha inferior em tudo, porque a gente não teve acesso a uma escolarização que nos era de *direito*. Ninguém nunca acreditou, principalmente em quem morava no quilombo. [...]. Nessa época a gente *lutou*, a gente fazia trabalho de formiguinha, chamava as pessoas no WhatsApp. Muitos não tinham nem celular, as pessoas não sabiam, muitas vezes, nem o que era escanear documentos, digitalizar documentos.

Embora a equipe do PROEXT tenha feito a divulgação das ações afirmativas e as inscrições ao vestibular no período de 2012 a 2015, não tive informações sobre o ingresso de quilombolas em 2013 e 2014. Conforme documento do MNU, foram inscritos no vestibular 2014 seis pessoas do Aldeia, duas do Morro do Fortunato, três da Invernada dos Negros, três de Vidal Martins e três de Caldas de Cubatão. Entre as 17 inscrições estão Lu Quilombola, que ingressou no ano seguinte, no vestibular 2015, e seu primo Rodrigo Romão, que ingressou em 2018 no curso de Educação Física, por meio das vagas suplementares.

Conforme meu registro etnográfico, após dois anos sem ingresso de quilombolas, em 2015 ingressaram os primos Lu Quilombola (Serviço Social) e André Nascimento (Arquivologia) do Aldeia, e Abegail de Souza (Biologia), sobrinha de Ely de Souza e amiga de Adriana, da Invernada. Outro documento do MNU relata que foram feitas 19 inscrições de quilombolas para o vestibular 2016, entretanto, sem identificar de quais comunidades. Dos estudantes listados conheci Ezequiel de Souza, da Invernada dos Negros, que ingressou em 2016 em Secretariado Executivo.

É possível sugerir que a entrada de André, Lu Quilombola e Abegail na universidade em 2015 tenha relação com o PROEXT e com o MNU. Também é possível indicar que a rede de apoio por onde circulam as informações confluiu para a legitimação de tais inscrições. Contudo, esse/as estudantes entraram, por meio das vagas remanescentes, em cursos que não eram uma opção no momento da inscrição ao vestibular. Nesta circunstância, somente Lu Quilombola permaneceu no curso. Abegail de Souza entrou em Zootecnia e, em 2017, ingressou em Biologia pelas vagas suplementares. André Nascimento entrou em Arquivologia e, em 2019, em Jornalismo, também pelas suplementares. A dificuldade de ingresso, mesmo com a reserva de vagas de 10% do Programa, tem relação direta tanto com fazer o vestibular *geral* quanto com as condições para ir fazer a prova, como evidenciam as narrativas descritas na seção anterior. Essas condições e dificuldades foram discutidas em um seminário organizado pela coordenação do PROEXT, de onde emergiu formalmente a proposta de se criar vagas suplementares para quilombolas.

A proposta de vagas suplementares para quilombolas

As dificuldades de quilombolas fazerem o vestibular geral foram tema do seminário “Avaliação de Oficinas Indígenas e Quilombolas: desafios para inclusão de qualidade nas Universidades e a construção de um espaço intercultural de produção e troca de saberes”, organizado pelas coordenações do PROEXT (dos eixos para indígenas e quilombolas), realizado em 12 de dezembro de 2013 no Centro de Filosofia e Ciências Humanas. No seminário, que contou com a participação de docentes, bolsistas, técnicas/os e representantes indígenas e quilombolas, além de debater os problemas para ingresso e permanência, foi elaborado o documento “Proposições à UFSC para assegurar uma efetiva inclusão de qualidade dos Indígenas e Quilombolas na Universidade”.¹⁴⁹

¹⁴⁹ A antropóloga Raquel Mombelli compartilhou comigo esse documento e outros.

Nominado como *proposições*, o documento de quatro páginas relata as experiências das oficinas entre indígenas e quilombolas, informa a existência da demanda de vagas suplementares para quilombolas e, ao mesmo tempo, as propõe. Destaca a imprescindibilidade de várias ações, como as sintetizo a seguir: 1) Divulgação das ações afirmativas, do período das inscrições e do resultado do processo em mídias com alcance nos municípios com comunidades indígenas e quilombolas; 2) Implementação de vagas suplementares para candidatos de comunidades remanescentes de quilombo; 3) Isenção automática da taxa de inscrição para indígenas e quilombolas; 4) Oferta de curso pré-vestibular para indígenas e quilombolas; 5) Implementação de outra forma de inscrição que não apenas por meio da internet; 6) Garantia de local de prova unificado para candidatas/os de uma mesma localidade e viabilização do deslocamento para indígenas e quilombolas que residem no território até a localidade da prova; 7) Implementação de um processo de seleção específico para indígenas e quilombolas – retorno a esta questão no Capítulo III; e 8) Disponibilização de moradia estudantil para indígenas e quilombolas, auxílio para a matrícula e solicitação de bolsa permanência, e auxílio-instalação até o recebimento da bolsa permanência – abordo a moradia e a bolsa permanência no Capítulo IV (Anexo 1). Desse modo, este documento passou a conduzir as múltiplas expectativas de pessoas que reivindicavam a implementação do novo direito.

Conforme enuncia o documento, a demanda indica as conexões parciais (STRATHERN, 2014) entre comunidades quilombolas e indígenas:

Assim como aos indígenas, oferecer também às comunidades quilombolas vagas suplementares e ingresso diferenciado à universidade. Essas comunidades, assim como as dos indígenas, também constituem formas de organização social e cultural diferenciadas, derivadas de suas longas tradições que são transmitidas através de gerações. Também em virtude do acesso diferenciado dessas comunidades à educação escolar, justifica-se a necessidade de vagas suplementares diferentes das cotas raciais (Anexo 1, p. 1).

Na última página, nove assinaturas operam a conexão entre as pessoas e o documento e demarcam as relações estabelecidas concretamente. As assinaturas são de representações indígenas das etnias Xokleng/Laklanõ e Guarani, da Associação Nacional de Estudantes Indígenas da Região Sul e da Coordenação do PROEXT 2013.

FIGURA 4 - ASSINATURAS NO DOCUMENTO PROPOSIÇÕES, ENCAMINHADO À REITORIA DA UFSC EM 12/12/2013.

Florianópolis, 12 de dezembro de 2013.

Enviado à Reitoria da UFSC com cópia para a PRAE, PROGRAD, COPERVE, Pró Universidade e Comissão de Acompanhamento das Ações Afirmativas.

Assinaturas:

- Arustácea Faustina Cavim Mb. - Região Sul. Etnia Xokleng / Laklone*
- Simão H. Pripeia - Etnia Xokleng / Laklone*
- Conceição Helena Bupia - Etnia Xokleng / Laklone*
- Shokui Numa - Etnia Xokleng / Laklone - Eng. Química.*
- Leandro da Silva - Etnia - GUARANI*
- Antonella Montanari - PROEXT / 2013*
- Carla - PROEXT / 2013*

FONTE: Anexo 1 (2013).

O meu registro etnográfico e o conteúdo do documento indicam a participação de representações quilombolas nas atividades, porém essas não assinaram o documento – por motivos que desconheço. Este é o primeiro documento que oficializou a demanda de uma política de vagas suplementares para quilombolas na UFSC. Ele expressa os vínculos com professoras/es, com estudantes quilombolas e indígenas na UFSC e com as comunidades. Ademais, é a evidência de que a demanda pelas vagas suplementares para quilombolas foi amadurecida nas relações com quilombolas e formalmente apresentada à administração central.

A proposição foi protocolada no gabinete da reitoria no mesmo dia de sua feitura, em 12 de dezembro de 2013, indicando que o documento adentrou o sistema burocrático institucional. Também foram encaminhadas cópias à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), à PROGRAD, à COPERVE e à CAA. Tais encaminhamentos indicam a intencionalidade de ampla circulação do documento nas diferentes instâncias da UFSC que tratam das políticas de ingresso e permanência de estudantes de graduação.

O diretor administrativo da SAAD, então presidente da CAA, disse que “*não se chegou a ter uma discussão [na comissão], pois todos os membros eram favoráveis*”. Revelou ainda que discutiu a proposição com o pró-reitor adjunto da PROGRAD:

A gente pensou em começar com poucas vagas, porque a gente não sabia quantas pessoas viriam. Porque vinha nesse nível, um por ano, pingadinho. A gente achou que talvez nem tivesse demanda para isso, e aumentar um por ano até 2022, que fecharia com nove. Então eu apresentei a proposta para o vice pró-reitor e ele disse que três era muito pouco, para incluir nove desde o início. E eu fiquei preocupado de não ter candidatos para as vagas. Por isso virou nove, a proposta da comissão era três e acrescentar até 2022. Ele [o pró-reitor adjunto] apoiou, a reitora apoiou; sem vinculação econômica ou de escola pública (Marcelo Tragtenberg, em 9 de agosto de 2017).

O relato do então presidente da Comissão de Ações Afirmativas explicita que houve um acordo acerca do quantitativo de vagas entre a CAA, a PROGRAD e a reitora. O documento de proposição não indicou um número de vagas e, em minhas interlocuções com o MNU e com estudantes quilombolas, tal número não emergiu como uma questão. A proposta de incluir quilombolas como pessoas de direito, com a destinação de nove vagas suplementares, foi discutida em duas audiências públicas, em 2015, durante o processo de reformulação do Programa, como descrevi no Capítulo I. Descrevi, nesse capítulo, como o Programa foi sendo constituído, de um lado, como direito, e de outro, como concessão. Se é possível aventar que a delimitação em nove vagas pode ser interpretada como uma “concessão” da instituição, o registro etnográfico das mobilizações, das alianças e das lutas para que quilombolas ingressem na UFSC, evidencia que essas vagas são um direito arduamente disputado e conquistado. Contudo, assim como as vagas suplementares para pessoas negras e indígenas, as poucas vagas para quilombolas não suprem a demanda deste grupo para o ingresso à universidade. O problema se assenta na estrutura da organização das universidades que, mesmo sendo públicas, não disponibilizam vagas suficientes para atender as demandas do público para a formação universitária. Desse modo, e em uma relação de mercado capitalista, criou-se uma profunda desigualdade, uma dívida histórica que as políticas de reparação buscam reverter e equalizar. Portanto, o aumento do número de vagas para quilombolas pode vir a tornar-se uma questão e objeto de disputa pelo movimento quilombola.

Portanto, a luta para a constituição do direito ao ingresso diferenciado para quilombolas também se fez nos caminhos institucionais de tramitação burocrática. A aliança política entre o NEPI, o NUER, a CAA, a PROGRAD, a reitoria, o MNU e as comunidades quilombolas foi efetiva para tal desdobramento. Assim, a proposição feita em 2013 tornou-se proposta de resolução somente em 2015, sendo aprovada pelo Conselho.

Em um processo concomitante e similar ao instaurado pelo PROEXT na UFSC, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) iniciou em 2013 a discussão sobre a criação do

Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas (PROINQ). A antropóloga Sonia Lourenço (2018) descreveu a experiência de oficinas possibilitada pelo mesmo Programa de Extensão Universitária (PROEXT/2013/SESu/MEC) para a criação de uma política afirmativa na UFMT para quilombolas. As oficinas contaram com a participação de representantes quilombolas e da comunidade universitária. Conforme Lourenço, o PROINQ

tem como marco inicial a data de 7 de dezembro de 2013, quando foi realizado o Seminário Comunidades Quilombolas de Mato Grosso: território, educação e patrimônio cultural [...]. Todas as despesas com passagens e alimentação para propiciar a participação dos quilombolas no evento foram custeadas pelos recursos do edital PROEXT/2013 (LOURENÇO, 2018, p. 38).

Nesse seminário ficou decidido o encaminhamento de *“uma carta à Reitoria da UFMT, solicitando a viabilização de um Fórum para a discussão de uma política de acesso ao Ensino Superior na UFMT”* (2018, p. 46) para quilombolas. A proposta foi aprovada em 2016. Algumas informações sobre o processo de ingresso pelo PROINQ na UFMT, bem como sobre os das demais universidades federais que instituíram políticas de ingresso para quilombolas podem ser encontradas no Quadro 1. Esses dois casos, na UFSC e na UFMT, evidenciam o impacto local das ações fomentadas pelo PROEXT. Por outro lado, esse programa de extensão explicita uma conjuntura política favorável às políticas de diferenciação revertida nos anos subsequentes.

Redes de solidariedade para o ingresso à UFSC

Iniciei o capítulo com as narrativas de Lu Quilombola e Adriana Ferreira com o sentido de evidenciar suas trajetórias e as dificuldades que tiveram para ingressar na UFSC. Suas experiências são atravessadas por relações de parentesco e territoriais, por atos racistas e por dificuldades socioeconômicas. O percurso para ingressar à UFSC tornou-se mais íngreme devido às múltiplas clivagens que atravessam o corpo de uma mulher-negra-quilombola. Embora singulares, as trajetórias de Adriana e Lu explicitam muitas violências e dores coletivas. Ambas adoeceram.

É possível depreender de suas narrativas que, com o esforço e o desejo por estender as fronteiras que lhes foram impostas, e dadas as condições pragmáticas, ficaram exauridas. De outra forma, ambas relataram como o conhecimento aprendido com o movimento mediou o reconhecimento de uma ancestralidade em conexão com a *“África”*. O conhecimento-

reconhecimento de um vínculo com o continente africano possibilitaram que Lu e Adriana reelaborassem suas memórias e reconstituíssem as experiências doloridas, principalmente na escola, durante a infância, e no trabalho, em conexão com suas novas identificações políticas. Apreende-se de suas experiências que passado e presente estão sendo refeitos continuamente, como evidenciam, também, as trocas de sobrenomes da família Mina e de Lu Quilombola. Desse modo, é possível indicar que os vínculos com a ancestralidade e com o território são também constitutivos das nove vagas suplementares do Programa da UFSC.

Nas interlocuções com a pesquisadora quilombola Adriana Ferreira, com a coordenadora do MNU Lurdinha Mina e com o diretor da SAAD Marcelo Tragtenberg emergiram três narrativas em relação à constituição do direito quilombola, evidenciando diferentes marcos inaugurais. No ponto de vista do diretor da SAAD, as ações fomentadas pelo PROEXT, de 2012 a 2015, propiciaram a criação desse direito. Neste sentido, o Programa da UFSC contém a dinâmica inscrita pelo PROEXT.

Como descrevi, o MNU/SC possui um lugar de referência e de reconhecimento em relação à causa quilombola, bem como em diferentes ações antirracistas. Ele foi implicado no processo de identificação dos territórios quilombolas em 2004 e deu origem ao processo de formação educacional quilombola. Do ponto de vista da coordenadora Lurdinha Mina, o ano de 2004 inaugura o processo que se desdobrou nas vagas suplementares. Neste sentido, o Programa da UFSC contém a luta quilombola iniciada em 2004 e que foi desdobrada na proposta de licenciatura em educação quilombola. Neste processo, o MNU/SC se constituiu como parte do movimento quilombola: em outras palavras, *é* um movimento quilombola, porque também se compõe com quilombolas. Há indícios de que fazer parte do movimento também é um modo de estabelecer relações e de sustentar posições de legitimidade.

Adriana Ferreira (Invernada dos Negros) ingressou na UFSC por meio da reserva de vagas de 10%. Em seu ponto de vista, o direito quilombola teve início em 2015, com a aprovação das nove vagas suplementares. Ela deu ênfase ao edital que nomeia as comunidades quilombolas. Desse modo, ter a categoria quilombola na normativa fundamentou a sua concepção do marco inicial. Com todos os percalços que passou para estar na UFSC, Adriana compreende que o estabelecimento do direito inaugura o próprio direito.

O decreto nº 4.887/03 engendrou novas relações, identificações e vínculos em territórios negros catarinenses. Com o decreto, o NUER e o MNU estabeleceram uma aliança política em torno das demandas quilombolas. A publicação da Resolução nº 8/MEC, de 20 de novembro de 2012, com as diretrizes para a educação quilombola, fortaleceu as discussões

em torno dessa modalidade de formação e propiciou que, novamente, a aliança entre o NUER, o MNU e comunidades quilombolas fosse acionada para propor o curso de licenciatura à UFSC, iniciativa que ainda tramita no Ministério da Educação. Sugeri que essa aliança possibilitou também a inclusão do MNU e das comunidades quilombolas nas atividades executadas por meio do PROEXT, que resultou na formalização da demanda de vagas suplementares para quilombolas em 2013, aprovada pelo Conselho em 2015.

Portanto, o estabelecimento das nove vagas suplementares decorreu da confluência de múltiplos processos gerados em escala nacional, nos quilombos e na própria UFSC. Haja vista o conhecimento parcial de toda pesquisa, muitos dos processos não conheci. No entanto, é possível dizer que as alianças entre comunidades quilombolas, o MNU e diferentes pessoas em posições estratégicas na Universidade – nos núcleos de Antropologia, na CAA e na gestão – foram fundamentais para a criação do direito quilombola. É possível dizer, também, que o direito quilombola na UFSC se constituiu pelos encontros do Programa com a lei de cotas, com o art. 68/ADCT/CF e com o Decreto nº 4.887/03.

Obtive o registro de apenas oito quilombolas na UFSC até 2015. Com a implementação das vagas suplementares, no período de 2016 a 2019, foram classificadas/os 36 quilombolas em variados cursos de graduação. O material etnográfico traz indícios de uma rede de solidariedade e apoio mútuo entre candidatas/os das comunidades e estudantes. Da Invernada dos Negros, Ely de Souza (ingressa em 2009) auxiliou Adriana Ferreira a entrar em 2010. Adriana, por sua vez, auxiliou Abegail a entrar em 2015. Ambas acentuaram as disposições de suas mães em apoiá-las incondicionalmente para o ingresso na UFSC. As mães dessas estudantes, bem como de interlocutoras/es do Aldeia e do Morro do Fortunato, foram evocadas, muitas vezes, denotando o cuidado dessas mulheres quilombolas com suas famílias (REIS, 2018) e evidenciando o protagonismo de mulheres na luta pelo direito quilombola na UFSC.

Em outra direção, Adriana e Lu Quilombola acionaram a relação com o MNU. Como descrevo no Capítulo III, as relações com o movimento foram evocadas também por estudantes que ingressaram por meio das vagas suplementares. É possível indicar que o MNU tem sido um agente importante tanto para a saída de casa quanto para a permanência na UFSC. Contudo, com muitas limitações.

A reflexão sobre o porquê são pessoas das comunidades Aldeia, Invernada dos Negros e Morro do Fortunato que chegaram antes à universidade e continuam a ingressar em maior número não tem uma resposta consolidada. Talvez seja possível indicar que é preciso investir no desejo de estar na universidade – e o MNU tem feito isso em boa medida. Com o ingresso e

com uma compreensão das dificuldades de estar ali, as e os estudantes passam a se constituir também como rede de apoio para as e os que chegam depois. Gradualmente, cada um que entra torna-se um/a potencial apoio para os que virão. No entanto, sem apoio institucional, esta sustentação torna-se fragilizada.

No Capítulo III, descrevo como a implementação de vagas suplementares potencializou o aumento do número de estudantes quilombolas. Também busco apresentar as e os primeiros ingressantes por meio do novo Programa, as condições em que chegaram à universidade e suas relações de parentesco.

Cinco horas da manhã eu saio daqui de casa [para ir à UFSC] e olho: ahhh! Parece que tem um portal. Eu saio dali já tem outro céu. Eu, para mim, [sinto] que tem um portal. Eu sinto. É um cheiro, eu sinto um ar diferente aqui. Você sai ali, já não sinto. É uma magia, eu acho que aqui tem muita magia, tem muita força, resistência para os nossos, sabe.

Lu Quilombola, quilombo Aldeia, em 2 de setembro de 2018.

CAPÍTULO III - O DIREITO, OS PARENTES E AS REDES DE SOLIDARIEDADE

Neste capítulo, trato de descrever como ocorreram os processos de implementação da política para quilombolas no período de 2016 a 2019, bem como abordar as condições em que as/os primeiras/os ingressantes por meio do novo Programa chegaram à universidade. Argumento que, aliadas ao direito específico, as redes de parentesco e de solidariedade contribuíram decisivamente para o acesso das/os estudantes quilombolas à UFSC.

Os primeiros três anos de implementação da política para quilombolas envolveram experimentações, principalmente, em relação ao modelo de seleção. A partir de relatórios oficiais, de editais e de resoluções, na primeira seção descrevo como a instituição foi experimentando metodologias de ingresso e se adequando à política de vagas suplementares para quilombolas – e indígenas. Com o novo Programa, foram classificadas/os 36 quilombolas entre 2016 e 2019. Busco identificar os cursos mais procurados por quilombolas desse período e apresentar as normas e os procedimentos para a matrícula na instituição.

Na segunda seção, descrevo os relatos das experiências escolares e trabalhistas de estudantes quilombolas que ingressaram após 2016. Como demonstrei no Capítulo II, as e os primeiros estudantes quilombolas na UFSC, antes do estabelecimento de vagas suplementares (2009-2015), vieram das comunidades Aldeia, Invernada dos Negros e Morro do Fortunato. Do mesmo modo, também depois das vagas suplementares, há um número expressivo de pessoas dessas três comunidades na instituição. Estudantes da Invernada dos Negros têm ingressado na UFSC na faixa etária de 20 anos e solteiros. Diferentemente, as/os interlocutoras/es do Aldeia e do Morro do Fortunato são majoritariamente casadas/os, têm filhos e, de modo geral, estão uma geração acima dos da Invernada.

A etnografia mostra que essas/es estudantes são primas e primos com muitas variações. As pessoas falam em diferentes categorias: “*primos terceiros*”, “*primos de segundo grau*” e “*prima-irmã*”. Essas variações indicam diferentes noções de relações de consanguinidade ou/e afinidade que, como explico mais adiante, não foram possíveis de serem aprofundadas nesta tese. Em nossas conversas, as/os estudantes evocaram constantemente as relações com a parentela. Com isso, trato de destacar os vínculos de parentesco entre estudantes de cada comunidade, assim como entre estudantes do Aldeia e do Morro do Fortunato. Na UFSC,

estudantes quilombolas mantêm relações estreitas e se comunicam por um grupo restrito de WhatsApp, do qual não fiz parte. Portanto, é possível presumir que, nesse grupo, tenham conversado sobre minha pesquisa, ainda que em nenhum momento tal situação tenha sido explicitada.

Argumento neste capítulo, que, além das normas institucionais, as redes de parentesco e o apoio mútuo para o acesso à universidade contribuíram decisivamente para o ingresso na universidade.

3.1 A implementação do novo Programa para quilombolas

Descrevi, no Capítulo I, as circunstâncias em que o Conselho Universitário aprovou o PAA em 2007 e o reeditou em 2012. Nessa primeira versão, o Programa continha duas categorias de vagas: (a) reserva de 20% de vagas para estudantes de escolas públicas e de 10% para negras e negros; e (b) vagas suplementares para indígenas, com ingresso para ambas se dando a partir da realização do vestibular geral.¹⁵⁰ Ainda em 2012, em decorrência da edição da lei de cotas, o Programa perdeu a reserva de vagas de 20%. Contudo, sua forma e o modo de ingresso foram mantidos ao longo de oito anos. Em 2015, a lei de cotas passou a gerir 50% das vagas da instituição e ficou politicamente inviável sustentar a reserva de vagas de 10% para negras e negros do Programa. Entretanto, as disputas pela continuidade de uma política local específica possibilitaram a reconfiguração do Programa exclusivamente com vagas suplementares para pessoas negras, indígenas e quilombolas. Para o ingresso, foi prevista a seleção por meio de “*edital específico com a nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) realizado no corrente ano ou nos dois anos anteriores à inscrição no processo seletivo*” (RN nº 52/11, art. 11, § 7º).

Durante a apreciação da matéria no Conselho, em 2015, o pró-reitor de Graduação argumentou que o ENEM seria mais capilarizado do que o vestibular e que, portanto, propiciaria às/ aos candidatas/os quilombolas e indígenas fazerem as provas em instituições próximas de suas residências. Acrescentou que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI)¹⁵¹ havia concordado com a utilização das notas do ENEM, porém mantinha a perspectiva de edital específico para a seleção de indígenas. Antes disso, estudantes indígenas participaram de uma das sessões de

¹⁵⁰ A exceção é para o processo seletivo do curso Licenciatura em Educação do Campo e do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica.

¹⁵¹ A posição da FUNAI na mediação das demandas indígenas tem sido, muitas vezes, objeto de críticas de indígenas e de antropólogas/os.

2013 e solicitaram processo seletivo específico para as vagas suplementares. Como descrito no Capítulo II, em 2013, a equipe do PROEXT elaborou um documento solicitando à administração central a implementação de vagas suplementares para quilombolas, assim como um processo seletivo específico para indígenas e quilombolas. Portanto, a demanda por processo seletivo específico não era novidade para a gestão da UFSC.

A seleção para o novo Programa por meio das notas do ENEM tornou-se inviável pela própria temporalidade desse exame, cujas inscrições haviam se encerrado em 5 de junho – onze dias antes da decisão do Conselho, ocorrida em 16 de junho de 2015. Tal fato levou as comunidades quilombolas de Garopaba e de Santo Amaro da Imperatriz a solicitarem à Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) a alteração da forma de ingresso. A PROGRAD encaminhou a proposta¹⁵² ao Conselho que, quase três meses depois, em 8 de setembro, decidiu que indígenas e quilombolas teriam de fazer o vestibular regular para o ingresso em 2016.¹⁵³

Cabe salientar que, em 2013, a equipe do PROEXT também solicitou à administração central a implementação de outro formato de inscrição para indígenas e quilombolas que não exclusivamente pela internet. Como alternativa, sugeriu a utilização de fichas de inscrição e de questionário socioeconômico que pudessem ser impressos e preenchidos à mão. A situação vivida por Adriana Ferreira (Invernada) para se inscrever ao vestibular 2010 exemplifica tal demanda. Como descrevi no Capítulo II, ela sofreu vários constrangimentos e atos racistas porque não tinha os equipamentos para fazer a inscrição e teve de recorrer a uma instância da prefeitura. Ali, a candidata quilombola foi questionada por não atender às expectativas da agente estatal de que seria uma potencial estudante da “federal”.

Conforme Raquel Mombelli, a proposta de flexibilizar o preenchimento da inscrição se deveu à constatação da quase ausência de computadores e acesso à internet nos quilombos. Era necessário ir “*a uma Lan House* [, local em que a/o candidata/o] *gasta mais de uma hora no preenchimento do cadastro. É necessário gastar um recurso que ele muitas vezes não possui*” (Raquel Mombelli, em 23 de julho de 2017).

As disputas em torno do procedimento considerado mais adequado para as inscrições de indígenas e quilombolas não agregaram forças políticas suficientes para possibilitar a alteração. Para a inscrição no processo seletivo, até o momento, tem-se seguido o procedimento

¹⁵² Processo nº 23080.028000/2015-15: Apreciação da solicitação de readequação do art. 15 da Resolução Normativa que regulamenta as Políticas de Ações Afirmativas no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina para os Processos Seletivos de 2016 a 2022.

¹⁵³ Para o preenchimento das vagas suplementares para pessoas negras, o Conselho manteve a decisão da adoção das notas do ENEM.

já tradicional via internet. Para a seleção, contudo, foram realizadas experimentações buscando adequar o método ao perfil de candidatas/os, como descrevo a seguir a partir, principalmente, da pesquisa no acervo digital da instituição.

3.1.1 Experimentações: os processos seletivos para quilombolas entre 2016 e 2019

As inscrições para indígenas e quilombolas são gratuitas. Conforme o item 2 do edital do vestibular 2016, para se inscrever, a/o candidata/o deveria:

- a) acessar o site www.vestibular2016.ufsc.br, no período de 15 de setembro a 14 de outubro de 2015, preencher integralmente o Requerimento de Inscrição e enviá-lo (via internet) para a COPERVE/UFSC até as 23h59min do dia 14 de outubro de 2015. As informações prestadas nesse Requerimento são de total responsabilidade do candidato;
- b) imprimir o Comprovante do Requerimento de Inscrição (UFSC, 2015e).

Neste vestibular 85 pessoas se candidataram às nove vagas suplementares para quilombolas, cuja seleção foi feita pelo vestibular geral. Conforme informações obtidas no trabalho de campo, as/os nove classificadas/os eram oriundas/os de comunidades quilombolas catarinenses, como preferência prevista na RN nº 52/15. A resolução prevê, também, o limite de uma/um estudante por curso em cada processo seletivo. Em 2016, foram classificadas/os candidatas/os para os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis (diurno), Ciências da Computação, Direito (diurno e noturno), Educação Física, Medicina, Psicologia e Relações Internacionais – todos no campus Florianópolis.

Nesse ano a PROGRAD publicou 15 editais complementares para o preenchimento das vagas abertas, sendo elas regulares, da lei de cotas ou suplementares. Destaca-se, nos títulos dos editais, a distinção feita para as/os convocadas/os via novo Programa da seguinte forma: “Suplementares Negros (*), Indígenas (*) e Quilombolas (*)”. Este asterisco também aparece ao lado direito do nome da pessoa convocada, sem identificar, contudo, sua categoria de ingresso: se indígena, quilombola ou negra.

No primeiro ano de implementação do novo Programa, Ezequiel de Souza (Invernada dos Negros) ingressou no curso de Secretariado Executivo e, como descrevo na seção 3.2, em 2019 entrou em Direito (curso noturno). Adriana Ferreira disse que dessa “*primeira turma* [2016], *muitos não conseguiram ficar*”. A pesquisadora quilombola relatou a situação de estudantes da Invernada dos Negros que se matricularam, mas não tiveram condições de permanecer na instituição. A questão da permanência será problematizada no Capítulo IV, porém cabe aqui antecipar uma das situações. A bolsa permanência – *bolsa MEC* – específica

para indígenas e quilombolas, no valor de 900 reais, exige um prazo de no mínimo três meses para ser depositada nas contas bancárias de estudantes. A distância que separa a casa da UFSC faz com que estudantes da Invernada dos Negros, necessariamente, acionem redes de apoio e constituam arranjos econômicos para *ficar* na universidade até o recebimento da bolsa. Estudantes quilombolas na UFSC e o MNU fazem parte da rede de apoio e solidariedade aos novos. Contudo, com muitas limitações. Assim, uma estudante da Invernada não teve isenção da alimentação no Restaurante Universitário, automática para indígenas e quilombolas,

Não tinha moradia, porque a assistência social estava despreparada, a instituição estava despreparada, não sabia como é que funcionava. E ela foi embora. O pai vendeu a vaca, o pai vendeu o que tinha para pagar o aluguel para ela. Ela estava fazendo Medicina Veterinária. E ela disse: “*olha, eu vou ter que ir embora. Eu agradeço o esforço que vocês fizeram*”. A gente lutou muito para que ela viesse. Ela fez a prova, ela veio aqui um dia, ela ficou na casa de uma colega do movimento para poder conhecer a universidade, para trazer os documentos da matrícula. A gente pagou até a passagem do ônibus para ela vir. E ela não conseguiu ficar porque a gente não tinha mais força. A gente não tem dinheiro. A gente não é dono de nada. Não tem riqueza. Como que a gente vai ajudar alguém sendo que o papel é do estado, do governo? E eles não fizeram o papel deles. Eles não cumpriram o papel (Adriana Ferreira, em 7 de maio de 2018).

Retorno a esse tema no próximo capítulo. Por ora, busco descrever as mudanças ocorridas nos processos seletivos e identificar quilombolas ingressantes nos primeiros anos de vigência das vagas suplementares e em quais cursos.

Em 2017, a UFSC abriu processo seletivo diferenciado e exclusivo para as vagas suplementares de quilombolas e indígenas. A COPERVE criou a página online <https://suplementares2017.paginas.ufsc.br/> com informações sobre o processo específico e com os respectivos campos para inscrição.

A aproximação das categorias quilombola e indígena, já anunciada em 2013 na proposição de vagas suplementares, foi efetivada nos procedimentos de inscrição, nos documentos referentes aos processos seletivos e no modelo comum de avaliação a partir da seleção 2017.¹⁵⁴

¹⁵⁴ De modo geral, as universidades que possuem vagas específicas para indígenas e quilombolas fazem essa associação em seus editais. A bolsa de permanência financiada pelo MEC, específica para indígenas e quilombolas, também faz essa aproximação. De outro modo, conforme pontuou José Maurício Arruti (1997), antropólogos/os que trabalhavam com a temática quilombola ancoraram-se no “*instrumental crítico e do acúmulo das técnicas de mediação e intervenção sobre a ‘terra indígena’, para uma atuação sobre as ‘terras de pretos’, ou como insistem nossos legisladores, terras de ‘comunidades remanescentes de quilombos’*” (ARRUTI, 1997, p. 8). Um exemplo de conexões parciais (STRATHERN, 2014, 2018) entre socialidades indígenas e negras pode ser encontrado em “Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola” (ARRUTI, 2006), assim como no debate

As inscrições foram feitas pelo endereço acima citado, seguindo o modelo regular do vestibular da instituição, via internet. Entretanto, em 2017, o processo seletivo foi diferente. A avaliação e a classificação foram feitas por meio da análise do currículo escolar. Após fazer a inscrição online, a/o candidata/o deveria enviar o histórico escolar e o certificado de conclusão do ensino médio à COPERVE, por meio do correio, correio eletrônico ou pessoalmente.

Nesse ano, 28 pessoas se inscreveram para as nove vagas suplementares (UFSC, 2017c). Na primeira chamada, foram convocadas/os estudantes para os seguintes cursos: Administração, Ciências Biológicas (diurno), Ciências Contábeis (noturno), Direito (noturno), Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Medicina (8 inscritos) e Medicina Veterinária (campus Curitibanos). Houve 14 editais com chamadas complementares; neles, a indicação de convocadas/os pelo novo Programa foi feita pelo asterisco.

Em entrevista, o diretor administrativo da Secretaria da Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD),¹⁵⁵ Marcelo Tragtenberg, ressaltou que em 2017 não foram preenchidas todas as vagas para quilombolas. Segundo o diretor, as dificuldades de deslocamento e de comunicação contribuíram: *“Cheguei a me comunicar por Facebook com um rapaz, perguntei se ele não vinha, porque ele não respondia nada. Não respondia telefone, nem e-mail. Consegui o Facebook dele com outra pessoa, e ele disse que não ia dar para vir de Campos Novos [Invernada dos Negros]”* (9 de agosto de 2017). Conforme Raquel Mombelli, apenas cinco das nove vagas para quilombolas foram ocupadas em 2017. A antropóloga relatou que, quando a administração central propôs o processo seletivo pela análise do histórico escolar, ela sugeriu a adoção de um modelo semelhante ao da UFPR.¹⁵⁶ Contudo, a administração argumentou que era inviável devido ao alto investimento exigido. Mombelli questionou também o modelo de avaliação. Em seu ponto de vista, a análise curricular pelas notas poderia causar a exclusão de

mais recente publicado pela R@U (2017) no “Dossiê (Contra) Mestiçagens Ameríndias e Afro-Americanas. Entretanto, o aprofundamento dessas conexões ultrapassa o escopo desta tese.

¹⁵⁵ A SAAD foi criada em 2016 e será apresentada em maiores detalhes no Capítulo IV. Cabe aqui indicar que, a partir desse ano, o órgão passa a participar formalmente da elaboração das normas relativas à matrícula de estudantes ingressantes pelas políticas afirmativas da lei de cotas e da instituição.

¹⁵⁶ A Comissão Universidade para os Índios (CUIA), constituída em parceria entre o governo do estado e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), realiza o Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná. A UFPR oferta 10 vagas suplementares e as Universidades Estaduais, 6 vagas cada, exclusivas para indígenas. Para a inscrição, primeiro, a/o candidata/o preenche um formulário eletrônico e, segundo, imprime um formulário para ser preenchido e enviado com a documentação solicitada à Universidade. Os locais de realização da prova são definidos pela localização da terra indígena. O deslocamento de candidatas/os até o local é financiado pela CUIA, bem como a alimentação e a hospedagem. Conforme edital de 2019, a prova é feita em duas etapas. No primeiro dia, prova oral. No segundo, prova de Língua Portuguesa – Redação, Língua Portuguesa – Interpretação de Textos, Língua Estrangeira Moderna (Inglês ou Espanhol) ou Língua Indígena (Guarani ou Kaingang), Biologia, Física, Geografia, História, Matemática e Química (UFPR, 2019).

estudantes que moram nos territórios quilombolas ou indígenas, “*privilegiando aqueles que estão no meio urbano*” e que teriam acesso a um ensino de “*melhor qualidade*”. Retorno a esta questão nas considerações finais.

Durante o trabalho de campo conversei com alguns dos ingressantes em 2017: os primos Alexandre Paulo Cristina¹⁵⁷ (Engenharia Civil), Rodrigo Machado (Engenharia Florestal) e Edna Isabel Machado (Nutrição), do Morro do Fortunato; e com Abegail de Souza, da Invernada dos Negros. Também conversei com uma estudante quilombola do Tocantins, que ingressou em odontologia no segundo semestre de 2017.

Em 2018 houve nova alteração na forma de seleção. A classificação pelo histórico escolar deu lugar a uma prova. Conforme o edital nº 09/COPERVE/2017, a prova tinha 30 questões, sendo 10 de língua portuguesa e 20 de conhecimentos gerais (biologia, química, matemática, física, história e geografia), mais a redação. A prova foi realizada em 28 de janeiro de 2018, nas seguintes cidades catarinenses: Curitiba, Florianópolis, Garopaba, José Boiteux e Xanxerê (UFSC, 2017d). Este modelo de seleção é similar ao do curso licenciatura em Educação do Campo, que Adriana Ferreira realizou em 2010.

Nesse ano, 31 pessoas se inscreveram. O expressivo número de inscrições no primeiro ano (2016: 85) cai drasticamente no segundo (2017: 28) e se mantém relativamente estável no terceiro. No edital de primeira chamada de 2018, a instituição convocou sete pessoas para os seguintes cursos: Arquitetura e Urbanismo, Direito (noturno), Educação Física, Engenharia Civil, Engenharia de Produção Mecânica, Medicina e Serviço Social (noturno). Conforme relato de uma interlocutora, o MNU, junto a estudantes quilombolas na instituição, reivindicaram à UFSC o atendimento da resolução que destinou nove vagas para comunidades quilombolas, o que foi feito em edital complementar. Foram publicados 14 editais de chamada complementar e, tal como nos anos anteriores, o asterisco ao lado do nome da pessoa convocada fez a distinção de ingressantes pelo novo Programa.

Dos ingressantes em 2018, conversei com os primos Ézio Duarte (Engenharia Civil), Emerson Machado Cristino (Engenharia de Produção) e Roberta do Rosário (Arquitetura e Urbanismo), do Morro do Fortunato, e com Ana Nascimento (Serviço Social), do Aldeia.

Em 2019, 49 pessoas se inscreveram para as vagas suplementares (UFSC, 2019b). Com o mesmo procedimento de inscrição e de seleção, observa-se a elevação do número de candidatas/os em 58% em relação a 2018. Na primeira chamada, foram convocadas/os estudantes para os seguintes cursos: Direito (noturno), Enfermagem, História (noturno),

¹⁵⁷ No Morro do Fortunato há famílias com os sobrenomes Cristina e Cristino, como descrevo na seção 3.2.

Jornalismo, Letras-Libras, Medicina (Araranguá e Florianópolis), Pedagogia (diurno) e Secretariado Executivo (noturno).

Em 2017 e 2018, não houve convocadas/os para o curso de Direito (diurno). Em 2019 não houve inscrições para esse curso. Entre 2016 e 2019, porém, a maior demanda foi para os cursos de Medicina e de Direito. Pode-se dizer que, tradicionalmente, como em todo o país, esses cursos geram alta demanda, o que não se observou nos demais cursos.

O modelo adotado para a seleção em 2018 foi mantido em 2019 e em 2020. Tal estabilização indica uma maior aceitação do modelo pelas diferentes agências envolvidas na política afirmativa. Indica também que esse modelo, aplicado desde 2009 para o curso de licenciatura em Educação do Campo – realização de prova e redação –, sustentou o potencial de inclusão de grupos distintos.

Em 2018, primeiro ano de seleção por prova específica, ela foi aplicada em Garopaba, onde estão localizadas as comunidades Aldeia e Morro do Fortunato. Já em 2019 e em 2020, Garopaba foi excluída do rol de cidades com aplicação de provas, e mantida em Curitiba, Florianópolis, José Boiteux e Xanxerê.

Como descrevi, no primeiro ano de implementação da política específica, houve 85 inscrições. Em 2017, foram 28 inscrições, em 2018, foram 31, e em 2019, 49. Não é possível determinar as razões da redução drástica do número de inscritos em 2017 e 2018, nem da súbita e relativa elevação em 2019. Contudo, talvez as dificuldades para a inscrição via internet e os desafios da permanência enfrentados pelos ingressantes nos primeiros anos de vigência das vagas suplementares tenham contribuído para tal oscilação. Outro fator a considerar é que, talvez pelo alcance da divulgação do vestibular geral, quilombolas de todo o país tenham se inscrito na primeira seleção (2016) que, na sequência, se particularizou com editais específicos.

Como mencionei, nos editais de 2016 a 2018 o asterisco à direita do nome da pessoa convocada indica o ingresso via Programa, mas não permite saber em qual categoria. A partir de 2019 há a identificação, por meio de códigos numéricos, das diferentes modalidades de vagas da instituição, como apresenta o Quadro 4.

QUADRO 4 - CÓDIGOS DE IDENTIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS DE INGRESSO A PARTIR DE 2019



Códigos	Categorias de ingresso do vestibular e da política afirmativa da UFSC
3	Classificação geral
4	Vagas Suplementares para Indígena
5	Vagas Suplementares para Quilombola

6	Vagas Suplementares para Negro
Códigos	Categorias de ingresso pela Lei nº 12.711/12
211	PPI (Pretos, Pardos e Indígenas) com deficiência/ Renda até 1,5 Salário Mínimo
212	PPI (Pretos, Pardos e Indígenas) sem deficiência/ Renda até 1,5 Salário Mínimo
221	Outros com deficiência [não PPI] / Renda até 1,5 Salário Mínimo
222	Outros sem deficiência [não PPI] / Renda até 1,5 Salário Mínimo
231	PPI (Pretos, Pardos e Indígenas) com deficiência/ Renda <1,5 Salário Mínimo
232	PPI (Pretos, Pardos e Indígenas) sem deficiência/ Renda < 1,5 Salário Mínimo
241	Outros com deficiência [não PPI] / Renda acima de 1,5 Salário Mínimo
242	Outros sem deficiência [não PPI] / Renda acima 1,5 Salário Mínimo

FONTE: Organizado pela autora a partir do Edital complementar nº 12/2019/PROGRAD.

Esses códigos têm lugar na última coluna do edital de convocação: na categoria “Cat”, marcada com uma seta vermelha na Figura 5. Em 2019 foram publicados 16 editais de chamada complementar. Manteve-se o asterisco à direita do nome da pessoa convocada, porém já era possível saber qual a categoria de ingresso. Nenhum desses editais tinha o número cinco na última coluna, o código da categoria quilombola. Isso pode significar duas coisas: ou todas as vagas foram ocupadas, ou não houve classificados para as chamadas subsequentes.

FIGURA 5 - CABEÇALHO DE EDITAL Nº 12/2019/COPERVE

		SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR			
Semestre	Matrícula	Candidato	Inscrição	Identidade	Ord Cat
ODONTOLOGIA					104

FONTE: Edital Nº 12/2019/COPERVE

Organizei o Quadro 5 com os dados dos relatórios oficiais dos processos seletivos dos anos de 2016 a 2019, com os cursos com quilombolas convocadas/os na primeira chamada de cada ano. O quadro demonstra a elevação do número de quilombolas classificadas/os em cursos das mais variadas áreas, a maioria de alta concorrência. Destacam-se os cursos de Medicina e Direito noturno, que tiveram convocados em todos os anos. Os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Educação Física e Engenharia Civil tiveram dois estudantes convocados no período.

QUADRO 5 - CONVOCADOS NA PRIMEIRA CHAMADA PARA AS VAGAS SUPLEMENTARES PARA QUILOMBOLAS – 2016-2019.

Cursos	2016	2017	2018	2019	Total no curso
1. Administração – Diurno		1			1
2. Arquitetura e Urbanismo - Diurno	1		1		2
3. Ciências Biológicas		1			1
4. Ciências Contábeis - Diurno		1			1
4. Ciências Contábeis - Noturno	1				1
5. Ciências da Computação	1				1
6. Direito - Diurno	1				1
7. Direito - Noturno	1	1	1	1	4
8. Educação Física - Diurno	1		1		2
9. Enfermagem				1	1
10. Engenharia Elétrica		1			1
11. Engenharia Civil		1	1		2
12. Engenharia Mecânica		1			1
13. Engenharia de Produção Mecânica			1		1
14. História - Noturno				1	1
15. Jornalismo - Diurno				1	1
16. Letras - Libras - Licenciatura				1	1
17. Medicina - Araranguá				1	1
18. Medicina - Florianópolis	1	1	1	1	4
19. Medicina Veterinária - Curitiba		1			1
20. Pedagogia - Diurno				1	1
21. Psicologia – Diurno	1				1
22. Relações Internacionais - Diurno	1				1
23. Secretariado Executivo - Noturno				1	1
24. Serviço Social – Noturno			1		1
Total de convocadas/os	9	9	7*	9	34*

FONTE: Tabela organizada pela autora a partir dos editais de primeira chamada no período de 2016 a 2019.

* Em 2018 a primeira chamada saiu com sete classificadas/os. Em edital complementar foram convocados mais dois classificados, completando as nove vagas previstas na Resolução nº 52/CUn/2015.

A partir do Quadro 5 é possível observar o interesse de estudantes em várias áreas, mas ela não é conclusiva, pois foi feita a partir de dados oficiais relativos ao edital de primeira chamada anual. Não contém, portanto, as alterações que possam ter ocorrido devido às desistências e às convocações complementares.

Com o delineamento sobre os procedimentos de seleção e (potenciais) cursos de ingresso, passo a descrever, sucintamente, os procedimentos para a matrícula de quilombolas.

3.1.2 Tornar-se estudante universitária/o: a matrícula

Conforme a resolução nº 52/15, a/o classificada/o:

4.5.3 - Deverá, no ato da matrícula, apresentar documento comprobatório de residência/pertencimento às comunidades remanescentes de quilombo emitido por Associação quilombola reconhecida pela Fundação Palmares à Comissão institucional nomeada pela PROGRAD e assinar autodeclaração de pertencente à comunidade quilombola perante essa Comissão.

4.5.3.1 - A Comissão decidirá se o candidato atende aos requisitos estabelecidos para a modalidade de reserva de vagas pela qual optou.

O documento emitido pela associação deve ser assinado por três lideranças da comunidade. A Portaria nº 386/PROGRAD/UFSC, de 19 de novembro de 2015, instruiu o modo de fazer a matrícula em duas etapas: a primeira online e a segunda presencial. Tal instrução se manteve inalterada durante todo o período aqui abordado. Na etapa online, a pessoa deve acessar a página <https://simig.sistemas.ufsc.br/publico/login.xhtml>, que abre a tela copiada abaixo – Figura 6.

FIGURA 6 - PRIMEIRA TELA DO SISTEMA PARA A MATRÍCULA ONLINE

SIMIG

Dúvidas frequentes
Esclareça suas dúvidas acessando a página de [Perguntas Frequentes](#).

Dados da inscrição no processo seletivo

Ingresso * ☐ Vestibular UFSC/Suplementares ☐ SISU ☐ Remanescente/Reopção

CPF *

Senha *

Entrar

[Esqueci minha senha](#)

Candidato SISU
Obtenha sua senha de acesso ao sistema [aqui](#).

Informações

Problemas/Dúvidas para realizar a **matrícula online** entre em contato com o Departamento de Administração Escolar (DAE):

Telefones para contato
48 3721 - 6437
48 3721 - 7400
48 3721 - 7406
48 3721 - 7408
48 3721 - 7411

Dúvidas sobre os **documentos de validação** (Deficiência, PPN, Renda) entre em contato com a Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD):

Telefones para contato
48 3721 - 6095

FONTE: <https://simig.sistemas.ufsc.br/publico/login.xhtml>

Para adentrar o sistema e preencher os demais campos é solicitada a senha criada no momento da inscrição. Estudantes de todas as modalidades de ingresso precisam seguir esse procedimento. Nessa página também se encontram os telefones para informações e o link “Dúvidas Frequentes”, a partir do qual se abre um novo campo com perguntas e respostas padronizadas (Figura 7). As quatro primeiras se referem, respectivamente, às diferentes

modalidades de ingresso na instituição. Abaixo, destaco a resposta para a questão 4, referente a quilombolas e indígenas. As questões 5 e 6 tratam das duas etapas da matrícula, abarcando todas as modalidades de ingresso.¹⁵⁸

FIGURA 7 - PERGUNTAS FREQUENTES

Matrícula Online 2020 DAE/PROGRAD - UFSC

Perguntas frequentes

1. Passei no vestibular UFSC, o que devo fazer?
2. Passei no SISU, o que devo fazer?
3. Passei no processo seletivo para as Vagas Suplementares Negros, o que devo fazer?
4. Passei no processo seletivo para as Vagas Suplementares para Indígenas e Quilombolas, o que devo fazer?

Você deve efetivar a matrícula na UFSC em duas etapas obrigatórias:

- **On-line** e
- **Presencial**

Confira atentamente na portaria de matrícula as datas de cada etapa.

5. O que devo fazer na etapa on-line?
6. O que devo fazer na etapa presencial?

FONTE: <https://simig.sistemas.ufsc.br/publico/login.xhtml>

Não foi possível acompanhar os processos de inscrição ou matrícula com quilombolas. Portanto, não tenho condições de descrever as demais etapas, pois para acessá-las são necessários o CPF e a senha gerada no momento de inscrição. A Portaria nº 386/2015 da PROGRAD (UFSC, 2015c), na qual me baseio, orienta que, após fazer a matrícula online, as/os estudantes precisam se apresentar à “*Comissão de validação de autodeclaração de pertencente à comunidade remanescente de quilombo [...], munidos da documentação exigida, para validação de sua autodeclaração e posterior confirmação da matrícula na Etapa Presencial,*

¹⁵⁸ Ao clicar na pergunta 5: “o que devo fazer na etapa online?”, o sistema abre as seguintes respostas: 1. Acessar o sistema de matrícula no endereço <http://simig.sistemas.ufsc.br> e: a) optar pela antecipação do semestre de ingresso (para candidatos do Vestibular/UFSC e das vagas suplementares destinadas ao grupo etnicorracial negro classificados para ingressar no segundo semestre); b) imprimir a Negativa de Matrícula; c) imprimir a declaração que cursou o Ensino Médio em Escola Pública (para candidatos classificados nas vagas destinadas ao Programa de Ações Afirmativas - Escola Pública); d) imprimir a(s) declaração(ões) do Programa de Ações Afirmativas (para candidatos classificados nessas vagas); e) imprimir o requerimento para Comprovação de Renda e as declarações necessárias (para candidatos classificados na modalidade “Renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 SM per capita”); f) concluir a matrícula e gerar o Comprovante de Matrícula On-line.

junto à respectiva coordenadoria do curso” (§ 9º, do Art. 2). Este procedimento se manteve para os anos subsequentes.

Desse modo, tem-se que a matrícula para optantes das políticas afirmativas é realizada em três etapas, não duas: antes de sua consolidação no curso, há a banca de validação. Na redação das Portarias, entretanto, o ingresso de “não cotistas” (com a matrícula em duas etapas), constitui-se como modelo “universalizável” na instituição.

Embora estudantes que ingressaram pelo novo Programa tenham passado pela banca de validação de vínculo, apenas duas estudantes quilombolas a mencionaram, sem questionar o seu fundamento. Muitas vezes, a banca exige um grande esforço, principalmente, se o ingresso não for no mesmo semestre da matrícula, como foi o caso da estudante do Tocantins convocada na sétima chamada complementar em 2017. Ela ingressou no segundo semestre e sua banca aconteceu em 29 de março. Seu esforço foi noticiado no site da Universidade com o título “Validação de pertencimento a Comunidades Remanescentes de Quilombos e de Povos Indígenas” (UFSC, 2017b). A notícia também destacou a composição da banca.

A candidata de odontologia Solange Ribeiro Chagas viajou durante quatro dias de Tocantins para Florianópolis para fazer a validação à vaga suplementar para quilombolas. A comissão de validação, que recebeu a candidata, foi composta por Marcelo Henrique Romano Tragtenberg (diretor administrativo da SAAD), Marcelo Barbosa Spaolonze (INCRA-SC), Maria de Lourdes Mina (Movimento Negro Unificado). A Coordenadora do Curso de Graduação em Odontologia da UFSC, Profª Daniela Lemos Carcereri, e a Chefe do Expediente do Curso de Odontologia, Iara dos Passos Rodrigues, estiveram presentes durante a validação para conhecer a estudante e encaminhá-la para a matrícula (UFSC, 2017b).

FIGURA 8 - COMISSÃO DE VALIDAÇÃO COM A ESTUDANTE SOLANGE CHAGAS



FONTE: Foto publicada no site da UFSC (UFSC, 2017b). Da esquerda para a direita, a segunda, é Solange; a quinta, ao centro, é a secretária da SAAD, professora Francis Tourinho (CCS); a sua frente, a coordenadora do MNU, Lurdinha Mina; e o primeiro à direita, o diretor administrativo da SAAD, professor Marcelo Tragtenberg (CFM).

A partir das interlocuções com estudantes quilombolas que ingressaram após a implementação do novo Programa, descrevo a seguir, sinteticamente, algumas de suas experiências antes do ingresso e em relação à permanência na UFSC. As questões relativas à permanência serão melhor problematizadas no Capítulo IV. Busco evidenciar principalmente as redes de parentesco e de solidariedade que envolvem estudantes que já estavam na instituição, parentes, o movimento e mesmo professoras e pesquisadoras na UFSC.

3.2 Ingressar na UFSC: o desejo de profissionalização

No capítulo anterior demonstrei que, entre 2009 e 2015, quatro quilombolas do Aldeia, três da Invernada dos Negros e um do Morro do Fortunato entraram na UFSC. Ainda, mostrei as imensas dificuldades que Adriana Ferreira e Lu Quilombola enfrentaram e as redes de solidariedade que sustentaram sua chegada à universidade. Abegail de Souza (Invernada), André Nascimento (Aldeia) e Lu Quilombola (Aldeia) se inscreveram nos cursos desejados

pela reserva de vagas de 10% do Programa, porém, em 2015, ingressaram em cursos possíveis por meio da política de vagas remanescentes.

Nesta seção busco evidenciar a efetividade das vagas suplementares para o ingresso no curso desejado e a efetividade das redes de apoio e de parentes, que continuam a ser decisivas, uma vez que, embora o Programa assegure um fluxo regular de ingresso, as dificuldades de permanência – materiais, emocionais e afetivas – continuam a acentuar a importância de redes que são, em grande medida, de parentes. Destaco que, tanto antes como agora, não são indivíduos isolados que entram na UFSC, mas pessoas conectadas entre si e com estudantes que ingressaram antes.

Durante o trabalho de campo conheci somente estudantes do Aldeia, da Invernada dos Negros e Morro do Fortunato, com exceção da estudante do Tocantins. Entretanto, se é preciso resguardar o fato de que a pesquisa se inscreveu em uma rede específica, esta rede é razoavelmente representativa. Antes e depois das vagas suplementares, observa-se a presença majoritária de estudantes das três comunidades. Por outro lado, como problematizo no Capítulo IV, os relatos de estudantes que se matricularam, mas não conseguiram *ficar* indicam que as redes que viabilizaram sua chegada à universidade têm limitações para sustentar a permanência por um longo período sem apoio institucional.

As/os estudantes são aparentadas/os na própria comunidade,¹⁵⁹ como os primos do Aldeia: Manuel dos Passos (2009), Camila Pereira (2012), Lu Quilombola (2015), André Nascimento (2015, 2019), Eduardo Duarte (2016), Ana Nascimento (2018), Rodrigo Romão (2018) e sua irmã Alba Romão (2018). Na Invernada, Ely de Souza (2009) é tia de Abegail (2015, 2017) e de Ezequiel (2016, 2019). No Morro do Fortunato, há os primos Alexandre Cristina, Emerson Machado Cristino, Ézio Duarte, Edna Isabel Machado, Roberta do Rosário e Rodrigo Machado. As relações por afinidade também conectam as comunidades entre si, como exemplifica o caso dos irmãos Eduardo e Ézio Duarte que se casaram com mulheres do Aldeia e do Morro do Fortunato, respectivamente. Cada uma dessas relações é classificada a

¹⁵⁹ O parentesco é um modo de relação. Estudos em uma diversidade de socialidades demonstraram inumeráveis fatores que informam ao grupo a sua parentela e sobre a quais regras, quais direitos e quais obrigações estão submetidos. Louis Dumont (1975) argumentou que *“todo sistema de parentesco adapta de alguma forma as noções gerais ou elementos que conhecemos: filiação, irmandade, casamento e afinidade, transmissão, sucessão e herança”* (DUMONT, 1975, p. 139). Para Marshall Sahlins (2011) há outros modos de formação de parentesco como *“comensalidade, partilha de alimentos, reencarnação, co-residência, memórias partilhadas, trabalho conjunto, adoção, amizade, sofrimento compartilhado, e assim por diante”* (2011, p. 5). Portanto, fazer-se parente exige uma relação de mutualidade, *“onde o ser é mútuo, então a experiência é mais do que individual”* (2011, p. 3). Acentua-se que em uma relação entre parentes subjaz a ‘proibição do incesto’ (LÉVI-STRAUSS, 1982), uma regra duplamente codificada, negativa e positiva. A interdição possibilita ao grupo a constituição de alianças com outros. Abre-se para novas redes de reciprocidade.

partir de muitas variáveis que, em muitos casos, não me foi permitido especificar. Pois, se é possível dizer que o estabelecimento de nossa relação teve como perspectiva um pacto implícito com o sentido de evidenciar os problemas com a permanência na instituição, por outro, é como se a relação firmada estivesse assentada em uma confiança controlada.

No decorrer da pesquisa, as diferentes narrativas explicitaram os vínculos com o território e com a parentela. Entretanto, o modo como a nossa relação foi estabelecida inviabilizou o aprofundamento da descrição das redes de parentesco. Havia certo receio quando eu perguntava sobre as/os parentes que foram evocadas/os, pois tal interesse parecia fugir ao tema da pesquisa. Adicione-se a isso o fato de que, concomitantemente a minha presença em campo, o MEC impôs novas exigências relativas à documentação para o recebimento da bolsa permanência, especialmente no que diz respeito à comprovação do vínculo com a comunidade quilombola. Isso causou tensionamentos entre estudantes e a SAAD, como descrevo no Capítulo IV. Essa situação pode ter contribuído para me posicionarem em um lugar de confiança controlada no compartilhamento de informações específicas em relação às e aos parentes. A confiança estabelecida pela aceitação da pesquisa pela coordenadora do MNU e pelas colaborações de Lurdinha Mina, de Adriana Ferreira e de Lu Quilombola possibilitou que outras/os estudantes também colaborassem. Ainda assim, apreendi um cuidado ao falarem sobre suas relações de parentesco. Portanto, foi possível somente esboçar um diagrama indicativo dessas relações entre estudantes do Aldeia e da Invernada e indicar as relações de primos e primas do Morro do Fortunato. Desse modo, busco demonstrar o argumento da tese de que são parentes quilombolas que estão na UFSC.

A seção está dividida em três tópicos que correspondem às distinções pelas quais minhas e meus interlocutores se reconhecem e são reconhecidos: o vínculo com o quilombo.¹⁶⁰ A seguir, trato de mostrar a presença de estudantes do Morro do Fortunato na UFSC, cuja própria presença expressa a relação com o direito, ela contém o direito. Descrevo o esforço que tiveram em concluir a educação básica ao mesmo tempo que mantinham uma relação com o mercado de trabalho, o que fez com que muitas/os ingressassem no ensino superior já casadas/os ou separadas/os e com filhas/os.

¹⁶⁰ Há um desequilíbrio em relação ao conteúdo descritivo dos três tópicos. Tal fato tem relação com os desdobramentos do Capítulo II. Neste, destaquei as narrativas de Adriana Ferreira (Invernada dos Negros) e de Lu Quilombola (Aldeia). Complementarmente, justapus relatos de outros estudantes que ingressaram antes das suplementares. Em contraste, nesta seção, descrevo, especificamente, as narrativas de estudantes interlocutoras/es que ingressaram após as suplementares. Isso fez com que o primeiro tópico, referente ao Morro do Fortunato, se tornasse maior, uma vez que entrevistei dois estudantes da Invernada, três do Aldeia e seis do Morro do Fortunato.

3.2.1 Estudantes do Morro do Fortunato: uma *farinhada*

Durante o 18º Congresso Mundial de Antropologia, realizado na UFSC no período de 16 a 20 de julho de 2018, foram realizadas várias atividades denominadas “Experiências Antropológicas”. Raquel Mombelli organizou a “experiência antropológica” no quilombo Morro do Fortunato.¹⁶¹ Um grupo de cerca de 20 pessoas, entre antropólogas/os, quilombolas e pesquisadoras/es de áreas afins participaram da atividade. O grupo partiu da UFSC, em um ônibus de turismo, no início da manhã de 19 de julho. No trajeto, Raquel Mombelli, em pé, contextualizou brevemente a constituição do Morro do Fortunato. Quando passamos pelo quilombo Aldeia, na rodovia SC-434, Lurdinha Mina chamou nossa atenção para a localidade. Chegamos cerca de duas horas depois. Fomos recepcionadas/os, na varanda da escola, pelo presidente da Associação Morro do Fortunato, Sr. Maurílio Machado. O presidente é servidor público municipal, trabalhou como motorista de ambulância, concorreu três vezes ao mandato de vereador do município de Garopaba e foi eleito para o exercício de 2001-2004, pelo PFL.

Um grupo de mulheres também nos aguardava na varanda, próximo às mesas abastecidas com alimentos orgânicos, cachaças, doces e artefatos produzidos localmente, todos à venda. Após nossa experimentação, apreciação e aquisição desta produção, o Sr. Maurílio sugeriu ao grupo uma caminhada até a cachoeira. A sugestão deu indícios de que o lugar é significativo para a comunidade. Subimos pela estrada íngreme enquanto o presidente expunha seu conhecimento do trabalho com a terra e da produção de diversos alimentos. Conhecemos a horta, o engenho “*antigo*” e a plantação de cana. Em cada lugar, nos contava sua história, marcada pela relação com o território. A certa altura do percurso, o Sr. Maurílio observou o sol, nos observou e disse que já passava do meio-dia. Como faltava muito para chegar à cachoeira, sugeriu que voltássemos para o almoço. Na volta, quando passávamos pelo *canavial*, o Sr. Maurílio se abaixou, pegou um punhado de terra, afagou-a em suas mãos e disse que aquela era uma terra boa para plantar.

¹⁶¹ A atividade foi noticiada assim no site do congresso: o Quilombo Morro do Fortunato “*possui uma história de mais de um século e os/as moradores/as se auto identificam como quilombolas por seu passado histórico e cultural nesta localidade, assim como o histórico de opressão e discriminação racial diretamente ligada à ausência de políticas para desenvolvimento local. No início dos anos 90, surgiram as primeiras pesquisas antropológicas sobre este grupo social, sua forma de organização social e lutas pelo direito ao acesso à terra. [...] A comunidade do Morro do Fortunato coordenou projetos, alguns em conjunto com outras entidades, como o Movimento Negro Unificado de Santa Catarina, com recursos federal e estadual. É destaque o Projeto Grupo Doce da Fortuna (2009), cujo objetivo é geração de emprego e renda, tendo como público-alvo um grupo de doze mulheres que produziam e ainda produzem doces e geleias, além de agricultores quilombolas do Morro do Fortunato. A comunidade é de pequeno porte, com cerca de 40 famílias, localizada no alto de uma colina, com vista para a Lagoa e praia do Siriú*” (18º Congresso Mundial IUAES - Visita ao Quilombo Morro do Fortunato, 2018).

FIGURA 9 - PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MORRO DO FORTUNATO APRESENTANDO A TERRA FÉRTIL



FONTE: Acervo da autora.

Não é possível dizer quais foram as motivações do presidente da associação ao demarcar a especificidade daquela terra, boa para plantar cana, para um grupo de “turistas”, nem mesmo em relação às outras referências que foram sendo feitas durante a caminhada. Talvez seja possível sugerir que, ao pegar a terra, ele explicitou o vínculo com o território. A memória daquele momento se inscreveu em mim como significante da relação de quilombolas com a terra-território. Por certo tempo, não atentei para a diversidade de formas pelas quais a relação territorial é estabelecida e experienciada entre as/os estudantes das três comunidades com quem estive em contato durante o trabalho de campo. Elas/es, moradores de espaços urbanos e rurais, se reconhecem e são reconhecidas/os como quilombolas. Também para elas e eles, como descrevo na conclusão deste capítulo, enunciar o vínculo com o território, com o quilombo, é parte constitutiva do reconhecer-se quilombola.

O Morro do Fortunato fica no alto de uma colina, entre 100 a 200 metros de altitude, de onde se avista a lagoa e a praia do Siriú, em Garopaba. A antropóloga Miriam Hartung (1992) fez sua pesquisa de mestrado com o grupo Fortunato. Conforme Hartung, esse nome advém da associação das palavras Fortuna e Nato, podendo significar “*nascido na fortuna*” (HARTUNG, 1992, p. 26). Entretanto, se Fortunato identifica a comunidade, “*portar o sobrenome Machado, indica o pertencimento ao grupo de Fortunato*” (1992, p. 113), sendo Machado a “identidade oficial” e Fortunato, a “vívda” (1992, p. 28). A antropóloga sugere que “*o nome Fortunato traz*

à memória a figura do ancestral-fundador do grupo, [pai Nato] um homem virtuoso” (ibidem), cuja imagem informa ao grupo os valores positivos que orientam sua ação.

Na perspectiva do grupo, a mãe de Fortunato Justino Machado fora escravizada. No entanto, a mãe Joana era livre quando ele nasceu – no ventre livre. Sua paternidade “*é apresentada como indefinida ou, se conhecida, é ignorada*” (1992, p. 46). Ainda, concebem que Fortunato Machado comprou as terras do Morro com recursos do seu próprio trabalho.¹⁶²

FIGURA 10 - MORRO DO FORTUNATO - ESTRADA PRINCIPAL



FONTE: Acervo da autora.

Em 2006 o grupo recebeu o certificado de comunidade quilombola. No território moram cerca de 40 famílias; algumas dessas trabalham na produção local de alimentos e de doces.

Em minha visita ao Morro, conheci os primos Rodrigo Machado (Engenharia Florestal) e Edna Isabel Machado (Nutrição), que me informaram seus contatos. Na UFSC conheci os primos Ézio Duarte, Roberta do Rosário, Alexandre Paulo Cristina e Emerson Machado Cristino. Conforme meu registro etnográfico, no período de 2010 a 2019, dez estudantes do

¹⁶² Conforme Miriam Hartung (1992), as versões sobre a constituição do grupo Fortunato, entre os do Morro e os do Vale, partem de diferenciações que buscam materializar concepções e interesses distintos. Os do Morro, descendentes de africanos, concebem Fortunato e a mãe livres, e afirmam que as terras do Morro foram adquiridas pelo trabalho de Fortunato. Os do Vale, localidade contígua ao Morro, cujos moradores descendem de europeus, concebem a terra do Morro como doação do escravizador de mãe e filho, e aquele como pai.

Morro do Fortunato ingressaram na UFSC. No quadro 6 apresento as informações referentes ao estado civil, ano de ingresso, idade quando do ingresso na universidade e curso, antes e depois das vagas suplementares. Das/os estudantes relacionados, não conversei de forma alguma com Geovana ou com Miriam. Durante o trabalho de campo contatei William pelo WhatsApp e, apesar de ele ter se disposto a colaborar com a pesquisa, nosso encontro não foi possível.

QUADRO 6 – INGRESSOS DOS DO MORRO DO FORTUNATO ANTES E DEPOIS DAS VAGAS SUPLEMENTARES (2010-2018)

Comunidade Quilombola Morro do Fortunato					
Antes das vagas suplementares					
Ingresso	Nome	Idade	Estado civil	Filhas/os	Curso
2010	Valdomiro Machado	*	casado	*	Medicina
Depois das vagas suplementares					
Ingresso	Nome	Idade	Estado civil	Filhas/os	Curso
2017	Alexandre Cristina	30	casado	sim	Engenharia Civil
2017	Edna Izabel Machado	29	solteira	sim	Nutrição
2017	Rodrigo Machado	34	separado	sim	Engenharia Florestal
2017	Geovana Machado	*	*	*	Administração
2018	Emerson Machado Cristino	26	casado	sim	Eng. de Produção
2018	Ézio Duarte	48	casado	sim	Engenharia Civil
2018	Roberta do Rosário	22	solteira	não	Arquitetura
2018	Williams Machado	*	*	*	Administração
2018	Mirian Cristina	*	*	*	Direito (noturno)

FONTE: Quadro organizado pela autora (2020).

* Sem informações precisas.

A maioria das/os estudantes do Morro com quem conversei entrou na UFSC na faixa etária aproximada dos 30 anos, casadas/os¹⁶³, com filhos e depois de vários anos sem estudar. Além do médico Valdomiro Machado, não tive informações se outros primos do Morro ingressaram na UFSC antes do novo Programa. Observa-se entre estes certa preferência pela área das engenharias. Observa-se também que cinco estudantes têm o sobrenome Machado. É importante destacar que, conforme a pesquisa de Miriam Hartung, Machado identifica os do Fortunato. A emergência do direito à educação pode ter efeitos nos modos de identificações locais. Desse modo, outros parentes com sobrenomes como Rosário, Cristina e Duarte, vinculados por relações de consanguinidade e afinidade, como trato na sequência, são também reconhecidos pela comunidade.

¹⁶³ Uma interlocutora do Morro disse que os únicos casados oficialmente eram Valdomiro Machado e Ézio Duarte, alegou que os demais “no papel não são casados”.

Para a descrição sintética das trajetórias de estudantes interlocutoras/es do Morro, organizei a escrita a partir do encontro com Ézio Duarte, pois ele mediou a minha relação com mais três estudantes. Com esse ponto de partida, primeiro apresento os relatos de ingressantes em 2018 e, posteriormente, de ingressantes em 2017. Esses anos tiveram processos de seleção distintos: em 2018 a seleção foi feita por meio de prova específica e em 2017, pelo histórico escolar.

Ingressantes em 2018

Em minha primeira estadia na moradia estudantil da UFSC, em agosto de 2018, conversando com estudantes negras, soube de um estudante quilombola, Ézio Duarte, hóspede da casa vizinha, destinada ao Programa de Alojamento Emergencial Provisório (PAEP/PRAE). O PAEP abriga estudantes consideradas/os em risco de evasão que esperam uma vaga na moradia ou outra forma de subsídio.

Uma estudante de Pedagogia, professora em escola quilombola, me acompanhou até o PAEP à procura de Ézio, que não estava. Voltei no dia seguinte, adentrei a ampla sala onde alguns jovens conversavam sentados no sofá e no chão, e perguntei por ele. Uma jovem levantou-se do sofá e, gentilmente, me levou até seu quarto, com dois beliches. Sentado na cama inferior, Ézio me ofereceu um banquinho, sentei-me à sua frente e apresentei a pesquisa. Na mesma hora ele se dispôs a colaborar.

Ézio Duarte tem 48 anos e entrou em Engenharia Civil em 2018, primeiro ano da prova específica. Concluiu o “1º grau” (ensino fundamental) com 14 anos e foi trabalhar de pedreiro. Em 1995 se casou “*com orgulho, com uma moça quilombola do Morro do Fortunato*”, com quem tem dois filhos e uma filha. Ainda trabalhando como pedreiro, “*estudei aos poucos e concluí o 2º grau*” (ensino médio). Mora com a família em Ambrósia, bairro de Garopaba. A sua sogra “*é filha do Fortunato*” e mora no quilombo Morro do Fortunato.

Até tempos recentes, Ézio não tinha conhecimento deste “*negócio de pertencimento*”; a filha se “*reconheceu, agora, quilombola*”. Ele disse que seu irmão Eduardo Duarte o avisou da política para ingresso de quilombolas na universidade. Ao mencionar seu irmão, falou que Eduardo se casou com Lu Quilombola, do quilombo Aldeia – como descrevo no segundo tópico. Desse modo, explicitou suas relações com o Morro e com o Aldeia, constituídas pelo casamento dos dois irmãos. Casado com a filha de uma “herdeira do Fortunato”, Ézio se identifica quilombola e explicitou a possibilidade de fazer-se parente ou de fazer parte de uma

comunidade a partir de diferentes conexões. Explicitou também certa noção de pessoa quilombola do Morro, que é quem “*tem direito à herança do Fortunato*”.¹⁶⁴

Em 2010, Ézio tentou fazer educação física na UNISUL (Universidade do Sul de Santa Catarina) e pela condição econômica, desistiu. Disse que “*sempre quis estudar, desde criança, seguir [me] profissionalizando*”. Por sua profissão de pedreiro, quis ser engenheiro civil. Fez a inscrição para o processo seletivo da UFSC na “*lan house*” que fica no posto telefônico em Garopaba. Eduardo, seu irmão, o orientou em como fazê-la e a pessoa que trabalhava no local o ajudou também. Ele considerou a prova “*bem fácil e inclusiva*”. Já na Universidade, disse que “*na hora da real é muita coisa diferente, mas estamos aqui para lutar*”.

O estudante encontrou muitas dificuldades no curso. Relatou que não tinha computador e não sabia como usá-lo. Ézio conversou com a coordenadora do curso e conseguiu flexibilizar os encargos: das nove matérias que teria de fazer, estava fazendo três – “*lutando para passar nessas três*”. Assim, em 2018, de segunda a quarta fazia as disciplinas e se hospedava no alojamento, onde conseguiu a vaga depois de conversar com “*todo mundo*” na Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e na SAAD. De quinta a sábado trabalhava em Garopaba na “*construção de casas*”.¹⁶⁵

Ézio participa do grupo de WhatsApp criado por Adriana Ferreira (Invernada) que, à época, contava com dezesseis quilombolas da UFSC. Ele indicou que eu conversasse com sua prima em “*segundo grau*” Roberta do Rosário – a mulher de Ézio é prima da mãe de Roberta – e com Alexandre e Emerson, também primos por parte de sua esposa, informando os contatos.

Conversei com Roberta do Rosário pelo WhatsApp e ela marcou nosso encontro às 7 horas da manhã de 3 de setembro de 2018 na biblioteca central – ponto 5 no mapa 2 –, pois sua aula iniciaria às 8h20min. O dia amanheceu frio e chuvoso, como quase todos desde o mês de agosto em Florianópolis. Cheguei à biblioteca a tempo de observar o motorista estacionar o ônibus Garopaba/UFSC e um grupo de cerca de 20 estudantes descenderem. Roberta não veio. Esperei alguns minutos e a contatei. Depois de outros minutos, ela disse que perdera o ônibus

¹⁶⁴ É interessante justapor a concepção de Ézio, do Morro, àquela da Invernada, que concebe a “*comunidade dos herdeiros da Invernada dos Negros*” (MOMBELLI, 2009, p. 26). Mombelli argumenta que a noção de comunidade não tem como referente “*o lugar, mas a condição de compartilhamento de uma identidade – a de herdeiros daquelas terras*” (ibidem).

¹⁶⁵ À época de nossa conversa, final de agosto de 2018, ele não tinha recebido a bolsa permanência, pois o MEC não havia liberado os recursos, além de anunciar um significativo corte orçamentário via “contingenciamento”. Tais fatores mobilizaram estudantes indígenas e quilombolas de todas as regiões do país a manifestarem-se em Brasília. Ézio, Lu Quilombola e Eduardo foram também, como destaque no Capítulo IV. Tentei encontrar Ézio durante o trabalho de campo que fiz em novembro, mas ele não estava mais ficando no alojamento.

Aos meus olhos, a estudante de 22 anos é alta e magra, com cabelos compridos alisados, sua pele tem a cor próxima ao marrom escuro. Com um sorriso discreto e voz baixa, Roberta deu respostas curtas e pontuais às minhas questões – como fez Camila Pereira, do Aldeia. A intensidade do barulho da cantina me preocupou durante toda a conversa, pois achava que não aproveitaria a gravação, o que me motivou a, simultaneamente, ir anotando nossa conversa em meu diário de campo.

Não perguntei a razão de ela ter escolhido a cantina. Porém, com o desdobramento da conversa, compreendi que se deveu ao fato de o ônibus que faz o deslocamento de estudantes da UFSC para Garopaba estacionar próximo à entrada desse prédio duas vezes ao dia, às 12h e às 18 h. Roberta usa esse ônibus, custeado integralmente pela prefeitura de Garopaba.

Quando a gente se inscreve aqui [na UFSC], a gente leva na Secretaria de Transporte de Garopaba o comprovante de matrícula, foto e os documentos pessoais, comprovando que a gente vem para estudar. Aí eles dão uma carteirinha e a gente pode vir de ônibus no período que está estudando. No meu caso, eu estudo de manhã e à tarde. Eu tenho duas carteirinhas para entrar (Roberta do Rosário, em 9 de novembro de 2018).

As/os estudantes que moram nos quilombos Morro do Fortunato e Aldeia ou na região próxima, como Lu Quilombola e Ana Nascimento (Aldeia) e Roberta, vão e voltam da UFSC cotidianamente. A viagem dura cerca de quatro horas entre ida e volta. Andando, do Morro do Fortunato até o centro de Garopaba leva cerca de uma hora, o que acrescenta mais tempo de deslocamento. “*Tem gente que vem de carro, de carona*” para pegar esse ônibus.

Estudantes que moram no quilombo Aldeia também o pegam para se deslocar para a UFSC. O primeiro horário de saída de Garopaba é às 5h da manhã, chegando na UFSC às 7 h, quando estaciona próximo à biblioteca central.¹⁶⁸ Em muitos casos, os horários do ônibus condicionam a participação nas aulas e em outras atividades, como explicou Lu Quilombola:

Todo dia acordar 4h30 da manhã, pegar o ônibus 5 h, chegar lá às sete, estudar correndo e voltar ao meio-dia. Não dá tempo nem de comer, algumas vezes eu peço para o professor, na maioria das vezes eu peço para sair antes para comer. Agora que eu estou estagiando, eu vou direto pro estágio, então se eu não comer lá, vou comer só quando chego em casa, depois do estágio, às 6, 7 da noite. É bem difícil esse lance de se locomover, de morar longe. De não poder estar mais nos espaços, discutir mais, estar mais nos coletivos, estar mais presente na universidade. Eu gostaria de ter mais tempo lá, de estar mais

¹⁶⁸ O custo das passagens Florianópolis -Garopaba- Florianópolis em ônibus convencional é de 60 reais, em média, com chegada na rodoviária Maria Rita. Desta, para chegar à UFSC tem-se que pegar mais um ônibus. Os custos individuais para o trajeto de ida e volta ficam em torno de 69 reais. Um estudante que tenha aula todos os dias gastaria R\$ 1.380 em transporte por mês, um valor que obviamente inviabilizaria a permanência na universidade. Portanto, sem o apoio da prefeitura, e sem recursos próprios, seria impossível morar em Garopaba e estudar na UFSC.

perto. Pra tudo seria mais simples. Dormir mais, e poder estar lá fazendo os enfrentamentos (Lu Quilombola, 2 de setembro de 2018).

Lu almoça no Restaurante Universitário (RU) – entre os pontos 9 e 11 do mapa 2 – onde, muitas vezes, precisa esperar um bom tempo na “*fila do RU*”. A aula termina às 12 h, coincidindo com o horário de saída do ônibus. Tal situação se estende aos estudantes que vão para casa neste ônibus. Como é o caso de Ana Nascimento (Aldeia), 37 anos, que saiu durante a aula para almoçar e uma professora “*chamou a atenção*” dela. Só que “*não tem dinheiro para fazer um lanche todo dia, é só o almoço. Tem uns profes que não entendem a situação. É uma viagem! Duas horas pra ir e duas hora pra voltar!*” (Ana Nascimento, 14 de novembro de 2018). Diferentemente, estudantes da Invernada dos Negros, que fica a 350 quilômetros de distância, necessariamente moram em Florianópolis.

Retorno a Roberta. Ela mora em Ambrósia (Garopaba), mesmo bairro de Ézio. Estudou “*a vida toda em um colégio só, [...] desde os 6 anos até o ensino médio. Colégio estadual, mas que tinha desde o pré. Era bem perto*” de sua casa. Ela não trabalhou durante o ensino médio. Disse que trabalhou na “*temporada*”¹⁶⁹ em uma loja de calçados, antes de entrar na UFSC.

Roberta fez duas tentativas em cursos de graduação na área da saúde. Entrou na UNISUL em nutrição e, depois, em fisioterapia. Disse que não se identificou com esses cursos. Soube pelos primos das vagas suplementares e decidiu fazer arquitetura, “*porque meu pai é pedreiro, então me motivou. Eu estava indo pra obra dele e gostava*”. Fez a prova em Garopaba, “*que era 30 questões, mais a redação, biologia, matemática, história, geografia e cai questões quilombolas também, né? Sobre negros, sobre o que está acontecendo na atualidade*”.

Sua avó e algumas das tias, tios, primas e primos maternos moram no Morro do Fortunato e “*todo final de semana a gente vai lá. É calendário, né? Todo final de semana a gente tem que fazer ponto lá. Sempre tá lá*”. A avó paterna de Roberta é do Aldeia. Porém, há muitos anos se mudou e mora perto da casa da família dela. Me esforcei para conhecer mais de sua parentela. Roberta também demonstrou querer saber mais do que eu estava fazendo e baixou um aplicativo de genealogia em seu celular enquanto conversávamos. Contudo, demonstrou muito desconforto em falar, principalmente, da família paterna. Disse que não sabia muito, que conversaria com sua família e sugeriu nos encontrarmos novamente, o que não ocorreu.

As relações com parentes foram recorrentemente evocadas por estudantes do Aldeia, da Invernada e do Morro. Percebi essa regularidade depois de sistematizar o material coletado

¹⁶⁹ A categoria temporada se refere ao período de férias escolares, de dezembro a fevereiro, quando o destino de milhares de famílias é a praia.

durante o trabalho de campo no período de maio a setembro de 2018. Com isso, quando retornei ao campo, em novembro de 2018, me esforcei em fazer perguntas mais específicas em relação às redes de parentesco e sobre os vínculos entre estudantes. Contudo, o fato de explicar que a pesquisa era sobre a “política da UFSC para quilombolas” e perguntar diretamente sobre as relações de parentesco, pareceu, por um lado, que eu estivesse mudando o foco do estudo e, por outro, que quisesse autenticar as informações e estabelecer quem era ou não quilombola, num momento em que o MEC havia “*bloqueado*” o pagamento das bolsas permanência e passara a exigir novas informações e documentos (volto a isso no Capítulo IV). Talvez a forma de questionamento tenha gerado certa suspeita. É possível que a hesitação de Roberta em informar sobre a parentela esteja relacionada a não perceber essas informações como relevantes para a pesquisa, ou ainda às reflexões e distinções que emergem na própria comunidade sobre tais relações.¹⁷⁰ Entretanto, o fato de ela dizer que conversaria primeiro com sua família indica uma relação de respeito e comprometimento com a parentela, visto que esses saberiam melhor o que poderia ou não ser dito.

O primo materno de Roberta, Emerson Machado Cristino, ingressou no curso de Engenharia de Produção no primeiro semestre de 2018 pelas vagas suplementares. Ele é casado e tem uma filha, que tinha nove meses em outubro de 2018, quando ocorreu a conversa que passo a relatar.

A mãe de Emerson casou-se com uma pessoa “de fora” e foi morar em outra localidade de Garopaba, onde nasceram “*minha irmã mais velha e meu irmão; eu e uma irmã mais nova nascemos em Florianópolis*”.

[Meu pai] conseguiu um trabalho na UFSC e conseguiu se efetivar como montador de máquinas agrícolas. Dali em diante, conseguiu comprar um terreninho aqui no Pantanal [bairro adjacente à UFSC], aqui próximo. Fez a casinha dele aqui e é a casa que eu tô morando com ele. E sem perder o vínculo com a comunidade pelo fato que tem meus avós, meus primos, famílias. [...] Nossa, eu tenho um carinho super com os meus tios lá na comunidade. E são essas coisas que não me fazem sair de lá. Sinto bastante orgulho em dizer que sou quilombola (Emerson Machado, em 31 de outubro de 2018).

Emerson fez o ensino fundamental em uma escola em Florianópolis e, aos 16 anos, começou a trabalhar “*como jovem aprendiz. Muitas vezes, saía de lá, comia alguma coisa e ia direto pro colégio. Às vezes passava em casa. No final do primeiro ano desisti. Fiquei em torno*

¹⁷⁰ Miriam Hartung (1992) demonstrou como no Morro do Fortunato há parentes que não são considerados “tão parentes”, em referência àqueles que se casaram com pessoas de fora do Morro, o que acontece com a maioria dos casamentos.

de 7 a 8 anos sem estudar”. Retomou o ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Emerson disse que seu primo, o médico Valdomiro Machado – primeiro estudante do Morro na UFSC – divulgou o edital das vagas suplementares “*no grupo juventude quilombola, e daí passei a me interessar*”. Escolheu Engenharia de Produção porque gosta muito de mecânica. Contudo, sua maior dificuldade é em matemática e, caso não conseguisse superá-la, já estava pensando em fazer outro curso, pois fez sete disciplinas no primeiro semestre de 2018 e reprovou em todas. No segundo semestre, estava fazendo duas, pré-cálculo e informática, e tutoria em pré-cálculo e matemática. Ele argumentou:

Está muito difícil, realmente pela questão de entrar numa faculdade sem ter aquela base, principalmente, em um curso que exige muito da matemática básica. Tanto a matemática básica, quanto a avançada. Aquela matemática já do ensino médio mesmo. Infelizmente o nosso ensino médio, o ensino público não dá aquele apoio total para a gente conseguir cursar uma faculdade sem ter tanta dificuldade. Diferente de quem fez uma privada. Enfim, essa questão implica muita dificuldade (Emerson Machado, 31 de outubro de 2018).

Entre as imensas prateleiras repletas de livros do segundo andar da biblioteca central, Emerson disse que uma das razões por que não estava conseguindo “*focar*” era não ter recebido ainda a bolsa permanência.¹⁷¹ Ele teve que “*matar algumas aulas para resolver, e isso está afetando a participação até na tutoria*”. Estava fazendo “*bico*” como motorista de Uber para sustentar a família e seu pai também o ajudava.

A dificuldade em se manter na Universidade nos dois sentidos ressaltados por Emerson, tanto da economia familiar quanto da economia do rendimento acadêmico, também foi ressaltada pelo seu primo materno e de Roberta, Alexandre Cristina.

Ingressos em 2017

Alexandre Paulo Cristina tem 30 anos e ingressou em 2017 em Engenharia Civil pelas vagas suplementares. Como já mencionei, nesse ano o processo seletivo foi por meio da análise do histórico escolar. Quando o contatei,¹⁷² ao mesmo tempo que aceitou colaborar com a pesquisa, revelou que pensava em desistir do curso, pois tinha reprovado na maioria das

¹⁷¹ Enquanto aguardavam pela bolsa MEC, indígenas e quilombolas receberam um auxílio. Entretanto, desde agosto, na expectativa de que, a cada mês, a bolsa viria, a PRAE aguardava ter “certeza” para então encaminhar a autorização desse pagamento, o que causava outras esperas e outras tensões. Quando conversei com Roberta, em 9 de novembro, ela já tinha recebido a primeira bolsa.

¹⁷² Nos reunimos pela primeira vez em um café no Shopping Itaguaçu, no município de São José, limítrofe a Florianópolis. A segunda vez, na biblioteca central.

disciplinas do primeiro ano e o mesmo se renunciava em 2018. Estava desanimado com as reprovações e disse que tinha “culpa” por não ter se “esforçado antes”. Disse que conversou com um dos professores sobre suas dificuldades em matemática e também em português, e que só não trancou o curso porque tinha passado o período de trancamento. Das 18 disciplinas que cursou, passou em cinco. Pensava em mudar de curso. Ele recebia a bolsa permanência, porém trabalhava nos finais de semana como segurança para complementar a renda familiar.

O estudante fez até a quinta série do ensino fundamental na escola que atendia o quilombo. Em seguida foi “*para uma escola no centro [de Garopaba], onde estudei por um tempo e, depois, fiz aceleração, o supletivo do primeiro grau. Fiz trabalhando e trabalhando concluí o supletivo do segundo grau*”.¹⁷³ Escolheu Engenharia Civil porque seu pai é pedreiro e ele trabalhava com o pai: “*achei legal e pensei: por que não ser engenheiro? Gosto do curso, o problema é que tem muitas coisas que nunca vi. Minha base escolar é péssima. Colegas que estão no curso viram no colégio normal e têm dificuldades, imagina eu?*” (Alexandre Cristina, 30 de agosto de 2018).

Alexandre está no segundo casamento e tem uma filha de dez anos do primeiro. Morava com sua mãe no Morro e, em 2018, se mudou para São José, tendo em vista o deslocamento para a UFSC e o trabalho da esposa. Perguntei: “*quem é do Morro do Fortunato, sua mãe ou seu pai?*”

Os dois. É que é assim, ó, lá são duas famílias, né? E eu estou nas duas. Meu pai é de uma, que é a Cristina, só que a família Cristina também é Machado. Tipo, a mãe dele é Machado e o pai dele era Cristina. E a mãe é. O pai e a mãe é Machado. Então, é tudo uma farinhada, na real. O pai e a mãe são primos, na verdade (Alexandre Cristina, em 31 de outubro de 2018).

Como não tivemos tempo suficiente de convivência para que Alexandre relatasse a mim as distinções entre parentes, ou ainda, por uma confiança controlada, definiu a parentela como uma *farinhada*. Desse modo, deu ênfase à perspectiva do Morro como uma unidade. No Morro, a categoria farinhada expressa o trabalho coletivo de transformação da mandioca em farinha, momento em que o grupo participava da “*feitura da farinha uns dos outros*” (HARTUNG, 1992, p. 158). Mesmo alguns dos membros residentes em “*outras cidades vêm especialmente para participar da ‘farinhada’*” (p. 158).

Enquanto as mulheres conversam sobre os mais diversos assuntos, as crianças correm por todo o engenho, brincam de esconder, de pega-pega ou, com a

¹⁷³ Supletivo e Educação de Jovens e Adultos (EJA) são modalidades para a conclusão dos Ensinos Fundamental e Médio em um tempo condensado. Geralmente, as turmas são ofertadas à noite.

boca cheia de farinha ainda quente, assopram uns nos outros. É o grupo que nestes momentos emerge em sua plenitude e reafirma-se como tal. [...]. É o grupo que, durante as noites e dias da farinhada e durante a colheita do feijão, reafirma-se enquanto tal. É a ideia de grupo, de coletividade, que nestes momentos se atualiza, quando então, o grupo sai fortalecido (1992, p. 159).

A prima de Alexandre Cristina, Edna Isabel Machado, conhecida por Isabel, entrou em 2017 em Nutrição pelas vagas suplementares. Ela tem 29 anos e é prima, em diferentes variações, da e dos estudantes relacionados acima. Escolheu nutrição porque desde o ensino médio queria fazer esse curso. No primeiro ano do curso, ia e voltava ao Morro cotidianamente, com seu primo Alexandre Cristina. Levantava-se às quatro da manhã para pegar o ônibus que sai às 5 horas do centro de Garopaba, e retornava à noite. *“Ir e voltar todo dia dificultava e não dava tempo de estudar”*, por isso reprovou em muitas disciplinas. Em 2018, no esforço de dedicar mais tempo ao curso, Isabel *“alugou um lugar em Floripa”* – na casa de uma tia, disse-me uma interlocutora. Ali passa a semana e retorna toda sexta-feira para casa. Ela tem uma filha que ficou sob os cuidados de sua mãe, que lhe dá *“total apoio”*.¹⁷⁴ A participação da mãe no processo educacional é ressaltada, como também fizeram as interlocutoras no capítulo anterior.

Para Isabel, a sua maior dificuldade é porque ficou dez anos sem estudar e *“estou rodeada de gente com a mente fresca e muito bem preparada. Pessoas jovens que recém saíram dos cursinhos e com muito tempo para o estudo”* (Isabel Machado, em 6 de dezembro de 2018). Procurou fazer monitoria, mas *“nem sempre dava certo”*. Os horários coincidiam com as aulas. Em 2018 começou a participar da LANCA (Liga Acadêmica de Neurociência do Comportamento Alimentar). Ela disse que tem o apoio, também, de algumas colegas do curso.

Também em 2017, Rodrigo Machado, filho do presidente da associação Morro do Fortunato, ingressou em Engenharia Florestal (Campus Curitiba, cerca de 300 quilômetros de Florianópolis). Embora já estivessem em vigor as vagas suplementares para quilombolas, ele se inscreveu no Sistema de Seleção Unificada (SISU) com a nota do ENEM, optando pelas vagas PPI da lei de cotas.¹⁷⁵ O estudante de 34 anos relatou que começou a trabalhar na roça com oito anos de idade. *“Plantava mandioca, raspagem, enterragem. Todo o processo do engenho de mandioca eu peguei”*.¹⁷⁶ Aos quatorze anos foi trabalhar como copeiro em um

¹⁷⁴ O apoio afetivo e material da família também foi acionado nas narrativas de estudantes quilombolas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), com o sentido de motivação e inspiração (SANTOS, 2017).

¹⁷⁵ Perguntei o porquê de ele não se inscrever no processo seletivo das vagas suplementares. Rodrigo disse que esta política começou no ano seguinte do seu ingresso.

¹⁷⁶ Camila Pereira e André Nascimento, do Aldeia, também mencionaram o trabalho no engenho de mandioca quando crianças.

restaurante no centro de Garopaba. À época, voltava diariamente para o Morro. Foi *“trabalhar cedo porque tinha vergonha de não ter roupas e queria comprar. Eu nunca cobreí de meus pais. Meu pai passou mais dificuldades, mas nunca faltou comida”*. Aos dezesseis anos casou-se pela primeira vez e passou a morar no “centro” de Garopaba. Dessa relação, tem um filho de 15 anos. *“Casei duas vezes e quando me separei [as duas vezes], voltei. Amo estar com meus primos, minha família. Um lugar que me sinto seguro. [...] Saio do Morro, mas o Morro não sai de mim. Sei que eles sempre vão me receber bem”* (Rodrigo Machado, 4 de dezembro de 2018).

O estudante trabalhou dezoito anos no restaurante, *“fui de copeiro a gerente. Depois larguei tudo e fui para Curitiba”* fazer a graduação. Durante o ensino médio, tinha de caminhar por três quilômetros, depois das 22 h, de Garopaba até o Morro do Fortunato. A dificuldade com o deslocamento e o fato de *“trabalhar e estudar”* implicou em sua desistência à época: *“não dá tempo de estudar; tem que dormir também”*, justificou.

Com auxílio da bolsa permanência, consegue pagar o aluguel de 500 reais da casa que divide com outro estudante, na região central de Curitiba. Para conseguir se sustentar, pagando ônibus e outras necessidades, trabalha em um bar de sexta a domingo. Rodrigo também estava com muitas dificuldades no curso, principalmente na disciplina de cálculo, e com muitas reprovações. Pensou que ia gostar mais do curso de Engenharia Florestal, porque se interessa pelo meio ambiente, motivo que o levou a escolher o curso. No entanto, ficou 15 anos sem estudar e agora *“tem que correr muito atrás das coisas que esqueci, é muito acelerado, muitas coisas para aprender em pouco tempo. Tem que saber muita coisa que não lembro e a maioria da turma é de adolescentes, saindo do colégio. Estou apanhando demais”*. O rendimento no curso tem feito Rodrigo aventar a troca para Psicologia, pois, disse, esse curso *“ajuda as pessoas a superar suas dificuldades”*.

O modo como Alexandre, Ézio, Emerson e Rodrigo conciliaram os estudos com uma jornada de trabalho denota os esforços na constituição de arranjos para a estabilização da dinâmica socioeconômica familiar. Esse fator estendeu o prazo de conclusão do ensino médio. Adriana Ferreira (Invernada dos Negros) e Lu Quilombola (Aldeia) também relataram a entrada precoce em uma relação trabalhista. Tais narrativas traduzem as múltiplas expectativas em relação ao estudo e a imposição da concretude da vida ao terem de suprir as demandas socioeconômicas pessoais e familiares. No difícil exercício de lidar com as desigualdades, os primos do Morro “decidiram” interromper o ensino médio. A família e o trabalho para sustentar a família tornaram-se as prioridades. Eles constituíram família, tiveram filhos e, somente depois, retomaram o ensino médio. Anos depois, por meio de ações afirmativas, ingressaram

na universidade, onde encontram jovens recém-saídos da escola, com tempo e com maior possibilidade de adequação às normas institucionais. A conclusão tardia do ensino básico, em alguns casos por meio da EJA, tem implicado um esforço imenso para a formação acadêmica, principalmente para os estudantes da engenharia, que acumulam reprovações.

Roberta, Ézio, Alexandre e Emerson escolheram o curso a partir de referências próximas, como pais, e aspirações pessoais. O desejo de se profissionalizar os mobilizou. Ainda, como ressaltaram Ézio e Roberta, o esforço de continuar estudando foi feito, primeiramente, em uma instituição privada – como também fez Lu Quilombola, do Aldeia.

Ao evocarem suas trajetórias, as e os primos do Morro, concomitantemente, acionaram relações familiares em diferentes dimensões. Roberta e Emerson são relacionados ao Fortunato pelo parentesco materno. A família paterna de Roberta é do Aldeia. Rodrigo me disse que, com exceção de Emerson, cuja mãe é irmã de seu pai (sr. Maurilio Machado), os demais são “*primos terceiros*”. A relação de parentesco de Ézio com os do Fortunato é de afinidade. Ézio, Emerson e Alexandre estão casados. Isabel disse que é “*mãe solteira*” e Rodrigo, separado. Com exceção de Roberta, meus interlocutores do Morro do Fortunato têm filhas e filhos. Os fatores que os levaram a ingressar mais tarde na universidade, como as desigualdades raciais e socioeconômicas, indicam conexões parciais (STRATHERN, 2014, 2018) com a situação de estudantes do Aldeia.

Alexandre Cristina classificou a parentela como uma *farinhada* e o material etnográfico não me possibilita sequer esboçar um diagrama da rede de parentesco entre estudantes, pois há muitas variações na distinção da relação entre as e os primos. Indiquei, ao menos, que no caso de Roberta e Ézio, essa rede se conecta à comunidade Aldeia, que passo a descrever.

3.2.3 Estudantes da comunidade Aldeia: andando juntos

Conforme material da pesquisa etnográfica, 12 estudantes do Aldeia ingressaram na UFSC no período de 2009 a 2019. No Quadro 7, apresento informações referentes a essas/es estudantes, destacando o ingresso antes e depois das vagas suplementares. A situação de Eduardo Duarte é singular, pois ingressou em 2016 pela política “Retorno do Graduado”. É interessante observar que, como os do Morro, a maioria ingressou na UFSC na faixa etária dos 30 anos. Destaco que das pessoas relacionadas na tabela, não conversei de forma alguma com Manuel dos Passos, Maria do Carmo Pereira, Misael Costa Pereira e Ubiracy da Glória Junior.¹⁷⁷

¹⁷⁷ Lu Quilombola me informou sobre o ingresso de Maria do Carmo, Misael e Ubiracy em 2019.

Em setembro de 2018, fui ao quilombo Aldeia e conversei com Lu Quilombola, que ingressou em 2015 no curso de Serviço Social em vagas remanescentes.¹⁷⁸ Na ocasião, também conversei com seu marido, Eduardo Duarte. Ele entrou em física em 2016 por meio da política denominada Retorno de Graduado. Essa política possibilita às pessoas graduadas cursar outra graduação a partir de um processo simplificado que é feito diretamente na coordenação do curso desejado, a partir de edital específico (UFSC, 1997).¹⁷⁹

QUADRO 7 – INGRESSANTES ANTES E DEPOIS DAS VAGAS SUPLEMENTARES (2009-2019) – ALDEIA

Comunidade Quilombola Aldeia					
Antes das Vagas Suplementares					
Ingresso	Nome	Idade	Estado civil	Filhas/os	Curso
2009	Manoel dos Passos	33	solteiro	Não	Educação do Campo
2012	Camila Pereira	17	solteira	Não	Direito (egressa)
2015	André Nascimento**	22	casado	Não	Arquivologia (desistente)
2015	Lu Quilombola	33	casada	Não	Serviço Social
Depois das Vagas Suplementares					
Ingresso	Nome	Idade	Estado civil	Filhas/os	Curso
2018	Ana Nascimento	37	Casada	sim (1)	Serviço Social
2018	Alba Romão	37	Solteira	não	Serviço Social
2018	Rodrigo Romão	36	casado	sim (1)	Educação Física
2019	André Nascimento	25	casado	não	Jornalismo
2019	Maria Pereira	38	separada	sim (2)	Letras – Libras
2019	Misael Pereira	30	*	*	Secretariado Executivo
2019	Ubiracy Junior	25	*	*	História (noturno)
Ingresso pela política Retorno do Graduado					
Ingresso	Nome	Idade	Estado civil	Filhas/os	Curso
2016	Eduardo Duarte	38	Casado	Sim	Física

FONTE: Quadro organizado pela autora.

* Sem informações precisas.

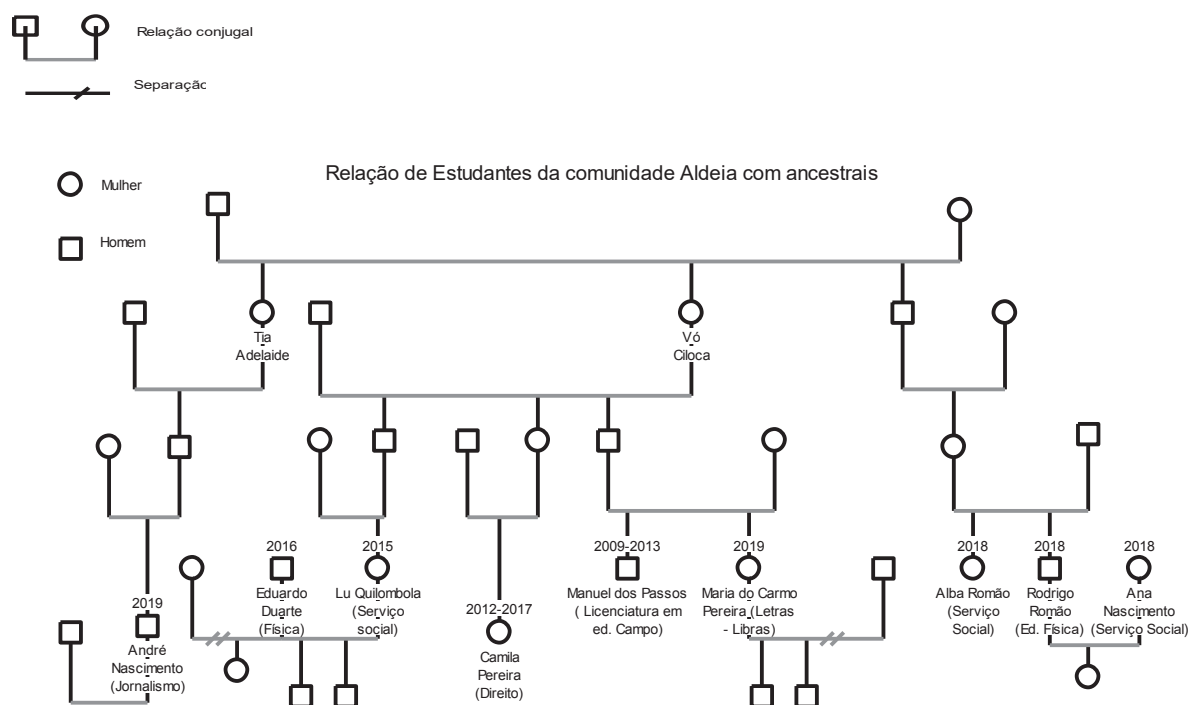
** Estudante que posteriormente reingressou em outro curso.

¹⁷⁸ Em 2015 o curso de Serviço Social disponibilizou 59 vagas remanescentes. Destas, seis foram para a reserva de 10% do Programa (UFSC, 2015d). Lu Quilombola disse que, com sua nota, ingressou pela concorrência geral. Conforme a normativa da UFSC, o preenchimento das vagas era feito, primeiro, pelas notas, e depois, pela reserva do Programa. Com isso, abria possibilidade de um ingresso maior de cotistas.

¹⁷⁹ A cada semestre a UFSC divulga edital com as vagas disponíveis e seus respectivos cursos, chamado de Edital de Admissão por Transferências e Retornos, nos termos da Resolução 017/CUN/97 que atende a três modalidades: 1) Transferência Interna (mudança de turno, de habilitação no mesmo curso; troca de curso; troca de pólo/EaD ou modalidade/EaD/Presencial – Presencial/EaD; e retorno de aluno abandono da UFSC); 2) Transferência Externa (mudança de Instituição de Ensino Superior (IES), pública ou privada); e 3) Retorno Graduado (graduados na UFSC ou em outras Instituições de Ensino Superior (IES)).

Eduardo e Lu têm dois filhos, nascidos em 2016 e em 2019. Eduardo também tem uma filha de dez anos, fruto de seu primeiro casamento. Ele tem 40 anos e é professor na escola quilombola do Morro do Fortunato. Fez graduação em Engenharia Elétrica em uma faculdade privada, há quinze anos, por meio de um convênio/bolsa com a empresa em que trabalhou por quase 20 anos. Ao ficar desempregado não conseguiu outra colocação na área. Como descrevi no tópico anterior, seu irmão, Ézio Duarte, faz Engenharia Civil e sua relação com o Morro do Fortunato é de afinidade. Eduardo disse que está se “*aquilombando*”. Retorno a essa questão no Capítulo IV ao tratar das noções políticas de quilombolas.

DIAGRAMA 1 - ESBOÇO DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO ENTRE ESTUDANTES DO ALDEIA, CONSIDERANDO O CURSO E O ANO DE INGRESSO NA UFSC



FONTE: Material etnográfico da autora (2020).

Evidenciei no Capítulo II que Vó Ciloca é reconhecida como a matriarca do grupo e como a primeira criança nascida no território quilombola (ALBUQUERQUE, 2014). Sua irmã Adelaide, a *benzedeira*, é também assim reconhecida e não foi possível conhecer as distinções feitas em relação a ambas. Fiz o diagrama 1 a partir de informações disponibilizadas,

principalmente, por Lu Quilombola.¹⁸⁰ Lu se referiu a sua avó Ciloca e tia avó Adelaide no presente.¹⁸¹ Assim sendo, busco expressar esta perspectiva no diagrama 1. As e os estudantes são primas e primos e descendem de *ancestrais* irmãs-irmão, com exceção de Eduardo Duarte e de Ana Cristina Nascimento, cujos vínculos com o grupo são de afinidade.

Ana Cristina tem 37 anos e é casada com Rodrigo Romão, com quem tem uma filha de 12 anos. Ela ingressou no curso de Serviço Social no segundo semestre de 2018. Seu marido faz educação física e, a irmã dele, Alba Romão, sua cunhada, também cursa serviço social. Os três ingressaram por meio das vagas suplementares em 2018. As cunhadas ingressaram no mesmo curso, porém em semestres diferentes. O marido e a cunhada são filhos da presidenta da Associação Quilombola Aldeia (2018) que, por sua vez, é prima de uma liderança do Morro do Fortunato. Essas relações dão indícios dos vínculos de proximidade entre estudantes e a liderança do Aldeia e dos vínculos dessa liderança com o Morro do Fortunato.

Ana é técnica em Raio X, curso que fez em Fortaleza, de onde veio. Disse que a coordenadora do MNU avisou a comunidade da abertura das inscrições para as vagas suplementares. Ela fez a inscrição em sua casa e fez a prova em uma escola em Garopaba, com indígenas. Conforme Ana, sua cunhada, “*a Alba se inscreveu no mesmo curso, serviço social noturno*” (Ana Cristina Nascimento, 14 de novembro de 2018). Nesse ano, foram convocadas/os somente sete estudantes na primeira chamada. Estudantes quilombolas e o movimento exigiram que a UFSC convocasse mais dois, em atendimento à Resolução nº 52/15 que prevê a destinação de nove vagas para esse público.

Nesta circunstância, já no segundo semestre de 2018, Ana recebeu um e-mail da PROGRAD lhe pedindo para escolher outro curso, pois, como já descrito, a política também prevê o ingresso anual de apenas uma/um estudante por curso. Ela falou que, “*na verdade, queria fisioterapia, mas só tinha em Araranguá*”. Pensou também em fazer odontologia, mas chegou à conclusão de que não teria condições de “*montar um consultório, que nem Direito, se não tiver um para arrumar*”. Ao fazer essa ponderação, Ana mencionou o caso de uma pessoa que concluiu o curso em Direito, porém, não conseguiu se estabelecer em um escritório de advocacia, porque não tinha alguém para “*arrumar*”. Ou seja, não tinha recursos relacionais que potencializassem sua atuação na área de formação. Depois de refletir sobre as possibilidades de inserção profissional, manteve a opção do curso e mudou o turno para diurno.

¹⁸⁰ Ao representar a rede de relações em forma de diagrama não tenho a pretensão de congelar as relações ou explicitar todas as relações da rede. Busco torná-las mais compreensíveis de modo visual, embora entenda que tal representação seja parcial e limitada.

¹⁸¹ As pessoas da geração de vó Ciloca e da geração acima já são falecidas.

Quando conversei com Ana Cristina, ela estava finalizando o primeiro semestre. Disse que estava “*puxado*” e achava que ia reprovar em algumas disciplinas.

Está difícil, porque acordo às 4h30 da manhã. Tem a questão dessa bolsa que não chega. Tem filha, tem as provas da filha, tem as minhas provas que as vezes coincide. E é isso. Tem o marido, filha, casa. É diferente do tempo de uma jovem solteira. Não é porque o aluno está de manhã que não trabalha. O professor, às vezes, tem que ser mais flexível.

As responsabilidades que têm com a casa, com a filha, com o marido e com os estudos fazem seu tempo diferente do tempo de “*uma jovem solteira*”. Ana explicitou o peso da divisão do trabalho que opera na dinâmica dos afazeres domésticos. Para compatibilizar seu tempo, que não é somente seu, estava planejando fazer o mínimo de disciplinas possível no próximo semestre, para poder se dedicar mais a cada uma. As colegas da turma fizeram um grupo de estudo para as provas, “*mas era à tarde e eu não podia*”. Entretanto, alegou que as colegas a ajudaram e “*deram força*”, pois chegou a pensar em desistir.

O perfil de estudantes do Aldeia é similar ao da maioria dos estudantes do Morro, que estão na faixa etária entre 30 e 40 anos. As exceções entre os que conversei são Camila e André. Eduardo Duarte, Lu Quilombola, a presidenta da associação do Aldeia e dois de seus filhos estudantes têm relações de parentesco com os do Fortunato. A pesquisa etnográfica me possibilitou entrever a complexidade das relações de parentesco entre estudantes do Aldeia e entre estudantes do Fortunato e do Aldeia. A inviabilidade de aprofundar a descrição não impede de apontar os indícios de uma ampla rede que se constitui também como relações políticas e de apoio mútuo. Tal fenômeno também pode ser depreendido do convite para um “Bate-papo” no quilombo Aldeia com as presenças de representação do Ministério Público e de lideranças da comunidade Morro do Fortunato, como mostra a Figura 11.

A seguir descrevo as narrativas dos primos Abegail de Souza e Ezequiel de Souza, da comunidade Invernada dos Negros, relativas à permanência na UFSC e a saudades de casa. Diferentemente do perfil de estudantes do Morro e do Aldeia, estudantes da Invernada dos Negros têm ingressado na universidade na faixa etária de 20 anos.

FIGURA 11 - BATE PAPO NO QUILOMBO ALDEIA



FONTE: Facebook da Associação Quilombola Aldeia (ACORQUIAL, 2016).

3.2.2 Estudantes da Invernada dos Negros: saudades de casa

Em meados de agosto de 2018, estava hospedada na moradia estudantil da UFSC e fui ao apartamento da amiga de infância de Adriana Ferreira, a estudante de Biologia Abegail de Souza, de 22 anos. Bati na porta, Abegail a abriu o suficiente para caber seu pequeno corpo negro. Com a cabeça e os cabelos longos ondulados para fora, manteve-se apoiada à porta, segurando-a com as mãos, enquanto eu falava sobre a pesquisa. Seus olhos castanhos me questionavam, contrastando com o sorriso tímido e as poucas palavras. Abegail aceitou colaborar com a pesquisa e marcamos a entrevista para alguns dias depois, em 31 de agosto.

Com o apoio da equipe do PROEXT, especialmente de Adriana Ferreira, Abegail se inscreveu em Biologia no vestibular 2015, na reserva de vagas de 10% do Programa, mas não

foi classificada. Ingressou em vagas remanescentes em Zootecnia.¹⁸² Entretanto, como seu desejo era fazer Biologia, voltou a se inscrever nesse curso no processo seletivo específico de 2017, cuja avaliação foi feita pelo currículo escolar.

Perto do horário estabelecido para o nosso encontro, fui à sala de estudos, que fica no térreo do prédio de cinco andares da moradia. Sentei-me à mesa redonda no centro da sala e esperei Abegail, que foi pontual. Chegou com seu primo materno Ezequiel de Souza, de 20 anos – ele ingressou em 2016 no curso de Secretariado Executivo (noturno) e, em 2019, prestou novo vestibular e ingressou no curso de Direito (noturno), como descrevo mais adiante. Fiquei surpresa com a presença do primo, pois Abegail não o mencionara em nossas conversas pelo WhatsApp.

Abegail de Souza e sua família moram no núcleo da Invernada dos Negros, em Monte Carlo, cerca de 350 quilômetros de Florianópolis. Ela é sobrinha de Ely de Souza (irmã de sua mãe), que ingressou em 2009 na licenciatura em Educação do Campo, como já foi descrito no Capítulo II. Abegail era criança quando a associação da Invernada dos Negros foi criada.

Quando eu comecei a ouvir sobre quilombola eu não entendia, eu achava engraçado. Eu era menor [sete anos], eu lembro muito bem que a minha tia, que agora é falecida, que a gente ia lá no sítio, nessas reuniões. [...] Quando começou o processo de criar a associação, a gente ia acho que era uma vez por mês, a gente ia de noite para lá, na comunidade Invernada. [...] E tipo, eu era pequena, mas estava presente, entendeu? E eles falavam que íamos ter nossas terras de volta. [...] Minha tia também foi presidente de lá, tia Ina [outra tia]. Até hoje, ela não é a presidente, mas ajuda lá, porque é o direito da gente, né? (Abegail de Souza, em 31 de agosto de 2018).

Localizada em uma parentela com mulheres na liderança, Abegail lembrou da participação da antropóloga Raquel Mombelli, do INCRA e do MNU no processo de regulamentação fundiária. Lembrou ainda das discussões feitas nas reuniões de organização e da referência feita à comunidade quilombola Paiol de Telha: *“Eu ia com minha tia, e minha tia falava Paiol de Telha, Paiol de Telha. Mas ó, Paiol de Telha! [risos]”*.¹⁸³

¹⁸² Conforme Edital 1/Coperve/2015, do processo seletivo para as vagas remanescentes, o curso de Zootecnia disponibilizou 43 vagas. Destas, quatro vagas eram específicas para a reserva de 10% do Programa, quatro para PPI/lei de cotas, sendo duas para renda até 1,5 salário mínimo e duas para acima de 1,5 salário mínimo (UFSC, 2015e). Abegail disse que ingressou em zootécnica pelas vagas PPI e comprovou renda.

¹⁸³ A Comunidade Quilombola Paiol de Telha, localizada no Paraná, foi certificada em 2005 pela FCP. O Relatório Antropológico foi feito pela antropóloga Miriam Hartung. O território foi parcialmente titulado pelo INCRA em janeiro de 2019, como ocorreu com o território da Invernada dos Negros. Alfredo Wagner de Almeida (2016) problematizou o modo de regularização de territórios quilombolas *“em que se registra uma grande diferença entre a área reivindicada e a área titulada ou notificada e reconhecida em edital e resolução, bem como uma relação negativa entre esta área titulada e o número de famílias, parece apontar para uma constante, qual seja: uma modalidade de minifundiarização, com áreas de moradia e cultivo por unidades familiares inferiores à fração*

Filha única, Abegail cresceu “*com todo mundo. Naquele tempo a gente brincava de carrinho de mão, rolimã descendo, cresci brincando com a Adriana, brincando de se esconder, essas coisas, brincando de peteca*”. Antes de ingressar na UFSC, trabalhou como repositora em um supermercado. Quando chegou na Universidade, no segundo semestre de 2015, a amiga Adriana e a tia Ely já estavam formadas.

A professora branca Beatriz Hanff, do curso de licenciatura em Educação do Campo (UFSC), hospedou Abegail por cerca de três meses. Essa professora também acolheu Adriana Ferreira quando esta adoeceu ainda na graduação. Além de orientá-la sobre os procedimentos de como acessar os serviços médicos do hospital universitário, recebeu Adriana em sua casa e cuidou dela durante o período do adoecimento. Posteriormente, Beatriz informou Adriana sobre a abertura de vagas para o mestrado e a incentivou a submeter o projeto.

Conforme Abegail, Beatriz Hanff conversou com a PRAE e explicou sua situação. Somente após, conseguiu a vaga no alojamento provisório (PAEP). Ela foi morar no PAEP e, concomitantemente, se inscreveu a uma vaga na moradia. Ficou no PAEP cerca de três meses. Abegail disse que se “*sentia sozinha*” no alojamento, “*tinha vergonha. Eu sou tímida, eu não gostava de comer na cozinha quando estava no PAEP. Eu cheguei até a passar fome*”. Em 2016, começou a procurar outro lugar para ficar e Adriana sugeriu a “*casa do seu Arnaldo*”, pois o preço do aluguel era mais acessível e só moravam estudantes. Adriana a acompanhou ao local para conversar sobre a locação do quarto, onde morou até dezembro de 2016. Nesse mês, conseguiu a vaga na moradia: “*A Lurdinha [MNU] fez reunião, senão eu não conseguia. A Lurdinha é bem presente*”.

Abegail disse que, às vezes, tinha vontade de deixar tudo e voltar para casa e só trabalhar, pois sente falta de um ambiente familiar. Sua amiga de apartamento¹⁸⁴ vai para festas e a convida, mas ela não vai. “*Graças a Deus agora tenho estágio, porque antes ficava o dia inteiro em casa. Daí é corrido, vou pro estágio,¹⁸⁵ volto e vou pra aula*” à noite. No esforço de lidar melhor com a saudade de casa, participou de um projeto na UFSC intitulado “Longe de

mínima de parcelamento” (ALMEIDA, 2016, p. 42). Raquel Mombelli (2016) acentuou que embora a Invernada dos Negros e o Paiol de Telha detenham “*documentos de doações de terras a escravos alforriados, lavrados em cartórios, foram alvos de múltiplos mecanismos, acionados pelo Estado brasileiro, para deslegitimar as posses de terras pelos negros, culminando com a expropriação de quase a totalidade das áreas das terras herdadas em testamento*” (2016, p. 207). Também a etnografia de Miriam Hartung (2000) entre o grupo do Sutil, negros herdeiros de parte de uma fazenda em Ponta Grossa- PR, ainda em 1854, descreve como o grupo perdeu a maior parte da herança.

¹⁸⁴ Os apartamentos da moradia são compartilhados por duas pessoas.

¹⁸⁵ Em 2018, Abegail fazia estágio na área de estudos epidemiológicos da Secretaria de Saúde do Estado.

casa, e agora?”.¹⁸⁶ Enfatizou que “*todo dia estou vivendo assim, não é a minha casa. Eu sinto que não é a minha casa, entendeu? Quero voltar pros meus pais. Eu vou pra aula, volto*”. A relação de afeto com a casa e a família é evocada carregada de saudade. Abegail é filha única e seus pais a esperam todo mês em casa, quando sua mãe conta com a companhia da filha para ir ao mercado fazer as compras do mês, e compra muitas coisas de que gosta.

Duas situações evidenciam a relação cotidiana de Abegail com sua família, mesmo morando tão longe. Ao final de nossa conversa, comentei que visitaria Adriana Ferreira, no Campeche, que tinha feito uma cirurgia recentemente. Ela quis ir junto. No primeiro sábado de setembro de 2018, saímos cedo e retornamos no início da noite. Durante o dia, Abegail conversou algumas vezes pelo celular com sua mãe. No dia seguinte, eu iria ao Aldeia e ela se prontificou a ir comigo até o ponto de ônibus. A chuva que caía me fez demorar para avisá-la que estava de saída, preocupada em tirá-la do quarto. Contudo, quando a avisei, já estava pronta. No caminho, Abegail atendeu ao telefonema da mãe e, de imediato, justificou que não atendeu antes porque estava no banheiro, que estava indo com uma amiga ao ponto de ônibus, que a amiga ia visitar um quilombo, que estava chovendo e perguntou se seu pai estava bem. Durante uns cinco minutos ela detalhou o que tinha feito desde que acordou, o que estava fazendo e o que pretendia fazer e se despediram com afetuosidades. Desde seu ingresso na UFSC em 2015 mãe e filha conversam diariamente. Ela explicou:

Eu moro na moradia, mas sinto falta da minha família, das pessoas, sinto bastante falta de casa, não vejo a hora de me formar. [...]. Sinto falta daquele espaço de amigos. Porque me criei com primas, com amigos e primos, ia para a igreja. [...]. Você vai para casa e fica feliz, pois tem as crianças, os afilhados. Eu voltei, abri a porta [do apartamento na moradia] deu uma tristezainha, um aperto no coração, uma vontade de chorar. Em casa todo mundo se reúne, fica até a madrugada conversando (Abegail de Souza, novembro 2018).

As relações de comadresco, as relações com a afilhada Maria e o afilhado Henrique, as amizades mais íntimas, os afetos que dão sentido à sua vida estão em casa. Desse modo, o tempo para a formatura de Abegail coincide com o tempo de espera para estar em casa.

Como mencionei, Ezequiel acompanhou Abegail. Não soube se ele foi junto ciente de participar da entrevista ou se decidiu no momento. Em contraste comigo e com Abegail, que trajávamos roupas informais, calça jeans e blusinha, Ezequiel estava cuidadosamente vestido com uma camisa branca de manga longa, ajustada ao seu corpo esguio, calça jeans clara com alguns “rasgos” (em moda) e uma gravata listrada em preto e vermelho colocada direto no

¹⁸⁶ O projeto “Longe de casa, e agora?” foi ofertado pelo Serviço de Psicologia Educacional da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Encontrei informações da realização desse projeto apenas em 2018 (UFSC, 2018).

pescoço. Aos meus olhos, sua pele negra tem o mesmo tom da de Abegail, cor de castanha. Seu cabelo, contudo, é liso. Conversamos sobre a dinâmica da entrevista e ele quis participar primeiro, pois teria aula na sequência. Nos deixou mais de uma hora depois, atrasado para a aula. Ezequiel relatou algumas de suas experiências na universidade e no *sítio*, onde mora com a família, com muita desenvoltura, contrastando com a timidez de sua prima. O estudante tem 20 anos, fez o ensino básico em um distrito próximo ao sítio e em 2016 entrou em Secretariado Executivo noturno, pelas vagas suplementares. Ele disse que esse curso era sua segunda opção. No ano seguinte, se inscreveu em Direito nas “*vagas para quilombolas*”, porém, por estar no *interior*, não teve acesso ao resultado e perdeu a vaga. Acentuou que tentaria novamente, pois direito era o que queria fazer. Ingressou nesse curso em 2019, pelas vagas PPI da lei de cotas.

Ezequiel relatou que Adriana Ferreira, Lurdinha Mina, Vanda Pinedo, Luciana Freitas e Débora Freire, todas vinculadas ao MNU, foram ao sítio em 2015 com provas, gabaritos e ensinaram a fazer as provas e a preencher o gabarito. Em contraste, em 2010, Adriana se preparou sozinha para a prova e desconhecia como preencher o gabarito. Como já descrevi, a equipe do PROEXT fazia oficinas nos quilombos, explicava sobre o processo seletivo e também fazia as inscrições ao vestibular. No vestibular 2016, primeiro ano de implementação do novo Programa, Ezequiel concorreu às vagas suplementares fazendo o vestibular geral.

O estudante fez a prova no município de Joaçaba, a aproximados 40 quilômetros do quilombo Invernada dos Negros, do sítio. Para o deslocamento, “*o MNU providenciou transporte para um grupo de quilombolas irem até Joaçaba fazer a prova, pagaram uma besta para ir até o local, que fica cerca de uma hora de distância, durante os três dias de prova*” (Ezequiel de Souza, em 31 de agosto de 2018). Como relataram Adriana e Abegail, o deslocamento de suas residências até o local da prova, em outro município, foi uma das maiores dificuldades. Em 2010, Adriana contou com a solidariedade de parentes, amigos e de uma vereadora. Em 2014, a mãe de Abegail e Adriana, com muita *briga*¹⁸⁷ com a prefeitura de Monte Carlo, conseguiu que esta autorizasse um carro para fazer o deslocamento de Abegail até Caçador. Abegail contou também com a solidariedade da comunidade de fé que a hospedou. Em 2015, Ezequiel e demais quilombolas que prestaram o vestibular 2016 contaram com o apoio do movimento para os deslocamentos. Nesta perspectiva, as ações mediadas pelo PROEXT foram apreendidas como ações exclusivamente do MNU.

Ezequiel contou que, nas primeiras semanas em Florianópolis, Raquel Mombelli o hospedou – “*inclusive me levava e buscava na faculdade, devo muito a ela*”. Após receber a

¹⁸⁷ A categoria luta emergiu em diferentes falas com o sentido do que se faz junto. Em contraste, a categoria briga emergiu, principalmente nos relatos de Adriana e Abegail, com o sentido do que se faz na disputa com outrem.

bolsa MEC, alugou um quarto na mesma república em que Abegail morou. Desde então passou por várias mudanças de quarto devido às dificuldades de adaptação com colegas. Chegou a morar com amigos que se entendiam fora de casa, porém, relatou: *“Eu sou do interior, sou uma pessoa que gosta de limpeza, das coisas bem organizadinhas, tudo no seu lugar. Daí tu chega, vai morar com uma pessoa que deixa parte das coisas íntimas em cima da geladeira, outras coisas em cima da mesa, não dá, não dá!”*. Além disso, uma situação o afetou imensamente:

Eu tenho dois tios que são deficientes. Uma delas é como se fosse minha mãe, todas as mães juntas, só que só ela. Ela faz tudo para mim. Eu chego em casa, ela tá com um lencinho na mesa, eu falava tô com fome, quero pão, ela ia lá, cortava o pão, fazia cafezinho para mim, deixava lá. É um amor de pessoa. Daí eu estava convivendo com uma dessas amigas minhas. E tem um senhorzinho que também tem deficiência, que fica pelas ruas, às vezes gritando, e o pessoal todo conhece ele, gosta dele, e com o tempo com ela, vi que ela não gostava dele, que era grotesca, teve um dia que ela falou: *“nossa, porque que ele não morre duma vez?!”*. Isso para mim foi lá na alma, nossa, e se um tio meu viesse aqui e ela fazer isso? É bem difícil achar uma pessoa adequada. Essa aqui [apontou para Abegail] conseguiu, não precisa pagar. Por isso eu prefiro morar sozinho.

Ele não tem acesso ao auxílio moradia. É isento no restaurante universitário e recebe a bolsa MEC de 900 reais, com que paga o aluguel de 800 reais da quitinete e *“sobra 100 para o resto”*. Sua família *“se mata”* para ajudá-lo financeiramente com as demais necessidades para a permanência na instituição. Ezequiel gosta de praticar atividades físicas e faz várias modalidades ofertadas pela UFSC.

O estudante relatou que é *“filho adotivo. A minha família é uma bênção de Deus. Graças a Deus que fui incluído nela. Então não sei o que eu seria sem ela”*. Ao evocar os afetos familiares, Ezequiel também exprimiu a solidão e a saudade de casa.

É difícil, a gente fica solitário, a gente se sente sozinho [...]. Amigo é difícil, amigo é aquele que está ali pra o que der e vier. E aí, ligo pra mãe e a gente conversa, e eu pego e vou para casa. A gente vai para casa, nos dois primeiros dias a gente se dá super bem, no terceiro dia a gente já tá quebrando pau pra tudo quanto é lado, daí a gente volta e já dá aquela saudade de novo. Chega na rodoviária e já tá falando: oh, mãe, que saudade da senhora! A única coisa que ela faz que dá para matar a saudade é o pão. Ela sempre faz três pães que eu trago. O que que eu faço: eu sempre como dois, e um eu deixo no congelador, quando eu olho pra aquele pão eu lembro dela, então eu deixo, vai ficando lá. Quando vou comer já está tão duro que nem presta mais.

Os modos de fazer relações na UFSC e no sítio são distintos e a dificuldade no seu estabelecimento é sentida como inadequação e desconfiança. Ao lembrar e evocar a família, o

estudante destacou, também, o movimento de resistência de sua avó Luzia em decorrência de um ato racista.

Minha vó Luzia era bem tranquila, mas, assim, mexeu com ela, mexeu com a família dela. Era manca e era negra preta. Dona¹⁸⁸ [moradora na região] um dia olhou para ela assim, preconceituosa e racista, e falou assim ó: “*ih, ó lá ó, lá vem a borracha queimada!*”. Minha vó, infelizmente, tinha uma, vó sempre andava de muleta. Então, a vó pegou aquela muleta, desceu do cavalo e deu uma cavocada naquela mulher. A mulher deitou no chão, e avó, não tem essa, coitada, e ela era braba, realmente, ela era uma pessoa assim que mexeu com o neto dela, ela se atentava. Ela deitou a mulher no chão e fez xixi na boca da mulher e disse: “*olha aí o xixi da borracha preta*”.

Ao evocar tal memória, provavelmente contada nas rodas de conversas entre familiares como significativa na trajetória de vó Luzia, Ezequiel evidenciou os conflitos interracializados nas relações com pessoas de fora da comunidade, indicando a possibilidade de uma relação constantemente tensionada entre os da Invernada e os “de fora”. Aproximo essa situação com outra ocorrida entre os do Morro do Fortunato e os do Vale, como relatou Hartung (1992):

Quando a gente tava na escola, a gente ia em turminha¹⁸⁹ e eles tinha medo da gente. Algum chamavam, mas corriam. Porque quando a gente tava na aula não era pouca gente. E eles já sabiam que quando eles chamavam, eles apanhavam. Então eles não chamavam a gente de macaco, de nego. Depois que eles souberam que a tia deu uma surra na professora. Porque eles chamavam muito, depois pararam. Pararam um pouco. [...]. As rapariga são assim, se eles chamam, elas avançam na hora. Elas bate mesmo. Acho que é por isso. Eles pegaram medo. Não é que pararam de ser racista, isto não acredito. Eu acho que é porque eles tem mais medo (HARTUNG, 1992, p. 189).

Ezequiel ressaltou que as situações de atos racistas envolvem também as disputas pela terra. Por isso, “*tem que lutar por aquilo! Isso é ser quilombola. É saber que você, filho de escravo, filho de Damásia, filho de Margarida, filho de quem quiser, mas tu és quilombola e não tens vergonha disso*”. Nesta perspectiva, percebe-se certa noção da pessoa quilombola em conexão com o processo escravagista, com o direito à terra herdada e com as constantes lutas por ela. Com este sentido, na luta se reivindica a terra e também o respeito às relações de alteridade. Ezequiel ressaltou que *ser* quilombola da Invernada é ser descendente de Damásia e

¹⁸⁸ Dona é um pronome de tratamento, omito o nome da senhora por uma questão ética.

¹⁸⁹ Lu Quilombola, do Aldeia, relatou que andava em turma, principalmente, para ir à escola. Sugiro que o andar em turma é um comportamento coletivo que, além de indicar o vínculo com um grupo, pode ter como princípio a segurança do próprio grupo.

Margarida. Ambas as referências parecem desdobrar-se nas duas mulheres, irmãs, que o adotaram.

Conforme Adriana Ferreira, na Invernada são reconhecidas quatro famílias com vínculos com os troncos ancestrais da comunidade: os Souza, os Garipuna, os Gonçalves e os Fernandes. As mães (Souza) de Ezequiel são primas de Ely e da mãe de Abegail. Como indicou Abegail, uma família de mulheres lideranças. Diferentemente, a família materna de Adriana é do *tronco* Fernandes. Ela disse que seu pai “*veio de fora*” e também que, “*como a gente [se] criou tudo junto, a gente considera tudo parente*”. Entretanto, se o aparentar é feito com diferentes vínculos, sua definição analogamente possui diferentes variações.

A relação entre Adriana e Abegail é referida em termos de amizade. Elas cresceram juntas no núcleo e, embora tenham uma relação muito próxima, há um cuidado em não acionar a relação como a de parentes. Ely e Ezequiel moravam no sítio, já Abegail e Adriana, no núcleo. Adriana, Abegail e Ezequiel ingressaram em cursos de graduação da UFSC na faixa etária de 20 anos, solteiros e sem filhos. Ely de Souza também ingressou solteira, porém, na faixa etária de 40 anos e casou-se depois. Como busquei descrever, diferentes relações foram acionadas, em diferentes anos, para que estudantes da Invernada dos Negros chegassem à Universidade e nela permanecessem. As redes de solidariedade constituíram-se como fundamentais nesses processos. Pois, os obstáculos que tiveram de enfrentar e ainda enfrentam não seriam possíveis de ultrapassar no plano individual ou mesmo doméstico.

Os aproximados 350 quilômetros que separam o núcleo e o sítio da UFSC (Campus Trindade) fazem com que essas/es estudantes tenham de morar em Florianópolis durante a realização da graduação ou da pós-graduação. É possível sugerir, diante da conjuntura já apresentada, que para uma pessoa casada, da Invernada, fazer a graduação nesta instituição despenderia muitos recursos, o que torna praticamente inviável o deslocamento individual. O custo de residir fora se acrescenta às despesas – que os solteiros não têm – com o sustento da família que ficou no quilombo, sem contar as demais responsabilidades com filhas/os e cônjuges. A situação da estudante quilombola de Odontologia do Tocantins, que ingressou em 2017, é exemplar em relação aos esforços de retornar ao estudo em outro estado, uma geração acima da média da turma, casada e com filhos. Conheci essa estudante na moradia estudantil da UFSC, conversamos algumas vezes, marcamos alguns encontros para uma entrevista e ela não compareceu. A estudante conseguiu vaga na moradia onde ficou durante o primeiro semestre do curso. No início de 2018 o marido e os três filhos vieram morar com ela. Com isso, deixou a moradia estudantil, próxima da instituição (ver mapa 2), e mudou-se com a família para São José, município limítrofe a Florianópolis. Tal arranjo não funcionou. O marido não

conseguiu emprego, a família retornou para Tocantins e a estudante não conseguiu a vaga da moradia novamente. Conversamos pelo WhatsApp e ela disse que trancou o curso por problemas familiares e, no final de 2018, voltou para sua casa.

Recentemente, conversei com Adriana Ferreira, que me informou do ingresso em 2019 de mais dois estudantes da Invernada: Evandro de Souza, em Medicina (Florianópolis) e seu irmão, Wagner de Souza, também em Medicina, no campus Araranguá. O pai dos estudantes, Edson de Souza, é o colega que informou à mãe de Adriana que Ely de Souza estava fazendo faculdade e quem levou Adriana para fazer a prova em Curitiba. Durante a graduação, Adriana fez estágio na escola da Invernada,¹⁹⁰ período em que Wagner de Souza foi seu aluno. Em 2020, outra estudante da Invernada, Jéssica Prates, ingressou em fisioterapia (Araranguá).

A partir do registro etnográfico, sistematizei no Quadro 8 informações referentes a estudantes da Invernada dos Negros que ingressaram antes e depois das vagas suplementares. Das pessoas relacionadas, não conversei de forma alguma com Ely de Souza, Evandro de Souza, Wagner de Souza e Jéssica Prates. A partir dessas informações, tem-se que dos sete estudantes da Invernada, cinco são da família Souza.¹⁹¹

QUADRO 8 - INGRESSANTES ANTES E DEPOIS DAS VAGAS SUPLEMENTARES (2009-2020) – INVERNADA DOS NEGROS

Comunidade Quilombola Invernada dos Negros					
Antes das Vagas Suplementares					
Ingresso	Nome	Idade	Estado civil	Filhas/os	Curso
2009	Ely de Souza	± 40	solteira	não	Educação do Campo
2010	Adriana Ferreira	20	solteira	não	Educação do Campo
2015	Abegail de Souza**	19	solteira	não	Zootecnia
Depois das Vagas Suplementares					
Ingresso	Nome	Idade	Estado civil	Filhas/os	Curso
2016	Ezequiel de Souza**	18	solteiro	não	Secretariado Executivo
2017	Abegail de Souza	21	solteira	não	Biologia
2019	Ezequiel de Souza	21	solteiro	não	Direito
2019	Evandro de Souza	*	*	*	Medicina (Florianópolis)
2019	Wagner de Souza	*	solteiro	Não	Medicina (Araranguá)
2020	Jéssica Prates	*	solteira	Não	Fisioterapia (Araranguá)

FONTE: A autora (2020).

* Sem informações.

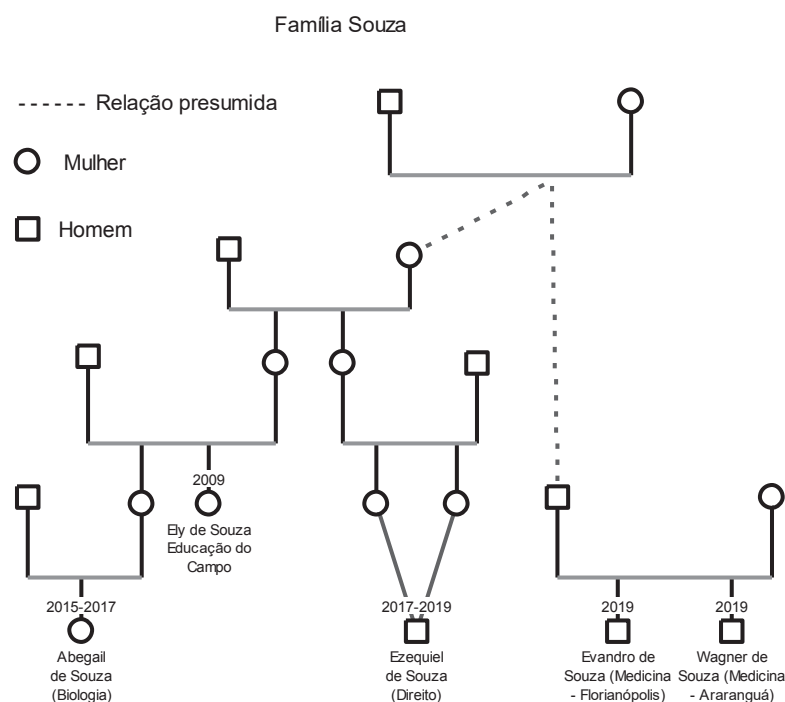
** Estudantes que reingressaram em um segundo curso.

¹⁹⁰ Adriana Ferreira da Silva (2014) fez sua pesquisa monográfica sobre as relações de trabalho e da escolarização na Invernada dos Negros.

¹⁹¹ Conforme Raquel Mombelli (2009, p. 37), a família Souza se reconhece e é reconhecida pelo nome de 'Farrapos'. O nome marcaria uma distinção com os demais troncos ancestrais, pois os Farrapos seriam aqueles que possuem o sobrenome do doador das terras.

Com as possibilidades dadas pela pesquisa, esbocei o Diagrama 2. A relação presumida com Édson Souza deve-se às informações de que Abegail, Wagner e Evandro são primos de “segundo grau”.

DIAGRAMA 2 - ESBOÇO DA REDE DE PARENTESCO DE ESTUDANTES DA FAMÍLIA SOUZA, DA INVERNADA DOS NEGROS, COM O CURSO E O ANO DE INGRESSO NA UFSC



FONTE: Material etnográfico da autora (2020).

Busquei demonstrar como, nos diferentes relatos de estudantes quilombolas na UFSC, as narrativas sobre a parentela, bem como os vínculos afetivos e políticos com o território e com as/os ancestrais fundadores das respectivas comunidades, ganharam relevo. Ao evocarem essas relações, estudantes do Aldeia, da Invernada e do Morro do Fortunato evidenciaram que suas trajetórias singulares estão entrançadas na trajetória coletiva do respectivo grupo.

Entre territórios

Lu Quilombola tinha “uns oito ou dez anos” quando seus pais se mudaram do Aldeia para o bairro Paes Leme, em Imbituba,¹⁹² retornando ao quilombo em meados dos anos 2000. Para ela,

¹⁹² Como já mencionei, o quilombo Aldeia fica entre os municípios Imbituba e Garopaba.

o quilombo é um lugar de cura. Quando eu fiquei doente, com depressão,¹⁹³ eu vim para cá e minha avó, os meus tios, a tia Adelaide [irmã da vó Ciloca], a história dos mais velhos, a história da comunidade, a energia da comunidade, sabe, é um portal. Assim, para mim, é um portal! Quando eu entro ali pela ruazinha que tu entrastes, ou tem outro bequinho ali, pela casa do meu tio, eu entro e é um cheiro diferente. É o céu diferente. Quando eu saio daqui eu sinto (Lu Quilombola, em 2 de setembro de 2018).

Como outros parentes do Aldeia, a estudante de Serviço Social se levanta perto das 4:30h da manhã para pegar o ônibus Garopaba-UFSC.

Cinco horas da manhã eu saio daqui de casa e olho: ahhh! Parece que tem um portal. Eu saio dali [apontando para a direção da Rodovia 434] já tem outro céu. Eu, para mim, que tem um portal. Eu sinto. É um cheiro, eu sinto um ar diferente aqui. Você sai ali, já não sinto. É uma magia, eu acho que aqui tem muita magia, tem muita força, resistência para os nossos, sabe. Tenho vários tios que não sabem ler nem escrever, tiveram vários filhos, sustentaram a família nessa sociedade racista, nesse sistema que sempre nos exclui [...] e é muita resistência dessa população. Eu tenho muito orgulho dos meus tios. Muito orgulho da história de vida de cada um. Então estar aqui é, baah! Saber que se há esperança ou possibilidade de mundo melhor é a partir daqui, das comunidades tradicionais e das comunidades originárias, sabe. Acho que a gente tem muito para ensinar ao mundo.

A noção de “*portal*” reafirma o estatuto do quilombo como lugar de segurança e cura, forjado com resistência e luta desde as ancestrais até o presente. Desse modo, Lu evidenciou a dimensão política do vínculo de afeto com a terra, constituída em território. Adriana Ferreira, da Invernada dos Negros, expressou a relação com o quilombo de forma análoga: o “*quilombo é a nossa casa, é a nossa vida, é de onde a gente revive o nosso passado, mas com alegria. [...] Porque o teu território é tua casa, porque é como se fosse uma mãe para todos nós*” (Adriana Ferreira, 7 de maio de 2018). Também para Rodrigo Machado, o Morro do Fortunato é “*um lugar que me sinto seguro*”.

Contudo, como destacou Lu Quilombola:

Você não entra no quilombo e aqui é um mar de rosas, todo mundo se entende, todo mundo acha bacana, nós somos quilombolas e vamos lutar pelas mesmas coisas. Não é. É contradição também. Existe contradição dentro da comunidade, são pessoas talvez até de grupos diferentes, de ancestralidade de grupos diferentes na África, por exemplo. Eu vejo muito isso aqui. Cada quilombola, mesmo sendo da mesma família, tem uma postura, e eu fico pensando, nossa, são pessoas que vieram de lugares muito diferentes, tenho certeza. E aí a gente se uniu pela escravidão. Nos colocaram no mesmo lugar. Às vezes nem se entende. Mas é bom, um lugar que você se sente acolhido,

¹⁹³ Como descrevi no Capítulo II, Lu relatou que adoeceu em decorrência de dois fatores: impossibilidade de continuar com a graduação em Psicologia em uma faculdade privada, seguida pela perda de uma irmã.

você sabe que é os seus, sabe que se é para lutar por alguma coisa é pelos nossos (Lu Quilombola, 2 de setembro de 2018).

No entanto, se os conflitos não deixam de existir, são de natureza distinta daqueles que são travados para além do “*portal*”. As e os estudantes que conheci durante a pesquisa se identificam como negras e negros e, principalmente as mulheres, evocaram em seus relatos situações de racismo vivenciadas desde a infância e, em particular, na escola. Esse conhecimento escolar prévio, de experiências violentas naquele ambiente educativo, pode incidir diretamente em suas experiências na universidade. Assim como, as relações na universidade podem gerar novas experiências doloridas que evocam e se conectam àquelas vivenciadas no ambiente escolar.

Nestas trajetórias, principalmente estudantes do Morro do Fortunato e do Aldeia explicitaram como a condição socioeconômica foi um dos aspectos que inviabilizou o prosseguimento dos estudos na temporalidade tida como normal. O desejo de profissionalização, que emergiu em diferentes relatos, associado às possibilidades abertas pelo novo Programa potencializaram o ingresso na universidade. Em muitos casos, entretanto, estar uma geração acima da média da turma e possuir um percurso escolar irregular, avaliado pelos próprios estudantes como insuficiente, geram múltiplas percepções de inadequação. Neste sentido, a universidade se constitui como o oposto da comunidade. Na universidade, como evidenciaram alguns relatos, estudantes são lidos como estando “em falta”, sobretudo no que diz respeito à “*base escolar*”. O modo de operação da universidade, de produção de saberes sintéticos como acentua Antônio Bispo (2015), contribui com a percepção de inadequação, ao não considerar os saberes relacionais e ancestrais quilombolas.

Procurei descrever neste capítulo como o processo seletivo para o novo Programa oscilou nos primeiros anos até alcançar certa estabilização. Ainda mais importante, porém, foi a constatação de que a política de vagas suplementares não apenas fomentou o ingresso de um maior número de quilombolas em cursos de graduação, mas também transformou qualitativamente o acesso à universidade, ao possibilitar que ingressassem em cursos desejados. Essa diferença, destacada pelas/os estudantes em seus relatos, é exemplificada por André Nascimento (Aldeia) e Abegail de Souza (Invernada dos Negros), que ingressaram em 2015 (antes da implementação das vagas suplementares) em vagas remanescentes de cursos que não eram sua primeira opção e, posteriormente, puderam ter acesso aos cursos que, de fato, queriam realizar, participando de novo processo seletivo.

Como descrevi, a pesquisa indicou certa prevalência de estudantes oriundos de três comunidades quilombolas e aparentados entre si. Conforme meu registro etnográfico, após a implementação do novo Programa, ingressaram na UFSC cinco estudantes da Invernada dos Negros, oito do Aldeia e nove do Morro do Fortunato. Entre esses 22, há três situações distintas: Eduardo Duarte (Aldeia) ingressou em 2016 por meio da política Retorno do Graduado, Rodrigo Machado (Morro) ingressou em 2017, pelas vagas reservadas pela lei de cotas a pretos, pardos e indígenas (PPI) e Ezequiel de Souza (Invernada) ingressou em 2016 por meio das vagas suplementares e em 2019, pelas vagas PPI. O fato de os dois estudantes ingressarem via PPI indica que esta permanece sendo uma possibilidade para quilombolas, ainda que se configure enquanto uma potencialmente muito baixa. Enquanto Rodrigo obteve aprovação pela nota do ENEM, Ezequiel prestou o vestibular, mas depois de ter iniciado outro curso de graduação pelas vagas suplementares.

Com o intuito de compreender as condições em que ingressaram na universidade, tratei de destacar outras dimensões da vida dessas/es estudantes parentes. Observa-se que as/os primeiras/os quilombolas a terem acesso ao novo direito são de famílias de lideranças. Abegail relatou que suas tias foram/são lideranças na Invernada dos Negros. Ezequiel de Souza, primo de Abegail, destacou o lugar de referência de sua avó na defesa dos seus. Rodrigo Machado é filho do presidente da associação do Morro do Fortunato. Emerson Machado, que em 2018 assumiu informalmente a representação de estudantes quilombolas na UFSC, é primo de Rodrigo e sobrinho do presidente da associação. Ana Nascimento é nora da presidente da associação do Aldeia. Seu marido e cunhada ingressaram na UFSC, como ela, em 2018. Lu Quilombola também é uma liderança da associação do Aldeia. O pai de Camila Pereira já foi presidente dessa associação. Adriana Ferreira, da Invernada, não fez referência a sua família como de liderança. No entanto, como o material etnográfico indica, ela mesma se constituiu em uma liderança após iniciar o curso de licenciatura em Educação do Campo e contribuiu ativamente para que mais quilombolas pudessem ingressar na universidade.

Das situações relatadas, é possível sugerir que quilombolas, tanto as/os que moram como as/os que não moram no território, chegam à UFSC conduzidos por redes de apoio e parentesco e, na maioria dos casos, têm proximidade com lideranças de suas comunidades. Tais fatores indicam que puderam contar com maiores informações e recursos – principalmente relacionais. Sem isso, em que pesem os esforços institucionais em iniciativas como o PROEXT, dificilmente teriam acesso às informações sobre o vestibular e suas regras e, principalmente, conseguiriam coletar as assinaturas de três lideranças no documento de matrícula.

As principais problematizações feitas por estudantes quilombolas acerca da experiência na universidade se desdobram em dois eixos inter-relacionados. Minhas e meus interlocutores disseram que escolheram o curso com que tinham afinidade e manifestaram o desejo de exercer a profissão. Demonstrei que muitas dessas escolhas também são transpassadas pelas relações de parentesco, na medida em que sugerem conhecimentos recebidos de parentes. Um exemplo disso são as escolhas dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Arquitetura, que foram destacadas considerando a trajetória e o afeto relacionados ao trabalho aprendido especialmente com os pais. Porém, são muitos os obstáculos com os quais se defrontaram na universidade. As dificuldades de compreensão do linguajar acadêmico, principalmente depois de muitos anos sem estudar, as reprovações nas disciplinas, as relações de distinção decorrentes da faixa etária – mais velhas/os entre a juventude – fizeram com que alguns vislumbrassem a possibilidade de mudar de curso. Nesse caso, seria necessário fazer novo processo seletivo.

Essas dificuldades são acentuadas por outros desafios para sua permanência na universidade. Como descrevi, a solidão é um afeto potente e notável que atravessa a experiência universitária e foi evocada pelos primos Abegail e Ezequiel, da Invernada. Ao não estar em território conhecido, vários deslocamentos são gerados incidindo diretamente na vida acadêmica. Além disso, a fragilidade de suas condições materiais e os limites das políticas institucionais de permanência são preocupações constantes entre estudantes quilombolas e fatores que também podem gerar solidão e afastamento da instituição.

Cabe assinalar que o limite de ingresso de apenas uma/um estudante por curso pode contribuir para isso. A antropóloga Ana Caroline Goulart (2014) etnografou a presença de estudantes indígenas na Universidade Estadual de Londrina (UEL), que empregou o mesmo limite de vagas por algum tempo. Goulart destacou o fato de esses estudantes, a partir da flexibilização dessa norma, optarem pela mudança para cursos em que outros estudantes indígenas já estavam. Assim, o curso de Educação Física da UEL tornou-se um grande receptor de indígenas. Nesse caso específico, processos de inadequação na turma se mostraram mais decisivos que a escolha da profissão. Em minha pesquisa, o isolamento de quilombolas em suas turmas não sobressaiu como uma questão que pudesse definir a mudança de curso, o que não significa que essa possibilidade possa ser descartada. Portanto, o apoio institucional emergiu como fundamental no duplo desafio de quilombolas de aprender a linguagem acadêmica e de *ficar* na UFSC. Além disso, o ingresso na universidade mediado pelo direito desencadeia uma reflexão individual e coletiva sobre o que é ser quilombola, com consequências subjetivas e também políticas, como quem detém o direito de ocupar essas vagas. Essa reflexão também será objeto de atenção do próximo capítulo.

Em nome de Dandara, a luta não para!
Em nome de Zumbi, permanência sim.¹⁹⁴

CAPÍTULO IV - POLÍTICAS PARA *FICAR* NA UFSC

Neste capítulo trato dos principais desafios de estudantes quilombolas para permanecer na UFSC: as condições de moradia, a obtenção da bolsa permanência e o aprendizado da linguagem acadêmica e dos conteúdos específicos de seus cursos. Essas prioridades são complementares e fundamentais para garantir que quilombolas *ficarão* na UFSC. Nas narrativas de muitas/os das/dos interlocutoras/es, outro elemento emergiu como gerador de desigualdades: o longo tempo longe dos estudos e o ingresso “tardio” na universidade, uma a duas gerações acima da média da turma.

Trato de destacar como, nas lutas por políticas de permanência, estudantes quilombolas, em aliança com estudantes indígenas da instituição, participaram das mobilizações em Brasília pela continuidade do Programa Bolsa Permanência (PBP) do Ministério da Educação, ocorridas em 2018. Também descrevo como esse grupo se organiza politicamente, mobilizando classificações e hierarquias internas, e busca na SAAD apoio e resolutividade para suas demandas, tudo isso em meio a tensões, rumores e acusações.

A SAAD foi criada em 2016. Concomitantemente, o Brasil vivia uma profunda crise política cujos desdobramentos inverteram o sentido das políticas educacionais envidadas desde 2003, com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT/2003-2010) à presidência da república. A provocação da crise política causou um golpe institucional e significativos cortes nos orçamentos das instituições federais de ensino, simultaneamente à implementação das vagas suplementares para quilombolas na UFSC. Em 2017, os cortes atingiram as bolsas de pesquisa fomentadas pela CAPES e pelo CNPq e, parcialmente, o PBP do MEC. Em 2018, os recursos do PBP, específico para indígenas e quilombolas – as *bolsas MEC*, no valor de 900 reais à época –, passaram a ser disputados. Era nessa conjuntura de crise que a recém-criada SAAD buscava mediar, durante o período de minha pesquisa de campo, os conflitos em torno das políticas para a permanência de estudantes quilombolas.

Tendo em consideração esse enquadramento, apresento, na primeira seção, a SAAD. Especificamente, descrevo um evento de recepção de calouras/os em 2017, no qual foi possível

¹⁹⁴ Grito de guerra de quilombolas nos atos pela permanência ocorridos em 2018 em Brasília.

perceber a posição institucional da Secretaria na universidade, com as ressalvas de se tratar de uma instância recém-criada e dos limites dados pela conjuntura política nacional.

Na segunda seção, apresento o PBP e descrevo a aliança entre indígenas e quilombolas que, em um contexto de perdas de recursos e de direitos, foram a uma mobilização em Brasília com o objetivo de sustentar a continuidade desse Programa. Abordo as formas de organização política de estudantes quilombolas em diferentes planos e escalas, trazidas à tona pelos impasses em torno da bolsa MEC e as dinâmicas específicas da representação estudantil quilombola na UFSC. Destaco uma reunião imprevista ocorrida na SAAD e organizada por estudantes quilombolas com vistas a pressionar a liberação da bolsa permanência. Nesta situação foram explicitadas noções políticas de pessoa quilombola expressas nas novas exigências do MEC para a concessão da bolsa.

Na terceira seção, por fim, descrevo como as questões de moradia e de adequação à linguagem acadêmica afetam diretamente a permanência dessas/es estudantes na instituição. Ainda, descrevo como a questão geracional emergiu como mais um elemento que pode dificultar a permanência de estudantes quilombolas na UFSC.

4.1 A Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades: mediações e conflitos

Desde o estabelecimento do Programa, em 2007, a Comissão de Ações Afirmativas (CAA) acompanhou o processo de implementação e avaliação, bem como as bancas de validação das autodeclarações fenotípica e de vínculo étnico. No entanto, as atribuições administrativas referentes ao ingresso e à permanência de estudantes por meio do Programa permaneceram distribuídas entre diferentes órgãos da instituição. De certo modo, o lugar institucional das “diversidades” permaneceu indefinido e instável durante muitos anos pela própria natureza da Comissão e a despeito dos esforços de seus integrantes. Com a vigência, sobretudo, da lei nº 12.711/12, a lei de cotas, tal indefinição se sobressaiu.

Esta questão foi matéria de debates no Conselho Universitário de 2013 a 2015. Em 2013, se decidiu pela criação de um Comitê Institucional “*que deverá proceder à avaliação [das ações afirmativas] e à proposição de mecanismos relacionados às suas distintas dimensões e aos seus resultados, auxiliando no planejamento da Política de Ações Afirmativas no âmbito da UFSC*” (Art. 12 da resolução nº 33/CUn/2013). Em 2014, foi criado um grupo de trabalho¹⁹⁵ com o

¹⁹⁵ O Grupo de Trabalho foi nomeado por meio da Portaria 502/2014/GR, de 19 de março de 2014, com as seguintes representações: Pró-reitoria de Graduação, titular Julian Borba e suplente Simone Valentini; Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, titular Denise Cord e suplente Mauricio Mello Petrucio; Movimentos de estudantes negros e

objetivo de propor o modelo do comitê. Com base nas experiências de outras universidades, o grupo de trabalho apresentou seu relatório em novembro daquele ano e propôs a criação do comitê vinculado à Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD). Também propôs a criação de um “*setor ligado ao gabinete da reitoria*” e responsável pelas atribuições administrativas referentes às ações afirmativas.¹⁹⁶ Em 27 de outubro de 2015, quatro meses depois do estabelecimento de vagas suplementares para quilombolas, o Conselho aprovou a criação do comitê¹⁹⁷ com as seguintes atribuições:

- a) auxiliar, propor e assessorar a realização de fóruns de discussão que abordem a inclusão, o preconceito e as políticas de ações afirmativas na UFSC; b) acompanhar, avaliar e propor às instâncias competentes ações e mecanismos de aperfeiçoamento da política de ações afirmativas da UFSC de acordo com a legislação vigente; c) elaborar e encaminhar ao Conselho Universitário relatório de avaliação com periodicidade anual versando sobre acesso e bienal sobre permanência (aprovação, evasão, assistência estudantil); d) propor ações para o atendimento às demandas de permanência estudantil no âmbito das políticas institucionais da UFSC (Art. 7 da Resolução Normativa nº 65/CUn/15).

Concomitantemente à criação do comitê, estava em curso a eleição para a reitoria para o exercício 2016-2020. A proposta de uma instância administrativa para tratar das ações

negras, titular Luciana Freitas (MNU) e suplente Renata C. A. de Lima; Estudantes indígenas, titular Lucimara Lag Kozicla Patté e suplente Ihakri Nunc Nfoonro; Comissão de Ações Afirmativas, titular Marcelo Tragtenberg e suplente Antonella Tassinari; Câmara de Graduação, titular Glória Regina Botelho e suplente Mateus Stallivieri da Costa; Conselho Universitário, titular Ademir Valdir dos Santos e suplente Nilton da Silva Branco; Servidores técnico-administrativos, titular Hélio Rodak de Quadros Junior e suplente Helena Olinda Dalri; Discentes do Conselho Universitário, titular Gabriel Shiozawa Coelho e suplente Norberto José Siemann Lopes.

¹⁹⁶ Conforme o diretor da SAAD, Marcelo Tragtenberg, me disse em entrevista, a proposta era bastante similar à que havia sido elaborada pela própria CAA. Contudo, a Comissão pleiteava a criação de uma pró-reitoria específica.

¹⁹⁷ O Comitê foi composto por: 1. Uma representação da Administração Central; 2. Uma/um docente das Ciências Exatas e da Terra e Engenharias; 3. Uma/um docente das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 4. Uma/um docente das Ciências Biológicas, da Saúde e Agrárias, indicada/o pelo Conselho Universitário; 5. Uma representação de cada um dos *campi* fora de sede, indicada pela direção do respectivo campus; 6. Uma representação discente de graduação, indicada pelo Diretório Central dos Estudantes, oriunda de escola pública, podendo-se, na ausência dessa representação, realizar indicação de estudante advindo de outro percurso escolar; 7. Uma representação de servidoras/es técnico-administrativos em Educação, indicada por fórum específico a ser convocado pelo sindicato da categoria; 8. Uma representação do movimento de estudantes negros e negras da UFSC, indicada por meio de fórum específico; 9. Uma representação do movimento negro externo à comunidade acadêmica, indicada por meio de fórum específico das diversas representações do Movimento Negro de Santa Catarina; 10. Uma representação de estudantes de pós-graduação, indicada pela Associação dos Pós-Graduandos; 11. Uma representação docente ou técnico-administrativa da educação básica da UFSC, indicada em comum acordo pelas direções do Colégio de Aplicação e do Núcleo de Desenvolvimento Infantil; 12. Uma/um estudante do ensino médio de escola pública, indicada/o pelo grêmio estudantil do Colégio de Aplicação; 13. Três representantes indígenas da UFSC, contemplando os três povos oriundos do estado de Santa Catarina, indicados por meio de fórum específico; 14. Uma/um representante de estudantes quilombolas, indicada/o por meio de fórum específico (Resolução Normativa 65/CUn/15).

afirmativas ganhou expressão como pauta política das candidaturas de Luís Carlos Cancellier¹⁹⁸ (CCJ) e Alacoque Erdmann (CCS) como reitor e vice-reitora pela chapa “A UFSC Pode Mais”. O presidente da CAA, Marcelo Tragtenberg, também compôs essa chapa, vencedora do pleito. Ao assumir o cargo, o novo reitor implementou as alterações na estrutura administrativa necessárias para a criação da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD). Isto se deu com o remanejamento de cargos de outras unidades.

Na sessão de 7 de junho de 2016 (UFSC, 2016), o Conselho criou formalmente a SAAD, vinculada ao gabinete da reitoria, “*com o objetivo de auxiliar o gabinete da Reitoria a propor, implementar, consolidar e monitorar políticas de ações afirmativas e diversidades*” (SAAD, 2017a). A estrutura organizacional da SAAD compreende os seguintes cargos e áreas:

- I. Secretário/a
- II. Diretoria Administrativa da SAAD;
- III. Serviço de Expediente;
- IV. Coordenadoria de Relações Étnico Raciais (CRER);
- V. Coordenadoria de Ações de Equidade;
- VI. Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero;
- VII. Coordenadoria de Acessibilidade Educacional;
- VIII. Coordenadoria de Inclusão Digital;
- IX. Serviço de Apoio ao Indígena e Quilombola;¹⁹⁹
- X. Serviço de Divulgação das Ações Afirmativas;
- XI. Serviço de Apoio à Amamentação;
- XII. Comitê Institucional de Avaliação e Acompanhamento das Ações Afirmativas;
- XII. Serviço Psicológico CDGENCuida (SAAD, 2016).

A professora Francis Tourinho, do Centro de Ciências da Saúde (CCS), assumiu a titularidade da SAAD e o professor Marcelo Tragtenberg (CFM) assumiu o cargo de diretor do Departamento Administrativo. Em entrevista, o diretor administrativo mencionou o trabalho da titular da SAAD se referindo a ela, algumas vezes, como “*pró-reitora*”. Com status de pró-reitoria, do ponto de vista desse diretor, a SAAD é uma Pró-reitoria. Com a criação da SAAD, a CAA, que até então estava vinculado à PROGRAD, passou a compor sua estrutura. Como se

¹⁹⁸ Como já descrito no Capítulo I, em 2012 Cancellier fez a relatoria dos processos de reedição do PAA e da primeira adequação das vagas da universidade à lei de cotas.

¹⁹⁹ Durante o trabalho de campo, o Serviço de Apoio ao Indígena e Quilombola não estava ativo. Suas atribuições ficaram a cargo da Coordenadoria de Relações Étnico Raciais que, à época, estava sem titular.

vê na relação acima, a atuação desta Secretaria abrange diferentes áreas com variadas competências.²⁰⁰

O aprofundamento da descrição da SAAD foge ao escopo desta etnografia. Entretanto, como essa Secretaria é responsável pelas bancas de validação de vínculo étnico e pelo apoio à permanência de quilombolas trato de especificá-la. Concebida como a principal instância de articulação da relação entre estudantes que ingressam pelas políticas afirmativas e a instituição, tanto pelo desenho institucional quanto pelos cortes orçamentários efetuados pelo governo federal logo após sua criação, a SAAD enfrenta limites para sua atuação. Ademais, enfrenta tensões tanto nas relações com outras instâncias administrativas, devido a certa imprecisão de suas atribuições, como nas relações com estudantes.

O evento organizado pela SAAD para a recepção das/os calouras/os ingressantes pelas vagas suplementares no segundo semestre de 2017 evidencia, até certo ponto, essas diferentes dimensões, como trato a seguir.

4.1.1 Limites e impasses: a atuação da Secretaria

Em primeiro de agosto de 2017, a SAAD organizou uma recepção para as calouras e calouros ingressantes no segundo semestre pelas vagas suplementares – novo Programa. O evento estava marcado para 18 h. Cheguei ao auditório do Centro de Ciências Jurídicas um pouco antes do horário. A estagiária branca da SAAD chegou em seguida carregando uma caixa com garrafas de café, bolachas e pastas. Ela abriu a porta e, em uma carteira próxima à entrada, organizou as garrafas de café, os copos descartáveis, açúcar, adoçante e as bolachas. As poucas pessoas que adentraram o espaço receberam uma pasta de papel branco com o emblema oficial da UFSC. Dentro da pasta havia: (a) um panfleto com informações do Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes; (b) outro panfleto com informações da Rede de Serviços da UFSC, que incluía serviços hospitalares, de psicologia, da clínica odontológica, de cursos de idiomas e da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE); e (c) a cartilha “Rede de Apoio e Serviços – Município de Florianópolis”, organizada pelo Serviço de Psicologia Educacional da Coordenadoria de Assistência Estudantil (CoAEs/PRAE), com informações sobre serviços de saúde, lazer, cultura, arte, empregos, estágios, educação e direitos humanos de Florianópolis.

Uns quinze minutos depois do horário estabelecido, havia quatro estudantes e algumas professoras e professores na sala. O diretor administrativo da SAAD entrou e avisou que a

²⁰⁰ A antropóloga Alexandra Alencar (2018) etnografou as ações da SAAD especialmente para estudantes negras.

secretária chegaria em seguida com o reitor. Passados mais quinze minutos, ambos chegaram acompanhados do pró-reitor de Graduação, da coordenadora de Avaliação e Apoio Pedagógico (CAAP/ PROGRAD), do diretor do Departamento de Assuntos Estudantis (DeAE/PRAE), do coordenador de Relações Internacionais e do procurador da UFSC.

Aos meus olhos, a secretária Francis Tourinho aparenta ter cerca de cinquenta anos, tem estatura mediana, cabelos lisos, a pele na cor marrom, e estava vestida formalmente. Ela deu as boas-vindas às calouras e aos calouros convidando-os a irem à SAAD para orientação, para demandas ou, como disse, “*nem que seja só para ter um sorriso*”. Tourinho coordenou o evento. Agradeceu às coordenações dos cursos de Medicina, de Relações Internacionais, de Licenciatura Intercultural Indígena, de Administração e de Pedagogia²⁰¹ e à equipe da SAAD: um estagiário e uma estagiária do serviço social, uma servidora técnica da Coordenadoria de Relações Étnico-raciais (CRER/SAAD) que tratava de assuntos relacionados aos estudantes indígenas, quilombolas e negros, e ao diretor administrativo da Secretaria.

Francis Tourinho justificou o atraso devido a um compromisso do reitor e lhe passou a palavra. Luís Carlos Cancellier de Olivo parabenizou as/os estudantes pelo ingresso na UFSC, agradeceu a presença das/os coordenadoras/es de cursos de graduação e falou do esforço de servidoras/es técnicos e docentes “*em melhorar cada vez mais o processo de atendimento*”. Ele pediu a ajuda de estudantes para “*melhorar essas práticas. A instituição tem de ter seu olhar para atender as necessidades dos alunos*”. O reitor falou também do processo de constituição da SAAD. Disse que convidou Francis Tourinho e Marcelo Tragtenberg para pensarem em uma Secretaria que “*desse conta da diversidade. Estamos aprendendo a fazer*”. Enfatizou, ainda, que a inclusão não é só econômica e que, para tanto, “*é preciso de apoio pedagógico, de monitoria e tutoria*”. Cancellier finalizou sua intervenção dizendo que gostaria de continuar no evento, que fazia questão de “*estar aqui*”, porém seus compromissos o impediam e, assim, se despediu.

A titular da SAAD mencionou que o fato de ter poucos estudantes presentes se devia à “*Semana Mundo Mulheres, alguns cursos não estão tendo aulas*”, sendo respaldada por coordenadoras de curso que justificaram a dispensa das aulas pela realização do evento.²⁰² Tourinho nomeou as pessoas que conhecia e pediu para as demais se apresentarem. Nesse momento eu também me apresentei e falei da pesquisa.

²⁰¹ Conforme a secretária falou na ocasião, foram convidadas todas as coordenações de curso do “primeiro ciclo” a estarem presentes.

²⁰² O 13º Mundo Mulheres & Fazendo Gênero foi realizado na UFSC de 20 de julho a 4 de agosto de 2017.

FIGURA 12 - EVENTO DE RECEPÇÃO DE ESTUDANTES INGRESSOS PELAS VAGAS SUPLEMENTARES



FONTE: Foto do evento de recepção com o reitor Cancellier e a titular da SAAD (SAAD, 2017b).

O evento começou com quatro estudantes e enquanto nos apresentávamos chegou um grupo de oito indígenas, nem todos calouros. No Quadro 9 apresento os cursos e categorias de ingresso de estudantes presentes.

QUADRO 9 – ESTUDANTES QUE PARTICIPARAM DO EVENTO DE ACOLHIMENTO DA SAAD

Categoria de ingresso*	Curso	Origem²⁰³
Negro	Odontologia	Minas Gerais
	---	Florianópolis (SC)
	Química	Porto Alegre (RS)
Quilombola	Odontologia	Mateiros (To)
Indígena	Direito	Terena
	Ciências Sociais	--
	Direito	Xokleng
	Medicina	Xokleng
	Pedagogia	Guarani
	Odontologia	--
	Odontologia	Xokleng
	Administração	Xokleng

FONTE: Tabela organizada pela autora.

* Vagas suplementares.

²⁰³ As e os estudantes indígenas mencionaram seu povo, mas não o estado. Os povos Xokleng e Guarani vivem na região sul do Brasil.

Após as apresentações, o diretor branco do Departamento de Assuntos Estudantis da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (DeAE/PRAE), Ruy Ribas,²⁰⁴ foi convidado a falar das ações do órgão. Ele também parabenizou as/os estudantes pelo ingresso e deu-lhes as boas-vindas:

A fala principal é nesse sentido, de acolhida, que vocês se sintam desde já o mais confortáveis, o mais à vontade na universidade, saber que essa transição é as vezes um pouco tumultuada, bastante informação nova acontecendo. A PRAE é a unidade da administração central e junto com a SAAD coordena e implementa as políticas de ações afirmativas, de permanência, assistência estudantil. A PRAE vai acompanhar vocês das mais diversas formas ao longo desses quatro ou cinco anos.

Ribas informou as atribuições da PRAE no gerenciamento do restaurante universitário, no atendimento de mais de dois mil estudantes que recebem a bolsa permanência da instituição (\pm R\$ 630), no financiamento da moradia estudantil e no atendimento de cerca de mil estudantes com o auxílio aluguel (R\$ 250). Disse ainda que a PRAE é responsável pelos programas que apoiam a realização ou participação de/em eventos e enfatizou a *“gama de iniciativas que visa promover a permanência do estudante e também enriquecer a experiência de vocês aqui”*. O diretor do DeAE acentuou que a SAAD é uma *“porta de entrada”* à qual algumas vezes a/o estudante recorre para a resolução de um problema. Essa instância, então, busca a PRAE e, juntas, se articulam para resolvê-lo. Desse modo, alegou, *“a SAAD pode dar um suporte, mas a assistência é cuidada pela PRAE”*.²⁰⁵

Na sequência, a coordenadora branca de Avaliação e Apoio Pedagógico da Pró-reitoria de Graduação (CAAP/PROGRAD), Soraia Selva da Luz,²⁰⁶ apresentou três programas ofertados pela PROGRAD: o Programa de Formação para Professores (PROFOR), o de Monitoria, com 700 bolsistas e uma média de 150 voluntários e o Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE), por meio do qual pós-graduandos/as oferecem

²⁰⁴ Rui Ribas é técnico administrativo na UFSC desde 2013. Em 2020, atua como docente colaborador junto ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária (PPGAU/UFSC).

²⁰⁵ Ao finalizar sua apresentação, Ribas convidou as/os estudantes para o evento de *acolhimento* que a Coordenadoria de Assistência Estudantil (COAES/PRAE) organizou para calouros ingressantes, por diferentes modos, no segundo semestre de 2017. Esse evento foi realizado no auditório do Centro Socioeconômico em 8 de agosto, às 13h30min. Dele participaram uma psicóloga da PRAE, a coordenadora da Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CoAEs/PRAE) e cerca de 50 estudantes. As agentes estatais apresentaram as ações da PRAE e, ao fim, a psicóloga informou que o pró-reitor não *“conseguiu ir”*. Não houve manifestação de estudantes e a reunião foi encerrada às 14h20min.

²⁰⁶ Técnica em Assuntos Educacionais, ingressou na UFSC em 2012.

tutoria e orientação pedagógica individualizadas. A coordenadora deu ênfase à *“parceria bem forte com a PRAE, com as bolsas de apoio pedagógico”*.

A fala da representante da PRAE reafirmou o seu lugar como responsável por viabilizar a assistência econômica estudantil, e a da PROGRAD, o de viabilizar apoio pedagógico. Em suas intervenções, ambos atribuíram à SAAD o lugar de mediação: uma *“porta de entrada”* e um *“suporte”* para as ações das pró-reitorias no que se refere às questões pontuadas acima. Tal perspectiva pode ser também apreendida na defesa que a própria secretária fez da SAAD: *“só tem um ano, mas nesse um ano a gente está procurando crescer e melhorar e a gente está aberto [...], a gente está subindo e descendo à PROGRAD, à PRAE. Porque a gente quer que todo mundo saia da UFSC com êxito, é esse o objetivo”*.

A titular da SAAD também apresentou a proposta de monitoria para estudantes indígenas prevista para ser implementada no segundo semestre de 2017 em parceria com a PROGRAD, a Pró-reitoria de Extensão (PROEX) e a Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN). O diretor da SAAD corroborou dizendo que seria um projeto piloto e que havia a possibilidade da criação do *“ciclo intercultural para indígenas”*. Prevvia-se implementar um processo de *“adaptação institucional”* no primeiro ano de ingresso das/os indígenas, projeto que não foi referenciado para estudantes quilombolas.

Diante dessas enunciações cabe destacar o estudo da antropóloga negra Alexandra Alencar (2018), que etnografou as ações da SAAD direcionadas às estudantes negras e negros. Alencar ressaltou que a Secretaria *“não possui orçamento próprio, desta forma, realiza suas ações em parceria com as demais pró-reitorias, como a de assuntos estudantis, graduação, pós-graduação, secretaria de educação à distância e a secretaria de assuntos internacionais”* (ALENCAR, 2018, p. 3). Alencar citou a titular desta secretaria: *“a SAAD fica responsável pela gestão das políticas de ações afirmativas: como as pessoas entram, os trabalhos de validação que é preciso fazer e assessoria educacional para os estudantes”* (2018, p.4). Com tais atribuições e sem recursos para financiar políticas de permanência, a SAAD tem sido foco de conflitos e de denúncias entre estudantes que ingressaram por meio de ações afirmativas.

Após as falas institucionais, a palavra foi aberta a estudantes. Um estudante indígena questionou sobre o atraso da bolsa permanência do MEC.²⁰⁷ Outro, com o reforço da estudante quilombola do Tocantins, questionou sobre a moradia estudantil. Ainda, estudantes negros e

²⁰⁷ Como trato em seguida, o período mínimo entre o pedido e o recebimento das bolsas MEC é de cerca de três meses. Até 2017, ano em que ocorreu o evento em descrição, atrasos ocorriam com certa frequência, na maioria das vezes devido aos procedimentos internos à instituição. A partir de 2018, o MEC passou a controlar e a bloquear diretamente o processo de distribuição dessas bolsas com base em novos critérios.

indígenas tiraram dúvidas sobre o apoio pedagógico. De modo geral, foram orientados a irem à PROGRAD, à PRAE ou à SAAD para informações precisas. O encerramento da reunião ocorreu próximo das 20 h. Em seguida, as pessoas se juntaram em conversas contornando a carteira com café e bolachas.

Nesse evento de acolhimento institucional foram explicitados os pontos de vista da PRAE, da PROGRAD e, de certo modo, da própria SAAD de como essa secretaria se constituiu em uma posição de mediação no agenciamento das políticas de permanência. Por essa razão, estudantes questionaram a secretária da SAAD sobre a moradia, o apoio pedagógico e a bolsa MEC. Pode-se apreender dessa situação que a SAAD, ao se constituir como instância que trata das diferentes políticas para a multiplicidade das diferenças, mas sem muitos recursos, parece se tornar – além de mediadora entre outras instâncias e as/os estudantes – um repositório de contenção dos conflitos que, de outro modo, seriam direcionados à PRAE e à PROGRAD.

Diante dos desafios para *ficar* na UFSC, estudantes quilombolas buscam na SAAD instrumentos para a resolução dos problemas que emergem, principalmente, das dificuldades financeiras e acadêmicas. Esses aspectos foram ressaltados por indígenas ao longo da recepção. Durante o trabalho de campo, algumas interlocutoras se referiram à SAAD em termos profundamente pejorativos na tentativa de descrever o alcance efetivo de suas ações. Acentuaram que a nova secretaria não resolve “em nada” a questão de estudantes quilombolas – e negras. Talvez seja possível sugerir que a SAAD, ao estancar em si mesma tais conflitos e acusações, simultaneamente, vai constituindo certa percepção de distanciamento das perspectivas de diferenciação, como que estabilizando um processo de unificação dos procedimentos das práticas estatais, refazendo-se estado. Deste modo, é percebida por estudantes quilombolas como caminhando na contramão das pautas específicas “da diversidade”.

A recepção aos calouros do segundo semestre de 2017 permitiu, de um lado, observar as ambiguidades e tensões nas relações da SAAD com outras instâncias da universidade e com estudantes que ocupam vagas suplementares e, de outro, compreender as prioridades dos e das próprias estudantes: bolsas permanência, moradia e apoio pedagógico. A administração desses direitos envolve níveis e instâncias institucionais distintos, o que também suscita conflitos em diferentes escalas. O programa de bolsas é gerido pelo MEC a partir de seus próprios critérios. Embora também dependentes de recursos federais, as iniciativas referentes à moradia e ao apoio pedagógico se efetivam com base em diretrizes políticas e procedimentos estabelecidos localmente.

Em 2018, as bolsas MEC assumiram precedência em virtude dos cortes orçamentários e das mudanças nos procedimentos de implementação feitas pelo Ministério da Educação. Na seção a seguir descrevo os obstáculos gerados na UFSC com essas alterações e as formas de organização política de estudantes quilombolas, em diferentes planos, evidenciadas a partir dos entraves impostos pelo MEC. Delineio a aliança com o Movimento Nacional de Estudantes Indígenas e Quilombolas e descrevo como os critérios institucionais para a representação estudantil quilombola na UFSC colidiram com dinâmicas específicas e classificações mobilizadas no interior do próprio grupo de estudantes.

4.2 O Programa Bolsa Permanência

O Programa Bolsa Permanência (PBP), de iniciativa do governo federal, foi criado por meio da Portaria nº 389/MEC, de 9 de maio de 2013, com o objetivo de “*viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica,²⁰⁸ em especial indígenas e quilombolas*” (BRASIL, 2013, art. 3º, I). No período da pesquisa, a bolsa tinha o valor de 900 reais, pouco menos que o salário mínimo de 2018 (R\$ 954). É importante observar que, embora não nominados na lei de cotas, quilombolas o são nessa Portaria, cuja redação se ancora no Decreto nº 4.887/03 (BRASIL, 2013). Na Portaria, quilombolas e indígenas são aproximados com base nas especificidades de seus modos de existência, conforme perspectiva adensada no parágrafo 2º do artigo 4º:

A Bolsa Permanência para estudantes indígenas e quilombolas, matriculados em cursos de graduação [de instituições federais de ensino], será diferenciada em decorrência das especificidades desses estudantes com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal (BRASIL, 2013).

A documentação exigida para a homologação do cadastro no Sistema de Bolsa Permanência (SBP) também está em um mesmo tópico e em uma mesma dimensão simétrica:

²⁰⁸ Essa Portaria foi publicada no DOU em 13 de maio de 2013. À época, o MEC estava sob a gestão de Aloizio Mercadante Oliva (PT). A Portaria prevê o pagamento da bolsa para estudantes que comprovem vulnerabilidade econômica. Somente para estes, duas das condições previstas no art. 5º são: “I - *possuir renda familiar per capita não superior a 1,5 (um e meio) salário mínimo*; II - *estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a 5 (cinco) horas diárias*” (BRASIL, 2013). A “bolsa MEC” foi apropriada por alguns estudantes quilombolas com quem conversei sem o grupo “vulnerável”. Com tal entendimento, questionaram a SAAD sobre estudantes recebedores que não eram quilombolas ou indígenas. O MEC excluiu o grupo de vulnerabilidade a partir de 2016.

II - Documentação Mínima Comprobatória da Condição de Estudante Indígena e Quilombola:

1. Autodeclaração do candidato;
2. Declaração de sua respectiva comunidade sobre sua condição de pertencimento étnico, assinada por pelo menos 03 (três) lideranças reconhecidas;
3. Declaração da Fundação Nacional do Índio - Funai de que o estudante indígena reside em comunidade indígena ou comprovante de residência em comunidade indígena; e
4. Declaração da Fundação Cultural Palmares de que o estudante quilombola reside em comunidade remanescente de quilombo ou comprovante de residência em comunidade quilombola (BRASIL, 2013, grifo nosso).²⁰⁹

Com as mudanças político-administrativas ocorridas no governo federal a partir de 2016, o PBP foi objeto de “*contingenciamento*”.²¹⁰ A primeira alteração significativa e que não consta da Portaria 389, foi feita por meio do Ofício-Circular nº 2 da Secretaria de Educação Superior (SESU/MEC), de 11 de maio de 2016.²¹¹ O ofício suspendeu novas inscrições de estudantes “*em situação de vulnerabilidade socioeconômica*” para o PBP:

Informamos, a partir da presente data, a suspensão de novas inscrições de estudantes no Programa de Bolsa Permanência - PBP para receber benefícios pagos pelo MEC, via FNDE, diretamente ao cartão benefício do estudante, exceto para os estudantes indígenas e quilombolas (cf. Anexo III).

Portanto, a partir de 2016, a bolsa MEC tornou-se, ainda que sem alteração na Portaria, exclusiva para indígenas e quilombolas. De modo geral, o entendimento entre alguns quilombolas com quem conversei era o de que a bolsa “sempre” teve essa especificidade, o que gerou conflitos entre estes e a gestão da SAAD.

O grupo quilombola, em associação com o MNU, solicitou à SAAD a lista de estudantes receptoras/es da bolsa no início de 2017. Como me foi relatado, constataram que alguns não eram quilombolas, “*não têm nenhum parentesco*”, e, assim, compreenderam a situação como um desvio no trabalho daquela instância. Uma das situações dizia respeito a um estudante

²⁰⁹ Conforme um interlocutor, até 2018 esta declaração não era uma condição para o acesso ao programa federal. Em 2018, o MEC cria uma série de obstáculos para tal acesso, exigindo a norma que não era aplicada até então.

²¹⁰ Conforme definição no site do Ministério da Economia, “*o contingenciamento consiste no retardamento ou, ainda, na inexecução de parte da programação de despesa prevista na Lei Orçamentária em função da insuficiência de receitas*” (BRASIL, 2015).

²¹¹ Dia anterior ao afastamento da presidenta Dilma Rousseff, para o seguimento do rito processual que culminou em sua efetiva destituição.

negro.²¹² A SAAD foi questionada sobre a situação e justificou que, sem a bolsa, o estudante “*ia acabar perdendo o curso de Medicina*”. Segundo meus interlocutores, “*esse caso foi discutido intensamente pelo movimento que decidiu não denunciar*”. O estudante “*era negro, era pobre, a gente entende por que, no final, a gente sempre tem uma relação de quilombos, os negros, né? Só não tem território*”. Estudantes contemplados pela categoria vulnerabilidade socioeconômica,²¹³ antes do referido ofício, não perderam a bolsa MEC, mas a normativa impediu que novos cadastros fossem feitos.

Até o exercício de 2017, os cortes orçamentários não afetaram diretamente o PBP para indígenas e quilombolas. Eventualmente, ocorriam atrasos no pagamento de bolsas, porém a sua disponibilidade e redistribuição não estavam em questão, como se pode depreender a partir de dois casos. O primeiro é o de Camila Pereira, do Aldeia, que ingressou no curso de Direito em 2012. Nesse ano ela não teve auxílio financeiro da instituição. Em 2013, ao ter conhecimento da bolsa MEC, recém-criada, fez o cadastro e recebeu a primeira parcela depois de três meses. Este era o tempo necessário para a tramitação entre as diferentes instâncias. O segundo caso é o de Rodrigo Machado, que ingressou em 2017 em Engenharia Florestal no campus Curitibaanos. Ele ficou seis meses sem receber a bolsa porque, como afirmou, a assistência social em Curitibaanos “*não circulou as informações*”. Segundo me relatou, quando a bolsa é aprovada no sistema, o próprio sistema envia os dados para o Banco do Brasil “*e ninguém sabia, seis meses!*” *A moça do caixa [do BB] falou que o cartão já tinha vindo, as bolsas já tinham caído e ninguém sabia informar. E eu estava boiando. Estava quase desistindo. E era só ir ao banco pegar*”. Nesse período, além do auxílio da família, recebeu algumas bolsas auxílio da UFSC para instalação em Curitibaanos. É possível sugerir também que até 2017 o atraso das bolsas decorria, em certa medida, de processos e procedimentos internos à própria Universidade. Entretanto, em 2018 a situação foi diferente, como passo a tratar.

4.2.1 Aliança entre indígenas e quilombolas: os problemas com a *bolsa MEC*

A Secretaria de Ensino Superior do MEC precisa “abrir” o sistema para estudantes indígenas e quilombolas se cadastrarem no PBP, o que não foi feito até meados de junho de

²¹² Eu não tive acesso à referida lista. No entanto, conforme meu registro etnográfico, o estudante teria sido classificado indevidamente como quilombola pela instituição.

²¹³ Um dos critérios dessa categoria era a carga horária do curso. Estudantes de cursos integrais, como Medicina, e com renda familiar per capita abaixo de um salário mínimo e meio se enquadravam como potenciais recebedores.

2018. Conforme Adriana Ferreira (Invernada), nesse período estudantes quilombolas foram à SAAD questionar o porquê da situação e *“ninguém sabia explicar. Eles ficam, assim, desesperados, porque não tem onde se apoiar* (Adriana Ferreira, em 7 de maio de 2018). A falta de informação potencializava a reverberação de rumores e de denúncias contra a Secretaria. Enquanto aguardavam a liberação da bolsa, estudantes receberam auxílio financeiro da PRAE. Alguns estudantes me informaram que o valor era de 250 reais, já outros, de 450 reais. Neste caso, metade do valor da bolsa MEC. Não foi possível precisar de que modalidade de auxílio se tratava em cada caso.²¹⁴

A situação tornou-se insustentável quando, em 29 de maio de 2018, em uma reunião com o Movimento Nacional dos Estudantes Universitários Indígenas e Quilombolas em Brasília (doravante movimento indígena e quilombola),²¹⁵ o *“ministro da Educação anunciou que o MEC disponibilizaria um quantitativo de apenas 800 bolsas neste ano para serem distribuídas entre todas as IFES”* (ANDIFES, 2018). Além de limitar o número de bolsas, solicitou-se às representações estudantis que criassem critérios (de exclusão) para estudantes indígenas e quilombolas que receberiam a bolsa. As representações indígenas e quilombolas não aceitaram *“legitimar a política racista do ministério”* (conforme nota distribuída na UFSC por estudantes indígenas contra o corte da Bolsa Permanência, anexo IV).

Em apoio à demanda estudantil, em 7 de junho de 2018, o Fórum Nacional de Pró-reitoras/es de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE)²¹⁶ se manifestou:

²¹⁴ A UFMT implementou vagas suplementares para quilombolas em 2016. Com os impeditivos para a realização dos cadastros desses estudantes no PBP em 2018, a PRAE/UFMT utilizou parte da verba do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para garantir a permanência de quilombolas (HENRIQUE ALVES DA ROCHA et al., 2019).

²¹⁵ Estudantes indígenas e quilombolas que estiveram em audiência com o Ministro Rossieli Soares da Silva na reunião, em 29 de maio de 2018, na sede do Ministério da Educação (MEC), divulgaram a “Nota Oficial Permanência Já”. Assinaram representações indígenas e quilombolas das seguintes instituições: Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Sul do Bahia (UFSB); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Coletivos de Estudantes quilombolas (CEQ/UFOPA); Diretório Acadêmico Indígena (DAIN/UFOPA); Conselho Indígena do Tapajós e Arapiuns (CITA); Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (MUPOIBA); Núcleo de Estudantes Indígenas da UFBA (NEI); Associação dos Acadêmicos Indígenas da UnB (AAI/UnB); Rede de Juventude Indígena Comissão Nacional de Estudantes Indígenas do Brasil (REJUIND); Liga Acadêmica de Saúde Indígena do Pará (ASIPA); Conselho Indígena do Distrito Federal (CIDF); Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); Conselho Indígena Missionário (CIMI); Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI); Fórum Educação Indígena do Amazonas (FOREIA). Por esta composição, é possível aventar que os coletivos quilombolas nas universidades ainda estão em processo de formação.

²¹⁶ Conforme descrito na página da Andifes, o “Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, (sic) foi criado em outubro de 1987, congrega os pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das instituições de ensino superior (IES) públicas do Brasil. Tem por objetivos: [a] formular políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e o fornecimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível regional e nacional; [b] assessorar

O FONAPRACE considera que a oferta de 800 vagas para os estudantes indígenas e quilombolas está muito aquém da demanda de vagas informada pela própria Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), na qual se estima que no 1º semestre de 2018, mais de 2.500 estudantes ingressaram nas universidades e institutos federais, podendo ultrapassar a demanda de 5.000 estudantes até o final deste ano. Tal situação provocará uma evasão em massa dos estudantes indígenas e quilombolas das universidades, caracterizando-se, portanto, como uma ação governamental que prenuncia um possível fechamento do programa (ANDIFES, 2018).

Diante da gravidade da situação, o movimento indígena e quilombola articulou “*mobilizações na capital federal, Audiências Públicas nas universidades em todo o país e resistência contra qualquer retirada de direitos*” (cf. Anexo IV). Ainda, convocou uma mobilização nacional em Brasília no período de 18 a 22 de junho de 2018. Conforme me disse a assistente social da SAAD, num momento posterior, isso ocorreu

depois de uma negociação que foi feita pelos indígenas, principalmente, que têm um histórico de mobilização. Foram, chamaram os quilombolas para ir em cima e aí só depois de muita negociação feita por eles. Foi do movimento deles [que o sistema foi aberto], dos estudantes, das lideranças dos movimentos nacionais (Reunião na SAAD, em 3 de setembro de 2018).

A multiplicidade de agenciamentos pressionou o governo federal a rever sua decisão. Em 15 de junho de 2018, foi publicada a Portaria nº 560/ MEC que previu “*a abertura de novas inscrições ao Programa de Bolsa Permanência - PBP no ano de 2018, para estudantes indígenas e quilombolas*” (BRASIL, 2018a). Na ocasião, o Ministro da Educação Rossieli Soares (abril a dezembro de 2018) anunciou que “*o programa está atendendo, aproximadamente 10 mil indígenas e quilombolas. Estão garantidos ao PBP recursos na ordem de R\$ 150 milhões em 2018*” (BRASIL, 2018b) e ressaltou que “*o programa [...] já beneficiou 91.580 alunos, sendo 22.130 indígenas e 7.836 quilombolas, entre os anos de 2013 e 2017*” (BRASIL, 2018b).

A Portaria nº 560 foi publicada três dias antes do início da mobilização em Brasília, que ocorreu entre 18 e 22 de junho de 2018. O movimento indígena e quilombola manteve a mobilização, pois reconheceu a existência de uma “*conjuntura de desmonte nas políticas de*

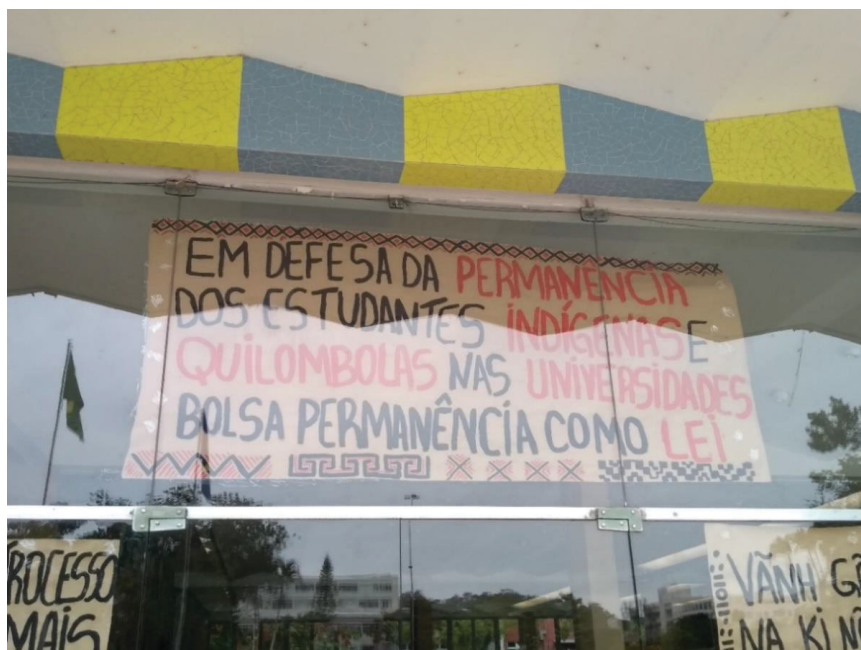
permanentemente a Andifes; [c] participar ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade acadêmica e científica, e comprometida com a sociedade que a mantém; [d] promover e apoiar estudos e pesquisas na área de sua competência, realizar congressos, conferências, seminários e eventos assemelhados” (ANDIFES, 2015).

inclusão, dos ataques aos direitos indígenas e quilombolas”. Tal conjuntura exigia que permanecessem *“vigilantes contra toda política que tende a governar para os que são privilegiados há 518 anos”* (Anexo IV).

Conforme informações que obtive durante a pesquisa, a UFSC cedeu um ônibus para as/os estudantes participarem. Foram 23 estudantes indígenas e oito quilombolas. O grupo de estudantes indígenas que ficou na UFSC organizou a “Aula aberta: Bolsa Permanência Indígena e Quilombola”, em 22 de junho, às 14 horas e criou o evento no Facebook, para o qual 95 pessoas confirmaram presença e outras 184 posicionaram-se como interessadas. Participei dessa aula.

Fazia muito frio em Florianópolis. Cheguei na praça da Cidadania, em frente ao prédio da Reitoria, perto das 14 horas. A fachada de vidro do prédio estava “ocupada” por cartazes (fotos 13 a 16) que expressavam as “palavras de ordem” do dia na UFSC, em muitas outras universidades e no Palácio do Planalto, em Brasília.²¹⁷ No momento em que cheguei passava das 14 horas e os únicos indícios de que ocorreria uma manifestação pública naquele local eram os cartazes. Pessoas transitavam de um lado a outro da praça da Cidadania, poucas estavam sentadas nos bancos de concreto.

FIGURA 13 - MOBILIZAÇÃO INDÍGENA E QUILOMBOLA NA UFSC



FONTE: Acervo da autora.

²¹⁷ Antônio Cruz (2018) fez o registro fotográfico da mobilização indígena e quilombola em Brasília em junho de 2018. Outras notícias sobre as ações do Movimento Nacional dos Estudantes Universitários Indígenas e Quilombolas podem ser lidas no site do CIMI (2018).

FIGURAS 14 e 15 - MOBILIZAÇÃO INDÍGENA E QUILOMBOLA



FONTE: Acervo da autora.

Em torno das 14h30, um pequeno grupo chegou na praça, instalou uma barraca branca (Foto 16), ligou o microfone em uma caixa de som portátil e iniciou a aula. Próximo à barraca houve o ajuntamento de cerca de 20 pessoas, entre estudantes indígenas, suas crianças, apoiadoras/es e uma professora representante da UFSC no Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES).

FIGURA 16. MOBILIZAÇÃO INDÍGENA E QUILOMBOLA



FONTE: Acervo da autora.

Esse grupo fez intervenções por cerca de uma hora, demarcando o motivo do protesto. Concomitantemente, estudantes indígenas entregavam um manifesto contra o corte da bolsa permanência (anexo 4). As intervenções por meio da palavra e do manifesto escrito mobilizaram a atenção das pessoas ali reunidas e das que passavam que, curiosas, paravam por pouco e seguiam seus caminhos. Em ambas as intervenções, a centralidade da ação política era em defesa da bolsa MEC, assim como em apoio a um projeto de lei que garantisse esse direito, haja vista a fragilidade jurídica da Portaria 389. Como enunciado no manifesto que recebi de uma indígena:

Na luta por garantias que são constitucionais e contra todo retrocesso nas políticas públicas de educação aos povos, o Movimento Nacional dos Estudantes Universitários Indígenas e Quilombolas mantém a convocação da mobilização pela Bolsa Permanência que ocorrerá na próxima semana, de 18 a 22 de junho em Brasília. O ato se sustenta mesmo depois da publicação da Portaria Nº 560, de 14 de junho, onde o Ministério da Educação (MEC) autorizou a abertura de novas inscrições ao programa Bolsa Permanência. O próximo passo é a garantia de que o programa Bolsa Permanência torne-se um projeto de lei (Anexo IV).

A possibilidade de uma lei que assegure o direito à permanência de estudantes quilombolas em instituições federais de ensino foi dada pelo Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.434,²¹⁸ de 7 de agosto de 2018. O parecer é de autoria da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), relatora na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. No parecer a deputada enuncia que o objetivo do PL nº 1.434, de 2011, é *a fixação em lei da assistência estudantil [...]* - e não apenas sua manutenção como mera norma regulamentar do Poder Executivo (PORTUGAL, 2018, p. 8). Reconhecendo a relevância da demanda de estudantes quilombolas e indígenas, a relatora acrescentou ao substitutivo a articulação entre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o Programa de Bolsa Permanência (PBP), além de incluir outras categorias de beneficiários:

Entre os beneficiários referidos no caput deste artigo, terão prioridade estudantes quilombolas, indígenas e de outras comunidades tradicionais, bem como estudantes estrangeiros em condição de vulnerabilidade social, regularmente matriculados nas instituições federais de ensino superior (PORTUGAL, 2018, p. 13).

²¹⁸ O Projeto de Lei nº 1.434, de 25 de maio de 2011, de autoria da Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), prevê a criação do Fundo Nacional de Assistência ao Estudante de Nível Superior – FUNAES e menciona estudantes indígenas como seus beneficiários. Foram apensados a ele os seguintes projetos: PL nº 2.860, de 2011; PL nº 1270, de 2015; PL nº 3.474, de 2015; PL nº 6.086, de 2016; PL nº 6.164, de 2016; PL nº 8.739, de 2017 e PL nº 9.612, de 2018. Nenhum desses PLs citou estudantes quilombolas como categoria que faz jus ao direito de uma política de assistência estudantil.

O PL nº 1.434 foi alterado com o objetivo de instituir a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).²¹⁹ Até a finalização da tese, este PL ainda estava em tramitação dependendo dos pareceres da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

A estratégia do movimento estudantil de indígenas e quilombolas de manter a mobilização, mesmo após o governo rever seus atos, fortaleceu a articulação em torno do substitutivo. Cabe aqui salientar que esse movimento também se articulou em 2019 tendo em vista que, como ocorreu em 2018, o governo federal noticiou mais cortes de bolsas.²²⁰ Na mobilização de 2019, a estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal do Sul do Pará (UNIFESPA), Kumreiti Cardoso Kiné, do povo Gavião, evocou o sentido de sua participação: *“Eu vim para cá não só para mim, mas para os meus primos, irmãos, que pretendem um dia cursar o ensino superior. Na minha universidade, tem indígenas que já estão desistindo. É um direito nosso, e viemos com a proposta também de fazer virar lei”* (CIMI, 2019). O dispositivo utilizado para o PBP, uma Portaria, é frágil e dependente de constante articulação e de alianças políticas em diferentes níveis hierárquicos. Portanto, com os frequentes cortes no orçamento do MEC, as bolsas destinadas a indígenas e quilombolas têm sido foco de disputas:

Lembramos que em 2018 o MEC teve um corte de 30%. Neste ano, a Lei Orçamentária destinou R\$ 109 bilhões para a Educação e R\$ 316 bilhões com o pagamento de juros da dívida. Não serão os povos indígenas e quilombolas que irão pagar se o Governo de Michel Temer (MDB) prefere pagar juros a banqueiros e abrir mão de mais de R\$ 10 bilhões com alívio de dívidas de ruralistas. Assim, recordamos Darcy Ribeiro: “a crise da educação no Brasil não é uma crise; é projeto”. Contudo, em mobilização, não recuaremos nenhum passo. Ocupar e pintar de jenipapo e urucum a academia (Anexo IV).

Nas intervenções feitas na aula aberta, estudantes indígenas denunciaram os problemas que enfrentavam cotidianamente em decorrência da não liberação da bolsa MEC. Inclusive, mencionaram *parentes* que não puderam *ficar* na instituição. Criticaram a gestão da UFSC pela precariedade da moradia indígena – o prédio do antigo RU que elas e eles “ocuparam” – e pela ausência do Diretório Central Estudantil (DCE) nessa aula. De fato, observei também a ausência de representações de coletivos negros e de quilombolas – e da SAAD.

Durante a aula, a relação “indígenas e quilombolas” foi constantemente acionada. Buscou-se demonstrar a existência de uma aliança política e simétrica entre ambos os grupos

²¹⁹ No substitutivo, se altera de programa para política, como ocorreu no programa da UFSC.

²²⁰ Estudantes indígenas e quilombolas se mobilizaram novamente em 2019 e o governo, novamente, liberou recursos para as bolsas. Contudo, a cada ano, menos recursos são liberados.

de estudantes, que juntos lutavam pela efetivação de condições para a graduação. Dias antes da aula aberta, Adriana Ferreira (Invernada) participou da oficina para a confecção dos cartazes que ocuparam a fachada da reitoria. Entretanto, ainda que a presença quilombola nesse dia fosse anunciada constantemente e evidenciada pelo registro da foto 7, nenhuma das falas foi feita por quilombola. Por outro lado, dentre minhas interlocutoras e interlocutores, Lu Quilombola e Eduardo Duarte, do Aldeia, Ézio Duarte e Emerson Machado, do Morro do Fortunato, participaram das manifestações em Brasília. Lu e Eduardo expressaram a satisfação por terem participado da mobilização:

A gente até hoje fica cantando os gritos de guerra:
 “Indígenas e quilombolas, estamos aqui e queremos permanência agora!”
 “Não ao retrocesso! Queremos mais acesso!”
 “Co-ta não é es-mo-la!”
 “Em nome de Dandara, a luta não pára!”
 “Em nome de Zumbi, permanência sim!”
 Eram essas quatro mesmas, fora os indígenas na frente fazendo toda a celebração deles, que é fantástico (Lu Quilombola).

Em nossa conversa no Aldeia, em 2 de setembro de 2018, Lu Quilombola disse que a interlocução com indígenas nessa mobilização a fez refletir sobre as ações políticas conjuntas, de colaborações seculares durante as lutas e resistências em quilombos constituídos durante o período escravagista. Admirou-se com a multiplicidade de marcadores estético-identitários dos povos indígenas, os diferentes adereços e as pinturas corporais que viu durante a mobilização. Lu disse que quilombolas não estavam com nenhum marcador distintivo e acentuou que gostaria de usar roupas e adereços com tecidos e motivos africanos, porém estes ainda não cabiam no orçamento doméstico. Ézio Duarte (Fortunato) também falou sobre essa mobilização. Pintaram-lhe os braços “*como os indígenas*” e foi identificado por alguns manifestantes como indígena. Ézio também acentuou a questão dos marcadores estéticos, dizendo que esses elementos foram esquecidos por quilombolas pela dureza da escravidão. Desse modo, além de mobilizados pelas pautas políticas relacionadas à permanência universitária, a e os estudantes retornaram de Brasília instigados pela demonstração das alteridades indígenas.

As articulações e a aliança do movimento indígena e quilombola geraram efeitos. O sistema do PBP foi aberto para o cadastro de novas inscrições no período de 18 de junho a 31 de agosto de 2018. Entretanto, mesmo sem uma única alteração na Portaria 389 – desde sua criação em 2013 –, o MEC passou a fazer novas exigências. Mais precisamente, recuperou

disposições que não eram aplicadas até então e passou a fornecer modelos para a documentação exigida na Portaria.²²¹ Em particular, exigiu uma declaração da Fundação Cultural Palmares e isso ocorreu concomitantemente ao período disponibilizado para a realização do cadastro.

A seguir busco descrever os impasses gerados na UFSC com tal regulação do MEC, que criou obstáculos para o acesso às bolsas, a partir de uma reunião entre estudantes quilombolas e a assistente social da SAAD. Para se compreender algumas das noções e perspectivas em disputa na “questão”, inicio o tópico pela representação estudantil quilombola.

4.2.2 Noções políticas de pessoa quilombola: de quem são os direitos?

Como mencionei no início deste capítulo, em 2015 o Conselho Universitário criou o Comitê Institucional de Avaliação e Acompanhamento das Ações Afirmativas, vinculado à PROGRAD. Em 2016, esse comitê foi vinculado à SAAD. Ele é composto por representações do movimento negro, docentes, técnicas e estudantes, entre estes, quilombolas.²²² Entretanto, em 2017, o diretor administrativo da SAAD me relatou que “*o processo de indicação do comitê é um negócio enroladíssimo. Até hoje os indígenas não indicaram a representação no comitê*”. E ressaltou: *Vamos fazer funcionar o comitê*” (9 de agosto de 2017).

Em 2018, a SAAD solicitou uma representação quilombola para compor o comitê. Conforme meu registro etnográfico, a representação teria de ser indicada por meio de deliberação em uma assembleia, com a feitura da ata contendo as assinaturas das e dos participantes. O grupo de estudantes quilombolas não teve condições de se reunir conforme tal prescrição que, parece, buscava assegurar uma escolha democrática, porém, sem entender os modos de negociação e organização políticas discentes. Neste período, as reuniões e decisões estudantis quilombolas eram feitas principalmente em um grupo do WhatsApp. A discussão pelo aplicativo de celular contornava a dificuldade de encontros presenciais e permitia uma comunicação rápida e potencialmente eficiente. A SAAD, contudo, não aceitou tal modo de organização para a definição da representação quilombola.

Uma das maiores dificuldades de muitos estudantes é encontrar tempo mesmo para o almoço no RU, com suas filas “*gigantes*”. Isso se dá porque ao fim das aulas alguns pegam o ônibus para ir para casa – aonde chegam até duas horas após –, para o estágio ou para o trabalho. Assim, o grupo no WhatsApp tem o potencial de organizá-los politicamente em torno das pautas

²²¹ Para compreender as alterações na legislação federal a respeito do Programa Bolsa Permanência, consultei um colega de trabalho da UFPR, que a conhece profundamente.

²²² Ver nota 197 sobre a composição do comitê.

estudantis na UFSC e, possivelmente, em outras pautas. Nesta circunstância, um estudante quilombola *indireto*, do Morro do Fortunato, se prontificou a ser o representante estudantil no comitê. Porém, como havia se separado da mulher quilombola com quem tem um filho, a *comunidade* não permitiu. Essas questões trouxeram à tona classificações que operam entre estudantes quilombolas e suas implicações nas relações com a instituição.

Na primeira reunião que tive com Lu Quilombola, ela comentou a dificuldade de quilombolas definirem a representação estudantil na UFSC e, também, a controvérsia gerada pela “indicação” do estudante quilombola *indireto*. Era a primeira vez que eu ouvia sobre a classificação de estudantes quilombolas em duas categorias: os *diretos* e os *indiretos*. Como também era a primeira conversa com Lu, eu estava preocupada em consolidar nossa relação e procurei não enveredar pelo tema desconhecido. Tal distinção foi elucidada em encontros posteriores.

Ana Nascimento é estudante de Serviço Social e nora da presidenta da associação da Aldeia. No decorrer de nossa conversa, ela se classificou como “*quilombola indireta, que não é [descendente] de filhos, nem de netos, nem de bisnetos [de fundadoras/es da comunidade]*. *Quilombola indireto só recebe direito se a comunidade quiser*” (Ana Nascimento, 14 de novembro de 2018). Para complexificar um pouco mais essa concepção, a estudante de arquitetura Roberta do Rosário (Morro do Fortunato), que namora um rapaz que não é quilombola, disse que ele se tornaria quilombola somente após o casamento e caso tivessem filhos. Adriana Ferreira (Invernada dos Negros) mencionou ainda o caso de um quilombola que foi morar em Florianópolis e ali se casou com uma mulher não quilombola, que tinha um filho adolescente. O “*enteado*” pleiteou o direito às vagas suplementares, mas “*nunca visitou o quilombo, nunca quis conhecer*”, não tinha relação com a “*comunidade*”. Por isso, concluiu Adriana, ele não tinha o *direito*.

O encontro com estudantes do Aldeia, do Morro do Fortunato e da Invernada me possibilitou compreender, de modo bastante preliminar, algumas noções de parentesco, políticas e territoriais.²²³ Possibilitou, também, vislumbrar um aspecto fundamental para a compreensão das relações entre estudantes quilombolas e a universidade: a coexistência de diferentes formas de reconhecimento de alguém como quilombola e dos direitos correspondentes, como o acesso às vagas suplementares e a ocupação de posições de representação estudantil.

²²³ Cabe ressaltar que o aprofundamento analítico dessas noções e relações exige um estudo de maior envergadura, só possível de realizar com um trabalho de campo específico com cada um dos grupos e em seus territórios.

Com as tensões geradas tanto pelo modelo de escolha preconizado pela SAAD quanto pelas classificações mobilizadas por estudantes quilombolas, o estudante de Engenharia de Produção Emerson Machado Cristino, sobrinho do presidente da associação Morro do Fortunato, assumiu tal representação interinamente, ou melhor, oficiosamente. Retorno a esta questão mais adiante. Retomo agora a discussão da bolsa MEC descrevendo uma reunião ocorrida na SAAD por iniciativa de Emerson Machado e combinada somente entre estudantes.

Como se viu, a mobilização de estudantes indígenas e quilombolas em 2018 teve eficácia. O sistema do PBP foi aberto para o cadastramento no período de 18 de junho a 31 de agosto para ingressantes do primeiro e do segundo semestre daquele ano. Contudo, estudantes quilombolas da UFSC tiveram seus cadastros “*bloqueados*” no sistema, sem razão aparente. No dia 3 de setembro, eu tinha uma entrevista com Emerson Machado que, em tempo, avisou que não poderia ir porque no mesmo horário teria uma “*reunião de emergência*” na SAAD para tratar de problemas com a bolsa MEC. Perguntei se teria algum impedimento se eu participasse. “*Acho que não tem nenhum impedimento, pelo contrário. Acho que você pode ir pra somar, talvez já expor o seu trabalho, o que está acontecendo no momento com nossos recentes alunos quilombolas*”. Emerson convocou pelo WhatsApp principalmente estudantes que ingressaram em 2018 a irem à SAAD no esforço de resolverem o problema, mas ressaltou: “*vários estão com dificuldades de ir, se for uns 3 ou 4 é muito*”.

Encontrei os primos maternos²²⁴ Emerson Machado e Roberta do Rosário no prédio da Reitoria perto das 16 h.²²⁵ Entramos na minúscula recepção da SAAD e a estagiária negra, após inteirar-se do assunto com Emerson, comunicou à assistente social responsável pelas questões relacionadas a estudantes quilombolas e indígenas. Sem demonstrar surpresa com a reunião inesperada, a assistente social nos recebeu sorrindo. Conversamos ali mesmo na recepção por cerca de 40 minutos. Ela ficou em pé ao lado de Emerson. Roberta e eu nos sentamos nas únicas duas cadeiras em frente à mesa da recepção e o espaço ficou preenchido.

Emerson me apresentou como pesquisadora e pediu para a assistente social explicar para mim o que estava acontecendo com as *bolsas MEC*, que “*talvez ajudasse em alguma coisa*”. Ela cordialmente questionou sobre a minha pesquisa. Com isso, iniciamos uma conversa

²²⁴ As mães de Roberta e de Emerson *são* do Morro do Fortunato e a família paterna de Roberta é do Aldeia. No dia da reunião, pela manhã, tinha um encontro com Roberta. Ela perdeu o ônibus e pegou o que chegava na UFSC às 12 h.

²²⁵ A UFSC tem dois prédios que acomodam as unidades administrativas vinculadas ao Gabinete da Reitoria. Os prédios são denominados de Reitoria I e Reitoria II. Não cheguei a conhecer a Reitoria II. As referências na tese serão sempre à Reitoria I, localmente chamada apenas de “reitoria” e demarcada pela magnífica obra de arte em sua fachada: “*um dos maiores mosaicos da América Latina, com 440 metros quadrados de área, chamado Muro da Memória*” (MARIANI, 2016).

paralela. Em tempo compreendi que o motivo principal de estarmos ali foi sendo deslocado e o reposicionei argumentando: *“eu acho que o que a gente quer conversar é sobre a questão deles, saber como vai ficar”*. Emerson acentuou: *“É isso. É mais sobre a questão das bolsas”*.

Ele relatou a situação: tinha visto pelo Sistema de Gestão da Bolsa Permanência (SISBP) que seu cadastro fora *“bloqueado”*.²²⁶ Contou que outros estudantes quilombolas e indígenas ingressos em 2018 estavam em igual situação. Diferentemente, Roberta abriu o aplicativo do SISBP no celular e nos mostrou que em seu cadastro não aparecia nenhum impedimento, porém também não tinha recebido a bolsa.

Nesse ponto, a conversa trouxe à tona a dispersão de competências entre a SAAD e a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Desde sua criação, a SAAD presta orientação e auxilia com o cadastramento no SISBP. A assistente social disse que *“tem que anexar, escanear, fazer esses uploads dos documentos. [...] Aqui a gente olha a documentação e diz que está tudo ok”*. Entretanto, a homologação do cadastro permanece como atribuição do pró-reitor de Assuntos Estudantis. Todo o processo envolve oito etapas, das quais a SAAD não participa formalmente. Como demonstra o Ofício-Circular nº 37/2016 SESU/MEC, de 19 de dezembro de 2016 (cf. anexo III), são quatro instâncias envolvidas: PRAE,²²⁷ MEC, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Banco do Brasil:

1. Aprovação do cadastro do discente pela instituição;
2. Homologação da bolsa pela instituição (16 dias após a autorização do cadastro);
3. Verificação das informações pelos gestores do MEC;
4. Envio do lote de pagamento das bolsas ao FNDE;
5. Inclusão do lote de pagamento das bolsas no seu cronograma de pagamentos (FNDE);
6. Autorização do pagamento das bolsas e criação dos números de benefício (FNDE);
7. Envio das bolsas ao banco (FNDE);
8. Liberação das bolsas para saque após cinco dias úteis (Banco do Brasil).

Se tudo estiver certo, esse trâmite demora cerca de três meses. Em 2018 o fluxo foi estancado. O cadastro de Emerson – e de outros estudantes – foi bloqueado na terceira etapa, interrompendo o fluxo das tramitações para o recebimento da bolsa. Estávamos na SAAD, Emerson, Roberta e eu, em busca de entender qual era o problema dessa vez, pois, como relatei

²²⁶ Estudantes se cadastram no Programa Bolsa Permanência pelo link: <http://sisbp.mec.gov.br/primeiro-acesso>. A partir de então, podem acompanhar as fases de implementação da bolsa. Também é possível instalar o aplicativo no celular.

²²⁷ Conforme Portaria nº 389/MEC, na adesão ao Programa Bolsa Permanência, a instituição precisa formalizar uma/um gestora/or. Na UFSC, a gestão é da/do titular da PRAE.

anteriormente, o problema com essa modalidade de bolsa vinha se arrastando desde o início do ano letivo, o que motivou a mobilização nacional de estudantes quilombolas e indígenas em junho. Contudo, chegou setembro e, conforme meu registro etnográfico, indígenas e quilombolas que ingressaram no primeiro semestre de 2018 ainda não haviam recebido a bolsa MEC. O agravamento da questão se revelara com a revogação pelo MEC de cadastros homologados pela Universidade. A assistente social, demonstrando consideração, falou que as constantes alterações nas normativas do MEC em relação ao PBP também a surpreendiam.

Emerson ressaltou que a PRAE homologou “*certinho, o problema está no próprio MEC que revogou essa homologação. Já foi homologado*”. A assistente social corroborou: “*Tanto é que o dele está revogado porque já foi homologado pela instituição, mas eles cancelaram lá*”. Com isso, seu cadastro “*bloqueado*” e “*revogado*” teria de ser refeito consoante o entendimento do MEC, que mudava constantemente. Tal mudança arbitrária e recorrente, além de demonstrar a instabilidade político-administrativa instaurada no MEC, significava que o estudante teria de reapresentar a documentação na PRAE e reiniciar todo o procedimento de solicitação da bolsa.

Portanto, era no passo 3 – conforme o ofício-circular referido acima –, com a verificação do cadastro no MEC, que o fluxo do processo de implementação da bolsa estava sendo contido. O MEC “*inventa coisas*”, sugeriu Emerson. Perguntei: “*O que eles pediram?*”. A assistente social explicou que antes (até 2018) a declaração da Fundação Palmares “*de que o estudante quilombola reside em comunidade remanescente de quilombo*” não era uma exigência, porque a legitimidade do documento de pertencimento, dada pela assinatura de três lideranças, era acatada pelo MEC como suficiente. Desse modo, ela explicitou a restauração, pelo ministério, de uma norma que não era aplicada, até então: a residência no território. Tal ocorrência, de forma súbita e inexplicável, gerou ansiedade, incerteza e potencializou a conflituosidade nas relações de estudantes com a SAAD e desta com outras instâncias.

A partir de 2018 houve um “*preciosismo e formalismo extremos*” por parte do MEC. Concomitantemente à abertura do cadastro, enviou às instituições federais de ensino modelos específicos dos documentos a serem preenchidos. Isso causou transtornos a estudantes que, longe das aldeias e dos quilombos, tiveram de recolher as assinaturas de três lideranças novamente. Além disso, o ministério reativou a exigência de uma declaração em desuso. Entre os documentos que a Portaria nº 389, de 2013, estabelece para a comprovação de pertencimento étnico está, justamente, a “*Declaração da Fundação Cultural Palmares de que o estudante quilombola reside em comunidade remanescente de quilombo ou comprovante de residência em comunidade quilombola*” (BRASIL, 2013). Porém, até 2018 a ausência de tal declaração não impedia a homologação do cadastro na(s) instituição(ões), sendo imprescindível apenas a

declaração com a assinatura de três lideranças quilombolas, como também prevê a Portaria. Além disso, o fluxo do processo não era estancado em instâncias superiores.

O MEC se ancorou na norma “obsoleta” para dificultar o acesso às bolsas em uma conjuntura de redução do orçamento das universidades e dos programas de assistência estudantil. Em um primeiro momento, houve um esforço da universidade em atender à solicitação do MEC. Porém, nem mesmo a Fundação Palmares conseguia dar conta da nova dinâmica, porque teria de emitir milhares de declarações individuais, uma para cada graduanda/o quilombola.²²⁸ Nesta circunstância e período, o pró-reitor sequer estava homologando o cadastro sem a declaração da Palmares. Com isso, criaram-se dois tipos de situação: o caso de quem não teve o cadastro homologado e o caso de estudantes que, como Emerson, tiveram os cadastros bloqueados e revogados. Além desses casos, o cadastro de Roberta não indicava problemas e ela também – assim como outros estudantes – não havia recebido a bolsa.

A exigência da declaração da Fundação Palmares foi amplamente contestada por lideranças quilombolas e pelo movimento nacional de estudantes indígenas e quilombolas. Lu Quilombola argumentou questionando: “*como a Fundação Palmares poderia dizer que alguém pertence a uma comunidade? Somente as lideranças podem emitir tal declaração*”. Implicitamente, o MEC atribuía à Fundação a legitimidade de definir pertencimentos individuais. Na perspectiva de quilombolas, de modo alguma essa era uma atribuição do órgão.

A questão de fundo da discussão era a exigência da comprovação da residência no quilombo. Este foi o problema notificado no cadastro de Emerson. Ele mora fora do território, assim como Roberta, Ézio e outras/os quilombolas e indígenas. Nesses casos, a assistente social disse que a orientação do MEC era a de homologar somente os cadastros de estudantes que moravam no quilombo e de indígenas “*aldeados*”. Tal declaração, na prática, refazia a política de vagas suplementares da UFSC ao redefinir a própria condição de quilombola.²²⁹

A decisão do MEC de restaurar o critério da residência foi de encontro à decisão da universidade que, por meio da Resolução nº 52/15, estabelecera duas condições para a inscrição às vagas suplementares: uma declaração de pertencimento assinada por três lideranças e uma banca de validação da autodeclaração de vínculo. A decisão competiu, ainda, com as

²²⁸ É possível aventar uma similaridade dessa declaração com o documento de Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI) feito pela FUNAI.

²²⁹ O critério da residência é espúrio não somente porque não corresponde aos critérios próprios de pertencimento das comunidades, mas por desconsiderar tanto a longa história de espoliação territorial quanto, no presente, a morosidade dos processos de regularização fundiária de comunidades quilombolas.

classificações mobilizadas pelas/os próprias/os estudantes, que buscavam redimensionar politicamente quem poderia representá-los e que não têm relação necessária com o local de residência. Num breve parêntese, busco explicitar a seguir diferentes noções políticas de pessoa quilombola registradas ao longo da pesquisa e algumas de suas implicações, em particular no que diz respeito à configuração de direitos específicos e às relações institucionais.

Pessoas e direitos quilombolas

Emerson tomou a iniciativa de fazer uma reunião com a SAAD na condição oficiosa de representante quilombola (assim como pela gravidade de sua situação pessoal), precisamente porque já havia um impasse em relação à escolha da representação. De um lado, a realização de uma assembleia seguida de atos burocráticos era inviável para o grupo de estudantes naquele momento. De outro, a classificação de quilombolas em duas categorias, *diretos* e *indiretos*, gerou controvérsias no interior do próprio grupo. No entanto, tal classificação não tinha como princípio o local de residência; estava, sim, assentada nos modos de relação estabelecidos com a comunidade.

Durante a pesquisa, diferentes concepções de quilombola foram explicitadas. De modo geral, é possível dizer que elas são representativas, o que não significa dizer “homogeneizantes” ou mutuamente exclusivas, porque também se sobrepõem em vários aspectos. Busco sintetizar essas concepções a partir das perspectivas de estudantes interlocutoras/es.

Primeiro, destaco a perspectiva do estudante de física Eduardo Duarte, do Aldeia. Ele é marido de Lu Quilombola e irmão de Ézio Duarte – que se casou com uma mulher dos Fortunato e reside em um bairro de Garopaba.

Cheguei há dois anos [...] e acabei me aquilombando de tal forma que não saio mais daqui. Eu digo que todo negro é um quilombola. Só faltou achar sua raiz, o seu quilombo. E não sei se o meu quilombo mesmo existe. Mas eu adotei o quilombo Aldeia e estou sendo bem recebido (Eduardo Duarte, 2 de setembro de 2018).

A compreensão de que “*todo negro é um quilombola*” é compartilhada, principalmente, por negras e negros, muitas vezes oriundos de contextos urbanos, que estão mobilizadas/os politicamente em torno da luta antirracista.²³⁰ Nesta perspectiva, em um plano, os marcadores sociais inscritos no corpo negro o posicionam no interior de um enquadramento de

²³⁰ Como exemplifica a perspectiva de Abdias do Nascimento, principalmente no texto “O Quilombismo” (1980).

discriminação e de preconceitos comum ao grupo e em estreita conexão com o período escravagista e com as políticas eugenistas. Essas relações o constituíram potencialmente como quilombola. Em outro plano, as relações mediadas pelo casamento, assim como o compartilhamento das lutas e das resistências pelo território, o *aquilombam*, o constituem paulatinamente como membro da comunidade, como pessoa quilombola.

Segundo: em julho de 2018, durante uma conversa com Adriana Ferreira mencionei o grupo no WhatsApp “Grupo Quilombo Móvel Floripa” de estudantes negras e negros da UFSC, que contava com mais de 100 participantes. Tal denominação me levou a pensar (de início) que era de quilombolas. Fui incluída nesse grupo durante o trabalho de campo realizado em fevereiro de 2018. Ao saber da sua existência, Adriana argumentou que “*ser quilombola*” não tinha uma associação direta com o “*ser negro*”, enfatizando que a pessoa quilombola deve ter vínculo com um território específico, constituído nas relações com parentes e nas lutas pela terra. Complementarmente tal perspectiva pode ser apreendida também a partir do relato registrado por Nathalia Dothling Reis (2018), em sua pesquisa com mulheres lideranças das comunidades quilombolas Toca de Santa Cruz e Aldeia (SC): “*O Zumbi às vezes fala que todo negro é quilombola. Mas eu acho que não, nem todo negro é quilombola, porque tem a ver com o nosso modo de vida, o que os antigos deixaram. Aqui você olha pros lados e é todo mundo parente*” (2018, p. 32). À essa perspectiva também é possível aproximar o sentido dado por Ezequiel de Souza: “*tem que lutar por aquilo! Isso é ser quilombola. É saber que você, filho de escravo, filho de Damásia, filho de Margarida, filho de quem quiser, mas tu és quilombola e não tens vergonha disso*”. Nessas perspectivas, a noção política da pessoa quilombola explicita a conexão com o processo escravagista, com o direito à terra e com as constantes lutas por ela. Além disso, a noção de parentesco emerge em relação com a terra-território.

Ao considerar essas perspectivas, apercebe-se de que as noções de pessoa quilombola são tecidas, também, por elementos que cada grupo instaura a partir de suas historicidades, conhecimentos, reconhecimentos, ancestralidades, parentesco, cosmologias e legado da terra. Ou seja, tudo que “*os antigos deixaram*”. Neste sentido, sugiro, as diferentes noções de quilombo e quilombola não se dissociam da terra e do modo de vida que dela depende, ainda que, em um contexto de expropriação extrema, morar no território acabe sendo uma possibilidade de poucas famílias. Com isso, o quilombo não é móvel como enuncia o grupo do WhatsApp Quilombo Móvel. Assim como o celular é móvel, são as e os quilombolas que se movimentam, sem com isso perder os vínculos com a comunidade e com o território.

Terceiro, apresento uma outra perspectiva evidenciada por Lu Quilombola, do Aldeia:

Não dá para deixar de ser nunca. Em qualquer lugar que você está você é quilombola. E isso é o bacana, né? Não te limitar ao lugar que você está. *Acho que ser quilombola é um posicionamento.* É um ser político quando você se afirma com essa identidade. É você fazer política a todo momento. Dentro da comunidade, também, é bacana estar aqui, pertencer a comunidade, ter os tios à volta, ter os primos, é saber que você tem um lugar no mundo.

A dimensão relacional presente nas perspectivas anteriores é também enfatizada por Lu, que acentua na própria noção de pessoa quilombola o compromisso ético-político com lutas e resistências coletivas. Assim, aproximo as reflexões de estudantes com quem estive em contato durante a pesquisa à noção de política ontológica:

Política ontológica é um termo composto. Refere-se a ontologia – que na linguagem filosófica comum define o que pertence ao real, as condições de possibilidade com que vivemos. A combinação dos termos “ontologia” e “política” sugere-nos que as condições de possibilidade não são dadas à partida. Que a realidade não precede as práticas banais nas quais interagimos com ela, antes sendo modelada por essas práticas. O termo política, portanto, permite sublinhar este modo activo, este processo de modelação, bem como o seu carácter aberto e contestado (MOL, 1999, p. 1).

Considerar o carácter político das formas e condições de existência possibilita afastar essencialismos ou substâncias e reconhecer as múltiplas dimensões e transformações das noções de pessoa quilombola que podem ressoar de diferentes maneiras – nem sempre comensuráveis – para a legislação, para o MEC, para a universidade e para as e os próprios estudantes. Se, para estes, as regras relacionais do parentesco e dos vínculos com o território têm precedência, o impasse em relação às bolsas advinha da cristalização de experiências e formas distintas de reconhecimento em uma declaração oficial de vínculo comunitário expedida por uma instituição estatal.

A noção de pessoa é tema clássico da antropologia, inaugurada pela reflexão de Marcel Mauss (1974) acerca de suas variações em situações etnográficas e históricas particulares. A reflexão de Mol (1999) chama atenção para o carácter político e por vezes duramente contestado dessas variações. A categoria quilombola desde 1988 está associada ao reconhecimento político-jurídico de titular de direitos. As classificações mobilizadas por estudantes quilombolas das múltiplas relações e pertencimentos estabelecidos em, com e para além de suas comunidades buscam estabelecer quem poderá acessar esses direitos. Estão em jogo direitos específicos que tendem a se “dissolver” se “*todo negro é quilombola*”, ao mesmo tempo que há uma luta comum antirracista.

Desse modo, é possível sugerir que a classificação como *direto ou indireto* emergiu principalmente pelo fato de estabelecer, entre os diferentes modos de fazer-se parentes e

membros de uma comunidade, quem poderá representá-los nos múltiplos espaços de interlocução nos quais reivindicam e defendem suas pautas. Talvez seja possível sugerir que, em outras circunstâncias, tal distinção possa influenciar na determinação de quem seriam os titulares mais legítimos do direito às vagas suplementares. Assim, relações territoriais, de parentesco e jurídicas são constituídas ética e politicamente e perspectivadas na noção flexível e múltipla de pessoa quilombola.

Todavia, faz-se importante ressaltar que a etnografia foi desenvolvida junto a uma rede específica de estudantes quilombolas na UFSC e não há como estabelecer o alcance e a legitimidade da distinção entre “diretos” e “indiretos” no conjunto dessas/es estudantes. Trata-se de indicar que esse é um modo de diferenciação interna, entre tantos outros possíveis, de um grupo tratado institucionalmente como homogêneo. Os indícios permitem apenas vislumbrar a existência de diferenciações e formas de hierarquização, acrescentando mais uma dimensão de complexidade às relações estabelecidas com as instâncias administrativas da universidade.

Como descrevi, as formas de organização política dos estudantes não coincidem com as expectativas da SAAD, gerando tensionamentos e potencializando conflitos. Ainda assim, as noções políticas de estudantes acerca do direito às vagas suplementares não têm como princípio a moradia no território, corroborando a perspectiva da UFSC, que não exige tal comprovação para o ingresso e para o acesso a suas políticas próprias de permanência. Desse modo, estudantes e instituição convergiram na oposição às novas exigências do MEC, embora entre os primeiros tendesse a prevalecer certa indistinção entre procedimentos definidos localmente e os oriundos do governo federal. Ao fim dessa disputa, o movimento de estudantes indígenas e quilombolas conseguiu reverter a obrigatoriedade de comprovação de residência no quilombo ou na terra indígena.

Cabe ainda dizer que, nos dias 12 e 13 de novembro de 2018, a UFSC fez um balanço dos dez anos de ações afirmativas com a realização do “I Fórum de Ações Afirmativas e Permanência Estudantil da UFSC”, organizado pela SAAD. Com 23 pessoas presentes, participaram da mesa de abertura o reitor, os pró-reitores da PRAE e da PROGRAD, o diretor administrativo da SAAD e a representante dos estudantes indígenas, estudante Xokleng do curso de Ciências Sociais. Nenhuma das mesas organizadas para esse evento teve a participação de quilombolas ou negras e negros. Tal fato revela as dissonâncias entre essas/es estudantes e a SAAD. No fórum, o pró-reitor da PRAE disse que todas/os as/os estudantes quilombolas na UFSC receberam a bolsa MEC naquele mês.

Dito isto, retomo a discussão de que, além da bolsa permanência, questões de moradia e de aprendizado também são fatores que limitam a permanência de quilombolas na UFSC. Por isso, a seguir, trato de esboçar algumas das experiências de estudantes em relação à moradia e também em relação às dificuldades com a linguagem e com procedimentos acadêmicos.

4.3 A moradia e a experiência acadêmica: múltiplos deslocamentos

Em 2018, as discussões e tensões em relação às bolsas MEC evidenciaram a potencialidade deste recurso para viabilizar que estudantes quilombolas tivessem condições de realizar a graduação sem ter de recorrer a encargos trabalhistas de 40 horas semanais, ou até mais, o que limitaria seu ingresso somente a cursos noturnos e prejudicaria a qualidade e o tempo de dedicação aos estudos. Com esse recurso, boa parte das e dos estudantes busca morar próximo à UFSC, inclusive os que podem contar com o ônibus fornecido pela prefeitura de Garopaba, cujo percurso diário dura em torno de quatro horas. No entanto, alguns estudantes me relataram a insuficiência da bolsa para cobrir o valor dos aluguéis em Florianópolis. Neste caso, se faz “bicos”. Sem bolsa e sem apoio para moradia, é extremamente difícil de *ficar*. O grande gargalo da permanência é a moradia estudantil, cuja disponibilização pela universidade tem sido insuficiente para atender à crescente demanda. Para acessá-la, prevalece o critério socioeconômico, sem previsão específica para o atendimento de quilombolas.

Em contrapartida, quilombolas e indígenas²³¹ são isentos para a alimentação no restaurante universitário, informação que se encontra indicada em seu crachá por meio de uma tarja colorida. Entre os benefícios que a PRAE redistribui, este é o único que é liberado automaticamente no ato da matrícula e somente para esses estudantes. Ainda assim, é necessário buscar os tíquetes junto à administração do RU. No mesmo local, estes tíquetes são comprados pelos não isentos, com um valor subsidiado.

Outro elemento fundamental é o apoio pedagógico nas disciplinas. Estudantes quilombolas relacionam as muitas reprovações à “*falta de base*” seja por terem feito o ensino básico em escolas públicas rurais ou periféricas, seja por terem frequentado programas de ensino condensado para jovens e adultos, tudo isso somado ao longo tempo fora das salas de aulas. A maioria de quilombolas com quem conversei ingressou de uma a duas gerações acima da turma e, com isso, muitas vezes se sentem em um lugar que não lhes pertence, como destaco no tópico 4.3.2.

²³¹ Estudantes indígenas ocuparam um prédio no campus da UFSC em Florianópolis.

Nesta seção trato de mostrar experiências de estudantes quilombolas na UFSC e suas expectativas em relação ao apoio institucional para a permanência.

4.3.1 A moradia estudantil

De modo geral, é possível dizer que no rol de serviços disponibilizados pela PRAE é a moradia estudantil o benefício mais disputado por estudantes oriundas/os de outras localidades. Descrevi na introdução da tese que, ao me inserir em uma rede de estudantes negras que vivem nessa moradia, foi possível ali me hospedar em dois períodos: agosto/setembro e outubro/novembro de 2018. Delza Dahora, Suelen Ferreira, Janine Falco & Wellen Christina (casadas) me hospedaram por cerca de 15 dias cada, período de hospedagem solidária permitido pelo regimento da casa.

Poder receber parentes, amigas e amigos é um dos aspectos mais valorizados na moradia. Conforme me disseram, em locais alugados (como quartos e quitinetes) há uma vigilância e controle constantes das e dos locatários, impedindo-se, muitas vezes, eventuais confraternizações e visitas, mesmo que por algumas horas.

A moradia estudantil da UFSC tem cerca de 170 vagas mistas sob a gestão da PRAE. O prédio se localiza no bairro Carvoeira e é de fácil acesso para a universidade – basta atravessar a rua para adentrar o campus (Mapa 2). A construção ocorreu em dois períodos. O primeiro finalizado em 2003 e o segundo, em 2012. Internamente, esses períodos estão marcados nas plantas dos apartamentos. O tamanho dos quartos e da cozinha é semelhante nas duas *alas*, a nova e a antiga, como são chamadas. No entanto, na ala antiga os apartamentos foram feitos com três camas, sem divisões entre elas; e as cozinhas e banheiros são compartilhados com moradoras/es do apartamento contíguo. Na ala nova, o apartamento tem duas camas e uma divisão entre elas, com o mesmo comprimento da cama, o banheiro é menor e somente a cozinha é compartilhada. Estas diferenças arquitetônicas são decorrentes da mobilização estudantil, principalmente para que cada apartamento fosse habitado por duas pessoas. Assim, na ala antiga os apartamentos também passaram a ser habitados por duas pessoas. O fato de a cozinha ser compartilhada gera inúmeros conflitos devido às responsabilidades coletivizadas da organização e da limpeza. Uma moradora me falou que a cozinha é o “*espaço da resistência*”. É principalmente na cozinha que amizades são feitas e desfeitas entre as e os moradores.²³²

²³² Durante a pesquisa também ouvi relatos de fofocas e acusações na moradia e no alojamento provisório, percebidas por minhas interlocutoras como atos racistas. Em um caso, envolvendo estudante quilombola, a coordenadora do MNU foi chamada a intervir no assunto em reuniões na SAAD.

Abegail de Souza, da Invernada, mora no quarto andar da moradia. Ela ingressou em 2015 em Zootecnia e esperou a vaga na moradia por um ano e meio. Como descrevi no capítulo anterior, ela morou com uma professora por um período e, no alojamento provisório (PAEP), por outro. Em 2016, alugou um quarto até ser contemplada com a vaga na moradia. No apartamento, praticamente o único custo que a estudante tem é com a alimentação que porventura queira fazer em casa ou em outro lugar, pois é isenta no restaurante universitário. Seu primo Ezequiel recebe a bolsa MEC e não conseguiu vaga na moradia. Depois de algumas tentativas malsucedidas de dividir o quarto, preferiu morar sozinho e, além da bolsa MEC, conta com a ajuda da família para custear um “*cubículo*” perto da UFSC, pelo qual paga 800 reais. Em 2018, Ézio Duarte, do Morro do Fortunato, ingressou em Engenharia Civil. O cansaço da viagem de cerca de quatro horas diárias o fez pleitear uma vaga na moradia estudantil. Depois de muitas conversas com as assistentes sociais da SAAD e da PRAE, ele conseguiu ser “alojado” por meio do Programa de Alojamento Emergencial Provisório (PAEP). Na fig. 16, a casa situada à frente do prédio da moradia é utilizada como alojamento provisório e comporta cerca de 30 pessoas. Estudantes em “*situação de risco de evasão*” ficam no alojamento à espera de uma vaga na moradia ou de outros subsídios, como bolsa permanência e/ou auxílio aluguel, redistribuídos com os recursos próprios da instituição para este fim.

O significado da “conquista” da vaga na moradia pode ser apreendido da fala de uma estudante negra: “*é a garantia que a gente vai se formar*”. Ao conseguir a vaga na moradia, a pessoa não tem gastos para além dos pessoais. A economia gerada com a moradia e a alimentação viabiliza poupar parte dos recursos recebidos por meio de bolsas para atender a outras despesas essenciais para a vida longe de casa, como vestuário e telefone celular. Contudo, o fato de a pessoa possuir bens considerados de maior valor também gera questionamentos de que esta não precisaria habitar a moradia. Isto, por vezes, gera intrigas, rivalidades e desconfianças entre moradoras e moradores, podendo culminar em conflitos e denúncias a depender das relações estabelecidas principalmente com a/o colega de quarto.

FIGURA 16 – MORADIA ESTUDANTIL DA UFSC (A CASA EM PRIMEIRO PLANO É O ALOJAMENTO PROVISÓRIO).



FONTE: Site da UFSC (2019d).

Para se candidatar a uma vaga na moradia é preciso ter feito o cadastro socioeconômico junto à PRAE e ter o mesmo aprovado. Aliás, para a solicitação de qualquer tipo de benefício na instituição é necessário ter o cadastro aprovado. Durante a pesquisa, ouvi relatos que deram ênfase a algumas situações em que os cadastros ficaram com pendências percebidas como “questionáveis” por muitos meses, o que impedia estudantes de serem beneficiados com quaisquer políticas de permanência. É preciso estar matriculado em cursos de graduação de regime presencial e comprovar uma renda bruta familiar de até 1,5 salário mínimo *per capita*. Embora o limite máximo da renda seja esse, na maioria das vezes, me informaram na moradia, são contemplados os cadastros de quem comprovar uma renda inferior a meio salário mínimo *per capita*. Desse modo, a pessoa contemplada com a moradia é também a que atende todos os critérios para receber a bolsa permanência distribuída pela instituição – valor em torno de 630 reais –, isenção no RU e em cursos de formação, como de língua estrangeira, entre outros. De outro modo, estudantes com cadastros aprovados podem solicitar benefícios separadamente, como a bolsa permanência ou isenção no restaurante universitário, ou mesmo tentar acumular vários. Não busco descrever todos os benefícios ofertados pela instituição e as condições para seu recebimento, o que demandaria pesquisa específica. Concentro-me nas experiências e expectativas de estudantes em relação às políticas de permanência.

Nas conversas com estudantes quilombolas e com estudantes negras ficou evidente a posição de referência que as assistentes sociais ocupam no trato das políticas estudantis. Na moradia, era recorrente a menção da relação com “*minha assistente social*”. A dificuldade em obter uma das poucas vagas na moradia acabava por consolidar um vínculo entre a estudante e a assistente social cuja orientação, tida como correta, tornara possível a vaga. Desse modo, quando era preciso resolver qualquer situação na PRAE, se buscava falar somente com “*minha assistente social*”. Por outro lado, muitos dos relatos buscavam evidenciar o ponto de vista segundo o qual as assistentes sociais complexificavam os procedimentos para a aprovação do cadastro socioeconômico a partir de avaliações apreendidas como “*personalizadas*”. Essas avaliações eram percebidas como sendo direcionadas exclusivamente para estudantes negras e negros, e consideradas como atos racistas. Como estratégia de organização ou mesmo pelo sentido de proteção, negras e negros se articulavam para não irem sozinhas/os resolver pendências, principalmente na PRAE.

Adriana Ferreira (Invernada) ingressou o curso de licenciatura em Educação do Campo no segundo semestre de 2010. Esse curso possui um currículo diferenciado que intercala períodos na universidade e períodos de prática na localidade de origem da pessoa. No tempo universidade, a instituição financiou a hospedagem da turma “*em hotéis, alojamentos, casas, aonde tivesse vagas*”, forneceu alimentação no RU e também proveu bolsa permanência.²³³ De maneira distinta, estudantes quilombolas que ingressaram pelas vagas suplementares a outros cursos chegam à UFSC e precisam contar com as redes de apoio e solidariedade destacadas no capítulo anterior.

Entretanto, o apoio dessas redes também tem limitações. A pesquisadora quilombola relatou a situação de uma estudante da Invernada dos Negros que ingressou em 2017 no curso de Medicina Veterinária no campus Curitibanos. Embora quilombolas sejam isentos da alimentação no RU, conforme Adriana, a estudante não conseguiu a isenção e nenhum outro auxílio porque “*a assistência social de lá estava despreparada, a instituição estava despreparada, não sabia como é que funcionava, e ela foi embora*”. O pai da estudante chegou a vender uma vaca para pagar o aluguel, porém “*ela não conseguiu ficar*”, pois, disse Adriana, o estado não cumpriu o seu papel e trata quilombolas “*como se fosse todo mundo*”. A estudante, desta situação, não desistiu do curso, foi obrigada a deixar a universidade. No caso relatado, o problema não é a desigualdade de tratamento, mas o oposto, isto é, a igualdade de tratamento, que implica no não reconhecimento de diferenças e cuja consequência é acentuar desigualdades.

²³³ Os recursos para o curso vieram do Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Nessa situação, ao que parece, os equívocos na comunicação não são apenas entre estudante e instituição, mas entre instâncias administrativas: a assistente social de Curitibanos “desconhece” as políticas estabelecidas em Florianópolis para estudantes quilombolas.

A pesquisadora quilombola também relatou a situação de uma estudante do curso de Agronomia e outra de Engenharia de Alimentos (campus Florianópolis), ambas da Invernada dos Negros, primas de Abegail de Souza, que “*foram embora*” em 2016.²³⁴ Elas tiveram dificuldades em pedir o “*passe*” do RU e em fazer a Carteira Estudantil e o cadastro no SISBPB e, por isso, chegaram a perder os prazos de algumas solicitações.

Tudo elas tinham que perguntar e eram meninas muito tímidas. Elas foram à SAAD solicitar informações e auxílio, participaram de algumas reuniões e não conseguiram permanecer porque não tinham dinheiro e os pais falaram: vocês vão ter que voltar pra casa. Elas estavam muito cansadas, sabe, de tudo assim. Tudo cansa, e elas disseram: “*olha, nós tivemos que ir porque não tivemos condições de ficar*”. Elas esperaram até o último segundo, assim, por tudo. E aí voltaram pra casa e a trabalhar no campo, trabalhando pros outros, colhendo cebola, depois alho, depois uva (Adriana Ferreira, em 9 de maio de 2018).

A perda das estudantes foi muito sentida também por Adriana e explicita uma torção em relação ao horizonte imaginado em que a formação profissional era possível. A dificuldade de acesso às informações sobre os critérios e procedimentos institucionais para o recebimento de benefícios acentua a percepção de que estudantes quilombolas são tratados “como todo mundo” e alimenta críticas, desconfianças e rumores.

Esses três casos e outros similares foram discutidos por estudantes quilombolas e pelo MNU com a administração central da UFSC em 2017.

A gente se juntou, a gente viu que estava muito problema assim, sabe? Com os estudantes que estavam nessa pindaíba de não ter o que comer, não ter onde morar, sendo expulsos das casas, sabe, de onde estavam. [...]. Aí a gente chamou o movimento, aí a gente marcou uma reunião com o reitor, com o Cancellier, acho que foi em março de 2017. Tava o Marcelo [diretor da SAAD] junto, a Francis [titular da SAAD], enfim, todo mundo. E eu fui lá e falei: olha, tá demais, parece que vocês não conhecem quilombo ainda. Aí o reitor disse que tem gente que tá pior, que tem um índice pior,²³⁵ muito menor de pobreza. [...]. Então eu disse: a realidade é outra, a realidade não é essa. A gente falava desses casos. A gente citou o caso dessa guria de Curitibanos, citou uns casos de pessoas que a gente tava lutando na esperança de que eles permanecessem. [...] Ele começou a fazer uns cálculos, ele e o Marcelo. “*Ah, então são só nove? Então vai dar 60 mil por ano. Então vai ter 20 vagas em*

²³⁴ Essas três estudantes não foram listadas no quadro de estudantes da Invernada.

²³⁵ Índice da avaliação socioeconômica a partir da renda familiar per capita, critério para o recebimento das políticas assistenciais.

2017 na moradia estudantil. Vagas excepcionais.” Ele não quis dizer que seria só para quilombolas, mas que seria para pessoas como quilombolas. Já que os indígenas já tinham muito tempo de luta e tinham garantido moradia. Eles têm uma moradia provisória, mas que fica no próprio campus. É uma casa que era um antigo restaurante, então é só deles ali.

O diretor da SAAD também me relatou esta audiência cuja pauta, segundo disse, foi a solicitação de auxílio moradia, uma vez que *“estudantes indígenas têm a maloca quando chegam, a casa que eles ocuparam. Os quilombolas não têm nada”*. Como resultado, o reitor aprovou um “auxílio instalação”, uma bolsa emergencial no valor de R\$ 250, cuja duração seria até o recebimento da bolsa MEC. O diretor ressaltou que o valor era *“muito pequeno”* e talvez não resolvesse o problema, porém esta era *“uma política específica para quilombolas”*, além da isenção para a alimentação no restaurante universitário. Deste modo, em 2018, enquanto aguardavam o recebimento da bolsa MEC, quilombolas receberam este auxílio.

É interessante justapor aqui a experiência da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) que, também em 2015, aprovou dez vagas suplementares para quilombolas e destinou uma casa para estes estudantes. De início, a casa era compartilhada com estudantes indígenas e, posteriormente, ficou apenas para quilombolas (CABELLEIRA, 2018). Na UFSC, conforme Adriana, a ausência de políticas efetivas para a permanência de quilombolas abala o próprio fundamento da existência das vagas suplementares.

Na universidade os quilombolas são muito tímidos, sendo um estranhamento quando eles têm que falar. Quilombolas não têm onde ficar. Como vai ficar? Na casa dos outros até dá pra ficar uns dois, três dias, mas são três, quatro meses de espera [da bolsa MEC]. No caso agora tá demorando até um ano. É umas coisas inexplicáveis que acontece, não consigo entender. É umas lutas que desgasta as pessoas. A luta de permanecer na universidade.

A questão da moradia vinha sendo discutida desde 2016, quando os primeiros estudantes quilombolas ingressaram por meio de vagas suplementares. Em 2017, foi aprovado o auxílio moradia, o que amenizou os desgastes para permanecer na instituição sem nenhum fomento imediato além da alimentação. Entretanto, em 2018, a relação entre quilombolas e a instituição foi tensionada novamente com o fechamento do sistema para o cadastro de bolsas pelo MEC até o mês de junho, sucedido pelas novas exigências para homologação do cadastro, de forma aparentemente inexplicável. Tais entraves acabaram sendo também creditados à administração da universidade.

4.3.2 A linguagem acadêmica e a questão geracional

Com tantos obstáculos materiais para a permanência das/os estudantes quilombolas na universidade – que também impulsionam desconfianças, tensões e conflitos –, as questões acadêmicas parecem ficar em segundo plano. No entanto, como indicavam as manifestações de indígenas veteranos no evento de recepção aos calouros descrito no início do capítulo, assim como os relatos de quilombolas descritos no Capítulo III, é também no dia-a-dia das aulas e da convivência com colegas e professoras/es que se jogam as possibilidades de ficar na universidade e de realizar o desejo de concluir a graduação.

Adriana Ferreira (Invernada) relatou seu pavor diante da Universidade assim que ingressou em 2010. Ao observar as pessoas caminhando pelo campus da UFSC em Florianópolis, pensava: *“são tudo gênios, sabe? Aquelas pessoas que sabem tudo. E eu, aqui, mal roupa eu tinha!”*. Embora estranhasse a instituição, o fato de a turma do curso de Educação do Campo ser formada por pessoas do campo, do *interior*, gerava proximidade. Ainda assim, era a única negra e quilombola do grupo em meio a suas/seus colegas, filhas/os de pequenos produtores rurais. Do ponto de vista de Adriana, suas/seus colegas tinham uma *“situação melhor”* e compreendiam com mais facilidade os conteúdos ministrados nas aulas, o que não era o seu caso. Inicialmente, ela não entendia nada e imaginava que, a semelhança de sua experiência escolar, as/os professores escreveriam tudo no quadro para ser copiado. Contudo, ao perceber que elas/es falavam sem priorizar essa escrita, ela pensava: *“o que que eu vou copiar, eu não sei o quê! Meu Deus [disse rindo], que horas que ele vai começar a escrever no quadro?”*. Rimos da situação e ela continuou: *“Eu fiquei assim, meu Deus, será? Mas por que que ele não escreve no quadro? Na escola eles escrevem! O que ele está fazendo? Para mim, aquela forma de ensinar não era ensinar. Eu sentia muita vergonha, muita vergonha!”*.

As palavras ditas no vocabulário acadêmico eram indecifráveis. Adriana se esforçava para prestar atenção, porém desconhecia seus significados. Como por exemplo com *“a palavra contextualização, meu Deus, era pior ainda, o que que era isso? Eles pareciam que estavam falando grego”*. No decorrer do curso, foi ofertada uma disciplina de auxílio à leitura e à escrita de textos, em que a professora ensinou o significado de palavras *“cabulosas”*. Lentamente, ela compreendeu que esse vocabulário fazia parte da vida acadêmica, estando presente tanto na fala quanto nos textos:

Era uma forma de expressar algumas coisas que eu entendia como simples, mas que existia um nome para aquelas coisas simples. Fui começando a compreender isso e fui adotando no meu vocabulário, porque automaticamente a gente adota essas falas, frases, que são da vida acadêmica.

E a gente tinha uma disciplina muito boa lá, que se chamava seminário. A gente aprendia como falar, como apresentar o nosso relatório de pesquisa no campo, como a gente fazia esse trabalho de pesquisa no campo pra apresentar na universidade. Escrever, inclusive. Eu fui começando a entender esse outro lado e fui me adaptando ao curso, com muita dificuldade. No início, eu não tinha computador. A UFSC tem computadores, então dois anos de graduação eu usei o computador da universidade. No curso uns tinham e outros não tinham. E a gente teve que ir à luta.

A graduação, para ela, foi uma luta. Em boa medida, as adversidades encontradas por Adriana foram solucionadas com o apoio institucional direcionado a estudantes do curso. Entretanto, esse apoio não alcançou as e os quilombolas que, a partir de 2016, adentraram a Universidade, fato que resultou em inúmeras dificuldades para esses. A permanência delas e deles, enfatizada como uma luta, trouxe à tona outra dimensão da experiência universitária: o imenso estranhamento da linguagem acadêmica, que também pode influenciar quilombolas a irem *embora* da universidade.

Em nossos encontros, estudantes de diferentes áreas de ensino – Biologia, Nutrição, Engenharias – relataram dificuldades em acompanhar os conteúdos das disciplinas, fato que, em última instância, resultava em reprovações. A maioria de minhas/meus interlocutores ingressou na universidade em idade adulta, após passados muitos anos do término do ensino médio regular ou, por vezes, no formato condensado do supletivo/EJA, tudo isso adicionado a muitas responsabilidades para com suas famílias.

A situação de Alexandre Paulo Cristina, do Morro do Fortunato, é ilustrativa dos obstáculos enfrentados por muitas/os. Lembro que ele tem 30 anos, é estudante de Engenharia Civil, casado e pai de uma filha do casamento anterior. Alexandre fez o supletivo à noite, pois tinha de trabalhar durante o dia com seu pai, pedreiro. Essa profissão o inspirou a escolher o curso em que ingressou em 2017. Quando o contatei pelo WhatsApp, no final de agosto de 2018, ele disse que pensava em trancar a matrícula, alegando que estava com muita dificuldade para compreender os conteúdos das disciplinas e que até os enunciados das questões das provas eram difíceis de serem decifrados. Em razão de sua dificuldade, tinha passado em apenas uma das sete disciplinas que se matriculara no primeiro semestre de 2018, além das reprovações do ano anterior. Diante de sua situação, Alexandre se preocupava com a possibilidade de não conseguir se formar ou de, se e quando o fizesse, não ter o perfil para exercer a profissão devido a sua idade. Por isso, estava planejando voltar ao mercado de trabalho para suprir as demandas econômicas da família para, posteriormente, retomar o curso. O distanciamento em relação ao que sabia e o que estava sendo ensinado era significativo e mesmo gostando do curso

questionava se conseguiria se formar. O tempo de investimento em um curso que, imaginou, poderia não concluir, somado ao tempo sem investir em um trabalho que atenuasse as dificuldades econômicas familiares o atormentavam. As dúvidas sobre trancar e não conseguir retornar à universidade ou mesmo sobre trancar e não conseguir a bolsa MEC ao retornar o paralisaram e ele acabou por perder o prazo para o trancamento do segundo semestre. Quando conversei novamente com Alexandre em novembro de 2018, sua expectativa tinha se deslocado do trancamento para a mudança de curso, porém não me relatou qual outro desejaria fazer.

As diferentes narrativas explicitaram as dificuldades em acompanhar o conteúdo das disciplinas pelo estranhamento do idioma acadêmico indecifrável, descritas como falta de *base*. Para além dessa observação, outra se fez bastante frequente: estudantes jovens e recém-saídos do ensino médio entendem tudo. A constatação das dificuldades para prosseguir em uma vida universitária causa, em primeiro plano, desmotivação e, em segundo, uma percepção de deslocamento, de inadequação, por sentirem, ou serem tratados como, estar em um local que pertence à geração mais jovem.

Este sentido é corroborado pela fala de uma coordenadora de um curso de Engenharia, assentada no imaginário distinto de para quem é a universidade. Explico: meu planejamento inicial era estender a pesquisa às coordenações de cursos que receberam estudantes quilombolas após a criação das vagas suplementares, o que se mostrou inviável. Busquei, então, ao menos conversar com a coordenação de um curso da área de Engenharia, considerando que quatro de meus interlocutores fazem cursos de Engenharia e relataram imensas dificuldades para permanecer neles. Mesmo sem ter marcado um encontro, arrisquei ir a uma coordenação. Chegando ali, um estagiário branco me recepcionou e me pediu para aguardar, pois a coordenadora estava em reunião. Esta me recebeu cerca de uma hora após. Na ocasião, expliquei-lhe a pesquisa e pedi autorização para o registro da conversa no caderno de campo. Ela assentiu e autorizou a divulgação do seu relato.

A coordenadora branca falou dos problemas enfrentados por estudantes quilombolas, que classificou como possuindo uma “*deficiência prévia de conhecimento*”. Ponderou que o curso é difícil inclusive para jovens, pois as engenharias “*são cursos pesados [mesmo] para quem teve uma excelente formação*”. Em seu ponto de vista, a instituição “*trouxe para dentro e agora? Dá uma esperança, mas temos limitações também. Precisamos resolver isso, se não, não adianta*”. Argumentou ainda que “*talvez o processo seletivo não seja adequado, não acredito que eles vão se adequar, eles têm uma lacuna muito grande*”, o que, em alguns casos, revelou que o ingresso no curso de Engenharia “*não foi positivo*”. Em relação a um dos estudantes, ressaltou:

Conhece profundamente a prática, mas não tem aptidão [...]. A engenharia está muito além do que ele está capaz de alcançar. Depois de certa idade, me questiono se é viável. Vale a pena ele ficar, se ele não se formar? E o retorno para a sociedade? [...] Se se graduar, vai ser de 58 a 60 anos. E outra, será que há a necessidade de ele se formar? Será que é um engenheiro que ele precisa ser? Não seria melhor um técnico? Eu me questiono. [...] A sociedade quer isso? Um graduado de 60 anos que pouco retorno trouxe? Entendo a ideia, a iniciativa, mas não consigo visualizar o resultado. A crítica é a de que buscamos números, mas os alunos com mais idade têm uma dificuldade bem maior.

De certo modo, essa perspectiva reintroduz nas políticas afirmativas certa qualidade de concessão, pois acentua que o estudante quilombola deveria dar “um retorno à sociedade”. Entretanto, o investimento público na formação de estudantes que ingressam pela concorrência geral, bem como pelas cotas para escola pública, gera apenas uma expectativa difusa desse “retorno”. Em outros termos, a agente estatal entende que a atenção institucional deveria ser direcionada à formação de jovens, pois, em sua perspectiva, o envelhecimento causa perdas cognitivas, “*perdem-se neurônios*”. Assim, explicitou que o principal problema da ação afirmativa estava na faixa etária das pessoas que estavam ingressando nos cursos de engenharia.²³⁶ Sua narrativa indica que a questão geracional pode ser um elemento de hierarquização, de deslocamento e de desconsideração (CARDOSO OLIVEIRA, 2011) que dimensiona e modula as experiências de estudantes na Universidade. Ademais, o fato de minhas/meus interlocutores terem corpos negros acentua o grau das sobreposições e das intersecções de múltiplos modos de discriminação negativa, o que potencializa os efeitos gerados nas inter-relações que empurram quilombolas para fora da universidade.²³⁷ Diante das narrativas de estudantes e da coordenadora, talvez seja possível sugerir que a concepção de uma universidade de e para jovens seja um elemento constituinte de imaginários mais abrangente na instituição e além dela.

O foco dado à idade e a percepção de suas implicações, como relatadas pela coordenadora, reverberaram as dúvidas que atormentavam Alexandre. Reverberaram também

²³⁶ A coordenadora informou que as e os coordenadores de curso submeteram uma solicitação à Câmara de Graduação para revisão dos procedimentos de ingresso via o novo Programa. Não foi possível encontrar o documento no acervo da instituição.

²³⁷ Bourdieu e Passeron tratam do rendimento de estudantes universitários na França, oriundos de diferentes segmentos e classes sociais. Eles demonstram como aqueles que possuem um aporte de capital “cultural” pela origem familiar, os herdeiros, conseguem mobilizar com maior “sucesso” as dinâmicas impostas pela instituição por terem conhecimentos das condições exigidas para se ser estudante, que se assentam no questionar os fundamentos do ensino em concomitância com a adesão a este ensino (PASSERON; BOURDIEU, 2018).

as reflexões de seu “*primo terceiro*” Rodrigo Machado. Este tem 34 anos e ingressou em 2017 em Engenharia Florestal depois de 15 anos sem estudar. Agora “*tenho que correr muito atrás das coisas que esqueci, é muito acelerado, muitas coisas para aprender em pouco tempo. Tem que saber muita coisa que não lembro e a maioria da turma é de adolescentes, saindo do colégio. Estou apanhando demais*”. As reprovações têm feito Rodrigo aventar a troca de curso, talvez para Psicologia. Também a prima desses estudantes, Izabel Machado, deu relevância à questão. Ela tem 29 anos e uma filha e ingressou em Nutrição em 2017, como Alexandre e Rodrigo. Nesse ano, ia e voltava cotidianamente, levantando-se às 4 horas da manhã para pegar o ônibus que sai às cinco do centro de Garopaba, cerca de três quilômetros do Morro do Fortunato, para aonde retornava à noite. No esforço de ter mais tempo para se dedicar ao curso, em 2018 se mudou para Florianópolis, onde passa a semana e retorna para o Morro toda sexta-feira. Isabel contou: “*tenho dificuldades porque fiquei 10 anos sem estudar e estou rodeada de gente com a mente fresca e muito bem preparadas. [...] Este semestre, das cinco disciplinas que fiz, passei em duas*”. Ela também relatou uma situação de discriminação sofrida em sala de aula: “*não sabia e ainda não sei mexer no drive [Google Drive] e uma colega fez um comentário que fez eu me sentir muito burra por um tempo*”. As narrativas traduzem uma trajetória de alijamento do sistema educacional normatizado em faixas etárias e evidenciam a potencialidade da política afirmativa em mediar o ingresso, em muitos casos “tardio”, na universidade. Além disso, evidenciam também o esforço de estudantes quilombolas em tornarem-se graduados.

O ingresso de quilombolas com ampla diferença geracional pode ser destacado também no estudo de Adriana Pimentel e Paulo de Moraes (2019), que buscou compreender as experiências de estudantes indígenas e quilombolas na Universidade Federal da Bahia. Para tanto, entrevistaram seis estudantes quilombolas entre 21 e 52 anos e dez estudantes indígenas entre 20 e 33 anos. Embora sem problematizar a idade – não se sabe quantos deles estão em cada faixa etária –, pode-se observar uma proximidade com a trajetória e a diferença geracional de estudantes quilombolas na UFSC. Nesse estudo, alguns dos estudantes quilombolas relataram que tiveram de deixar os estudos “*para trabalhar ou ajudar a família*” (PIMENTEL; MORAES, 2019, p. 300).

Retomo a conversa com a coordenadora. Ela relatou algumas das ações institucionais planejadas para sanar as dificuldades de estudantes dos cursos de engenharia, principalmente em matemática e física. Em 2017, foi criada a disciplina Pré-cálculo com o objetivo de “*compensar as deficiências na formação matemática provenientes do ensino básico e preparar os estudantes para cursarem as outras disciplinas de matemática. A ementa desta disciplina é formada apenas por conteúdos abordados nos ensinamentos fundamental e médio*” (UFSC, 2019a).

Contudo, a coordenadora avaliou que, em alguns casos, um semestre dessa disciplina não resolveria. Segundo relatou, um dos estudantes quilombolas, embora já estivesse cursando a disciplina pela segunda vez, continuava com enorme dificuldade para acompanhar as aulas.

Conversei com quilombolas jovens que ingressaram na Universidade praticamente em seguida à conclusão do ensino médio. Enquadram-se na descrição Adriana, Abegail e Ezequiel, da Invernada, Roberta do Rosário, do Morro do Fortunato, e Camila Pereira, do Aldeia. Dessas/es estudantes, somente Abegail relatou ter tido problemas com reprovação na disciplina de química. Além da não interrupção dos estudos, melhorias na qualidade do ensino na rede pública em relação às gerações anteriores, principalmente em ambientes rurais, possivelmente também contribuem para o melhor desempenho das/os estudantes mais jovens. Contudo, não tenho elementos para aprofundar esse aspecto. Cabe indicar que a “*falta de base*” foi um argumento acionado pela coordenadora e por estudantes. Entretanto, como a etnografia busca evidenciar, a ausência da presença estatal, materializada em infraestrutura de diferentes ordens, é histórica entre grupos negros.

Na recepção de calouros que descrevi no início deste capítulo, a titular da SAAD mencionou a oferta de monitorias específicas para indígenas e a possibilidade de tornar o primeiro ano na UFSC um “ano de adaptação”. Uma semana após o evento, entrevistei o diretor administrativo da SAAD e ele mencionou essa adaptação incluindo quilombolas.

A ideia seria que no primeiro ano eles tivessem uma ambientação do que é a universidade e também fortalecimento das disciplinas básicas, principalmente as da área de exatas. É para indígenas e quilombolas e, mais até que isso, é para os caras conhecerem os cursos. É muito difícil para eles os cursos de engenharia, porque eles precisam estudar a matemática tudo de novo. As escolas que eles fizeram não ensinam [bem] matemática, e sem matemática... [deixou no ar a conclusão do pensamento]. E um ou outro às vezes escolhe e fica patinando (Marcelo Tragtenberg, em 9 de agosto de 2017).

Portanto, no segundo ano de implementação da política para quilombolas, se delineava a execução de ações destinadas a indígenas e quilombolas no sentido de tratar das dificuldades encontradas tanto com as disciplinas quanto com as relações de alteridade. Foi também nesse ano, o segundo da gestão do reitor Cancellier, que desdobramentos da conjuntura de investidas contra as universidades federais culminaram em sua morte. Considero a fatídica morte do reitor um evento importante a ser compreendido no interior do enquadramento das ações retrógradas que sedimentaram e estabeleceram o golpe de estado de 2016 e que têm afetado as IFEs de modo contundente – inclusive as políticas afirmativas. Portanto, abro um parêntese para uma síntese da situação.

Luiz Carlos Cancellier assumiu a reitoria da UFSC em maio de 2016 para um mandato de quatro anos (2016-2020). Em 14 de setembro de 2017, o reitor foi preso e acusado de obstruir a investigação da Polícia Federal denominada “Ouvidos Moucos”.²³⁸ Nesse dia, a administração central assim se manifestou:

Quanto à operação da Polícia Federal que culminou na prisão do reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo e outros quatro docentes da Instituição [e um técnico administrativo da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU)], esclarecemos que: O objeto principal do inquérito policial são denúncias de possíveis irregularidades na gestão de projeto de educação à distância vinculado ao Programa UAB (Universidade Aberta do Brasil), financiado pela CAPES e executado na UFSC desde 2006; [...] relativos aos anos de 2011 e 2015, portanto anteriores à gestão do reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo [...]. A Corregedoria Geral da UFSC, criada em abril de 2016, é órgão integrante da Reitoria, subordinando-se diretamente ao reitor em todas as matérias administrativas, na condição de secretaria especial. Todas as medidas adotadas pelo Reitor quanto a processos conduzidos no âmbito da Corregedoria limitaram-se às prerrogativas próprias da função de autoridade máxima da Instituição. O reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo prestou todos os esclarecimentos requeridos em depoimento ao longo do dia à Polícia Federal, apresentando-se inteiramente à disposição das autoridades, bem como também foram realizadas todas as diligências necessárias nesta Instituição, razão pela qual aguardamos o retorno do reitor ao convívio acadêmico com a máxima brevidade [...]” (UFSC, 2017a).

A ação foi conduzida pela delegada federal Érika Mialik Marena que, depois de atuar na Operação Lava Jato,²³⁹ sediada em Curitiba, assumiu no final de 2016 a área de combate à corrupção e desvio de verbas públicas da Superintendência da Polícia Federal em Santa Catarina. Cancellier “*foi algemado, acorrentado pelos pés e levado a um presídio, [...] submetido à revista íntima e ficou em cela de segurança máxima por 30 horas*” (FLAESCHEN, 2018). Livre da prisão por meio de um *habeas corpus*, foi afastado do cargo e proibido de entrar na UFSC, cujo vínculo era de mais de quatro décadas. Em 2 de outubro de 2017, Cancellier vestiu uma camiseta da UFSC e foi a um shopping próximo da instituição, onde sacrificou sua vida. Ele deixou um bilhete emblemático: “*A minha morte foi decretada quando fui banido da universidade!!!*” (TORRES, 2017).

²³⁸ Em 2017 outras universidades também foram foco de investigações da polícia federal, como a UFMG e a UnB.

²³⁹ A operação Lava Jato foi deflagrada pela Polícia Federal em 2014, inicialmente para investigar crimes financeiros com recursos públicos oriundos de esquemas de *corrupção* na Petrobras, parte dos quais era movimentada por meio de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de veículos. Essa operação, desdobrada em dezenas de fases, foi um elemento importante nos direcionamentos ocorridos na política do país, principalmente no período de 2016 a 2019.

Em decorrência desse fato foi aprovada a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, de autoria do ex-senador Roberto Requião (MDB-PR). A lei busca coibir os crimes de abuso de autoridade e foi denominada Lei Cancellier. O processo que culminou na morte de Cancellier evidencia o modo como o governo federal tem sucateado, deslegitimado e criminalizado as ações das instituições federais de ensino, com perseguições, contingenciamentos e cortes de recursos após o golpe de 2016. Fecho o parêntese.

Após um período de consternação e turbulência institucional, o professor Ubaldo Cesar Balthazar, do Centro de Ciências Jurídicas – o mesmo de Cancellier –, foi eleito pelo Conselho Universitário e nomeado pelo MEC. Entre outros inúmeros efeitos, as abruptas mudanças ocorridas na gestão da universidade colocaram em compasso de espera muitas das políticas desenhadas pela SAAD. Por essa razão, a monitoria específica para indígenas e quilombolas se tornou política institucional somente em meados de 2019 por meio da Instrução Normativa nº 001/2019/PROGRAD/SAAD, que dispõe:

Art. 1º - O Programa de Monitoria Indígena e Quilombola visa proporcionar um espaço de integração, contribuindo para a permanência dos (as) estudantes indígenas e quilombolas na Universidade, por meio da intervenção de monitores (as) nos processos de adaptação às atividades acadêmicas, bem como contribuir para a compreensão, pelo (a) estudante indígena e quilombola, de seu novo ambiente de vivência.

Art. 2º - O Programa de Monitoria Indígena e Quilombola é mantido e administrado pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) em conjunto com a Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD) (UFSC, 2019e).

Em 2 de agosto de 2019, a implementação dessa monitoria foi noticiada no site “Notícias da UFSC”. Da matéria, destaco três planos articulados pelo Programa. Primeiro, a iniciativa pretende viabilizar que estudantes indígenas e quilombolas recém-ingressos na UFSC conheçam a instituição. Segundo, visa contribuir com a “*qualificação do ensino de graduação por meio da participação do monitor em práticas pedagógicas*”. Terceiro, incentiva a formação da/o monitor a respeito da diversidade e o “*desenvolvimento de habilidades relacionadas à docência em sua área de formação acadêmica, entre outros*” (UFSC, 2019f). Ou seja, a política busca fomentar a interação entre monitoria e “monitorada/o” com foco no aprendizado de estudantes em ambas as posições, bem como na relação entre estudantes na universidade.

Territórios de disputas pela permanência

Como busquei descrever, na UFSC, com o cruzamento das políticas afirmativas nacional e local emergiu a necessidade de uma instância para dar resolutividade às novas especificidades, o que conduziu à criação da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD). No entanto, sem recursos para empreender políticas específicas de maior envergadura, sugiro que as diferenças que possibilitaram a sua existência têm sido transformadas, até certo ponto, em um substrato para a unificação das próprias diferenças materializadas nas políticas de permanência. A posição de mediação da SAAD entre instâncias que também tratam de políticas de permanência culminou com a existência da Secretaria como uma instância catalizadora de conflitos. Neste movimento que é dinâmico, inconcluso e instável, a especificidade da SAAD de tratar das diversidades tem propiciado a unificação das diferenças dos grupos incluídos na categoria “diversidades” – símbolo do Programa. Isso decorre das condições pragmáticas tanto da política nacional como da local nas disputas pelos (poucos) recursos destinados ao atendimento estudantil. O caso pode ser ilustrado pela moradia estudantil, que é um dos recursos mais visados e escassos na UFSC. Apesar das mudanças trazidas pelo Programa para o ingresso de pessoas negras, quilombolas e indígenas, o critério para ter acesso à moradia – exclusivamente socioeconômico – não foi alterado.

Demonstrei que as políticas dirigidas a estudantes quilombolas, como a alimentação no restaurante universitário e a bolsa MEC, são percebidas como insuficientes para assegurar a permanência desse público na Universidade. Isso ocorre porque, sem moradia garantida, a bolsa MEC fica destinada a suprir apenas essa demanda. Além dessa, porém, há os materiais, livros, vestuário e outras despesas que, em uma capital turística, são muito mais custosas. A monitoria, por sua vez, é uma política fundamental para essas/es estudantes. Entretanto, sobretudo quando precisam enfrentar jornadas de trabalho e longos deslocamentos, as/os estudantes não conseguem acessar essa política por falta de compatibilidade de horários.

Considerando tais complexidades, tentei destacar que essas políticas são complementares e irredutíveis. Mais do que isso, busquei evidenciar alguns dos feitos de estudantes quilombolas junto à SAAD com vistas a permanecerem na UFSC, bem como sua participação na luta do movimento nacional de estudantes indígenas e quilombolas, em Brasília, no esforço de assegurar a continuidade do Programa Bolsa Permanência. Ainda, explicitarei como as categorias políticas de quilombolas *diretos* e *indiretos* indicam as modulações que são feitas no interior de outra categoria que é permeada de variações, a do parentesco. Desse modo, entre o grupo de estudantes, as noções de parentes e de quilombolas se entrelaçam no estabelecimento

de novas categorias que também se relacionam ao território. Neste sentido, talvez seja possível sugerir que a universidade vai se constituindo também com certo sentido de território, pois a “*gente tem de estar lá, é um direito nosso*”, como disse Adriana Ferreira. Estar na universidade é, entre outras coisas, demarcar as diferenças que as e os constituem. Neste outro território de saberes tão distintos, permeado de desafios para a presença quilombola, a luta se recoloca cotidianamente.²⁴⁰ Assim como o quilombo é um lugar de cura, de cuidados e de acolhimentos, busca-se fazer da UFSC um território também para quilombolas, busca-se impedir a expropriação de quilombolas no duplo sentido, de exclusão ontológica e de exclusão da universidade, cujos saberes articulados podem contribuir com a luta quilombola.

²⁴⁰ Antônio Bispo dos Santos (2015) argumenta que a universidade gera um saber sintético, estruturado pela escrita e desconectado das experiências concretas. Em contraste, as comunidades quilombolas geram um saber orgânico em íntima conexão com os elementos que constituem a vida, com o território, e orientado, especialmente, pela oralidade. Em outro contexto etnográfico, a antropóloga Antonádia Borges (2020), ao refletir sobre os desafios da educação superior na África do Sul e no Zimbábue, designa de composição-plantation as práticas da universidade: produtora de recursos humanos para a reprodução do capital. Em contraposição, define como composição-terra a luta de pessoas para se desvencilhar dos efeitos do colonialismo e do racismo e que não se adequam aos modos de operação da universidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito desta tese foi gerar conhecimento dos processos de constituição, aprovação e implementação do direito específico para estudantes quilombolas na UFSC. Com isso, a tese colabora com as reflexões sobre as possibilidades de efetivação das políticas públicas de inserção e de permanência na universidade, bem como com as reflexões antropológicas especialmente em relação às práticas estatais, à constituição de direitos e às relações étnico-raciais.

Ao longo do texto, busquei demonstrar, de um lado, as práticas de agentes estatais, de entes normativos e de entidades negras na criação do direito quilombola e, de outro, as experiências de estudantes quilombolas para chegar e ficar na universidade. Argumentei que são parentes quilombolas, corpos negros e territorializados que estão na UFSC, mediados pelo direito específico e por redes de parentesco e de solidariedade.

Respondendo a esses objetivos, procurei descrever as condições em que o Conselho Universitário da UFSC aprovou, em 2007, a implementação do Programa de Ações Afirmativas com uma reserva de 20% das vagas para estudantes oriundas/os de escolas públicas, de 10% para negras e negros e 10 vagas suplementares para indígenas. Abordei como a edição da Lei nº 12.711, em agosto de 2012, vinculou sua reserva de 50% das vagas das instituições federais de ensino ao percurso escolar público e introduziu critérios socioeconômicos.

Na UFSC, o encontro entre o Programa – com fundamentos distintos – e a lei de cotas gerou uma inflexão e conflitos duradouros que culminaram na reformulação do Programa, exclusivamente com vagas suplementares para estudantes negras e negros, indígenas e quilombolas, aprovado em junho de 2015. Tal reformulação resultou das disputas e das alianças constituídas principalmente entre entidades negras, coletivos de estudantes, a gestão da UFSC e a Comissão de Ações Afirmativas. Nessas disputas, assentadas especialmente em argumentos jurídicos, as palavras circularam com sentidos distintos e o Programa foi sendo constituído, de um lado, como concessão e, de outro, como direito. No Conselho, a perspectiva majoritária do Programa como direito enunciava a vinculação do direito aos processos de expropriações e de racismos em conexão com o período escravagista e, concomitantemente, à reparação da dívida histórica, à história de lutas das entidades negras e à própria trajetória da UFSC em relação às políticas afirmativas. A rivalidade entre o Programa e a lei de cotas amplificou suas diferenças. O Programa se destacou, no Conselho, como a imagem da diversidade e como parte da “*história da universidade*” e a UFSC se destacou como uma instituição que se esforçava em ter a “*cara da sociedade catarinense e do Brasil*”.

Os debates e acordos que possibilitaram a reformulação do Programa previram a sua vigência em simultaneidade com a da lei de cotas: até 2022. Entretanto, em 28 de dezembro de 2016, a Lei nº 13.409 alterou a Lei nº 12.711/12 com a inclusão de cotas para pessoas com deficiência. A partir dessa alteração, foi estabelecido novo prazo para a vigência das políticas afirmativas: de “*dez anos a contar da data de publicação desta Lei*” (BRASIL, 2016, art. 7º). Considerando a nova lei, em 27 de junho de 2017, o Conselho aprovou a reserva de vagas para pessoas com deficiência e, a partir desse ano, o Programa e a lei federal passaram a concorrer com temporalidades distintas: 2022 para o Programa e 2026 para a lei de cotas. Em 25 de junho de 2019, por solicitação da titular da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades, o Conselho aprovou a adequação da temporalidade do Programa em sincronia com a da Lei nº 13.409, com vigência até 2026.

A etnografia evidencia como a constituição da proposta de vagas suplementares para quilombolas foi efeito, também, de lutas políticas, de articulações, de alianças e de acordos possibilitados pelo Decreto nº 4.887/03 que, ao regulamentar os direitos territoriais quilombolas estabelecidos pela Constituição de 1988, abriu uma fenda para a composição de outros direitos. O encontro desse decreto com as disposições do Movimento Negro Unificado em Santa Catarina foi generativo. Sustentado por este dispositivo, em um primeiro momento, o MNU tratou da *organização* das comunidades negras com vistas à regularização do território e, na sequência, buscou reivindicar outros direitos, notadamente em relação à educação quilombola com foco no ensino básico e, depois, no acesso ao ensino superior.

O estabelecimento das nove vagas suplementares decorreu da confluência de múltiplos processos gerados em escala nacional, nos quilombos e na própria UFSC. As alianças entre comunidades quilombolas, o MNU/SC e diferentes pessoas em posições estratégicas na universidade – nos núcleos de Antropologia, na CAA e na gestão – foram fundamentais para a criação do direito quilombola. Desse modo, coisas e pessoas agenciaram o estabelecimento das nove vagas suplementares.

Demonstrei que, tanto antes quanto após a implementação do direito quilombola, as/os estudantes vieram majoritariamente das comunidades Aldeia, Invernada dos Negros e Morro do Fortunato. As e os estudantes da Invernada dos Negros têm ingressado na UFSC solteiros e na faixa etária de 20 anos. Já entre as e os do Aldeia e do Morro do Fortunato, muitas/os estão casadas/os, têm filhas/os e, de modo geral, estão uma geração acima daquela dos estudantes da Invernada. Abordei as condições em que eles e elas chegaram à universidade e evidenciei que as redes de parentesco e de solidariedade aliadas ao direito específico contribuíram decisivamente para o acesso à universidade. Tais redes, de obrigações mútuas e recíprocas,

explicitam como os efeitos da política dependem dessas relações que amparam, sustentam e contribuem para criar a experiência universitária. É possível dizer ainda que a pesquisa também se efetivou sustentada por essas relações.

No que diz respeito às relações entre estudantes quilombolas e suas comunidades, busquei esboçar os vínculos de parentesco explicitando as variações de noções de primas e primos, a despeito da inviabilidade de aprofundá-las. Indiquei que a maioria possui relações próximas com lideranças das comunidades e ressaltei os indícios de uma complexa rede política e de parentes entre as comunidades Morro do Fortunato e Aldeia. Tais indícios apontaram para a relevância de um estudo etnográfico nesses quilombos com o objetivo de um aprofundamento das dimensões e qualidades dessas redes. Isso possibilitaria uma melhor compreensão das variadas noções de primas e primos, das noções de território, bem como das noções de quilombolas diretos e indiretos que, como indiquei, estão entrançadas e assentadas em relações de parentesco.

Ao considerar o modo como o trabalho de campo foi constituído, imerso em diferentes deslocamentos e tensões, mas também em gentilezas e solidariedade, explicitarei que a nossa relação foi baseada, de um lado, em um pacto implícito estabelecido em relação ao escopo da pesquisa e, de outro, em uma confiança controlada. Essa noção tem o potencial de descrever o significado das muitas lacunas que a tese contém em relação especialmente à parentela, pois, de modo geral, estudantes buscaram dar ênfase às políticas da UFSC, embora suas famílias e parentes fossem sempre evocadas nas entrevistas e presentes na própria universidade, mesmo quando distantes.

Foi possível descrever principalmente as trajetórias de Lu Quilombola (Aldeia) e de Adriana Ferreira (Invernada) e explicitar as dificuldades que ambas tiveram para entrar na UFSC. Suas experiências singulares – também coletivizáveis – são atravessadas por relações territoriais, de parentesco e também de ancestralidades em conexão com a “*África*”. Portanto, as noções de pessoa quilombola também criam uma conexão com o continente africano. Sem uma localização bem definida, a África constitui um elemento importante de referência ancestral para Lu Quilombola e Adriana Ferreira. A relação que se estende ao continente africano foi feita a partir dos conhecimentos que elas aprenderam com o MNU. Evidenciei como o *movimento* se constituiu em um importante mediador na proposição e execução de ações percebidas como de atribuição do estado, bem como na defesa dos interesses das comunidades quilombolas. Neste sentido, o próprio movimento tem sido, muitas vezes, convocado a intervir nas relações entre estudantes e a UFSC, constituindo-se também como movimento quilombola.

O modo de territorialização da comunidade Invernada dos Negros decorre da herança secular, e se reconhece quatro *troncos ancestrais*. A territorialização da comunidade Aldeia ocorreu pela ocupação das terras devolutas do estado, e Vó Ciloca é reconhecida como a ancestral. A comunidade Morro do Fortunado compreende que a terra-território foi comprada pelo ancestral Fortunato Justino Machado. Cada uma dessas comunidades constituiu uma história própria cuja marco de fundação se assenta em relações que se conectam e se constituíram ao/no período escravagista. A descrição dos relatos de estudantes quilombolas evidencia como o quilombo, o sítio, o núcleo, a comunidade são categorias históricas e imbuídas de singularidades cujo referente é o imbricamento entre o território e a parentela. Fala-se de um e do outro, simultaneamente.

Embora as trajetórias singulares, os vínculos de parentesco e políticos entre o Aldeia e o Morro do Fortunado indicam conexões parciais de diferentes dimensões. Ao justapor as três comunidades pode-se indicar outras aproximações e conexões. As e os estudantes evocaram os vínculos com ancestrais, com uma extensa parentela, com o território, com as *lutas*, e com situações de racismo. Ao relatarem sobre as relações precoces no mercado de trabalho, a condição socioeconômica foi evocada e, em alguns casos, como fator que inviabilizou o seguimento dos estudos na temporalidade institucionalizada como “normal”.

Tangenciando a discussão para a relação entre as/os estudantes quilombolas e a universidade, tem-se que as principais problematizações acerca de suas experiências neste ambiente institucional se desdobram em dimensões inter-relacionadas. Essas/es escolheram o curso com o qual tinham afinidade e, em alguns casos, a escolha teve relação com o próprio exercício profissional ou com o de um familiar. O desejo de exercer a profissão é confrontado com obstáculos como as dificuldades de compreensão do idioma acadêmico, que geraram muitas reprovações e fizeram com que alguns aventassem a possibilidade de mudar de curso. A questão geracional emergiu como um elemento constituidor de diferenças e de discriminação com potencial de inviabilizar a continuidade dos estudos em alguns cursos, principalmente entre os que chegaram na universidade após muitos anos da conclusão do ensino médio e, em alguns casos, com a conclusão em formato supletivo. Tal fator se soma às discriminações raciais, intelectuais, morais, econômicas, geográficas (do interior), e também de gênero, gerando múltiplas intersecções de opressões que empurram quilombolas para fora da universidade. Em outro sentido, para permanecerem na UFSC, estudantes quilombolas se mobilizam politicamente por meio de grupos de WhatsApp e também de alianças, como evidencia a participação de quilombolas e indígenas da UFSC na mobilização política nacional em busca de assegurar a continuidade do Programa Bolsa Permanência.

Em relação às políticas dirigidas a estudantes quilombolas, evidenciei que a alimentação no restaurante universitário e a bolsa MEC são percebidas como insuficientes para assegurar sua permanência. Tal fato reforça a moradia e o apoio pedagógico enquanto políticas fundamentais para essas/es estudantes. Desse modo, a bolsa MEC e as políticas direcionadas à moradia e ao apoio pedagógico são complementares e irredutíveis, pois as dificuldades para a formação são muitas. Entre estudantes com quem conversei, os que tinham maiores dificuldades estavam fazendo cursos da área de engenharia. Como descrevi, em 2017 – estudantes do Morro do Fortunato – Alexandre Cristina ingressou em Engenharia Civil e Rodrigo Machado Cristino em Engenharia Florestal e, em 2018, Emerson Machado Cristino ingressou em Engenharia de Produção e Ézio Duarte em Engenharia Civil. Recentemente, Rodrigo relatou que havia trancado o curso e estava trabalhando como coordenador pedagógico da escola do Morro do Fortunato. Soube que Alexandre Cristina também trancara o curso e que Emerson e Ézio “*desistiram*”. Também “*desistiram*” dois estudantes do Aldeia que ingressaram em 2019. Esses casos não são os únicos, pois são vários os relatos sobre estudantes que “*foram embora*”, em grande medida por apoio institucional insuficiente.

É importante ressaltar que a política de vagas suplementares continua sendo uma possibilidade de estudantes “*desistentes*” retomarem a graduação, provavelmente em outros cursos, assim como de promover o ingresso de quilombolas em diferentes cursos, especialmente os de alta demanda. Com as dificuldades que emergem na vida das/os universitárias/os quilombolas, é possível indicar que as redes de solidariedade sustentam em boa medida sua permanência dentro dos limites possíveis.

O cruzamento das políticas afirmativas nacional e local fez emergir a necessidade de uma instância para dar resolatividade às novas especificidades, o que conduziu à criação da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades. Porém, sem recursos para empreender políticas específicas de maior abrangência, durante o trabalho de campo, a Secretaria estava sendo foco de denúncias e de conflitos. Sugeri que as diferenças que possibilitaram a sua existência têm sido transformadas, em certa medida, em substrato para a unificação das próprias diferenças pela insuficiência das políticas de permanência. A posição de mediação da SAAD entre instâncias que também tratam dessas políticas potencializou que ela viesse a existir como uma instância catalizadora de conflitos. Foi possível esboçar como as práticas da instituição tendem a processos de unificação e, com isso, são alvos de contestações e rumores com o sentido de controle de suas especificidades: “a diversidade”.

Uma política relevante e que compõe a permanência na UFSC é possibilitada pela prefeitura de Garopaba com o financiamento do ônibus Garopaba- UFSC- Garopaba. Sem essa

política, o custo para o deslocamento de estudantes do Aldeia e Morro do Fortunato seria exorbitante e tornaria inviável sua permanência na universidade. Esta política exemplifica a importância da relação entre a universidade e os governos estadual e municipal. A abertura da UFSC em estabelecer políticas conjuntas particularmente com as prefeituras onde ficam os quilombos, no sentido de promover a permanência estudantil, pode ser uma alternativa eficaz.

Evidenciei as relações entre estudantes quilombolas com as redes de parentesco, que são também redes de solidariedade, em três comunidades. Se não foi possível determinar inteiramente por que são estudantes dessas três comunidades que ingressaram em maior número, foi possível descrever as condições em que ingressaram e as redes de apoio necessárias para que isso acontecesse. É possível indicar que, no caso dos quilombos Aldeia e Morro do Fortunato, a proximidade com a UFSC favoreceu o acesso e o ônibus financiado pela prefeitura de Garopaba cumpre um papel importante para a permanência dessas estudantes, a despeito das dificuldades e sacrifícios que a viagem impõe. No caso da Invernada dos Negros, pode-se sugerir que a longa distância foi de certo modo encurtada por vínculos com o MNU e com pesquisadoras na UFSC.

A dificuldade de acesso a dados oficiais não permitiu oferecer um quadro mais sistemático de quais estudantes ingressaram pela primeira chamada e quais estudantes ingressaram por chamadas complementares, quantos não se matricularam e quantos “desistiram” no período de 2016 a 2019. No entanto, o contato com uma parcela significativa das e dos estudantes quilombolas, bem como o material disponível no acervo da instituição permitiram traçar um quadro suficientemente representativo.

Na sessão do Conselho Universitário de 2015 que aprovou o novo Programa, nas poucas vezes em que as vagas suplementares para quilombolas foram mencionadas, explicitou-se a expectativa das e dos formuladores da política em relação ao “*retorno*” de quilombolas para a *comunidade*. Ou seja, quilombolas graduadas/os contribuiriam com suas especializações com as demandas no quilombo. Em entrevista a mim, o diretor administrativo da SAAD compartilhou desta perspectiva, entendendo que as políticas públicas para as comunidades quilombolas devem fomentar o seu “*desenvolvimento*”. As expectativas projetadas pela gestão da política, pelo movimento e pela própria comunidade, além das próprias expectativas de inserção profissional dessas/es estudantes, criam a confluência da obrigação recíproca de um envolver-se nas demandas coletivas do grupo. Desse modo, projeta-se uma expectativa em devir de uma maior autonomia econômica e política desses grupos, de maior articulação em espaços de decisão, principalmente na relação com instituições estatais.

Essa reflexão apenas esboçada explicita a potencialidade da formação acadêmica para quilombolas atuarem na defesa de seus direitos, o que pode ser evidenciado na participação de quilombolas na mobilização em Brasília em 2018, na reunião emergencial na SAAD, assim como a participação de Lu Quilombola e Adriana Ferreira na mesa do Congresso Mundial de Antropologia descritas na tese. Esses agenciamentos fortalecem o grupo e simultaneamente constituem novas lideranças do próprio grupo. Com os conhecimentos aprendidos com o grupo de parentesco articulados com os conhecimentos aprendidos na universidade, elas/eles modulam e potencializam a feitura da realidade com outros termos e sentidos.

Com a vigência do novo Programa até 2026 é possível aventar que as alianças que sustentaram a continuidade do Programa possam vir a sustentar sua continuidade por outro período. Ressalto, porém, que as alianças estão sujeitas a correlações de forças que podem ser invertidas a qualquer momento. A perspectiva sugerida de um horizonte de continuidade se assenta nas diferentes resoluções normativas que tratam das ações afirmativas e que se constituíram como parte da história da UFSC. Como descrevi, o Programa está sendo construído com vínculos ancestrais, territoriais e de parentesco; com as lutas antirracistas e em prol da educação quilombola; e com as lutas indígenas e negras.

Retomando a questão que me orientou na tese: “que direito é gerado a partir das disputas políticas e que política as disputas por direitos mobilizam?”, é possível indicar que o direito está sendo constituído nas práticas dinâmicas e imanentes ao cotidiano da instituição e de quilombolas na universidade, em suas casas e com seus parentes. Não é possível cristalizá-lo em um momento de recente implementação. Por outro lado, não é possível determinar como esse direito está sendo significado pelas famílias das/os estudantes e pela parentela que mora no território, constituídos de expectativas futuras em justaposição com as próprias expectativas das/os estudantes. Dessa reflexão é possível sugerir a aproximação da noção de política ontológica (MOL, 1999) com as noções de *luta* de interlocutoras e interlocutores. As lutas pelo direito foram feitas nos quilombos e também nos caminhos institucionais de tramitação burocrática. Para tanto, foram fundamentais as alianças entre pessoas das comunidades, do movimento e da universidade. As lutas continuam sendo feitas nas idas à SAAD em busca de recursos (não somente financeiros) para *ficar* na UFSC. Talvez seja possível dizer que essas lutas buscam também constituir na UFSC um território quilombola, um lugar onde seus conhecimentos ancestrais sejam conhecidos e reconhecidos.

REFERÊNCIAS

Entrevistas:

DUARTE, Eduardo. **Entrevista concedida a Judit Gomes da Silva.** Em 2 de setembro de 2018. Imbituba/Garopaba -SC, 2018.

DUARTE, Ézio. **Entrevista sobre as Ações Afirmativas na UFSC.** Em 28 de agosto de 2018. Florianópolis -SC, 2018.

CRISTINA, Alexandre de Paula. **Entrevista concedida a Judit Gomes da Silva.** 30 de agosto de 2018. São José - SC. 2018.

CRISTINO, Emerson MACHADO. **Entrevista concedida a Judit Gomes da Silva.** 31 de outubro de 2018. São José - SC. 2018.

MACHADO, Rodrigo. **Entrevista concedida a Judit Gomes da Silva.** Em 04 de dezembro de 2018. Meio virtual, 2018.

MACHADO, Edna Isabel. **Entrevista sobre as Ações Afirmativas na UFSC.** Em 06 de dezembro de 2018. Meio virtual, 2018.

MINA, Maria de Lurdes (Lurdinha). **Entrevista concedida a Judit Gomes da Silva.** Em 19 de julho de 2018. Garopaba/Florianópolis - SC, 2018.

MOMBELLI, Raquel. **Entrevista sobre as Ações Afirmativas na UFSC.** Em 23 de julho de 2017. Meio virtual, 2017.

NASCIMENTO, André. **Entrevista concedida a Judit Gomes da Silva.** Em 14 de novembro de 2018. Meio virtual, 2018.

NASCIMENTO, Ana Cristina. **Entrevista concedida a Judit Gomes da Silva.** Em 14 de novembro de 2018. Imbituba/Garopaba -SC, 2018.

OLIVEIRA, Camila Pereira. . **Entrevista concedida a Judit Gomes da Silva.** Em 14 de novembro de 2018. Imbituba/Garopaba -SC, 2018.

QUADROS JÚNIOR, Hélio Rodak. **Entrevista concedida a Judit Gomes da Silva.** Em 11 de julho de 2017. Florianópolis - SC, 2017.

QUILOMBOLA, Lu (Luciana Pereira). **Entrevista concedida à Juditi Gomes da Silva.** Em 2 de setembro de 2018. Imbituba/Garopaba -SC, 2018.

ROSÁRIO, Roberta Maria. **Entrevista concedida a Judit Gomes da Silva.** Em 9 de novembro de 2018. Florianópolis - SC, 2017.

SILVA, Adriana Ferreira. **Entrevista sobre as Ações Afirmativas na UFSC.** Em 07 de maio de 2018. Florianópolis -SC, 2018.

SOUZA, Abegail. **Entrevista concedida a Judit Gomes da Silva.** Em 31 de agosto de 2018. Florianópolis - SC, 2018.

SOUZA, Ezequiel. **Entrevista concedida a Judit Gomes da Silva.** Em 31 de agosto de 2018. Florianópolis - SC, 2018.

TRAGTENBERG, Marcelo H. R. **Entrevista concedida a Judit Gomes da Silva.** Em 9 de agosto de 2017. Florianópolis - SC, 2017.

Bibliografia

- ABREU, Luiz. E. **A troca das palavras e a troca das coisas: Política e linguagem no Congresso Nacional**. Mana, v. 11, n. 2, p. 329–356, out. 2005.
- ALBUQUERQUE, Mauricélia. T. **Negros em Garopaba - SC: Experiência Quilombola nas Comunidades da Aldeia e do Morro Do Fortunato**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade do Estado de Santa Catarina. 2014.
- ALENCAR, Alexandra. E. V. **A criação e ações da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades da Universidade Federal de Santa Catarina e suas ressonâncias nos estudantes negros e negras ingressos por cotas raciais**. 31ª RBA. Disponível em: <http://www.evento.abant.org.br/rba/31RBA/files/1541460323_ARQUIVO_AcriacaoeacoesdaSAAD_UFSCesuasressonanciasnosestudantesnegrosenegrasingressosporcotasraciais.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2020.
- ALENCASTRO, Luiz. F. **África, números do Tráfico Atlântico**. In: SCHWARCZ (Ed.). . Dicionário da Escravidão e Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, p. 57–63, 2018.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio - uso comum e conflito**. Belém, Cadernos do NAEA, n 10, p 163 -96, 1989.
- _____. **Os quilombos e as novas etnias**. In: Quilombos – identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro -RJ: ABA/FGV, p. 43–81, 2002.
- _____. **Nas Bordas da Política Étnica: Os quilombos e as políticas sociais**. In: Boletim Informativo do NUER. Vol. 2, Nº 2, p. 15- 44, 2005.
- _____. **As Comunidades Quilombolas entre os novos significados de território e o rito de passagem da “proteção” ao “protecionismo”**. In: Direitos Quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988. Brasília- DF: ABA, p. 29–54, 2016.
- ALMEIDA, Silvio L. **Racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALMEIDA, Mauro W. B. Relativismo Antropológico e Objetividade Etnográfica. **CAMPOS - Revista de Antropologia Social**, v. 3, n. 0, p. 9–29, 2003.
- _____. Caipora e outros conflitos ontológicos. **RAU - Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 5, p. 7–28, 2013.
- ANJOS, José. C. **O tribunal dos tribunais : onde se julgam aqueles que julgam raças**. Horizontes Antropológicos . Porto Alegre, ano 11, n.23, p. 232–236, 2005.
- _____. A religiosidade afro-brasileira e a política de reserva de vagas na universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: **Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão**. Salvador - Ba: Centro de Estudos Afro-Orientais - CEAO, p. 183–208, 2012.
- ARRUTI, José M. A. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, v. 3, n. 2, p. 7–38, out. 1997.
- _____. **Mocambo : antropologia e história do processo de formação quilombola**. EDUSC, 2006.
- _____. **Quilombos**. In: Raça: Novas Perspectivas Antropológicas. [org. Osmundo Pinho]. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA, 2008.
- BEVILAQUA, Ciméa B. **Etnografia do Estado: algumas questões metodológicas e éticas**. CAMPOS. Revista de Antropologia Social. N.03, 2003.

_____. **Entre o previsível e o contingente: etnografia do processo de decisão sobre uma política de ação afirmativa.** Revista de Antropologia, v. 48, n. 1, p. 171–225, 2005.

_____. **The Institutional Life of Rules and Regulations: Ten Years of Affirmative Action Policies at the Federal University of Paraná, Brasil.** Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology, v. 12, n. 2, p. 193–232, 2015.

_____. **A unidade do estado como processo técnico.** In: Antropologia da ciência e da tecnologia: dobras reflexivas. Porto Alegre: Sulinas, p. 189–178, 2016.

BEVILAQUA, C.; LEIRNER, P. DE C. **Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro.** Revista de Antropologia, 2000.

BORGES, Antonádia. **Very rural background: os desafios da composição-terra da África do Sul e do Zimbábue à chamada educação superior.** Revista De Antropologia, V. 63, n. 3, p. 1-22, 2020.

BROWN, H.; REED, A.; YARROW, T. **Introduction: towards an ethnography of meeting.** Journal of the Royal Anthropological Institute, v. 23, p. 10–26, 2017.

CABELLEIRA, Mariana D. **As identidades dos alunos quilombolas da Universidade Federal de Pelotas: trajetórias, construções e articulações.** Dissertação de mestrado em Ciência Política. UFPel: 2018.

CARDOSO OLIVEIRA, Luís Roberto. **Direito Legal e Insulto Moral. Dilemas Da Cidadania No Brasil, No Quebec e EUA.** Rio de Janeiro: Editora Garamound. 2011.

CARVALHO, José. J. **O quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições, lutas.** Salvador: EDUFBA, 1995.

_____. **O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos,** v. 2, n. 1987, p. 31–50, 2005a.

_____. **Usos e abusos da Antropologia em um contexto de tensão racial : o caso das cotas para negros na UnB. Horizontes Antropológicos . Porto Alegre, ano 11, n.23,** p. 237–246, 2005b.

CARVALHO, Maria. R. G. **Breves reflexões suscitadas pelo artigo “ Política de cotas raciais , os ‘ olhos da sociedade ’ e os usos da antropologia : o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UNB)”. Horizontes Antropológicos . Porto Alegre, ano 11, n.23,** p. 264–267, 2005.

CASSOLI, Alessandro T. **A política de cotas da UFSC na opinião dos seus graduandos.** Dissertação de mestrado em Sociologia Política. UFSC: 2013.

CASTRO, Maria S. M. **A integralidade como aposta : etnografia de uma política pública no Ministério da Saúde.** Tese de doutorado em Antropologia Social. UnB: 2013.

CORRÊA, Mariza. **Os ciclistas de Brasília.** Horizontes Antropológicos, v. 11, n. 23, p. 268–270, 2005.

L’ESTOILE, Benoit de. **A reunião: ferramenta e ritual de governo. Relações pessoais e mundo do Estado num assentamento na Zona da Mata de Pernambuco.** Revista Antropolítica. n. 39, p. 248-282, 2015.

DUMONT, Louis. **Introducción a dos teorías de la antropología social.** Barcelona: Editora Anagrama, 1975.

ESPINDOLA, Corina. M. **Análise da contribuição do Programa de Ações Afirmativas para a democratização do acesso, permanência e conclusão de estudantes de escolas públicas e negros nos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina.** Dissertação de Mestrado em Administração Universitária. UFSC: 2014.

ESPÍRITO SANTO, Ana. C. M.; CHERER WARREN, Ilse. **Movimento Negro e implantação das ações afirmativas na UFSC**. In: *Relações étnico-raciais nas universidades : os controversos caminhos da inclusão*. Florianópolis -SC: Atilende, p. 121–140, 2014.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro -RJ: Pallas, 2017.

FASSIN, Didier. Can states be moral? Preface to the English edition. In: **At the heart of the State: the moral world of institutions**. London: Pluto Press, p. ix–xi, 2015.

FERES JÚNIOR, J. et al. **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2018.

FERES JÚNIOR, J.; DAFLON, V. T. Políticas da Igualdade Racial no Ensino Superior. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, v. 5, n. 5, p. 31–43, 2012.

FRY, Peter. **Ossos do ofício**. Horizontes Antropológicos . Porto Alegre, ano 11, n.23, p. 271–272, 2005.

GOLDMAN, Márcio. **Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia**. Cadernos de Campo (São Paulo, 1991), V. 13, n. 13, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 40-51, 2002.

_____. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Euclides. **Orientações superiores: Time and bureaucratic authority in mozambique**. *African Affairs*, v. 112, n. 449, p. 602–622, 2013.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. *Revista Ciências Sociais Hoje - ANPOCS*, p. 223–244, 1984.

GONZALEZ, Lélia.; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro -RJ: Editora Marco Zero Limitada, 1982.

GOSS, Karine. **Retóricas em disputa: o debate intelectual sobre as políticas de ação afirmativa para estudantes negros no Brasil**. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 45, n. 2, p. 114–124, 2009.

_____. **Retóricas em disputa: o debate entre intelectuais em relação às políticas de ação afirmativa para estudantes negros no Brasil**. In: *Relações étnico-raciais nas universidades : os controversos caminhos da inclusão*. Florianópolis - SC: Atilende, p. 17–46, 2014.

GOULART, Ana. Caroline. **Experimental, contestar e refazer-se: caminhos de sonhos e enfrentamentos percorridos por acadêmicos kaingang e guarani na Universidade Estadual de Londrina – PR**. Dissertação de mestrado em Antropologia. UFPR: 2014.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. *Cadernos pagu*, n. 5, p. 7–41, 1995.

_____. **Antropologia do ciborgue**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

HARTUNG, Miriam F. **Nascidos na Fortuna: O grupo do Fortunato. Identidade e relações**

interétnicas entre descendentes de Africanos e Europeus no Litoral Catarinense. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. UFSC: 1992.

_____. **A comunidade do Sutil: história e etnografia de um grupo negro na área rural do Paraná.** Tese de doutorado em Antropologia. UFRJ - Museu Nacional: 2000.

_____. **Saberes reversos ou o difícil diálogo entre saberes “tradicionais” e poderes estatais: o processo de identificação e delimitação do território da comunidade negra Invernada Paiol de Telha (Paraná, Brasil).** In: Antropologia em Primeira Mão. PPGA/UFSC: Florianópolis. 2009.

_____. **Ser E não ser, eis a questão: relatórios antropológicos, categorias nativas e Antropologia.** Revista de Antropologia. V. 56(2): 323-364. 2013.

HERZFELD, M. **Comment: Interrogating the neo-pluralist orthodoxy in American Anthropology – Who makes the structures?** Dialectical Anthropology, v. 32, n. 1–2, p. 77–92, 2008.

HETHERINGTON, Kregg. **Populist Transparency: The Documentation of Reality in Rural Paraguay.** Journal of Legal Anthropology. v. 1, n. 1, p. 45–69, 2008.

HOLBRAAD, Martin. **As coisas enquanto conceitos.** In: Objetos selvagens. Lisboa: INCM, p. 15–25, 2012.

HULL, Matthew. **Government of Paper. The Materiality of Bureaucracy in Urban Pakistan.** Berkeley: University of California Press, 2012.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do Céu: palavras de um xamã Yanomami.** 2ª Ed. ed. São Paulo: Cia. das Letras.: [2010], 2016.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede.** Salvador: EDUFBA, 2012.

_____. **Faturas/Fraturas: da noção de rede à noção de vínculo.** Ilha - Revista de Antropologia, v. 17 (2), p. 123–146, 2015.

LEITE, Ilka. B.; CARDOSO, Luis. F. Cardoso; **Territórios Quilombolas: Reconhecimento e Titulação de Terras.** Florianópolis: UFSC, 2005.

_____. **O Projeto Político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais.** In: Estudos Feministas. Florianópolis. 2008a. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/15.pdf>>. Acesso em 30 de março de 2015.

_____. **Os quilombos e a constituição brasileira.** In: OLIVEN, Ruben; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Guildo Marçal (Orgs.). A Constituição de 1988 na vida brasileira. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, Anpocs, 2008b.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas Elementares do Parentesco.** Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Introdução à obra de Marcel Mauss.** In: Sociologia e Antropologia. Vol II, São Paulo: EDUSP, p. 331, 1974.

LEWANDOWSKI, Andressa. **O Direito em Última Instância: Uma Etnografia do Supremo Tribunal Federal.** Tese de Doutorado em Antropologia. UnB: 2014.

_____. **O medo do precedente. As técnicas de decisão no Supremo Tribunal Federal.** Campos - Revista de Antropologia, 18 (1-2), 2018.

LEWANDOWSKI, Ricardo. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186.**

- Brasília- DF, 2012. Disponível em: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF186RL.pdf>>
- LIMA, Tânia S. **O campo e a escrita : Relações incertas**. Revista de Antropologia da UFSCar, v. 5, p. 9–23, 2013.
- LOURENÇO, Sonia R. **Ações Afirmativas para Estudantes Quilombolas: o processo de criação do Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas (PROINQ) na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)**. Campos - Revista de Antropologia, v. 17, n. 2, p. 35–57, 9 fev. 2018.
- LUCIANI, José A. K. **“Os Encontros de Saberes”: equívocos entre índios e Estado em torno das políticas de saúde indígena na Venezuela**. Ilha Revista de Antropologia, v. 11, n. 1,2, p. 265–302, 2009.
- MACHADO, Elielma A. **Ação Afirmativa, Reserva de Vagas e Cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002-2012)**. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.
- MARQUES, Ana. C.; VILELA, Jorge M. **O que se diz, o que se escreve: etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernanbuco**. Revista de Antropologia. v. 48, 2005.
- MAUSS, Marcel. **Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção de eu**. In: Sociologia e Antropologia. Volume I, São Paulo: EDUSP, p. 207–241.1974a.
- _____. **Ensaio sobre a Dádiva.Sociologia e antropologia**. In: Sociologia e Antropologia. Volume 1 ed. São Paulo: EDUSP .1974b.
- MOL, Annemarie. **Política ontológica. Algumas ideias e várias perguntas**. In: LAW, J.; HASSARD, J. (Eds.). Actor Network Theory and After.1999.
- MOMBELLI, Raquel. **Visagens e profecias: ecos da territorialidade quilombola**.Tese de doutorado em Antropologia. UFSC: 2009.
- _____. **Quilombos em Santa Catarina e dez anos do Decreto Nº 4.887/2003**. In: **Direitos Quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Brasília: ABA, p. 201–216, 2016.
- MOMBELLI, Raquel; SILVA, J. B. R. **Relatório Antropológico Invernada dos Negros**. In: Quilombos no Sul do Brasil-Pericias Antropológicas. Volume 3, NUER:UFSC, 2006. p. 19–130.
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 5ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, [1959] 2014.
- MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África**. Revista USP, 1996.
- _____.**Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo. Documentos de uma militância Pan-Africanista**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. Afrodiáspora - Revista mundo Negro, v. nº 6 e 7, p. 41–49, 1985.
- NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, 2006.
- NUER, MNU, et al. **Licenciatura quilombola - proposta pedagógica apresentada à**

Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis - SC: 2013.

OLIVEIRA, Osvaldo M. **Direitos Quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988.** Brasília: ABA, 2016.

PASSERON, Jean-Claude; BOURDIEU, Pierre. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura.** Florianópolis: UFSC, 2018.

PASSOS, Joana C. **Juventude negra: escolarização e heranças de desigualdades no Brasil contemporâneo.** In: Relações étnico-raciais nas universidades : os controversos caminhos da inclusão. Florianópolis - SC: Atilende, p. 77–98, 2014.

PAULA, Rosana R. **Estudo sobre as Políticas de Ações Afirmativas para o acesso de quilombolas ao Ensino Superior Público no Brasil.** Relatório de Iniciação Científica. UFPR: 2017.

PEIRANO, Marisa. **O encontro etnográfico e o diálogo teórico.** Anuário Antropológico, p. 249–264, 1985.

PIMENTEL, Adriana M.; MORAES, Paulo A. S. **Experiências biográficas: uso de narrativas na pesquisa com estudantes de comunidades tradicionais no ensino superior.** Livro de Actas CIAIQ, vol.1, p. 295–304, 2019.

PINHEL, André. M. **Um debate sobre a legislação de cotas nas universidades públicas.** In: Uma década de Políticas Afirmativas: Panorama, Argumentos e Resultados. Ponta Grossa: UEPG, 2012.

PORTO, Liliana; KAISS, Carolina; COFRÉ, Ingeborg. **Sobre solo sagrado: identidade quilombola e catolicismo na comunidade de Água Morna (Curiúva, PR).** Religião & Sociedade, v. 32, n. 1, p. 39–70, 2012.

REED, Annelise. **Documents Unfolding.** In: RILES, A. (org.). Documents. Artifacts of Modern Knowledge, p. 158–177, 2009.

REIS, Nathália D. **O cuidado como potência: entre o público e o privado e as lideranças de mulheres nas Comunidades Remanescentes de Quilombo Aldeia e Toca de Santa Cruz.** Dissertação de Mestrado em Antropologia. UFSC: 2018.

RIBEIRO, Gustavo L. **O mestiço no armário e o triângulo negro no Atlântico. Para um multiculturalismo híbrido.** Horizontes Antropológicos, ano 11, n.23, p. 228–231, 2005.

ROCHA, Wesley H. A; et al. **A política de ação afirmativa para quilombolas na ufmt permanência dos estudantes.** Revista Direitos, Trabalho E Política Social, v. 5, n. 8, p. 114–136, 2019.

SAHLINS, Marshal. **What kinship is (part one).** Journal of the Royal Anthropological Institute, V. 17, p. 2-19, 2011.

SALMOND, Anne. **Tears of Rangi.** HAU: Journal of Ethnographic Theory, v. 4, n. 3, p. 285–309, 2014.

SANSONE, Lívio. **O bebê e a água do banho – a Ação Afirmativa continua importante, não obstante os erros da UnB !** Horizontes Antropológicos, ano 11, n.23, p. 251–254, 2005.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos: modos e significados.** Brasília: UnB, 2015.

SANTOS, Adilson P. **Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro : dos ecos de Durban à Lei das Cotas.** Revista de Ciências Humanas, v. 12, p. 289–317, 2012.

SANTOS, Jocélio T. Introdução. In: **Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, p. 9–16, 2012.

SANTOS, Jocélio T.; QUEIROZ, Delcele M. **As cotas na universidade Federal da Bahia: história de uma decisão inédita**. In: Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, p. 41–76, 2012.

SANTOS, Judit C. **Família, Parentesco e Política: Um estudo da implantação do Programa Bolsa Família em um município do Vale do Ribeira (PR)**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. UFPR: 2007.

SANTOS, Marcos. Antônio S. **Ações Afirmativas de ingresso: fronteiras étnicas, projetos e representações sociais das/dos estudantes quilombolas na UNIFESSPA**. Revista da ABPN - Caderno Temático: Saberes Tradicionais, v. 9, p. 152–173, 2017.

SANTOS, Sales A. **Educação: um pensamento negro contemporâneo**. Jundiaí-SP: Paco Editora, 2014.

SCHAVELZON, Salvador. **O “Gestionismo” e o “Politicismo” no Estado: o caso de dois estilos de governo na Comisión Municipal de la Vivienda da cidade de Buenos Aires**. CAMPOS - Revista de Antropologia Social, v. 8, n. 2, p. 73-96, 2007.

_____. **La antropología del estado, su lugar y algunas de sus problemáticas**. PUBLICAR-En Antropología y Ciencias Sociales, Argentina, n. 9, 2010.

SCHWARCZ, Lilia M. **O retorno do objetivismo ou dos males de ser científico**. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 11, n.23, p. 247–250, 2005.

SIGAUD, Ligia. **As vicissitudes do “ensaio sobre o dom”**. Mana, v. 5, n. 2, p. 89–124, 1999.

SILVA, Adriana F. **A juventude quilombola na Comunidade Invernada dos Negros da década de 1960 e da atualidade: relações de trabalho e da escolarização**. Monografia em Licenciatura em Educação do Campo. UFSC: 2014.

SILVA, Dimas S. **Regulamentação de Terras de Negros no Brasil**. Boletim Informativo NUER:UFSC, v. 1, 1997.

_____. **Apontamentos para compreender a origem e propostas de regulamentação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988**. In: Boletim Informativo NUER: Regulamentação de Terras de Negros no Brasil, p. 9–48, 1997a.

SILVA, Givânia M. DA. **Educação e luta política no quilombo de Conceição das Crioulas**. Curitiba: Editora Appris, 2016.

SIQUEIRA, Paula. **“Ser afetado”**, de Jeanne Favret-Saada. Cadernos De Campo (São Paulo - 1991), V. 13, nº 13, p. 155-161, 2005.

SILVEIRA, Marcos S. **Um antropólogo diante dos desafios de uma política pública controversa : o caso da bancas raciais da UFPR**. R@U -Revista de @ntropologia da UFSCar, v. 9, n. 2, p. 87–105, 2017.

_____. **Algumas questões antropológicas a partir do programa de inclusão racial da Universidade Federal do Paraná**. Campos - Revista de Antropologia, v. 17, n. 2, 2018.

SISS, Ahias. **Afro-brasileiros e Educação Superior: notas para debate**. In: Uma década de Políticas Afirmativas: Panorama, Argumentos e Resultados. UEPG: Ponta Grossa. 2012.

SOUZA, Bárbara O. **Aquilombar-se: Panorama Histórico, Identitário e Político do Movimento Quilombola Brasileiro**. Dissertação em Antropologia Social. UnB: 2008.

SOUZA LIMA, Antônio. C.; CASTRO, João Paulo M. **Política(s) Pública(s)**. In: *Raça: novas perspectivas antropológicas*. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico**. São Paulo-SP: Cosac Naify, 2014.

_____. **O gênero da Dádiva. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. 3º ed. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

TASSINARI, Antonella; et al. **Programa de Ações Afirmativas (PAA) para ampliação do acesso à Universidade Federal de Santa Catarina com diversidade socioeconômica e étnico-racial**. Avaliação do período 2008-2012 e proposta de revisão. UFSC -/acoes-afirmativas.ufsc.br/artigos/acoes-afirmativas.ufsc.br/artigos/, p. 1–39, 2012a.

TASSINARI, Antonella; et al. **Relatório de Avaliação do Programa de Ações Afirmativas/UFSC : vagas suplementares destinadas a indígenas**. p. 1–31, 2012b.

TRAGTENBERG, Marcelo H. R. **O processo de elaboração e aprovação do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina (2002-2007)**. In: *Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2012. p. 235–258.

Dispositivos legais, sites e outras fontes de pesquisa:

IUAES. 18º Congresso Mundial de Antropologia. **Visita ao Morro do Fortunato**. Disponível em: <https://www.pt.iaes2018.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=724>. Acesso em: 22 ago. 2019.

ACORQUIAL. **Bate-papo no Quilombo**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/AcorquialAldeia/photos/gm.1190144327717226/1047480965334418/?type=3&theater>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

ANDIFES. **Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) - ANDIFES**. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/forum-nacional-de-pro-reitores-de-assuntos-comunitarios-e-estudantis-fonaprace/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

_____. **Nota Pública ANDIFES sobre Programa Bolsa Permanência**. Disponível em: <<http://www.fonaprace.ufma.br/site/index.php/2018/06/15/nota-publica-andifes-sobre-programa-bolsa-permanencia/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

APUSFC. **História da Apufsc**. Disponível em: <<https://www.apufsc.org.br/historia-da-apufsc/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil 1988**. Brasília. 2017.

_____. **Lei n. 1, de 1837, e o Decreto nº 15, de 1839, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro**. In: *História da Educação*, n. 18, p. 199–205, 2005.

_____. Fundação Cultural Palmares. **Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ's)**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em: 9 jan. 2020.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Brasília, 2003

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio

e dá outras providências. Brasília, 2012a.

_____. Presidência da República. **Lei Nº 12.990**, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos. Brasília, 2014.

_____. Presidência da República. **Lei n.13.409**, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, 2016.

_____. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.824**, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, 2012b.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 18**, de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012. Diário Oficial da União, 15 de outubro de 2012, Brasília, 2012c.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 389**, de 9 de maio de 2013. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Diário Oficial da União, 13 de maio de 2013, Brasília, 2013.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 560**, de 14 de junho de 2018. Autoriza a abertura de novas inscrições ao Programa de Bolsa Permanência - PBP no ano de 2018, para estudantes indígenas e quilombolas, matriculados em cursos de graduação presencial ofertados por instituições federais de ensino superior. Diário Oficial da União, 15 de junho de 2018. Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação. **Ministério autoriza abertura de vagas do Bolsa Permanência para indígenas e quilombolas**. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/65201-ministro-autoriza-abertura-devagas-para-bolsa-permanencia>>. Acesso em: 15 jun. 2019b.

_____. Ministério do Planejamento. **O que é contingenciamento?** Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/elaboracao-e-execucao-do-orcamento/o-que-e-contingenciamento>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. Supremo Tribunal Federal. **STF julga constitucional política de cotas na UnB**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206042&caixaBusca=N>>. Acesso em: 23 maio. 2017.

BASSETTE, Fernanda. **UFSC investiga vazamento de lista extra-oficial na internet**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL278512-5604,00-UFSC+INVESTIGA+VAZAMENTO+DE+LISTA+EXTRAOFICIAL+NA+INTERNET.htm>>. Acesso em: 23 ago. 2020.

CIMI. **Movimento Nacional dos Estudantes Universitários Indígenas e Quilombolas arquivo | Cimi**. Disponível em: <<https://cimi.org.br/tag/movimento-nacional-dos-estudantes-universitarios-indigenas-e-quilombolas/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

_____. **Após mobilização, MEC garante 4 mil Bolsas Permanência a estudantes indígenas e quilombolas/Cimi**. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2019/06/apos-mobilizacao-mec-garante-4-mil-bolsas-permanencia-estudantes-indigenas-quilombolas/>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

CPISP. **Direitos Quilombolas | Comissão Pró-Índio de São Paulo**. Disponível em:

<<http://cpisp.org.br/direitosquilombolas/>>. Acesso em: 1 out. 2019.

CRUZ, Antonio. **Indígenas e quilombolas fazem ato em frente ao Palácio do Planalto | Agência Brasil**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/es/indigenas-e-quilombolas-manifestam-em-frente-ao-palacio-do-planalto?id=116993>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

FLAESCHEN, Hara. **Sem provas PF encerra inquérito que levou Reitor Cancellier ao suicídio**. ABRASCO. 2018. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/sem-provas-pf-encerra-inquerito-que-levou-reitor-cancellier-ao-suicidio/37766/>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

FLORES LENZ, Carlos E. T. **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2008.04.00.003151-2/SC. Portal TRF4: 2008.** Disponível em: <https://www.trf4.gov.br/trf4/processos/visualizar_documento_gedpro.php?local=trf4&documento=2113691&hash=4e3bf237a63c90630cb0ae840d51b5db>. Acesso em: 24 out. 2020

GEMAA. **Mapa das Ações Afirmativas em universidades estaduais para quilombolas**. Disponível em: <<http://gema.iesp.uerj.br/mapa-da-acao-afirmativa/>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

LIEDTKE, Paulo F. **UFSC poderá ter cotas a partir do vestibular 2008**. Disponível em: <<https://noticias.ufsc.br/2006/11/ufsc-podera-ter-cotas-a-partir-do-vestibular-2008/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MARIANI, Manuella. **Nossos Monumentos: Reitoria da UFSC possui um dos maiores mosaicos da América Latina**. Disponível em: <<https://noticias.ufsc.br/2016/10/nossos-monumentos-reitoria-da-ufsc-possui-um-dos-maiores-mosaicos-da-america-latina/>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MÜLLER, Daniela. **Infográfico**. In: Quilombolas vivem há 40 anos expulsos de suas terras na capital. 2019. Disponível em: <https://zeroufsc.medium.com/quilombolas-vivem-expulsos-de-seu-territorio-em-florianopolis-d0d879bc64ad>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

MIRANDA, Amanda. **UFSC vai recorrer contra a suspensão das cotas**. Jornal Zero Hora. p. online, 21 jan. 2008.

NSC, Redação. **Suposta lista com o desempenho detalhado dos candidatos ao vestibular da UFSC vaza na internet**. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/suposta-lista-com-o-desempenho-detalhado-dos-candidatos-ao-vestibular-da-ufsc-vaza-na>>. Acesso em: 23 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes** (Convenção 169), de 27 de junho de 1989. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencao169-pl.pdf>>. Acesso em: 23 de setembro de 2020.

PICHONELLI, Matheus. **Lista de cotistas da UFSC vaza pela internet**. Jornal Folha de São Paulo, p. c12, 30 jan. 2008.

PORTUGAL, Alice. **Substitutivo ao Projeto De Lei Nº 1.434, 2011**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao.jsessionid=1E03B1D03ECE9A24A7AEB816AF525F77.proposicoesWeb2?idProposicao=503670&ord=0>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

RÓDIO, Tiffany. **UFSC aprova transmissão ao vivo das reuniões do Conselho Universitário**. Disponível em: <<https://noticias.ufsc.br/2008/09/ufsc-aprova-transmissao-ao-vivo-das-reunioes-do-conselho-universitario/>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

ROSA, Mariana. **Educação quilombola – UFSC lança proposta de licenciatura – Cotidiano UFSC**. Jornal Cotidiano. Disponível em: <<http://cotidiano.sites.ufsc.br/educacao-quilombola-ufsc-lanca-proposta-de-licenciatura/>>. Acesso em: 4 abr. 2020a.

ROSA, Mariana. **UFSC propõe criação de Licenciatura em Educação Quilombola**. Jornal Opera mundi Disponível em: <UFSC propõe criação de Licenciatura em Educação Quilombola>. Acesso em: 29 ago. 2017b.

SCHMITZ, Paulo C. **Primeira reunião do CUn presidida pela reitora Roselane Neckel**. Disponível em: <<https://noticias.ufsc.br/2012/05/conselho-homologa-alteracoes-estatutarias-e-nomes-dos-novos-pro-reitores-e-secretarios/>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

TORRES, Aline. **O suicídio do reitor para quem prisão foi ultraje e sentença de morte. EL PAÍS Brasil**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/04/politica/1507084756_989166.html>. Acesso em: 14 jul. 2019.

UFPR. Universidade Federal do Paraná. **Edital nº 60/2019-NC - XIX Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná**. 2019. Disponível em: <<http://portal.nc.ufpr.br/PortalNC/PublicacaoDocumento?pub=1221>>. Acesso em: 10 out. 2020

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Conselho Universitário. **Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina**Brasil, 2019. Disponível em: <<http://reitoria.ufsc.br/estatuto-versao-impressa-2/>>.

_____. Conselho Universitário. **Acervo online do Conselho Universitário**. Disponível em: <<http://cun.orgaosdeliberativos.ufsc.br/>>.

_____. Conselho Universitário. **Sessão de 13 de setembro de 2012**. Florianópolis, 2012a. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/63612>>.

_____. Conselho Universitário. **Sessão de 16 de outubro de 2012**. Florianópolis, 2012b. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/78222>>.

_____. Conselho Universitário. **Sessão de 10 de setembro de 2013**. Florianópolis, 2013a. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104836>>.

_____. Conselho Universitário. **Sessão de 13 de setembro de 2013**. Florianópolis, 2013b. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104837>>.

_____. Conselho Universitário. **Sessão de 17 de setembro de 2013**. Florianópolis, 2013c. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104847>>.

_____. Conselho Universitário. **Sessão de 12 de novembro de 2013**. Florianópolis, 2013d. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105808>>.

_____. Conselho Universitário. **Sessão de 22 de julho de 2014**. Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122144>>.

_____. Conselho Universitário. **Sessão de 2 de junho de 2015**. Florianópolis, 2015a. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/133263>>.

_____. Conselho Universitário. **Sessão de 16 de junho de 2015**. Florianópolis, 2015b. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/133379>>.

_____. Conselho Universitário. **Sessão de 07 de junho de 2016**. Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/163258>>.

_____. Conselho Universitário. **Sessão de 27 de junho de 2017**. Florianópolis, 2017.

Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/177641>>.

_____. Conselho Universitário. **Sessão de 26 de junho de 2019**. Florianópolis, 2019a. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/200827>>.

_____. Conselho Universitário. **Resolução Normativa n. 08**, de 10 de Julho de 2007. Cria o Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

_____. Conselho Universitário. **Resolução Normativa n. 22**, de 29 de junho de 2012. Reedita o Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012c.

_____. Conselho Universitário. **Resolução Normativa n. 26**, de 16 de outubro 2012. Adequa o Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina a Lei 12.711/2012 e normas complementares. Florianópolis, 2012d.

_____. Conselho Universitário. **Resolução Normativa n. 33**, de 17 setembro de 2013. Dispõe sobre as ações afirmativas no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina para o concurso vestibular de 2014. Florianópolis, 2013e.

_____. Conselho Universitário. **Resolução Normativa n. 41**, de 19 de agosto de 2014. Dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina para o Vestibular 2015. Florianópolis, 2014b.

_____. Conselho Universitário. **Resolução Normativa n. 52**, de 16 de junho de 2015. Dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina para os Processos Seletivos de 2016 a 2022. Florianópolis, 2015c.

_____. Conselho Universitário. **Resolução Normativa n. 65**, de 23 de novembro de 2015. Cria o Comitê Institucional de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Florianópolis, 2015d.

_____. Conselho Universitário. **Resolução Normativa n. 131**, de 10 de setembro de 2019. Altera a RN. n. 52/2015, que dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019b.

_____. Conselho Universitário. **Regimento Interno do Conselho Universitário**, aprovado em 29 de março de 1983. Das disposições iniciais, finalidades, atribuições e sua composição. Florianópolis, 1983. Disponível em <https://legislacao.paginas.ufsc.br/files/2012/01/cun_regim.pdf>.

_____. Gabinete do Reitor. **Resolução n. 017/CUN/97**, de 30 de Setembro de 1997. Dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFSC. Florianópolis, 1997.

_____. Gabinete do Reitor. **Portaria n. 501**, de 19 de março de 2014. Designa os membros para comporem comissão responsável por discutir o processo seletivo e o edital do Vestibular 2015 da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

_____. Pró-reitoria de Graduação. **Portaria n. 386**, de 19 de novembro de 2015. Dispõe sobre as normas, o período e o local de realização da matrícula inicial dos candidatos classificados no Concurso Vestibular UFSC/2016, bem como sobre os procedimentos administrativos necessários e a documentação exigida. Florianópolis, 2015e.

_____. Pró-reitoria de Graduação e Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades. **Instrução Normativa n. 001**, de 31 de julho de 2019, para Monitoria Indígena e Quilombola na UFSC. Florianópolis, 2019c.

_____. Comissão Permanente do Vestibular. **Edital n. 05**, de 15 de julho de 2010. Abre as

inscrições ao Concurso Vestibular UFSC/2010 para ingresso no Curso Licenciatura em Educação do Campo. Florianópolis, 2010.

_____. Comissão Permanente do Vestibular. **Edital n. 01**, de 15 de janeiro de 2015. Abre a inscrição ao processo seletivo para preenchimento das vagas remanescentes do Vestibular 2015. Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.vestibular2015.ufsc.br/files/2012/07/EDITAL_01-2015-remanescentes.pdf>. Acesso em: 4 out. 2020.

_____. Comissão Permanente do Vestibular. **Edital n. 03**, de 17 de agosto de 2015. Abre as inscrições ao Concurso Vestibular 2016. Florianópolis, 2015. Disponível em: <<https://vestibular2016.paginas.ufsc.br/files/2012/07/Edital03-VestibularUFSC2016.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2020.

_____. Comissão Permanente do Vestibular. **Edital n. 08**, de 26 de setembro de 2016. Abre as inscrições ao Processo Seletivo para as vagas suplementares para indígenas e quilombolas para o ano de 2017. Florianópolis, 2016.

_____. Comissão Permanente do Vestibular. **Edital n. 09**, de 25 de setembro de 2017. Abre as inscrições ao Processo Seletivo para as vagas suplementares para indígenas e quilombolas para o ano de 2018. Florianópolis, 2017d. Disponível em: <<https://suplementares2018.paginas.ufsc.br/files/2017/08/Edital09-Indigenas-Quilombolas-2018.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2020

_____. Comissão Permanente do Vestibular. **Edital n. 25**, de 15 de outubro de 2018. Abre as inscrições ao Processo Seletivo para as vagas suplementares para indígenas e quilombolas para o ano de 2019. Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://suplementares2019.paginas.ufsc.br/files/2012/07/Edital25-Edital-Ind%C3%ADgenas-Quilombolas-2019.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

Comissão Permanente do Vestibular. **Relatório Oficial - Vestibular UFSC 2016**. Florianópolis, 2016. Disponível em: <<http://dados.coperve.ufsc.br/vestibular2016/relatorioOficial/indiceRelatorio.html>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

_____. Comissão Permanente do Vestibular. **Relatório Oficial - Vestibular UFSC 2017**. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://vestibular2017.paginas.ufsc.br/files/2017/05/relatorio-Oficial-V2017_web.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2020. Acesso em: 20 abr. 2020,

_____. Comissão Permanente do Vestibular. **Relatório do Resultado do Processo Seletivo às Vagas Suplementares Quilombolas 2018**, de 2 de fevereiro de 2018. Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://php.coperve.ufsc.br/vestibular2018/suplementaresindiosquilombolas/resultado/coperve_relatorio_resultado_quilombolas.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. Comissão Permanente do Vestibular. **Relatório do Resultado do Processo Seletivo às Vagas Suplementares Quilombolas 2019**, de 8 de fevereiro de 2019. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://suplementares2019.paginas.ufsc.br/files/2012/07/coperve_relatorio_resultado_quilombolas.pdf>. Acesso em 20 de abr. 2020.

_____. **Moradia Estudantil**. Disponível em: <<https://moradia.paginas.ufsc.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

_____. **UFSC institui programa de monitoria indígena e quilombola**. Disponível em:

<<https://noticias.ufsc.br/2019/08/ufsc-institui-programa-de-monitoria-indigena-e-quilombola/>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

_____. **Atribuições da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades.** Disponível em: <<https://saad.ufsc.br/apresentacao/>>. Acesso em: 14 out. 2020.

_____. **Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades.** Disponível em: <<https://saad.ufsc.br/2017/08/03/saad-recebe-estudantes-indigenas-quilombolas-e-negros/>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

_____. **Estrutura organizacional da SAAD.** Disponível em: <<https://saad.ufsc.br/estrutura/>>. Acesso em: 14 out. 2020.

_____. **Validação de pertencimento à Comunidades Remanescentes de Quilombos e de Povos Indígenas. Validação de pertencimento à Comunidades Remanescentes de Quilombos e de Povos Indígenas.** Disponível em: <<https://crer.paginas.ufsc.br/2017/03/31/validacao-de-pertencimento-a-comunidades-remanescentes-de-quilombos/>>. Acesso em: 24 jun. 2020.

_____. **Projeto “Longe de Casa: e agora?”** Disponível em: <<https://noticias.ufsc.br/tags/projeto-longe-de-casa/>>. Acesso em: 4 out. 2020.

_____. **UFSC promove seminário sobre Licenciatura Quilombola.** Disponível em: <<https://noticias.ufsc.br/2013/06/ufsc-promove-seminario-sobre-licenciatura-quilombola/>>. Acesso em: 4 abr. 2020.

_____. **Florianópolis sedia colóquio “Pensamento Negro em Educação”.** Disponível em: <<https://noticias.ufsc.br/2006/02/florianopolis-sedia-coloquio-pensamento-negro-em-educacao/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. **Administração Central emite nova Nota Oficial sobre operação da Polícia Federal.** Disponível em: <<https://noticias.ufsc.br/2017/09/administracao-central-emite-nova-nota-oficial-sobre-operacao-da-policia-federal/>>. Acesso em: 6 out. 2019.

_____. **Projeto de Unificação da Matemática.** Disponível em: <<https://novomtm.paginas.ufsc.br/tag/pre-calculo/>>. Acesso em: 6 ago. 2020.

ANEXOS

ANEXO I – DOCUMENTO DE PROPOSIÇÃO DE VAGAS SUPLEMENTARES PARA QUILOMBOLAS

Proposições à UFSC para assegurar uma efetiva inclusão de qualidade dos Indígenas e Quilombolas na Universidade

Como parte das atividades do PROEXT/2013 (MEC/PROEXT: Programa de extensão: **Promoção da Igualdade Étnico Racial no Ensino Superior**) foram realizadas diversas oficinas junto às populações indígenas e quilombolas no estado de Santa Catarina, com o objetivo de divulgar as ações afirmativas para o ingresso e permanência nas Universidades, e de forma específica na UFSC. Junto aos indígenas, essas oficinas foram realizadas contemplando as três etnias: Guarani, Xokleng e Kaingang, que se encontram nas seguintes Terras Indígenas: **Morro dos Cavalos e Mbiguaçu** (Guarani), **Ibirama-Laklãnô** (Xokleng), **Xapecô** (Kaingang), nas aldeias do Litoral Norte Catarinense (Guarani). Junto às comunidades quilombolas as oficinas ocorreram em Florianópolis, para onde seus representantes foram trazidos. Desta forma, ocorreram três oficinas, com representantes das Comunidades de quilombo de Morro do Fortunato, Aldeia, em Garopaba; Cakãs do Cubatão, em Cakãs da Imperatriz; Santa Cruz- Toca, em Paulo Lopes; Vidal Martins, em Florianópolis; Invernada dos Negros, em Campos Novos; Campina dos Polí, em Fraiburgo; Núcleo Monte Carlos - Invernada dos Negros, em Monte Carlo; São Roque, em Praia Grande; reunindo aproximadamente 200 pessoas.

Em grande parte, como resultado, para o vestibular 2014 registraram-se 136 inscrições nas vagas suplementares para Indígenas, um número recorde. Como resultado das oficinas realizadas nas comunidades quilombolas, houve 17 inscrições para o vestibular e o número de 1120 inscrições para estudantes autodeclarados Negros.

As oficinas junto aos indígenas e quilombolas, contudo, não mostraram apenas resultados para as inscrições ao concurso vestibular. Em diálogo com os representantes destas populações, elas observaram também o longo e tortuoso caminho que deve ser percorrido para que eles possam se candidatar a este intento. Através dos trabalhos das oficinas indígenas e quilombolas identificaram-se inúmeras dificuldades com relação aos limites de acessar as políticas de ação afirmativa da universidade por essas populações. Essas questões foram rediscutidas e registradas no Seminário Avaliação Oficinas Indígenas e Quilombolas: Desafios para inclusão de qualidade nas Universidades, e a construção de um espaço intercultural de produção e trocas de saberes. Esse Seminário ocorreu no dia 12/12/2013, no Auditório do MarquE-CFH/UFSC, com a participação de professores, bolsistas, técnicos e representantes indígenas e quilombolas.

Na conclusão do Seminário decidiu-se por protocolar este documento junto à Reitoria, contendo uma breve sistematização dos problemas que são enfrentados por estas populações para tentar acessar as políticas de ação afirmativa da UFSC, e uma pauta de reivindicações e sugestões para assegurar a efetiva inclusão de qualidade na Universidade dos Indígenas, negros e quilombolas.

1) - Divulgação

Promover ampla divulgação do Programa de Ações Afirmativas (PAA) e Vestibular da UFSC junto às comunidades escolares indígenas (escolas, lideranças e diretores de escola indígenas), às Gerências Regionais de Educação da Secretaria de Estado da Educação (SED) e às Coordenações Regionais da Fundação Nacional do Índio (Funai) do Estado de Santa Catarina. Ampla divulgação também nas rádios comunitárias e meios de comunicação de alcance nos municípios do Estado com comunidades quilombolas e indígenas.

A divulgação deve ter caráter sistemático e incluir os prazos e os comunicados oficiais relativos

GABINETE DO REITOR/UFSC

RECEBIDO EM

12 / 12 / 13 AS 18:03

[Assinatura]

as etapas dos processos seletivos para a ocupação das vagas dos Cursos de Graduação: editais, períodos e locais de inscrição, Guia de Cursos, Confirmação Prévia da Inscrição, Confirmação de Inscrição definitiva, Edital de vagas remanescentes, relação dos classificados em primeira chamada, relação dos classificados em chamadas posteriores, datas e períodos para efetivação da matrícula em cada chamada que houver candidatos classificados no PAA-Indígena (vagas suplementares).

2) Implementar vagas suplementares para candidatos de comunidades remanescentes de quilombo.

Assim como aos indígenas, oferecer também às comunidades quilombolas vagas suplementares e ingresso diferenciado à universidade. Essas comunidades, assim como as dos indígenas, também constituem formas de organização social e cultural diferenciadas, derivadas de suas longas tradições que são transmitidas através de gerações. Também em virtude do acesso diferenciado dessas comunidades à educação escolar, justifica-se a necessidade de vagas suplementares diferentes das cotas raciais.

3) Isenção

Implementar isenção automática do pagamento de taxa de inscrição aos candidatos indígenas e quilombolas inscritos no Programa de Ações Afirmativas.

Os atuais procedimentos para solicitar isenção apresentam enormes dificuldades para os indígenas e membros das comunidades quilombolas requererem esse direito. Este ano foi possível a obtenção da isenção somente pelo forte empenho dos colaboradores das oficinas promovidas pelo PROEXT/2013, em conjunto com a PROGAD. Contudo, esse procedimento deve ser conduzido oficialmente, e não na base do voluntarismo dos projetos de extensão.

4) - Curso pré-vestibular

Oferecer aos candidatos indígenas e das comunidades remanescentes de quilombo, preparação didática para realizarem as provas do Concurso Vestibular: verificou-se, ao longo das oficinas, dúvidas diversas dos candidatos à respeito da realização das provas, em especial quanto ao formato de somatória da prova, à redação e questões discursivas.

Sugere-se um esforço articulado da SED e da Fundação de Amparo à Pesquisa e à Extensão Universitária (FAPEU), parceiras e mantenedoras do Pró Universidade, para estender este programa às comunidades escolares indígenas e quilombolas, ainda que em alguma modalidade diferenciada, como uma semana intensiva, mantendo diálogo com suas respectivas lideranças a fim de contemplar as demandas de cada local.

5) – Inscrições

Apoiar os candidatos indígenas e de comunidade de quilombo, interessados em participar do Programa de Ação Afirmativa da Universidade, com suporte técnico na efetivação das inscrições.

Neste sentido, sugere-se:

5a) Implementar outras formas de inscrição que não apenas a internet. A possibilidade de oferecer fichas de inscrição e questionário socioeconômico em formulários impressos.

5b) Atualizar o questionário específico para candidatos indígenas, com consulta às comunidades. Verifica-se que o sistema online de inscrição, via *internet* tem inúmeros problemas, especialmente sobre a questão dos "caracteres especiais" não permitidos nos campos descritivos específicos.

5c) Adaptar o questionário socioeconômico, componente da inscrição, de modo que automatize o Cadastro Socioeconômico dos candidatos aprovados no Concurso Vestibular junto a Coordenadoria de Assistência Estudantil/PRAE. Medida esta que visa a garantia da alimentação gratuita, auxílio-moradia e participação nos demais programas de assistência estudantil da UFSC aos estudantes indígenas desde o seu primeiro momento na Universidade.

6) Realização das Provas

Garantir **local de prova unificado** para candidatos residentes em uma mesma localidade, independente do CEP que pode variar em um mesmo território.

Viabilizar o deslocamento dos candidatos residentes em uma mesma localidade (aldeia, Terra Indígena ou comunidade quilombola) para os locais de prova. É importante lembrar que esses candidatos precisam se deslocar de suas aldeias, onde não há meios de transporte do que os próprios pés.

Obs. No estado do Paraná desenvolve-se um amplo programa (CUIA) que inclui todos esses procedimentos para realização do vestibular, que é diferenciado sob os vários sentidos. Sugere-se maior conhecimento por parte da administração da UFSC de programas similares, de forma a subsidiar a elaboração de propostas que possam oferecer melhores condições de acesso e permanência dos indígenas no ensino superior.

7) – Sistema de ingresso diferenciado

Implantar sistema de ingresso diferenciado a UFSC, não necessariamente mediante vestibular. Importante que seja processo de seleção específico, que atenda as reais necessidades dos povos indígenas e quilombolas.

8) Assistência Estudantil

Considerando que os estudantes indígenas e quilombolas necessitam de imediata disponibilização de espaço de moradia e recursos para manutenção na cidade, propõe-se:

- 8.1) Disponibilização de moradia estudantil específica para indígenas e quilombolas, considerando suas especificidades culturais;
- 8.2) Auxílio aos estudantes para matrícula e solicitação de bolsa-permanência;
- 8.2) Oferta de auxílio-instalação enquanto a bolsa-permanência não estiver efetivada;

9) Pós-graduação

Flexibilização de formas de ingresso nos cursos de pós-graduação para candidatos indígenas e quilombolas, conforme exemplos de outras universidades. Especialmente em relação às

exigências de línguas estrangeiras.

10) Ações Pedagógicas

Implementar ações pedagógicas sistemáticas visando o combate ao racismo e à intolerância étnico-racial e a aplicação da Lei 11645 em todos os cursos de graduação da Universidade.

11) Transferências

Permitir que os alunos que ingressaram através das vagas suplementares para indígenas e quilombolas possam realizar transferências para outras universidades, assim como a UFSC possa acolher candidatos de outras instituições.

Florianópolis, 12 de dezembro de 2013.

Enviado à Reitoria da UFSC com cópia para a PRAE, PROGRAD, COPERVE, Pró Universidade e Comissão de Acompanhamento das Ações Afirmativas.

Prof. Priscila de Jesus Pato e Comissão Nacional de Estudos Indígenas
Região Sul.
 Aracy Faustino Lima - Etnia Xokleng / Laklãnô
 Simão H. Pripeia - Etnia Xokleng / Laklãnô
 Christian Roberto Burio - Etnia Xokleng / Laklãnô
 Dhokui Numa - M'kenzo - Etnia Xokleng / Laklãnô - Eng. Química.
 Luciana da Silva - Etnia - GUARANI
 Antonella M. da Silva - PROEXT / 2013
 Carlos - PROEXT / 2013

FONTE: Documento cedido por Raquel Mombelli. Acervo PROEXT 2013

ANEXO II – MAPA CAMPUS FLORIANÓPOLIS



FONTE: <http://estrutura.ufsc.br/mapa/>

ANEXO III – OFÍCIO-CIRCULAR Nº 2 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESU/MEC)

SEI / MEC - 0230947 - Ofício-Circular ::

file:///D:/Users/thuliodantas/AppData/Local/Microsoft/Windows/Temp...



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 Esplanada dos Ministérios Bloco L, Edifício Anexo II - 3ª Andar, Brasília/DF, CEP 70047-900
 Telefone: 2022-3042 e Fax: 2022-3042 - <http://www.mec.gov.br>

Ofício-Circular nº 2/2016/DIPES/SESU/SESU-MEC

Brasília, 11 de maio de 2016.

Aos Dirigentes das IFES

Assunto: Suspensão de novas inscrições para o Programa de Bolsa Permanência - PBP

Referência: Caso responda a este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23000.004199/2016-16.

Magnífico(a) Reitor(a),

1. Considerando o crescimento do número de beneficiários selecionados pelas instituições públicas federais de ensino superior no âmbito do Programa de Bolsa Permanência – PBP, instituído através da Portaria nº 389, de maio de 2013, com a finalidade de viabilizar a permanência, no curso de graduação presencial, estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de 4.736 estudantes em 2013 para 13.931 em 2016;
2. Considerando que, conforme o Artigo 5º, parágrafo 2º, da Portaria supracitada, o recebimento dos benefícios do PBP está condicionado à existência de dotação orçamentária anualmente consignada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira;
3. Considerando que o Ministério da Educação – MEC repassará, em 2016, às instituições públicas federais de ensino superior recursos na ordem de 1 (um) bilhão de reais para ampliar as condições de acesso e permanência dos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica no ensino superior público federal, através do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES;
4. Informamos, a partir da presente data, a suspensão de novas inscrições de estudantes no Programa de Bolsa Permanência - PBP para receber benefícios pagos pelo MEC, via FNDE, diretamente ao cartão benefício do estudante, exceto para os estudantes indígenas e quilombolas;
5. Orientamos que as novas inscrições para estudantes indígenas e quilombolas continuarão a ser realizadas por meio do Sistema de Gerenciamento de Bolsas – SGB/SESu/MEC em dois períodos ao ano, no primeiro e segundo semestres. Oportunamente, o MEC disponibilizará as datas para as novas inscrições.

Atenciosamente,

Jesualdo Pereira Farias

ANEXO IV – NOTA DE INDÍGENAS E QUILOMBOLAS CONTRA O CORTE DA BOLSA PERMANÊNCIA



UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

CORTE DA BOLSA PERMANÊNCIA É RACISMO INSTITUCIONAL

• PORQUE LUTAMOS PELA BOLSA PERMANÊNCIA?

Para as nossas comunidades a manutenção do povo dentro desses cursos é muito importante no processo de ajudar nas lutas das comunidades e as aldeias. A gente acredita que formar um quilombola ou um indígena médico ele vai ter vontade de atuar e atender as especificidades do povo dele, assim como professores, que se precisa de professores formados que tenham essa identidade, que tenham esse pertencimento, então pra nós essa bolsa é de fundamental importância.

Na luta por garantias que são constitucionais e contra todo retrocesso nas políticas públicas de educação aos povos, o Movimento Nacional dos Estudantes Universitários Indígenas e Quilombolas mantém a convocação da mobilização pela Bolsa Permanência que ocorrerá na próxima semana, de 18 a 22 de junho, em Brasília (DF). O ato se sustenta mesmo depois da publicação da Portaria N° 560, de 14 de junho, onde o Ministério da Educação (MEC) autorizou a abertura de novas inscrições ao programa Bolsa Permanência. O próximo passo é para garantia de que o programa Bolsa Permanência torne-se um projeto de lei.

O MEC, em reunião com representações dos estudantes no dia 29 de maio, afirmou dispor de apenas 800 vagas anual para contemplar uma realidade de aproximadamente 5 mil indígenas e quilombolas que chegaram à universidade em 2018. Ainda, como estratégia perversa, o MEC propunha que os representantes que se encontravam na reunião criassem critérios para a exclusão de 4 mil indígenas da universidade, desejando legitimar a política racista do ministério. As representações que participaram da reunião, em assembleia, decidiram não aceitar nenhuma das propostas insuficientes do ministro da educação, Rossieli Soares da Silva.

Após semanas de mobilizações na capital federal, Audiências Públicas nas universidades em todo o país e resistência contra qualquer retirada de direito, o Ministério da Educação garantiu hoje, sexta-feira (15), 2.500 novas bolsas para alunos matriculados no primeiro semestre, conforme publicado no site do ministério. A abertura do MEC para o cadastro de novos indígenas é uma conquista dos estudantes indígenas e quilombolas. Diante a conjuntura de desmonte nas políticas de inclusão, dos ataques aos direitos indígenas e quilombolas arquitetados nos três poderes do Estado Brasileiro, permaneceremos vigilantes contra toda política que tende a governar para os que são privilegiados há 518 anos e contra toda política social.

Lembramos que em 2018 o MEC teve um corte de 30%. Neste ano, a Lei Orçamentária destinou R\$ 109 bilhões para a Educação e R\$ 316 bilhões com o pagamento de juros da dívida. Não serão os povos indígenas e quilombolas que irão pagar se o Governo de Michel Temer (MDB) prefere pagar juros a banqueiros e abrir mão de mais de R\$ 10 bilhões com alívio de dívidas de ruralistas. Assim, recordamos Darcy Ribeiro: “a crise da educação no Brasil não é uma crise; é projeto”. Contudo, em mobilização, não recuaremos nenhum passo. Não aceitaremos retirada de direitos. Nos mobilizamos por se tratar de uma causa de justiça, vida e dignidade dos povos que desejam ter condições de ocupar e pintar de jenipapo e urucum a academia.

Diga ao povo que avance!

Queremos dizer que ainda existimos e resistimos!

